

NUESTRA AMERICA

ENSAIOS HISTÓRICOS,
POLÍTICOS E CULTURAIS



CARLOS PRADO
JORGE CHRISTIAN FERNÁNDEZ
(Orgs.)

Nesse segundo livro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em História das Américas (LEPHA) continuamos com nosso compromisso de historiadores e nossa percepção de que há uma “ligação umbilical e ineludível entre passado e presente”, entre o ontem e o hoje que inspirou nosso primeiro livro. Neste segundo volume, mantemos a perspectiva de trabalho original, que é estudar as Américas e suas dinâmicas históricas, com suas diversidades em aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais; mas, como sempre, recordando que o fazemos em um contexto específico: o Brasil contemporâneo, o que nos confere uma tônica e perspectiva peculiares.

Jorge C. Fernández

NUESTRA AMERICA

**ENSAIOS HISTÓRICOS,
POLÍTICOS E CULTURAIS**



NUESTRA AMERICA

**ENSAIOS HISTÓRICOS,
POLÍTICOS E CULTURAIS**



**CARLOS PRADO
JORGE CHRISTIAN FERNÁNDEZ
(Orgs.)**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam necessariamente a posição oficial da Editora EduFatecie. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

N964 Nuestra America II: ensaios históricos, políticos e culturais /
Carlos Prado, Jorge Christian Fernández (organizadores).
Paranavai: EduFatecie, 2025.
210 p. : il. color.

ISBN Físico: 978-65-5433-175-3
ISBN Digital: 978-65-5433-176-0
DOI: <https://doi.org/10.33872/nuestraamerica.ensaios2>

1. América – História. 2. América – Política cultural. 3. América –
Aspectos políticos. I. Prado, Carlos. II. Fernández, Jorge Christian.
III. Centro Universitário UniFatecie.

CDD: 23 .ed. 970

Catalogação na publicação: Zineide Pereira dos Santos – CRB 9/1577



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição
Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial 4.0
Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).



Unidade III: BR 376, km 102 -
Paranavai-PR
(Saída para Nova Londrina)
(55) (44) 3045 9898 / (55) (44)
99976-2105
www.unifatecie.edu.br



EXPEDIENTE:

Diretor Geral: Prof. Me. Gilmar de Oliveira
Diretor de Ensino: Prof. Me. Daniel de Lima
Diretor Financeira: Prof. Eduardo Luiz Campano Santini
Diretor Administrativo: Prof. Me. Renato Valença Correia
Secretário Acadêmico: Tiago Pereira da Silva
Coord. de Ensino, Pesquisa e Extensão da CONPEX: Prof. Dra. Luciana M. Silva
Coord. Adjunta de Ensino – Prof. Me. Flávio Fraquetta
Coord. Adjunta Pesquisa – Prof. Dr. Layon Zafra Lemos
Coord. Adjunta Extensão – Prof. Dra. Adriana Aparecida Rodrigues
Coordenador NEAD – Núcleo de Educação a Distância: Prof. Me. Jorge Luiz G. Van Dal

EQUIPE EXECUTIVA:

Editora-chefe:
Prof.ª Dr.ª Adriana Aparecida Rodrigues
Editor-adjunto:
Prof. Me. Daniel de Lima
Revisora de texto:
Esp. Jéssica Eugênio de Azevedo
Projeto gráfico, design e diagramação:
Lorena G. D. Leal
Setor técnico:
Esp. Fernando Barbosa

Controle Financeiro:

Eduardo Luiz Campano Santini
Assessoria Jurídica:
Prof.ª Dr.ª Leticia Baptista Rosa
Biblioteca:
Tatiane Viturino de Oliveira
Secretária:
Yasmin Cristina de Miranda Andretta
www.unifatecie.edu.br/editora
edufatecie@fatecie.edu.br

CONSELHO EDITORIAL:

Presidente – Editora-chefe:

Prof.ª Dr.ª Adriana A. Rodrigues

Vice-Presidente – Editor Adjunto:

Prof. Me. Daniel de Lima

Representante da Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONPEX):

Prof.ª Dr.ª Luciana Moraes Silva

Representante da Diretoria de Ensino:

Prof. Me. Daniel de Lima

Ciências Exatas e da Terra:

Prof. Dr. Renã Moreira Araújo

Ciências Agrárias:

Prof.ª Dr.ª Carolina Moser Paraiso

Prof.ª Dr.ª Leticia Jalouli Guimarães

Prof. Dr. Lucas Henrique M. da Silva

Prof. Dr.ª Ticiania Petean Pina

Ciências Biológicas:

Prof. Dr. Layon Zafra Lemos

Ciências da Saúde:

Prof.ª Dr.ª Ana Claudia B. Silva Cimardi

Prof.ª Dr.ª Jacqueline de C. Rinaldi

Prof.ª Dr.ª Nathally Claudiane de S. Santos

Ciências Humanas:

Prof.ª Dr.ª Adriana Aparecida Rodrigues

Prof. Dr. Cleder Mariano Belieri

Prof. Dr. Fernando Henrique Villwock

Prof. Dr. Jeferson de Souza Sá

Prof.ª Dr.ª Nelma S. Roman de Araújo

Prof.ª Dr.ª Neirele Bruschi Montina

Ciências Sociais Aplicadas:

Prof.ª Dr.ª Judith Aparecida de S. Bedê

Prof.ª Dr.ª Leticia Baptista Rosa

Engenharias:

Prof. Dr. Arthur R. do Nascimento

Prof. Dr. Diego Vieira Ramos

Representante da Comunidade

Científica externa à UniFatecie:

Prof.ª Esp. Bruna Tavares Fernandes

1ª Edição Ebook: dezembro de 2025.

Paranavai – Paraná – Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

6

DOI: <https://doi.org/10.33872/nuestraamerica.ensaios2.apres>

A GUERRA DO CHACO NO JORNAL DO BRASIL

COMENTÁRIOS SOBRE O CONFLITO NA CAPITAL
BRASILEIRA (1930-1935)

26

Giovanni Leite Verardi

DOI: <https://doi.org/10.33872/nuestraamerica.ensaios2.cap.1>

“¡VÁMONOS, COMPAÑERAS!”

A SEÇÃO ACTIVIDADES DE LA MUJER E A MILITÂNCIA
FEMININA E COMUNISTA NAS PÁGINAS DO PERIÓDICO
EL MACHETE

50

Fábio da Silva Sousa

Cleverson Rodrigues da Silva

DOI: <https://doi.org/10.33872/nuestraamerica.ensaios2.cap.2>

NACIONALIZAÇÕES, IMPERIALISMO

E BONAPARTISMO NO MÉXICO

A ANÁLISE DE TROTSKY SOBRE O GOVERNO CÁRDENAS

65

Carlos Prado

Cleverson Rodrigues da Silva

DOI: <https://doi.org/10.33872/nuestraamerica.ensaios2.cap.3>

DA CONDENA AO APOIO

ARGENTINA, MÉXICO E AS RELAÇÕES COM
A REPÚBLICA ESPANHOLA EM GUERRA (1936-1939)

92

Jorge Christian Fernández

DOI: <https://doi.org/10.33872/nuestraamerica.ensaios2.cap.4>

A AMÉRICA LATINA E O BRASIL DIANTE DO IMPERIALISMO

A PERSPECTIVA DOS TROTSKISTAS (1946-1948)

115

Icaro Rossignoli

DOI: <https://doi.org/10.33872/nuestraamerica.ensaios2.cap.5>

**A “HISTÓRIA OFICIAL” DA REVOLUÇÃO CUBANA
E O PAPEL SUPRIMIDO DA CLASSE TRABALHADORA** **140**

Marcio Lauria Monteiro

DOI: <https://doi.org/10.33872/nuestraamerica.ensaios2.cap.6>

ROJO AMANECER
DISPUTA PELO PODER E MEMÓRIA DO MASSACRE
DE TLATELOLCO **167**

Priscila Roberta Alves Lemos

DOI: <https://doi.org/10.33872/nuestraamerica.ensaios2.cap.7>

IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO
DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA
UM PANORAMA DA EXPERIENCIA
CHILENA E BOLIVIANA **188**

Kauê Silva de Araújo

Carlos Prado

DOI: <https://doi.org/10.33872/nuestraamerica.ensaios2.cap.8>

SOBRE OS AUTORES **209**

“Não tenho dúvida nenhuma de que o intelectual deve alinhar-se aos fracos e aos que não têm representação. Robin Hood, dirão alguns. No entanto, sua tarefa não é nada simples e, por isso, não pode ser facilmente rejeitada como se fosse mero idealismo romântico. No fundo, o intelectual, no sentido que dou à palavra, não é nem um pacificador nem um criador de consensos, mas alguém que empenha todo seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis ou clichês prontos, ou confirmações afáveis, sempre tão conciliadoras sobre o que os poderosos ou convencionais têm a dizer ou o que fazem. Não apenas relutando de modo passivo, mas desejando ativamente fazer isso em público.”

Edward W. Said (1935-2003)¹

Apresentação

Para que servem a História (enquanto ciência) e os historiadores (enquanto intelectuais)? Por mais óbvia que esta dupla questão possa parecer, creio que essa pergunta se reveste, hoje, de uma importância além da mera percepção comum. Nos atuais tempos perversos, pautados por mentiras deslavadas sendo proferidas como se verdades fossem, por narrativas desprovidas de qualquer critério lógico ou racional, pelo desprezo geral do conhecimento técnico-científico e a negação de quase tudo que este produziu (exceto os celulares, os *apps*, as redes sociais e quaisquer *trash gadgets* criados pelas *big techs...*), essa pergunta sobre a serventia e o valor da história, enquanto área de conhecimento científico específico e o papel daqueles que a escrevem, adquire um contorno dramático.

Parece que as sociedades atuais pouco valorizam o conhecimento intrínseco do passado por diversas razões, tão diversas que explorar tudo isso consumiria o espaço reservado a este livro. Contudo, dentre elas destacamos a existência de um “culto” mediático e, sobretudo, mercadológico, ao presente e ao imediato. Tudo isso se traduz num “presentismo eterno” - parafraseando Hobsbawm - onde não há tempo nem condições para tomarmos distância

¹ Escritor e intelectual palestino nascido em Jerusalém. Compelido ao exílio pelo colonialismo israelense, Said estudou no Egito e nos Estados Unidos. Foi crítico literário e cultural, também professor de Literatura em diversas universidades estadunidenses e, desde sempre, ferrenho militante da causa pela libertação da Palestina. Excerto extraído de: Said, Edward. **Representações do intelectual**. Conferencias Reith, 1993. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

e perspectiva para a reflexão e a análise minimamente adequada da cadeia de eventos do nosso tempo, o que dirá de entender e decifrar estes eventos na lógica de um processo histórico global, complexo e interconexo como é a nossa contemporaneidade. Hobsbawm² já havia nos alertado sobre o perigo “[...] (d)a destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal com o das gerações passadas -”. Para ele, esse fenômeno “lúgubre”, típico do fim do século XX, interrompe a transmissão intergeracional das memórias históricas e do passado público, fazendo com que este perca o sentido para as novas gerações.

Parte disso pode ser evidenciada no nosso cotidiano, sujeito a uma volumosa dinâmica informativa em tempo real, um verdadeiro “bombardeio” de informações, muitas delas irrelevantes ou sem sentido. De fato, a enxurrada virtual de imagens, vídeos, informações entrecortadas ou incompletas, *memes* e outras formas de comunicação verbal ou não verbal produzida aos chorrilhos por qualquer um (desde jornalistas e *mass media* até *influencers* digitais) entupindo nossas telas de TV, PC’s ou celulares, *feeds* e *timelines* das redes sociais, que pouco ou nada colaboram para conformar uma opinião mais sólida ou embasada da nossa realidade, cada vez mais distópica. Para Pascual Serrano³, o predomínio - hoje absoluto - da imagem, no final do século XX e inícios do XXI, tem erradicado, aos poucos, o raciocínio, o contexto e os antecedentes - passado - da informação, transformando esta em um discurso truncado e simplista, de pouca profundidade e binário, empobrecendo o receptor - sociedade - que se vê privado de elementos mais complexos para qualificar a interpretação do mundo onde se vive.

Ou seja, estamos perdendo a conexão com o nosso passado histórico. E quando mencionamos aqui o passado, não nos referimos aos tempos pretéritos distantes da nossa realidade cotidiana, como a Idade Média ou a Antiguidade, cujas permanências, ainda que de modo sutil, ainda podem ser percebidas por um observador mais atento, mas sim ao nosso passado mais recente, o século XX, pois ele é fundamental para a compreensão do nosso presente imediato e a projeção de possíveis cenários futuros. O século XX, simultaneamente tão próximo e tão distante, ainda permanece com variados pontos obscuros a serem trabalhados, merecendo que os historiadores atuais - inclusive os nascidos no século XXI - se debrucem sobre ele com atenção re-

2 Hobsbawm, Eric J. **A era dos extremos**. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 13.

3 Serrano, Pascual. **Desinformación**. Como los medios ocultan el mundo. Barcelona: Península, 2009, p. 45.

dobrada. Afinal, dele somos herdeiros, já que nós fomos moldados pelo *breve século XX*, como já disse Hobsbawm.

Foi a partir do século XX que tivemos a expansão e consolidação do capitalismo imperialista enquanto sistema social e econômico hegemônico e global. Nas periferias globais, como na América Latina e no Caribe, o impacto foi imensurável. A expansão e ingerência do capital monopolista sobre as economias locais, privilegiando as elites oligárquicas (detentoras dos meios de produção e do poder político), também acirrou as contradições de classe e as disputas políticas internas entre os diversos grupos sociais. Dessa forma, as primeiras décadas do século XX na região ficaram marcadas por conflitos sociais, protagonizados por setores médios ou dissidências da oligarquia – aliados do poder, como as nascentes burguesias nacionais – e/ou subalternos, hiperexplorados e marginalizados, como os trabalhadores urbanos e rurais e os camponeses sem terra. Nesse sentido, a Revolução Mexicana de 1910 se tornaria um símbolo da insurgência e resistência dos povos latino-americanos e caribenhos, historicamente saqueados e dominados desde 1492.

O século XX assistiu, no alvorecer da sua primeira década, ao apogeu da burguesia europeia, com seus impérios expansionistas, sua arrogância “superior” e as certezas de seus valores “civilizatórios”, supremacistas, racistas e colonizadores. Contudo, a expansão do capital também potencializou as crises estruturais e as tensões geopolíticas, fruto da ausência de limites na ambição das burguesias de cada nação e das próprias contradições internas e externas do capitalismo, levando o mundo a uma “Grande Guerra” inter-imperialista entre 1914 e 1918. Paradoxalmente, o conflito internacional também possibilitou o surgimento de uma alternativa socialista real, a partir da Revolução Russa de 1917, cuja sobrevivência e posterior consolidação colocariam em xeque a hegemonia do capital por mais de setenta anos. Depois de quatro anos de devastadores combates e milhões de mortes, a “Grande Guerra” chegava ao final. Entretanto, este fim sinalizou apenas o início de uma longa fase de decadência europeia, marcada pela crise moral e da razão iluminista, pela depressão econômica e pelo medo da revolução social, frente ao ímpeto das experiências revolucionárias, mesmo que mal-sucedidas, como a da Alemanha ou da Hungria. Tal combinação de fatores desatou a reação conservadora nas décadas de 1920 e 1930, assumindo a forma autoritária, bárbara e irracional dos fascismos, que arrastaram o mundo para uma nova guerra mundial, muito mais cruenta

e brutal que aquela de 1914-1918; segundo Rémond⁴, sendo desclassificada então do adjetivo “grande” para tornar-se um mero numeral.

De fato, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com seus diversos genocídios⁵ (judeu, soviético, chinês, indiano, etc.) entendidos enquanto extermínio de grupos humanos específicos, planejados e administrados burocraticamente em escala industrial por entidades e funcionários estatais ou paraestatais, eclipsou por completo a tragédia da Primeira Guerra Mundial. Cabe apontar aqui que, embora a Segunda Guerra Mundial inicie em 1939, os seus antecedentes remetem a um crescendo de violência, com a agressão nipônica contra a China (1931), a invasão italiana da Etiópia (1935), a intervenção ítalo-germânica na Espanha (1936-1939) e, por fim, as anexações da Áustria (1937) e da Tchecoslováquia (1938) pela Alemanha de Hitler. O caráter ideológico do confronto, a clivagem entre anticomunismo e antifascismo, a disputa entre visões de mundo conflitantes e excludentes foi apontada por diversos autores, desde diferentes prismas e concepções teóricas (como o conservador Ernst Nolte ou o marxista Eric Hobsbawm), mas todos eles sintetizaram o período 1914-1945 como sendo uma autêntica “Guerra Civil Europeia”⁶, porém de abrangência e alcance objetivo global, colocando a própria humanidade em risco.

O fim da Segunda Guerra Mundial deveria, em tese, ter trazido a paz e a esperança, junto com a suposta erradicação do nazifascismo europeu e do militarismo japonês. Contudo, não foi exatamente o que aconteceu, pois logo em seguida o mundo se viu dividido por um “novo” conflito ideológico e bipolar, o confronto entre EUA e URSS, a chamada Guerra Fria. De certa forma significava apenas o retorno do Ocidente à antiga tônica anticomunista, após uma breve trégua e aliança temporária que o capitalismo imperialista concedeu ao “socialismo real”, supostamente em prol de uma luta comum, democrática e antifascista. Contudo, o verdadeiro motivo da aliança com a URSS, para o imperialismo anglo-estadunidense, era somar forças para derrotar de imediato os concorrentes imperiais mais agressivos, Alemanha e Japão. No pós-Segunda Guerra, os EUA se transformaram em superpotência hegemônica, com uma capacidade militar nunca antes vista, capaz de levar adiante guerras de destruição ilimitada graças ao crescente arsenal nuclear.

4 Rémond, René. **O Século XX, de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Cultrix, 1987.

5 Feierstein, Daniel. **Introducción a los estudios sobre genocidio**. Buenos Aires: Eduntref, 2016.

6 Traverso, Enzo. **A sangre y fuego**. De la guerra civil europea, 1914-1945. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

Com a nova configuração global, a Europa não somente perdia importância no cenário geopolítico, sobretudo a partir dos processos de descolonização e independências na África e na Ásia, mas também passava a ser subordinada militarmente e economicamente dependente do novo *hegemon* estadunidense.

O mundo encontrou-se, então, dividido em três; um “primeiro mundo”, capitalista, chefiado pelos EUA e seus aliados-subordinados da Europa e Ásia; o “segundo mundo”, de corte socialista, composto pela URSS e seus satélites, as democracias populares do Leste europeu; e um vasto e extremamente diverso “terceiro mundo”, ou melhor, boa parte do planeta, pois abarcava países da Ásia, América Latina e Caribe, África e até Europa. Esse “terceiro mundo” tentou, por diversas vezes, seguir projetos autóctones e alternativos de desenvolvimento econômico, social e político, seja por meio de projetos revolucionários (como a revolução nacional-libertadora e anti-imperialista de Fidel Castro e “Che” Guevara em Cuba, um exemplo a ser seguido ou evitado, conforme o prisma e os alinhamentos ideológicos da Guerra Fria); ou de “terceiras vias” entre capitalismo e socialismo (como a Argentina de Perón, com suas políticas social-distributivas e inclusivas); ou reformistas (como o nacionalismo progressista e anti-imperialista de Lázaro Cárdenas, no México).

Outras vezes, essa vontade de autonomia se manifestava simplesmente em neutralismo ou não-alinhamento diplomático, econômico, político e/ou militar com os EUA ou a URSS. Contudo, o “terceiro mundo” foi objeto de desejo das acirradas disputas ideológicas e geopolíticas da Guerra Fria, sendo palco – frequentemente involuntário – de guerras e conflitos periféricos onde EUA e URSS (cada um na sua “esfera de influência”) mediam forças, intervinham (com golpes, ditaduras ou fraudes eleitorais) bem como testavam armamentos, estratégias e táticas político-militares (contrainsurgência, guerras de baixa intensidade, conflitos híbridos, etc.). Assim, as derradeiras promessas de paz, autodeterminação dos povos e respeito aos direitos humanos, pedras angulares da Organização das Nações Unidas (ONU), surgida em 1948, com a finalidade de evitar catástrofes humanitárias como a Segunda Guerra Mundial, se evaporaram no calor das guerras da Coreia, do Vietnã, do Afeganistão, de Angola, de El Salvador, de Nicarágua e tantas outras...

Todavia, apesar do tenso cenário montado pela Guerra Fria, entre o fim da década de 1940 e o início da década de 1970, o capitalismo norte-americano e europeu ocidental (e até mesmo partes do que denominávamos de “terceiro mundo”, como a América Latina) viveu sua “era dourada”, com

elevados níveis de desenvolvimento tecnológico, científico e melhorias nas condições gerais de vida da sua população, até mesmo das classes subalternas, embora nem todos desfrutassem das “benesses” do capitalismo. A introdução de políticas públicas de bem-estar social por parte dos Estados nacionais inseriu-se também na lógica da Guerra Fria, e correspondia mais a uma estratégia para se contrapor aos avanços sociais e ao prestígio da União Soviética – sobretudo no pós Segunda Guerra - do que a uma autêntica preocupação com a redução de desigualdades, a distribuição de riquezas ou a diminuição dos privilégios, já que estes mecanismos operam em um sentido inverso da lógica de acumulação e reprodução do capital. Com a queda do muro de Berlim (1989) e o fim da URSS e da alternativa socialista (1991), o capitalismo triunfante pode abandonar a máscara social e dedicar-se ao que Bourdieu⁷ chamou de “utopia da exploração sem limites”.

Em 1991, “vibrantes e apoloéticas trombetas”, como dizia Enrique Padrós⁸, anunciaram o “fim da História”, que seria o fim da *luta de classes*, e festejavam a Nova Ordem Mundial advinda com o colapso do “segundo mundo” socialista. Os EUA emergiam como potência hegemônica planetária, capaz de submeter, no seu autoatribuído papel de “gendarme global – *world cop*”, qualquer país que ousasse discordar dos seus ditames. O capitalismo vencera, mas a que preço? Pois aprofundando ao máximo os mecanismos de exploração material, dominação ideológica e de exclusão social. O Estado de bem-estar definhava, as políticas de amparo social e as leis reguladoras da relação capital-trabalho esmoreciam. Palavras emergidas do meio empresarial, como *eficiência*, *flexibilização*, *rentabilidade* ou *privatizações*, se tornaram os novos “mantras” do novo modelo de acumulação capital-imperialista, o neoliberalismo. Da mão destes vinham o *pensamento único*⁹ e o *pós-modernismo*¹⁰, respectivamente, o discurso universalizante e “natural” do capitalismo como única forma possível de organização social e econômica; e a dimensão cultural-intelectual-acadêmica e estética resultante do próprio processo de flexibilização, desindustrialização, globalização e desconstrução do capitalismo *fin de siècle*.

7 Bourdieu, Pierre. **Contrafogos**. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1998.

8 Padrós, Enrique S. Tempos de barbárie e desmemória. In: Ribeiro, L.; Padrós, E.; Fernández, E.; Van Gorkon, C. (orgs.). **Contrapontos**. Ensaios de História Imediata. Porto Alegre: Folha da História/Palmarinca, 1999.

9 Le Monde Diplomatique, Edición española (org.). **Pensamiento crítico vs. pensamiento único**. Madrid: Debate, 1998.

10 Harvey, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

Naquele tempo, a intelectualidade acadêmica, ou pelo menos parte dela, já havia sido seduzida ou cooptada pelas narrativas pós-modernas, desmobilizadoras e despolitizadoras, abandonando análises de processos estruturais mais amplos e que privilegiavam a dinâmica da *luta de classes*, um dos termos mais demonizados pelo *pensamento único* neoliberal. No entanto, uma outra parte dessa intelectualidade - dentre os quais os historiadores, sociólogos, linguistas e jornalistas - se insurgiu como voz crítica para desmascarar as falácias e imposturas dos pretensos intelectuais e formadores de opinião mediáticos que, transbordantes de otimismo real ou pago, “construíam o consenso”¹¹ necessário à aceitação, ao funcionamento e à consolidação da Nova Ordem Mundial.

Hoje, passados um quarto do século XXI, podemos evidenciar que aquele discurso triunfalista, embora ainda seja propagado e defendido com unhas e dentes, já perdeu um pouco de sua aderência. A realidade material dos dias atuais nos mostra que a vitória do capitalismo, na vertente neoliberal, longe de iniciar uma etapa próspera, aprofundou e acirrou as contradições e mazelas sociais que já estavam presentes no imperialismo (outro termo banido pelo léxico neoliberal) do século XX. Nos centros do capital observamos hiperdesenvolvimento, centralização e concentração de riquezas e privilégios em um nível de acumulação nunca antes visto. Hobsbawm nos explica que o elemento distintivo da economia globalizada do século XXI é que esta é capaz de produzir qualquer produto (ou componentes dele), em qualquer país, montá-lo em outro – sempre seguindo a lógica do menor custo possível - e colocá-lo em qualquer canto do globo em questão de horas, graças ao desenvolvimento da logística de transportes e, mais recentemente, da comunicação digital.¹²

Entretanto, essa dinâmica de circulação de mercadorias, de produtos e capitais, que atravessam livremente de um país a outro, praticamente sem sofrer os entraves fiscais e impositivos dos Estados nacionais do passado (nem tão distante assim), tem deixado um mundo com indicadores sociais cada vez mais alarmantes. Não existe mais uma divisão clara entre o “primeiro” e o “terceiro mundo” (hoje “último”, mas o redesignamos de *Sul Global*). Na atualidade temos o *modelo arquipélago*¹³, no qual ilhas de riqueza vivem em

11 Chomski, Noam. **Profit over people**. Neoliberalism and global order. New York: Seven Stories, 1999.

12 Hobsbawm, Eric J. **O novo século**. Entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

13 O termo é de Ignacio Ramonet, citado por Padrós, Enrique S. Tempos de barbárie e desmemória. In: Ribeiro, L.; Padrós, E.; Fernández, E.; Van Gorkon, C. (orgs.). **Contrapontos**. Ensaios de História Imediata. Porto Alegre: Folha da História/Palmarina, 1999.

meio a oceanos de pobreza/miséria nas periferias do Sul Global, literalmente se alimentando desta superexploração graças à flexibilização e à precarização do mundo do trabalho. Contudo, também encontramos desigualdade extrema e condições de vida infra-humanas semelhantes nas periferias do outrora abundante “primeiro mundo” (a *affluent society* referida por John Kenneth Galbraith), principalmente os EUA. Um bom exemplo disso são Los Angeles, Chicago e Detroit, urbes decadentes e repletas de populações degradadas e excluídas, sem teto, sem emprego e sem humanidade, fruto de uma combinação perniciosa de desemprego, racismo, miséria e entorpecentes, em um contexto de completo abandono do papel social do Estado, hoje dedicado apenas ao controle e repressão dos descontentes e a manutenção dos mecanismos que garantem os privilégios das elites proprietárias.

Além disso, temos percebido que as sociedades laicas, democráticas e plurais têm sofrido um constante assédio com o avanço de extremismos diversos, como os fundamentalismos de cunho religioso, sejam eles cristãos, judaicos, islâmicos ou hindus. Independentemente das distintas narrativas míticas e interpretações metafísicas, peculiares a cada tradição religiosa, esses fundamentalismos se assemelham no *modus operandi*. São profundamente retrógrados e radicalmente agressivos na suposta defesa de uma “tradição, moral e bons costumes” da sua própria vertente religiosa. Historicamente os alvos da intolerância sectária e fundamentalista costumavam ser as religiões concorrentes ou rivais.

Porém, os fundamentalistas têm ampliado o leque do ódio, dirigindo-o frequentemente contra setores que representam posicionamentos políticos laicos, progressistas, pelos direitos humanos, das minorias e/ou setores marginalizados, ou que defendem pautas liberais nos costumes e comportamento. Desse modo, diversos militantes de grupos ou partidos de esquerda/progressistas, movimentos feministas e/ou LGBTQIAPN+ têm sido sistematicamente atacados com um discurso acintoso, desqualificador e excludente, o que não raras vezes tem reverberado em diversos níveis de perseguição, incluídas várias formas de violência contra estes grupos ou pessoas identificadas como pertencentes a eles. Assim, o sistema capitalista, periodicamente, reconfigura suas definições de “inimigo interno” e bodes expiatórios nos quais despejará suas falhas e culpabilidades, tornando-os alvos.

Nas últimas décadas também temos assistido, atônitos, ao ressurgimento do(s) fascismo(s), não mais como um resquício totalitário encarnado em um punhado de idosos saudosistas dos anos 1930, mas sim com uma op-

ção política real, em diversas partes do globo. Evidentemente não se trata de uma simples reedição do fascismo clássico, mas sim de um *neofascismo 2.0*, híbrido, alternativo, camaleônico e que conjuga, de forma simultânea, elementos constitutivos do “velho fascismo” (adoração a um líder, nacionalismo extremado, xenofobia, racismo, demagogia populista, desprezo pela democracia burguesa e pelo Estado democrático de Direito) com vieses e abordagens novas, não isentas também de contradições, como no fascismo original.

Condizente com o estágio histórico atual do capitalismo, esse *neofascismo 2.0* deixou o paradigma do Estado corporativo e interventor para adotar o dogma neoliberal do Estado mínimo e do livre mercado, bem como abandonou a perspectiva social-coletiva e comunitária para adotar o individualismo burguês, antes tão criticado pelas lideranças fascistas.¹⁴ A própria pedra angular do nazifascismo original, o antissemitismo, antes virulentamente unânime, hoje parece convenientemente enevoadado pela *alternative right*, pelo menos por uma parte dela; ou seja, a rama institucional, a qual mantém relação oportuna com o Estado de Israel, aliado incontestado dos Estados Unidos e da OTAN, representante e defensor dos “valores democráticos” do Ocidente “civilizado” frente a “barbárie islâmica” que o cerca, como ironizou Traverso.

Outro efeito da pós-modernidade neoliberal que tem provocado perplexidade, neste primeiro quartel do século XXI, é o que alguns estudiosos têm denominado a era da *pós-verdade*. Este fenômeno, multiforme e diverso, não é exatamente novo. Contudo, a novidade está justamente na abrangência e na contaminação global provocada por ele em tempos de expansão da internet e das redes sociais. A *pós-verdade* combina elementos da irracionalidade anti-Iluminista do fascismo, do fanatismo obscurantista dos fundamentalismos religiosos, com técnicas de *guerra psicológica* dos tempos da Guerra Fria. O resultado desta pavorosa mistura é uma verdadeira explosão de mentiras, manipulação, desinformação, propaganda e antipropaganda, que tem sido genericamente chamada de *fake news*. Isso tem colocado em grave risco nossas sociedades, pois coloca em dúvida praticamente todos os saberes adquiridos e o conhecimento científico produzidos até então, substituindo-os por um balaio de crenças aleatórias, teorias conspiratórias disparatadas e negacionismos diversos, como o movimento dos antivacinas, os criacionistas, os

14 “O conceito fascista de vida [...] afirma o valor do indivíduo na medida em que seus interesses coincidem com o Estado”. Frase de Mussolini, citada por Paxton, Robert. O. **Anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 44.

que negam a catástrofe climática global e, no campo da história, aqueles que negam o holocausto judeu na Segunda Guerra ou as ditaduras civis-militares no Cone Sul, como veremos mais adiante.

Mas não somente: o apagamento da fronteira entre verdade e inverdade afeta a nossa frágil ordem social plural baseada na democracia burguesa que, embora mais um “exercício formal” do voto do que verdadeiramente democrática e inclusiva, ainda representa um conjunto de valores, regras e comportamento social aceitável para as nossas sociedades contemporâneas. Hobsbawm¹⁵ já alertara que a ruptura desse sistema de regras e regulador social significava a “descida acelerada” no caminho à barbárie. A própria percepção do mundo real é colocada em xeque, quando o conceito de *verdade* é dissolvido em um “relativismo pernicioso disfarçado de ceticismo legítimo”¹⁶, onde os fatos concretos e comprovados perdem sua importância para “narrativas” ancoradas no apelo emocional, em credences do senso comum ou vieses ideológicos desprovidos de embasamento. Tudo isto sob o amparo das *big techs*, as megacorporações globais de tecnologias da informação que transformaram o pesadelo orwelliano de “1984”, do “olho que tudo vê e controla” em realidade.

Sinais dos novos tempos: o imperialismo capitalista ocidental, regido pela lógica econômico-social neoliberal, exponencialmente excludente e empobrecedora, e sentindo-se ameaçado pelo crescente poderio econômico e militar que emerge do Sul Global, a China e os BRICS, necessita cada vez mais dos mecanismos de controle da ordem social (tanto ideológicos quanto repressivos) utilizados no passado pelo nazifascismo e pelas ditaduras cívico-militares da América Latina e Caribe nas décadas de 1950-1980. É o que temos assistido nos últimos tempos, nas telas das TVs e dos celulares. Citamos dois exemplos:

Nos EUA, centenas de milhares de imigrantes ditos ilegais, inclusive crianças, são violentamente perseguidos ou coagidos a abandonar o país. O objetivo da administração Trump é atingir a meta de um milhão de deportados ao ano.¹⁷ Neste processo de expulsão, famílias imigrantes são separadas

15 Hobsbawm, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

16 D’Ancona, Matthew. **Pós-Verdade**. A nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Editorial, 2018, p. 14

17 Em 2024 foram 330.000 deportados. O pretexto para tal medida é a criação de empregos para os estadunidenses natos. Contudo, tal ação, puramente demagógica, carece de embasamento técnico aprimorado, já que o vácuo provocado pela saída imediata dos imigrantes não é preenchido imediatamente pelos locais,

e submetidas a crueldades ou situações degradantes. Caso sejam presos pela *Homeland Security*, os imigrantes serão deportados e jogados nas masmorras dos presídios de El Salvador, onde o neofascista *new age*, Bukele, - jovem, de aparência empresarial, bem vestido - “aluga” seu aparato repressivo e carcerário, como se fosse um anfitrião das plataformas de hospedagens, para o governo estadunidense. Exemplo claro de como os mecanismos de gestão e controle do trabalho no neoliberalismo (uberização e terceirização) podem ser adaptados e aplicados à repressão estatal e à higiene racial e social, reduzindo “custos” e maximizando a “eficiência empresarial” do sistema repressivo estadunidense, no caso.

Paralelamente, assistimos em tempo real ao *crime de genocídio* - que o próprio direito internacional reconhece como tal, com base nas definições da *Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948)*¹⁸ - do povo palestino em Gaza e sendo perpetrado, paradoxalmente, por descendentes dos judeus que sofreram um dos maiores genocídios do século XX, a Shoah. Em lógica similar à *pós-verdade*, Israel - cujo governo está dominado por sionistas e fundamentalistas religiosos ultrarradicais - tenta impor ao mundo uma versão de que há uma “guerra” em curso contra um grupo terrorista e que apenas se “defende” frente a uma agressão, iniciada em sete de outubro de 2023. Tal narrativa obscurece e distorce por completo os fatos históricos que remontam à invenção do Estado de Israel, em 1948, quando a população árabe nativa que habitava a Palestina foi perseguida e expulsa para deixar as terras livres para o programa sionista de assentamento de colonos judeus vindos da Europa, com apoio da Inglaterra e dos EUA.

O sionismo, vertente nacionalista judaica com indisfarçável traço supremacista divino - “a terra prometida do povo eleito” - surgido em meados

o que pode gerar, segundo economistas, uma desestruturação completa do sistema econômico, destruindo empresas e postos de trabalho. Ver Zipperer, Benjamin. **Trump's deportation agenda will destroy millions of jobs.** <https://www.epi.org/publication/trumps-deportation-agenda-will-destroy-millions-of-jobs-both-immigrants-and-u-s-born-workers-would-suffer-job-losses-particularly-in-construction-and-child-care/> Acessado em 23 de outubro de 2025.

18 Esse documento foi redigido pelo advogado judeu-polonês Rafael Lemkin, que também cunhou o termo genocídio. “Artigo II - Na presente Convenção, entende-se por genocídio qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tal como : 1) assassinato de membros do grupo; 2) dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo; 3) submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial; 4) medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; 5) transferência forçada de menores do grupo para outro.” <https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/genocidio/conv48.htm> - Acessado em 25 de outubro de 2025.

do século XIX, como resposta às perseguições aos judeus e ao *antisemitismo real*, hoje subverte a lógica e transforma qualquer crítica ao acionar do governo de Israel, em Gaza ou qualquer outra parte, em acusação de “antisemitismo” com o objetivo de congelar uma imagem dos israelenses como “eternas vítimas do Holocausto”. Além disso, alimenta-se em Israel uma *cultura do medo*, que coloca a população sempre em alerta, como possíveis vítimas de um novo “Holocausto hipotético” a mãos de seus vizinhos árabes, contra o qual devem estar sempre de prontidão e atacar ante qualquer suspeita de ameaça, o que justifica a manutenção de poderosas forças armadas em um estado de beligerância permanente.

Importante destacar que a pecha de “antisemita” não se restringe aos não-judeus: ela vem sendo utilizada inclusive contra judeus ou israelenses dissidentes ou não-sionistas, dentre estes alguns renomados intelectuais, como Noam Chomski, Norman Finkelstein e Ilan Pappé, que têm denunciado o genocídio em curso em Gaza. Observa-se, assim, um claro desvirtuamento da memória histórica do Holocausto real em prol dos interesses hegemônicos associados israelo-estadunidenses no Oriente Médio. Há um genocídio em curso que deve ser denunciado para ser detido e, como afirma Traverso, interpretar esta advertência como “[...] una forma de antisemitismo dirigida a minimizar el Holocausto o a cuestionar su carácter único solo demuestra lo miope, insensible y dañina que puede llegar a ser una memoria ensimismada convertida en un culto exclusivo y autorreferencial¹⁹”. Hoje, as vítimas são palestinas, e os perpetradores são os sionistas. Reconhecer isto é um dever histórico.

Como observamos em diversas partes do globo (América, Europa, Ásia), parece que, temendo um colapso sistêmico generalizado, o capitalismo do século XXI está abandonando seus pilares dos tempos da Ilustração: a democracia, mesmo que desacreditada, puramente formal e longe de ter sido verdadeiramente social, atualmente está sendo descartada por completo. A liberdade, esvaziada de princípios e convertida em mantra sagrado dos *coaches* e gurus neoliberais, somente vale para o “Deus mercado”; os direitos humanos, fundamentais no reconhecimento da essência da humanidade, são violados desavergonhadamente na frente dos organismos supranacionais encarregados de evitar guerras e genocídios, como a ONU, hoje instituição completamente desmoralizada e impotente. Por fim, a razão, deixada com-

19 Traverso, Enzo. **Gaza ante la historia**. Madrid: Akal, 2024, p. 15.

pletamente de lado e substituída pelo pensamento mágico da “mão livre do mercado”, pelo fanatismo religioso, pelo obscurantismo medieval revivido no desejo idealizado e milenarista de retorno aos “bons tempos” da sociedade hierárquica pré-Revolução Francesa.

Desse modo, o sistema - capitalista - em alerta quebra o “vidro de emergência” e se aferra aos instrumentos totalitários (lembrando que este é imanente ao fascismo, forma radical do próprio capitalismo) e antidemocráticos aos quais já nos referimos e que, supostamente, reestabelecerão ou servirão para manter a “ordem”, a dominação social. Com a domesticação e o anestesiamiento social se aumenta o patamar de exploração das massas e do meio ambiente, necessário à maior acumulação de capital, sem qualquer tipo de preocupação com respeito à humanidade ou ao planeta, já em franco processo de degradação ambiental e perigosamente próximo ao “ponto de não-retorno”.

Retomamos aqui a pergunta inicial: para que servem a História e os historiadores? Em um texto provocativo, o historiador uruguaio Enrique Padrós nos deixou algumas pistas a seguir:

A História, independentemente de ter a especificidade no período contemporâneo ou até no período mais imediato, ao combinar novos e inéditos desafios com outros mais antigos, renova a necessidade da reflexão, da discussão e, partindo de uma perspectiva global, precisa ser trincheira para contrapor-se à banalização, à fragmentação e ao descompromisso social. Possibilitar aos outros a tomada de consciência das dimensões sociais do mundo em que vivem é uma das obrigações da História [...]²⁰

Então, nossa função como historiadores, intelectuais e professores da área da História é justamente retomar nosso papel social, que vai muito além de passar conteúdos em sala de aula ou desenvolver estudos e pesquisas isolados em “torres de marfim”. Nos referimos a assumir novamente um papel de atores sociais e políticos, com as funções de provocar as consciências anestesiadas - seja pelo excesso de informação inútil, pela onipresença viciante das redes, pela alienação do trabalho desumanizado, etc... - de instigar a reflexão fora do senso comum, desenvolvendo o pensamento crítico, no sentido outorgado por Kant (conhecer profundamente) ou por Marx (desmascarar o oculto), de promover o debate para auxiliar na compreensão da realidade material. Além disso, já faz algum tempo que a desinformação e as táticas

20 Padrós, Enrique S. Tempos de barbárie e desmemória. In: Ribeiro, L.; Padrós, E.; Fernández, E.; Van Gorkon, C. (orgs.). **Contrapontos**. Ensaios de História Imediata. Porto Alegre: Folha da História/Palmarinca, 1999, p. 38.

diversionistas da *pós-verdade* têm mirado a História e a memória histórica como alvos da sua campanha de desprestígio.

Desde a década de 1980 do século passado, tem-se ouvido periodicamente sobre o *revisionismo histórico*, ou seja, um viés de estudar/escrever a história por meio de outras fontes e/ou referenciais. Isso seria teoricamente aceitável e salutar, afinal, a História não é uma ciência fechada, mas um processo construtivo contínuo, passível de reinterpretções e novas análises, a partir de novos indícios/fontes e pesquisa. Claro, desde que levado a cabo por pesquisadores confiáveis (e não necessariamente acadêmicos) com estudos sérios, fontes legítimas e independentemente de resultados que suscitem debates acalorados.²¹

Mas não é esse o caso. Esse pretenso *revisionismo* não passa de um *negacionismo* descarado, de um falseamento completo da História, sem dados ou fatos passíveis de comprovação por parte dos historiadores. Assim, negava-se a existência dos campos de concentração nazista, das câmaras de gás e dos fornos crematórios, questionava-se o número de judeus mortos nos campos, relativizando-os e atribuindo-se a morte a questões sanitárias ou de inanição, que afetariam por igual a população alemã. Esse movimento, por assim dizer, tomou forma na Europa Ocidental, nos Estados Unidos e no Canadá, mas nos anos 1980 também chegou ao Brasil por meio de uma obscura editora do Rio Grande do Sul, a Revisão. Ao negar o extermínio sistemático e planejado dos judeus e outros grupos pelos nazistas, os negacionistas pretendiam resgatar o nazismo, obliterando seus crimes e focando principalmente no suposto sucesso econômico deste, antes da Segunda Guerra Mundial. Além disso, incentivavam o antissemitismo, ao reafirmar as teses mentirosas dos nazistas sobre uma suposta “conspiração judaica mundial”, comandada por capitalistas e comunistas judeus, todos mancomunados em prol de um “poder supranacional”.

Hoje, esse negacionismo continua mais atuante que nunca. Além da negação do extermínio dos judeus na Segunda Guerra, novas temáticas têm

21 Como é o caso da *Historikerstreit*, “a guerra dos historiadores” ocorrida na Alemanha dos anos 1980, onde historiadores conservadores, como Ernst Nolte, defenderam que o genocídio promovido pelos nazistas seria comparável a outros genocídios da história contemporânea, como o do Camboja ou os crimes de Stalin, provocando acadêmicos de esquerda, como Jürgen Habermas. Contudo, a diferença dos negacionistas, Nolte e os outros, não negam o extermínio dos judeus, apenas realizam uma outra interpretação dos fatos históricos com outra ênfase, embora polêmica. Cytrynowicz, Roney. **Memória da Barbárie**. A história do genocídio dos judeus na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Nova Stella/Edusp, 1990.

se tornado alvo do negacionismo, hoje global e disseminado capilarmente pelas redes sociais e internet, por meio de *youtubers*, de *sites* específicos de cunho pretensamente histórico, fóruns de discussão, etc. Esses disseminadores virtuais de mentiras históricas atingem de forma estratégica temas sensíveis de cada país ou região, tentando inverter consensos históricos já consolidados academicamente e trocá-los por narrativas puramente ideológicas ou por restaurar visões da “história oficial” já descartadas por estudiosos.

No Brasil, por exemplo, negam-se as torturas e o terrorismo de Estado praticado pela ditadura de Segurança Nacional de 1964 a 1985, bem como desprezam os impactos da escravidão colonial e até mesmo culpabilizam os africanos por terem-na sofrido. Na Argentina, os negacionistas exaltam a ditadura das juntas militares e resgatam o papel destes na luta antissubversiva, que vitimou trinta mil cidadãos argentinos, entre 1976 e 1983, número que evidentemente atenuam. Em similar diapasão com os negacionistas brasileiros, minimizam o genocídio dos povos originários na Patagônia às mãos das oligarquias fundiárias e do exército, durante a segunda metade do século XIX. No Chile, permanece a narrativa dos tempos pinochetistas (1973-1990), que entrelaça, de modo simultâneo, as reformas econômicas e a desestruturação do Estado de bem-estar social promovidas pela primeira experiência neoliberal do Cone Sul com o terror de Estado, empregado justamente para implementar estas medidas de ajuste econômico radical sob um brutal disciplinamento social. Poderíamos dar inúmeros exemplos, mas estes já são mais que suficientes.

Como se pode perceber, o elemento subjacente negacionista é promover um resgate das ideias e das práticas retrogradadas das elites tradicionais, um apelo regressivo, um desejo pulsante de retorno à “velha ordem” elitista, hierárquica e segregadora, capaz de exercer poderes absolutos e infindáveis iniquidades com garantia total de impunidade. Parafraseando Eric Hobsbawm²², se o presente é insatisfatório para certos grupos, o passado, provavelmente mais imaginado do que outra coisa, fornece um modelo utópico para o presente, uma restauração reconstituída. Os poderosos, as nações e os nacionalismos sempre distorceram o passado para que se ajustasse às suas necessidades de manutenção do poder no presente.

Cabe também a nós, intelectuais da História, destruir mitos, delírios e fantasias narrativas. O compromisso do historiador é estar do lado da *verdade*, do fato empírico, da evidência comprovável. Pois, mesmo que, no campo

22 Hobsbawm, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

da História, a *verdade* possa ter seu sentido colocado em disputa em função de visões divergentes ou relativizações (tão comuns nas ciências humanas na pós-modernidade), “[...] existe um terreno em que o verdadeiro simplesmente opõe-se ao falso, independentemente de qualquer interpretação.”²³ E o lado da verdade, frequentemente, é o lado dos esquecidos, dos ninguéns, dos despossuídos. Daqueles que, historicamente, não tiveram nem têm assegurados seus direitos, sua liberdade ou sua justiça. Segundo Edward Said, são *princípios universais* que devem estruturar o devir do intelectual.²⁴ Como tal, o historiador consciente de sua função deve assumir essa tarefa da busca da verdade obliterada e, ao fazê-lo, inevitavelmente há de confrontar os poderes, ortodoxias, dogmas e violações aos direitos mais elementares da humanidade.

Nesse segundo livro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em História das Américas (LEPHA) continuamos com nosso compromisso de historiadores e nossa percepção de que há uma “ligação umbilical e ineludível entre passado e presente”, entre o ontem e o hoje que inspirou nosso primeiro livro. Neste segundo volume, mantemos a perspectiva de trabalho original, que é estudar as Américas e suas dinâmicas históricas, com suas diversidades de aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais; mas, como sempre, recordando que o fazemos desde um contexto específico, o Brasil contemporâneo, o que nos outorga uma tônica e perspectiva peculiar.

Os trabalhos e ensaios selecionados para este volume estão concentrados nos estudos contemporâneos das Américas, cronologicamente situados no século XX e, mais especificamente falando, apresentando temas relacionados a conflitos internos e externos, como processos revolucionários e confrontos armados, respectivamente, ou a questões concernentes a dinâmicas transnacionais ou relações internacionais. A obra que segue apresenta ao leitor um panorama das pesquisas realizadas tanto por membros que compõem o LEPHA quanto por pesquisadores convidados. A novidade deste volume é a participação de jovens pesquisadores, egressos do Curso de História da UFMS, estreando suas “primeiras letras” no campo historiográfico.

O livro que aqui apresentamos inicia com o texto de Giovanni Leite Veardi, **“A guerra do Chaco no Jornal do Brasil: comentários sobre o conflito na capital brasileira (1930-1935)”**. Neste artigo, o autor nos convida a aden-

23 Vidal-Naquet, Pierre, apud Cytrynowicz, Roney. **Memória da Barbárie**. A história do genocídio dos judeus na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Nova Stella/Edusp, 1990, p.154.

24 Said, Edward. **Representações do intelectual**. Conferencias Reith, 1993. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

trar um território pouco conhecido e lembrado pelos brasileiros e por nossa historiografia, a tragédia da guerra entre Paraguai e Bolívia ocorrida em torno de uma disputa (em tese) territorial pela região chaquenha, durante a década de 1930. Utilizando-se do periódico *Jornal do Brasil* como fonte, Verardi buscou compreender o posicionamento do jornal sobre a Guerra do Chaco, esmiuçando notícias e informes, examinando notas oficiais, mapas e partes de guerra. Contudo, o autor focou seu olhar historiográfico mais específico nos editoriais do jornal, onde podia se perceber, de forma mais cristalina, a linha político-ideológica do periódico. Segundo o autor, o jornal adotava uma postura abertamente pacifista, mas nesses editoriais transpareciam diversas outras nuances, como as denúncias dos interesses das companhias petrolíferas estadunidenses por trás do conflito. Por fim, a crítica à guerra paraguaio-boliviana também serviu, indiretamente, para destilar sutis divergências contra o governo Vargas, que já havia censurado o jornal anteriormente.

O artigo “**¡Vámonos, compañeras!**”: A seção *Actividades de la Mujer* e a militância feminina e comunista nas páginas do periódico *El Machete*, de Fábio da Silva Sousa e Cleverson Rodrigues da Silva, oferece uma reflexão sobre o papel das mulheres no Movimento Comunista Mexicano. A partir de uma análise da seção “*Actividades de la Mujer*” (1937–1938), publicada no jornal *El Machete*, os autores evidenciam como o periódico se tornou um importante espaço de expressão e mobilização para militantes como Elena Torres, Cuca García, Frida Kahlo, Tina Modotti e Benita Galeana, cujas trajetórias combinaram engajamento político, arte e luta social. O estudo revela, contudo, que o encerramento repentino da seção, sem justificativa, expôs os limites estruturais da participação feminina dentro do partido comunista mexicano. Apesar da retórica igualitária, as mulheres permaneceram afastadas das posições de poder e tiveram suas pautas frequentemente silenciadas. Ao propor a noção de “visibilidade opaca”, os autores oferecem uma leitura original e crítica sobre as contradições entre discurso e prática no interior dos movimentos de esquerda latino-americanos.

O próximo artigo, assinado por Carlos Prado e Cleverson Rodrigues da Silva, intitulado **Nacionalizações, imperialismo e bonapartismo no México: a análise de Trotsky sobre o governo Cárdenas**, tem o objetivo de analisar a posição de Trotsky diante do processo de nacionalização do petróleo no México. De acordo com os autores, apesar de prometer neutralidade, o revolucionário russo acabou se manifestando sobre temas políticos do México, especialmente nos artigos *Las expropiaciones mexicanas*

del petróleo e Mexico y el imperialismo británico. Neles, Trotsky defende a legitimidade da medida tomada por Cárdenas e denuncia a reação imperialista da Grã-Bretanha, interpretando a expropriação como uma luta pela soberania nacional e contra a dominação estrangeira. O estudo evidencia ainda como esses escritos revelam aspectos fundamentais do caráter do imperialismo. Por fim, Prado e Silva ressaltam a originalidade do conceito de bonapartismo *sui generis* elaborado por Trotsky, ao analisar as contradições do programa político implementado por Cárdenas: anti-imperialista, mas não anticapitalista e, portanto, sem caráter propriamente socialista.

Na sequência, o artigo de Jorge Christian Fernández, intitulado **Da condena ao apoio: Argentina, México e as relações com a república espanhola em guerra (1936-1939)**, destaca como a Guerra Civil Espanhola ultrapassou as fronteiras europeias e repercutiu intensamente na América Latina. O autor demonstra que, em meio à polarização global entre fascismo e anti-fascismo, México e Argentina adotaram posturas opostas diante do conflito. Sob o governo de Lázaro Cárdenas, o México destacou-se como o único país latino-americano a oferecer apoio oficial e material à República Espanhola, em coerência com seu ideário revolucionário e anti-imperialista, além de contar com forte apoio popular. Em contraste, a Argentina, sob domínio de setores conservadores e militares desde o golpe de 1930, adotou uma postura de aparente neutralidade que, na prática, beneficiava o franquismo. Fernández evidencia que, mais do que uma disputa internacional, o posicionamento de cada país refletia suas próprias tensões internas entre democracia e autoritarismo, tornando a guerra espanhola um espelho dos dilemas políticos latino-americanos da época.

Por sua vez, Icaro Rossignoli, no artigo intitulado **A América Latina e o Brasil diante do imperialismo: a perspectiva dos trotskistas (1946-1948)**, analisa o papel da imprensa política operária, em especial o jornal *Orientação Socialista* (1946-1948), órgão dos trotskistas brasileiros, como fonte histórica e instrumento de disputa ideológica no movimento operário. O autor destaca a importância de compreender os aspectos materiais, políticos e intelectuais envolvidos na produção, circulação e recepção desses periódicos, ressaltando que eles expressam uma relação dialética entre imprensa e público leitor. A partir das reflexões de Georges Haupt, defende uma história do movimento operário que una rigor acadêmico e engajamento político, reconhecendo as organizações e suas publicações como parte fundamental da luta de classes. Ao abordar o contexto latino-americano, o estudo destaca como o *Orientação*

Socialista denunciava o imperialismo estadunidense e a submissão das burguesias nacionais, consideradas incapazes de realizar revoluções autônomas.

No artigo A **“história oficial” da Revolução Cubana e o papel suprimido da classe trabalhadora**, Marcio Lauria Monteiro realiza uma análise crítica e instigante sobre as narrativas construídas em torno da Revolução Cubana. O autor questiona a versão oficial divulgada pelo regime, centrada nas figuras de Fidel Castro, Che Guevara e no Movimento 26 de Julho, e busca resgatar o protagonismo ocultado da classe trabalhadora no processo revolucionário. Monteiro argumenta que o proletariado teve papel essencial não apenas na derrubada da ditadura de Batista, mas também na radicalização socialista que se seguiu. O texto discute ainda a influência da experiência cubana na formulação da estratégia do “foco guerrilheiro” em outros países latino-americanos, destacando as contradições e limites de sua aplicação. Por fim, o autor alerta para os riscos contemporâneos de restauração capitalista em Cuba e sustenta que somente a ação autônoma da classe trabalhadora e a consolidação de uma verdadeira democracia socialista podem assegurar a continuidade do projeto revolucionário.

Já o artigo de Priscila Roberta Alves Lemos **“Rojo Amanecer: disputa pelo poder e memória do Massacre de Tlatelolco”** utiliza o cinema como fonte histórica, mas entrelaçado aos Estudos Culturais. Ou seja, a autora vai além da “imagem em movimento”. O cinema aqui é visto como um “artefato cultural”, com diversos significados, implícitos e explícitos, simbologias e representações. O texto nos introduz a “uma investigação da obra cinematográfica mexicana *Rojo Amanecer* (1990)”, um filme ambientado no dia 02 de outubro de 1968, quando ocorreu o massacre da *Plaza de las Tres Culturas de Tlatelolco*, na Cidade do México. O filme, de ambientação intimista, tem a narrativa no cotidiano de uma família que, desde seu apartamento em frente à praça, testemunha a tragédia. A partir daí, os autores oferecem ao leitor uma análise multidimensional, decifrando a linguagem do cinema e estabelecendo as relações entre a(s) memória(s) do massacre e as disputas narrativas em torno deste evento, o que evidencia a persistência do trauma na sociedade mexicana. Por fim, os autores nos trazem a luta em torno do reconhecimento, por parte do Estado, do massacre de Tlatelolco como tal, bem como as demandas por justiça e o direito à memória e à verdade histórica.

Por fim, em **“Implementação e consolidação do neoliberalismo na América Latina: um panorama da experiência chilena e boliviana”**, Kauê

Silva de Araújo e Carlos Prado apresentam uma análise sobre o desenvolvimento do neoliberalismo no continente latino-americano. Os autores examinam com clareza como, após a crise do petróleo de 1973, esse modelo econômico se consolidou por meio de políticas de austeridade, privatizações e redução do papel do Estado, redefinindo as estruturas econômicas e sociais da região. O texto traça um paralelo entre o Chile, primeiro laboratório dessas reformas, implantadas sob a ditadura de Pinochet com apoio dos “Chicago Boys”, e a Bolívia, caso emblemático de implementação no neoliberalismo em contexto democrático, a partir de 1985. Apesar de todos os limites e contradições, com o Consenso de Washington, o neoliberalismo se tornou o paradigma dominante no continente. A leitura é enriquecida pela reflexão de Perry Anderson, que aponta o verdadeiro êxito neoliberal como sendo ideológico, ao se impor como “a única alternativa possível”. Trata-se, portanto, de um estudo crítico, que contribui para compreender a implementação, os impactos e a permanência desse modelo nas economias latino-americanas.

Jorge Christian Fernández

A GUERRA DO CHACO NO JORNAL DO BRASIL

COMENTÁRIOS SOBRE O CONFLITO NA CAPITAL BRASILEIRA (1930-1935)

Giovanni Leite Verardi

A pesquisa realizada para a construção do trabalho que deu forma a este artigo, aqui sumariamente apresentada, foi feita inteiramente pela internet através do Acervo Digital da Biblioteca Nacional¹, utilizando o mecanismo de busca do próprio site para encontrar palavras-chave relativas ao tema em questão. Ao todo foram encontradas publicações e manchetes em 1255 páginas do *Jornal do Brasil* em edições entre 1921 e 1938, sendo o período de 1930 a 1935 o de maior intensidade, com ênfase nos anos da guerra (1932-1935). Há, porém, uma falha de aproximadamente 10 edições no ano de 1933 que não se encontram no acervo.

Como o foco do trabalho estava em compreender a visão da equipe do jornal sobre todo o processo que envolveu a Guerra do Chaco, priorizou-se estudar os artigos do editorial do jornal enquanto outros aspectos julgados de menor relevância foram menos explorados. Cabe, porém, ressaltar que o jornal contou com notas oficiais dos países beligerantes, telegramas das agências de notícias, artigos de estudiosos sobre o tema, bibliografias disponíveis à população, comentários de outros jornais, textos informativos, fotos, mapas, etc. Isso tudo contribuiu para que o público leitor permanecesse informado e formasse sua opinião sobre o conflito entre Paraguai e Bolívia.

¹ Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>> Acesso em: 4 de agosto de 2025

A guerra do Chaco e a disputa pelo território

A Guerra do Chaco (1932-1935) foi um conflito armado entre Paraguai e Bolívia em uma zona de litígio que abrangia uma extensa região entre os rios Pilcomayo e Paraguai, que acabou por envolver indiretamente diversos países, especialmente aqueles que faziam fronteira com os beligerantes, incluindo o Brasil. Diversos esforços para resolver a situação de forma pacífica se mostraram sem resultados. Os combates e escaramuças entre os exércitos combatentes ocorreram principalmente na primeira metade da década de 1930, mas os esforços de outros países mediadores do conflito se prolongaram até o final da década. O principal período de combates na linha de frente durou cerca de três anos (julho de 1932 a junho de 1935).

Localizado no mediterrâneo da América do Sul, o território do Chaco compreende uma vasta região de aproximadamente 600.000 km², cercada por serras, montanhas e rios caudalosos, sendo em sua maior parte, formado por planícies com pequenos leitos fluviais atravessando sua extensão². O nome “chaco” tem origem derivada do quechua, língua de povos nativos dos Andes, e aparentemente servia para denominar as grandes caçadas praticadas na região³.

Pode ser dividido em três áreas: Austral, Boreal e Central; das quais a primeira e a última fazem parte do território da Argentina, enquanto o Chaco Boreal foi o alvo da contenda entre Paraguai e Bolívia até o final da década de 1930. Essa área apresenta-se limitada pelos rios Paraguai e Pilcomayo, e ao norte pela serra de Santa Cruz com os rios Otuquis e Parapeti, compreendendo quase 200.000 km². A disputa pelo direito dessa região tem início em um Tratado de Navegação e Limites assinado entre Argentina e Paraguai em 1852, onde o último teria direito e soberania sobre todo o rio de mesmo nome até sua confluência com o rio Paraná, contudo, a Bolívia passou a alegar seus direitos sobre parte da costa ocidental do rio⁴.

Apesar de estar concentrada em dois países mediterrâneos da América do Sul, a Guerra do Chaco expressou indiretamente um atrito entre dois

2 Seiferheld, Alfredo M. **La Guerra del Chaco**. Assunção: Servilibro, 2007.

3 Carvalho, Gustavo Eberle de. **O Brasil e a geopolítica na Guerra do Chaco: Diplomacia e política na Conferência de Paz de Buenos Aires (1935-1939)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

4 Argentina e Paraguai assinaram o tratado em 15 de julho de 1852, tendo o encarregado de negócios da Bolívia em Buenos Aires formulado uma carta de protesto, alegando direito às margens do rio entre os paralelos 20° e 22° (Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *A Guerra do Chaco*. **Rev. bras. polít. int.** vol.41 no.1 Brasília Jan./Jun. 1998.; Zook, David. **La Conducción de la Guerra del Chaco**. Assunção: Editorial El Lector, 1997).

países em disputa pela hegemonia regional, sendo eles Argentina e Brasil. A Argentina, apesar de declarar sua neutralidade, era uma aliada importante do Paraguai e buscou fazer o máximo para que o país guarani tivesse vantagens consideráveis, tanto no campo militar quanto no diplomático, visto que tinha interesses na região em disputa e na possível grande reserva petrolífera sob posse da Bolívia. Aponta Gustavo Carvalho: “Ao que tudo indica, a Argentina tinha interesse especial nas províncias bolivianas de Santa Cruz e Tarija, pois além do petróleo situavam-se nessa região as reservas de ferro de El Mutún, estratégicas para a arrancada industrial argentina”⁵.

A falta de veracidade da neutralidade argentina foi acusada por autores bolivianos e chegou a ser conhecida por vários países envolvidos diplomaticamente no conflito, como o Brasil, Chile, Estados Unidos da América e Uruguai⁶. Devido à influência da obra de Mário Travassos *Aspectos Geográficos Sul-Americanos*⁷, a postura argentina reverberou na postura brasileira, que acabou adotando medidas mais favoráveis à Bolívia, ainda que mais cautelosas. O tratado de Petrópolis, por exemplo, concedia aos bolivianos algumas zonas às margens do rio Paraguai, além de outras concessões em compensação à perda de acesso ao rio Amazonas no território do Acre, irritando profundamente os paraguaios, pois consideravam aquelas zonas como suas por direito. Dessa forma, tanto a Argentina quanto o Brasil atuaram mais agressivamente na disputa hegemônica, enquanto declaravam sua neutralidade perante o conflito entre seus vizinhos.

Vários tratados de limites foram propostos ao longo do século XIX e no início do século XX⁸, porém nenhum deles encerrou definitivamente a ques-

5 E continua: “O país vislumbrava não apenas o acesso às matérias-primas existentes na Bolívia, tais como petróleo, ferro e borracha, mas os meios de assegurar o futuro mercado oriental boliviano, o que possibilitaria ao país exercer seu papel hegemônico no Prata”. (Baldívieso *apud* Carvalho, Gustavo Eberle de. **O Brasil e a geopolítica na Guerra do Chaco: Diplomacia e política na Conferência de Paz de Buenos Aires (1935-1939)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2019, p. 44.

6 Carvalho, Gustavo Eberle de. **O Brasil e a geopolítica na Guerra do Chaco: Diplomacia e política na Conferência de Paz de Buenos Aires (1935-1939)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

7 Publicada em 1931 e acatada por diversos militares no Brasil e Argentina, a obra defendia que o eixo Cochabamba – Santa Cruz de la Sierra – Sucre, seria o coração, ou *heartland*, sul-americano e por isso seria a chave para quem quisesse se tornar a potência hegemônica regional. O conceito de *heartland* foi criado pelo britânico Halford John Mackinder na primeira década do século XX e adotado por Travassos para explicar a importância da Bolívia para os interesses nacionais brasileiros.

8 Quijarro-Decoud (1879), Aceval-Tamayo (1887), Benítez-Ichazo (1894), Pinilla-Soler (1907), além de tratados adiados sem data limite (In: Carvalho, Gustavo Eberle de. **O Brasil e a geopolítica na Guerra do Chaco: Diplomacia e política na Conferência de Paz de Buenos Aires (1935-1939)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2019).

tão da fronteira entre o Paraguai e a Bolívia. Ambos os países tiveram preocupações internas e externas, maiores do que a delimitação de suas fronteiras no Chaco. Essas constantes tentativas de demarcações os levavam a propor soluções impraticáveis e postergar resoluções que favorecessem seus interesses, posteriormente. Na impossibilidade de um acordo bilateral, os bolivianos e paraguaios necessitaram de uma maior presença militar para defender seus interesses regionais, gerando diversas linhas de fortificações, postos de guarda e guarnições pelo território chaquenho. De certa forma, isso contribuiu para um maior conhecimento geográfico e para a preparação da infraestrutura necessária para a logística, o que foi crucial para os combates na linha de frente, principalmente do lado paraguaio, durante a guerra.

Figura 1 – Mapa do Chaco



Fonte: *Jornal do Brasil*, ed. 230, p.8, ano 1933 (recorte do autor)

A situação do Paraguai

Na década de 1930 boa parte da economia do Paraguai dependia da produção que vinha do Chaco. Apesar de muitas vezes negligenciar, diplomaticamente, seu direito pela região, o Paraguai sempre manteve sua expansão

para o interior chaquenho, o que contribuiu enormemente para os resultados do conflito em 1935. Alfredo M. Seiferheld escreve que

El Chaco paraguayano participaba activamente de la economía del país, con una destacable contribución a sus rentas, un tercio de las cuales proveían, en 1932, de su suelo. Buena parte del total de sus redes ferroviarias se hallaba allí, al igual que la mitad de su ganadería. Importantes industrias tanínicas ocupaban, por lo demás, un privilegiado lugar entre los rubros de exportación. No en balde el territorio contaba con poblaciones desde hacía tiempo asentadas, con luz eléctrica parcial, con servicios telegráficos, telefónicos y postales, escuelas y hospitales e importantes puertos.⁹

Com isso, o Paraguai tinha a total vantagem sobre a Bolívia no Chaco, visto que sua população fortalecia suas raízes na região e consequentemente favorecia suas forças militares, qualificando-as e preparando-as para a proteção do território ocupado com a exploração e conhecimento geográfico, que se mostrou de suma importância entre 1932 e 1935. Porém, essa expansão e penetração para ocupar o território do Chaco se devem muito às companhias de capital estrangeiro, que foram as principais responsáveis por tornar essa região tão economicamente importante. Dentre elas, a de maior renome foi a companhia Carlos Casado Limitada.

A partir de 1885, o Paraguai buscou consolidar sua presença no Chaco através da venda de concessões de terras fiscais, ato necessário para que o governo também recuperasse suas finanças públicas após as perdas na Guerra contra o Paraguai (Guerra da Tríplice Aliança/Grande Guerra). De acordo com Chiavenato¹⁰, até 1904 o governo paraguaio vendeu 93,68% das suas terras fiscais na parte oriental do Paraguai. As terras fiscais eram propriedades rurais estatais, que tinham uso concedido à camponeses livres. Com a venda de todo esse território, a população que utilizava essas terras foi destituída do seu uso e se instaurou o latifúndio em posse de estrangeiros no Paraguai. É com a compra dessas terras que se tem início a presença cada vez maior de capital argentino no território paraguaio e o crescimento da companhia de Carlos Casado. Inicialmente voltada principalmente para a área dos transportes, os Casado logo expandiram seus negócios para a produção de tanino e pecuária, além de expandir a infraestrutura para os transportes fluvial e ferroviário. Aos poucos essa companhia, assim como outras empresas de capital

9 Seiferheld, Alfredo M. **La Guerra del Chaco**. Assunção: Servilibro. 2007, p. 17.

10 Chiavenato, Julio José. **A Guerra do Chaco** (leia-se petróleo). São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 62-65.

estrangeiro, cresceu a ponto de se tornar sinônimo da ocupação e expansão paraguaia no Chaco.

O Chaco se tornou, de fato, o território de maior importância para a economia e governo paraguaios na década de 1930. Um terço de todas as rendas desse país vinham do solo chaquenho e as empresas que ali se instalaram contribuíam enormemente para os ganhos com as exportações no país¹¹. As exportações e as importações paraguaias eram exclusivamente dependentes da Argentina, que possuía as únicas rotas de trânsito de mercadorias internacionais para o Paraguai na época, fossem elas ferroviárias ou fluviais. Portanto, a Argentina dominava completamente o mercado paraguaio, sendo o maior comprador de seus produtos e único meio de alcançar o Atlântico através dos portos de Buenos Aires e, em menor escala, o de Montevidéu.

A situação política no Paraguai, entretanto, era caótica, sendo comum um mesmo partido se dividir em facções na briga pelo poder. No início do século XX, até o início da Guerra do Chaco, poucos presidentes completaram o mandato de 4 anos previsto na Constituição de 1870, enfrentando diversas revoltas, quarteladas, golpes de Estado e guerras internas¹². A mais significativa delas para a situação do Paraguai na sua contenda contra a Bolívia foi a guerra civil de 1922, que adiou o conflito aberto entre as duas nações, visto que as forças armadas do Paraguai constantemente necessitavam de revitalizações, tanto de seu aparato bélico como de pessoal.

A Argentina, que não poderia abrir mão de seus interesses no Chaco, estava constantemente apoiando secretamente as forças paraguaias para garantir a segurança do Estado paraguaio contra as ameaças externas (i.e. a Bolívia). Em 1931 realizou-se um contrato entre as duas nações para uma missão militar argentina chefiada pelo general Abraham Schweizer a fim de aprimorar a organização, os materiais bélicos, o treinamento e a doutrina militar paraguaios. O Paraguai também recebeu volumosa ajuda financeira da Argentina, que forneceu vários milhões de pesos argentinos de empréstimo para que se mantivesse a máquina de guerra ativa¹³.

11 Seiferheld, Alfredo M. **La Guerra del Chaco**. Assunção: Servilibro, 2007.

12 Chiavenato, Julio José. A Guerra do Chaco (leia-se petróleo). São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 76-78; Yegros, Ricardo Scavone. Guerra internacional y confrontaciones políticas (1920-1954). In: Telesca, Ignacio; Durán, Margarita. (org.) *Historia del Paraguay*. 4. ed. Assunção: Santillana, 2010. p. 225-235;

13 Carvalho, Gustavo Eberle de. **O Brasil e a geopolítica na Guerra do Chaco**: Diplomacia e política na Conferência de Paz de Buenos Aires (1935-1939). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

A situação da Bolívia

Após a derrota na Guerra do Pacífico para o Chile e a venda do território do Acre para o Brasil no Tratado de Petrópolis, a Bolívia encontrava-se encurralada. Após perder a região litorânea e o acesso à bacia amazônica no território do Acre, não havia maneira de escoar sua vasta produção de minérios sem o pagamento de tarifas ao Chile pelo oceano Pacífico ou depender de acordos com Brasil e Argentina pelo oceano Atlântico. Como afirma Julio José Chiavenato:

A Bolívia perdeu tudo rapidamente. Em 26 de maio de 1880 a guerra contra a Bolívia chegava ao fim. O Chile apossava-se definitivamente, como imposição para assinar um tratado de paz, de cento e vinte mil quilômetros quadrados do território da Bolívia, retirando-lhe seu acesso ao mar. [...] A Bolívia perdeu [de 1870 a 1935]: 120.000 km² para o Chile, no litoral; 490.437 km² para o Brasil, no Acre e Mato Grosso; 170.000 km² para a Argentina, no Chaco Central e na Cordilheira de Atacama; 250.000 km² para o Peru, no território de Manupiri; 235.000 km² para o Paraguai, no Chaco Boreal. Um total de 1.265.437 km² - exatamente 56,4% do seu território!¹⁴

Diante de todas as perdas, para alcançar o rio Paraguai em uma região navegável e obter uma “saída para o mar” que não dependesse do pagamento de tarifas, a Bolívia precisava ocupar o Chaco, e a única maneira que encontrava de se realizar tal tarefa era a ocupação militar. Para isso se fazia necessária a criação de estradas de comunicação entre os postos de guarda e fortificações, que foram criadas ao longo dos anos e em seu trajeto de maior extensão percorriam a distância de aproximadamente 600 km, atravessando pontos importantes do chaco boliviano. Toda a comunicação do exército boliviano era feita por essas estradas e pelos rios, o que posteriormente foi um grande problema para o alto comando militar da Bolívia.

Alguns estudiosos bolivianos, como Aniceto Solares, Alcides Argüedas e Jaime Mendoza, já haviam advertido de que a ocupação militar por si só não resolveria a situação no território chaquenho sem o acompanhamento do “progresso”. O escritor Jaime Mendoza, de quem a ideia de construir estradas surge e se fortalece, defendia que “Bolivia debe pisar fuerte en el Chaco; pero no precisamente con el sable y el fusil, sino con la picota y el riel...”¹⁵; ou seja, criar estradas para que se possa abrir caminho para novos povoados e

14 Chiavenato, Julio José. **A Guerra do Chaco** (leia-se petróleo). São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 22-23.

15 Seiferheld, Alfredo M. **La Guerra del Chaco**. Assunção: Servilibro. 2007, p. 22.

expansão ferroviária, aprimorando o conhecimento da região e efetivando a ocupação. A Bolívia abriu mais de 3000 km em estradas, porém manteve-as estritamente para os fins militares, o que custou um alto preço à Bolívia ao longo da guerra com o Paraguai, devido à falta de mão de obra, produtividade e conhecimento de recursos naturais.

O atraso boliviano quanto ao indicativo de progresso nessa época pode ser compreendido quando se observa a situação social da Bolívia após sua independência. De 1825 até 1930, pouco da sociedade boliviana se alterou. O latifúndio nas mãos de poucos brancos se expandiu em detrimento da população indígena, que era a grande maioria, submetida ao trabalho escravo ou análogo à escravidão. Como define Chiavenato:

O sistema de *colonato* e *pongaje* não refletia apenas a tremenda desumanidade para com o ser humano; não expressava tão só a estupidez do sentimento de “superioridade” do branco sobre o índio. Mais que isso, como é óbvio, marcava tais relações de classe o domínio das oligarquias produzidas pelo latifúndio sobre a grande maioria da nação. [...] E refletia no sistema político, formalmente em alguns períodos organizado como uma “democracia” para a minoria votante – naturalmente os latifundiários que usufruíam dos cargos em disputa ou colocavam seus testas-de-ferro para serem votados por uma classe média que vivia das migalhas que caíam da mesa farta do trabalho escravo produzido pelos índios.¹⁶

A população indígena era explorada ao máximo, gerando uma fonte de renda barata para os latifundiários bolivianos que não se preocupavam com o bem-estar, o transporte das mercadorias ou com as ferramentas de trabalho, que eram de total responsabilidade dos colonos (grupos de índios), recebendo em troca de todos os serviços apenas uma quantia de milho moído para a sobrevivência. Com isso não havia incentivo algum para que se aprimorassem as ferramentas de trabalho, as condições de vida da população ou melhorias nos sistemas de produção, estagnando a sociedade boliviana muito abaixo dos padrões de outras nações sul-americanas. Por ser a maior parte da população, os quechuas e aimarás eram a grande fonte de mão de obra boliviana, estendendo seus serviços (forçados) ao campo rural, às minas de estanho e ao campo de batalha, todos eles sob a tutela de um senhor branco.

A economia boliviana baseava-se na espoliação do trabalho forçado indígena e na exportação do estanho, que financiava a repressão a qualquer

16 Chiavenato, Julio José. **A Guerra do Chaco** (leia-se petróleo). São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 29.

um que se revoltasse contra o *status quo*. Simon Patiño¹⁷, um dos homens mais importantes da Bolívia, detinha riquezas maiores que o próprio Estado boliviano, tendo enriquecido explorando as grandes reservas de estanho presentes nas montanhas andinas. Patiño tinha controle total da economia boliviana, além de ampla dominação no governo, muitas vezes financiando ditadores que estavam à mercê de suas vontades. Todo esse quadro criou na Bolívia uma corrupção extraordinária e uma inaptidão do governo em lidar com diversos problemas, corroborando grandes derrotas durante a guerra e o posterior colapso estrutural em 1952.¹⁸

Mesmo perante toda essa situação, o governo e o alto comando bolivianos ainda se consideravam uma força maior que o Paraguai, devido a sua capacidade e meios militares. Liderado pelo general alemão Hans Kundt, veterano da frente oriental na Primeira Guerra Mundial, acreditava-se que o exército boliviano poderia rapidamente conquistar o Paraguai por completo, desprezando as capacidades do exército paraguaio. De fato, a Bolívia possuía uma força com o que havia de mais avançado para o período, desde tanques e morteiros, até aeronaves de bombardeio e de caça, tendo realizado diversos desfiles de armas que contribuíram internacionalmente para um maior prestígio e uma perspectiva de vitória boliviana em caso de guerra.

Contudo, subestimar as forças paraguaias, que eram apoiadas secretamente pela Argentina, não foi uma decisão inteligente, pois as forças paraguaias estavam melhor preparadas em suas doutrinas e estratégias. O contínuo avanço de fortificações e estradas bolivianas, em território paraguaio, impossibilitou a tentativa, “pacífica”, segundo a Bolívia, de conquistar o Chaco, resultando em uma série de escaramuças na fronteira no final da década de 1920 e eclodindo no conflito armado em 1932.

O Jornal do Brasil

O *Jornal do Brasil* foi fundado em 9 de abril de 1891, por Rodolfo de

17 Simon Patiño nasceu em Santiváñez, na Bolívia, em junho de 1860. Foi um empresário e dono de uma enorme companhia de mineração na Bolívia. Começou como dono de uma mina de estanho na primeira década do século XX e em menos de dez anos se tornou um dos homens mais ricos da América do Sul. Sua influência política se tornou tão grande que Patiño tornou o Estado boliviano dependente de seu poder, exercendo assim grande controle sobre diversos setores da sociedade boliviana. Ver: Chiavenato, Julio José. **A Guerra do Chaco** (leia-se petróleo). São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

18 Chiavenato, Julio José. **A Guerra do Chaco** (leia-se petróleo). São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

Souza Dantas, pouco depois da proclamação da República. Localizada na Rua Gonçalves Dias, no centro do Rio de Janeiro, a redação do jornal contou com a direção do próprio Dantas, Henrique Villeneuve na gerência e Sancho de Barros Pimentel na chefia de redação. Possuiu grandes laços com a monarquia, visto que Dantas, o fundador do jornal, foi ministro do Império em 1882 e a data de lançamento do jornal foi escolhida para ser no aniversário de um dia simbólico para a monarquia. Apesar de manter inicialmente a cautela em suas publicações a fim de não sofrer repressão do governo republicano, com a chegada de Joaquim Nabuco em junho de 1891, as críticas ao regime republicano se intensificaram e o jornal sofreu retaliações, até ser invadido em dezembro do mesmo ano. Dantas, Nabuco e Pimentel deixaram o jornal, que logo passou para novos proprietários¹⁹.

Em 1893, o jornal passou a ser uma sociedade anônima e se declarou como imparcial, mesmo que seus sócios fossem em sua maioria titulares do Império. A partir desse momento, a postura do jornal se tornou muito mais empresarial e inovadora, enviando correspondentes estrangeiros para diversos países, abrindo uma seção destinada à mulher com Clotilde Doyle na autoria e uma coluna dedicada ao cinema veiculada aos domingos. O jornal passou a ter um posicionamento legalista, atacando continuamente os partidários de Floriano Peixoto, quando Rui Barbosa assumiu a direção do jornal. Rui Barbosa mudou o “Z” de Brasil para “S” no título, além de contratar os serviços telegráficos da agência Reuters-Havas²⁰.

Com o fim da presidência de Floriano Peixoto e início do mandato de Prudente de Moraes, trazendo consigo a “política do café-com-leite”, o jornal também iniciou uma nova fase que se estendeu por um longo período, transformando-se de acordo com as tendências comerciais e políticas, com os posicionamentos das direções e redatores que passaram pelo periódico, dentre outros fatores do período. As notícias da agência Havas continuaram sendo divulgadas diariamente e o jogo do bicho passou a ganhar mais destaque na capa, por exemplo²¹.

19 Fonseca, Letícia Pedruce. **A construção visual do *Jornal do Brasil* na primeira metade do século XX.** Dissertação (Mestrado em Artes e Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

20 Fonseca, Letícia Pedruce. **A construção visual do *Jornal do Brasil* na primeira metade do século XX.** Dissertação (Mestrado em Artes e Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

21 Fonseca, Letícia Pedruce. **A construção visual do *Jornal do Brasil* na primeira metade do século XX.** Dissertação (Mestrado em Artes e Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

A partir de 1900, o *Jornal do Brasil* passou a ter cunho muito mais popular. Além de ser expedido para todo o país, possuía uma tiragem que chegava a 62.000 exemplares diários em 1902, sendo um número extraordinário para a época e que competia com o de outros grandes jornais diários da América do Sul, como o *La Prensa*, de Buenos Aires. O *Jornal do Brasil* contava com seções para as notícias internacionais recebidas de diversas agências de notícias, seções para as reivindicações da população do Rio de Janeiro, informações de diversos eventos culturais, seções religiosa e esportiva, palpites e resultados do jogo do bicho, notícias de outros estados, publicava a cobertura de festas populares, religiosas e do carnaval, seções com quadrinhos e caricaturas, dentre outras. Dessa forma, o *Jornal do Brasil* não se limitava a noticiar fatos, mas contribuía para divulgar elementos culturais da então capital brasileira ao resto do país, alcançando um público essencialmente diverso, caracterizando-o como um periódico popular²².

Durante a Primeira Guerra Mundial, o jornal fez cobertura diária do conflito, destacando as chamadas de capa da seção “Europa em Guerra”, utilizando-se amplamente de fotografias, que nessa época começaram a ter maior presença em diversos periódicos ao redor do mundo. As notícias telegráficas, que eram recebidas principalmente pelas agências de notícias europeias, ocupavam grande parte da edição, detalhando as movimentações no campo de batalha e assuntos pertinentes à guerra. Entretanto, com o final do conflito em 1918, ocorreu um encarecimento dos produtos usados pela indústria gráfica, que na época eram dependentes da importação, provocando uma grave crise financeira no *Jornal do Brasil*, que ainda estava se recuperando dos seus investimentos em modernização²³.

Ainda segundo Fonseca²⁴, durante a década de 1920 o jornal continuou investindo na sua característica popular e se manteve acompanhando as tendências e interesses da população. Contudo, a partir de 1930, com a tomada do

Janeiro, 2008.

22 Fonseca, Letícia Pedruce. **A construção visual do *Jornal do Brasil* na primeira metade do século XX.** Dissertação (Mestrado em Artes e Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

23 Fonseca, Letícia Pedruce. **A construção visual do *Jornal do Brasil* na primeira metade do século XX.** Dissertação (Mestrado em Artes e Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

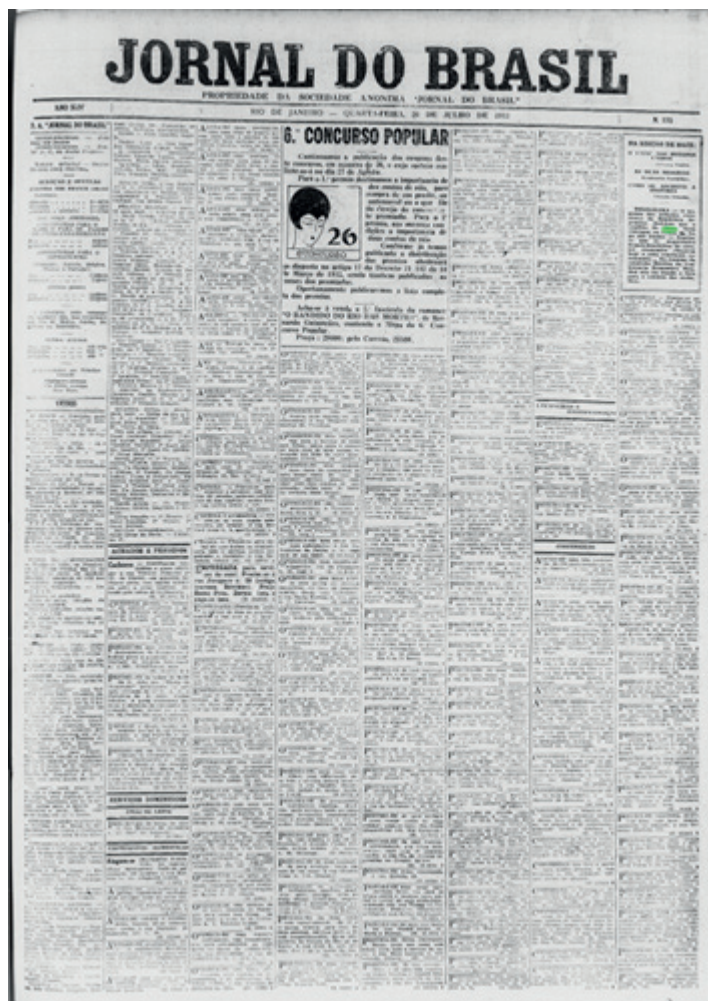
24 Fonseca, Letícia Pedruce. **A construção visual do *Jornal do Brasil* na primeira metade do século XX.** Dissertação (Mestrado em Artes e Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

poder por Getúlio Vargas, os periódicos que apoiaram a Aliança Liberal foram liquidados ou não puderam retomar suas atividades de imediato, quando o *Jornal do Brasil* foi invadido e bloqueado de circular por 4 meses. A volta para a circulação só foi possível com a censura de matérias antes de sua publicação. A postura do jornal tornou-se, portanto, bem mais cautelosa, atuando timidamente em favor da reconstitucionalização.

Com os constantes problemas financeiros que o jornal enfrentava, José Pires do Rio foi convidado para atuar como diretor-tesoureiro do jornal, trazendo uma reestruturação em 1934 que dava maior ênfase aos classificados, reduzindo drasticamente o destaque para questões políticas, culturais e o interesse pelas artes e literatura. Isso contribuiu para que o *Jornal do Brasil* perdesse aos poucos sua importância como órgão noticioso e recebesse o apelido pejorativo de “jornal das cozinheiras”, devido à enorme quantidade de classificados e anúncios nas primeiras páginas²⁵.

25 Fonseca, Letícia Pedruce. **A construção visual do *Jornal do Brasil* na primeira metade do século XX.** Dissertação (Mestrado em Artes e Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

Figura 2 – Primeira página do jornal com os classificados em 1933



Fonte: *Jornal do Brasil*, ed.175, p.1, 1933.

Durante a década de 1930 e administração de Pires do Rio, as quatro primeiras páginas eram sempre dedicadas aos classificados e a quinta página dedicada ao editorial do jornal. As notícias das agências geralmente se encontravam na seção do serviço telegráfico, normalmente após a oitava página, conglomerando grande parte das informações diárias internacionais. Diferentemente das primeiras cinco páginas que possuíam padrão gráfico

e estrutura padronizada, as outras páginas do periódico mantinham apenas um padrão gráfico enquanto a estrutura da página era variável. Como aponta Letícia Pedruce Fonseca:

Isso mostra que o paginador utilizava regras no uso dos elementos, mas definia a estrutura das páginas de acordo com o material disponível em cada dia. Essas reflexões foram baseadas na observação da fonte primária, no acervo do jornal. A afirmação de que a construção das páginas era trabalhada diariamente se baseia na constatação de que muitas vezes foi difícil identificar o uso padrão de um mesmo elemento. Comumente o título de uma seção era apresentado numa tipografia e às vezes mudava em algumas edições. Isso comprova que não havia sistematização obrigatória como existe nos projetos gráficos dos jornais atualmente. A cada aspecto observado existe sempre uma exceção que não permite que se afirmem quais regras eram usadas para compor o impresso. Como o jornal era paginado, as mudanças gráficas ocorriam paulatinamente, assim, o leitor não se deparava repentinamente com um novo jornal, como acontece atualmente quando um periódico modifica seu projeto gráfico.²⁶

As diferentes administrações do jornal sempre mudaram a forma como o diário era montado e apresentado, sendo visíveis as diferenças ao longo dos anos. Inicialmente o jornal era mais voltado para a literatura, porém com o passar dos anos e as mudanças da direção, o jornal passou a dar enfoque em matérias noticiosas, mais sucintas e diretas²⁷. A inserção de imagens, fossem elas ilustrações ou fotografias, contribuiu para uma grande diferença gráfica na organização das edições. A apresentação textual das matérias também foi alterada ao longo dos anos, com os títulos e subtítulos tendo ganhado maior destaque centralizados em relação ao número de colunas da matéria, que até a década de 1920 eram postos sem destaque em apenas uma única coluna, tornando o jornal visualmente mais vertical. É apenas a partir da década de 1920 que a organização hierárquica do conteúdo das matérias passou a ser melhor aproveitada, alocando as de maior importância para os espaços nobres das edições e contribuindo para a identidade visual do jornal nessa época.

As matérias sobre a Guerra do Chaco diversas vezes foram apresentadas aos leitores sob o título de “a questão do Chaco” na seção do serviço

26 Fonseca, Letícia Pedruce. **A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX.** Dissertação (Mestrado em Artes e Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

27 Fonseca, Letícia Pedruce. **A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX.** Dissertação (Mestrado em Artes e Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

telegráfico. Entretanto, além de notícias pertinentes que não estavam diretamente conectadas com o conflito do Chaco, é possível encontrar notícias sob outros títulos e subtítulos ou em outras seções. Apesar de poucas vezes ocupar um lugar de destaque nas edições, a presença de alguma matéria sobre o conflito entre Paraguai e Bolívia foi constante por todo o período da guerra, desde as primeiras escaramuças anteriores ao confronto deliberado até o armistício e as conferências de paz que se seguiram. Além das notas oficiais dos dois países envolvidos indicando o movimento das tropas no campo de batalha e os resultados dos choques entre os exércitos, muitas vezes endossados para exaltar os próprios ganhos ou reduzir perdas para o inimigo, o jornal apresentou continuamente as disputas diplomáticas e comentários sobre a situação como um todo.

As agências de notícias

Durante a década de 1930 as notícias internacionais que o jornal publicava, em especial as relativas à Guerra do Chaco, vinham de algumas agências de notícias, sendo as principais a francesa *Havas* e a estadunidense *United Press*²⁸. Essas duas agências, assim como a também estadunidense *Associated Press*, dominavam o mercado de notícias telegráficas na América do Sul, com a Havas tendo perdido espaço para outras após a Primeira Guerra Mundial. Pesquisas em agências de notícias em períodos prévios à era das digitalizações são difíceis devido à ausência de suporte físico, visto que poucas agências arquivavam materiais não aproveitados por seus clientes e descartavam aquilo que já havia sido enviado aos diversos periódicos que contratavam seus serviços. Portanto, grande parte da produção dessas agências que não está nos arquivos dos jornais e revistas que os assinavam acabou se perdendo ou se encontra com um acesso extremamente dificultado²⁹.

As agências europeias e norte-americanas operavam de formas distintas. Como aponta José Afonso da Silva Júnior:

A estruturação dos modelos das agências, em torno da realidade europeia

28 O jornal também assinava os serviços da agência Americana, extinta em 1930, e pela Agência Brasil, ambas agências nacionais de menor escala.

29 Aguiar, Pedro. A Longa e Esquecida Tradição do Jornalismo de Agências no Brasil. In: ANAIS DO 18º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2020, Online. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2020. Disponível em: <https://proceedings.science/sbpjor-2020/trabalhos/a-longa-e-esquecida-tradicao-do-jornalismo-de-agencias-no-brasil?lang=pt-br>. Acesso em: 20 set. 2023.

e norte-americana, coloca dois perfis de uso de redes. O padrão europeu delineia-se em torno de redes complementares. Era uma rede de redes, mas com alcance limitado, pois a área de disseminação ou apuração de uma agência terminava quando começava a outra. Esse modelo é reforçado, quando, mais tarde, as agências da Europa constituem um cartel que visa garantir a operação em áreas geográficas exclusivas. No padrão americano o que se tinha era a ideia de uma rede expandida, ou ao menos expansível à medida que se amealhassem novos sócios. Nesse molde, os membros associados repartiam o custo operacional da agência. A troca de informação intermediada pela agência se dava de modo parcialmente livre entre os membros, desde que se assinasse o serviço e se alimentasse o sistema, poder-se-ia receber e enviar material (Cooper, 1942, p.89). Segundo alguns autores (Fenby, 1986, Storey, 1951), esse modelo se aproximava do que seria uma forma mais pura de uma agência voltada para a informação de notícias, pois, o próprio conjunto de assinantes eram jornais, fornecendo e se servindo do material de modo cooperativo.³⁰

Essa distinção pode ser entendida como a adequação dos métodos e configurações à geopolítica pertinente da época e local do surgimento dessas agências. Ao longo dos anos esses métodos acabaram se mesclando para atender às necessidades que as agências encontravam para se expandir ao redor do mundo, todavia são importantes para compreender as características operacionais e o fluxo de informações que era determinado pela formação organizacional das agências³¹. Por muito tempo, as agências europeias dominaram completamente o mercado internacional de notícias, sendo apenas após a Primeira Guerra Mundial que algumas agências estadunidenses passaram a ter mais força internacionalmente. De fato, as agências europeias formaram um cartel durante boa parte do século XIX e a primeira década do século XX, dividindo as zonas de atuação ao redor do mundo entre a agência britânica *Reuters*, a francesa *Havas* e a alemã *Wolff*³².

Na América do Sul, apesar de inicialmente haver uma parceria entre a

30 Silva Junior, José Afonso da. **Uma trajetória em redes:** modelos e características operacionais das agências de notícias, das origens às redes digitais, com três estudos de caso. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, p. 406. 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31689>. Acesso em: 20 set. 2023

31 Silva Junior, José Afonso da. **Uma trajetória em redes:** modelos e características operacionais das agências de notícias, das origens às redes digitais, com três estudos de caso. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, p. 406. 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31689>. Acesso em: 20 set. 2023

32 Durante a Primeira Guerra Mundial o cartel foi desmantelado, e ao final dela a agência *Wolff* foi fechada, possibilitando a ascensão das agências americanas no mercado global e posteriormente da soviética TASS no Leste Europeu, especialmente após a Segunda Guerra Mundial.

Reuters e a Havas, em 1876 a agência britânica se retirou da região, fortalecendo o monopólio da agência francesa por um longo período na distribuição de material jornalístico para a imprensa sul-americana e especialmente a brasileira³³. Houve algumas agências brasileiras de notícias, mas nenhuma delas superou a esfera nacional. Em 1937 o governo de Getúlio Vargas instituiu a Agência Nacional, que logo foi incorporada ao Departamento de Imprensa e Propaganda a fim de fornecer conteúdo para a imprensa brasileira, censurando as matérias e entregando materiais a serem publicados no lugar das pautas cortadas³⁴. De acordo com um artigo da UNESCO, na década de 1950 apenas seis agências de notícias telegráficas alcançaram a esfera mundial, sendo elas a *Agence France-Presse* (AFP, antiga Havas), *Associated Press* (AP), *Reuters*, *International News Service* (INS), *Telegrafnoye Agentstvo Sovietskavo Soyuz* (TASS) e *United Press International* (UPI). A UNESCO define as agências de esfera mundial como:

[...]an agency which maintains a network of correspondents to collect news in a great number of countries and a headquarters staff which edits these news items, as well as domestic news, and despatches them as quickly as possible: (a) to the agency's bureaux abroad for local distribution to newspapers and broadcasting stations; (b) to national agencies with which it has an agreement; and (c) directly to subscribing newspapers and broadcasting stations abroad. Such agencies use extensive telecommunications facilities for the reception and transmission of their services. [...] All important national agencies and many newspapers and broadcasting stations subscribe to the services of one or several of these world agencies.³⁵

Como dito anteriormente, o *Jornal do Brasil* assinava os serviços da Havas e da *United Press*, que foram as principais fornecedoras de notícias sobre a Guerra do Chaco na década de 1930. A agência Havas foi fundada em 1835 na cidade de Paris, tendo se aproveitado do cartel com as agências Reuters e Wolff para se tornar uma grande agência internacionalmente. Após

33 Aguiar, Pedro. A Longa e Esquecida Tradição do Jornalismo de Agências no Brasil. In: ANAIS DO 18º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2020, Online. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2020. Disponível em: <https://proceedings.science/sbpjor-2020/trabalhos/a-longa-e-esquecida-tradicao-do-jornalismo-de-agencias-no-brasil?lang=pt-br>. Acesso em: 20 set. 2023.

34 Aguiar, Pedro. A Longa e Esquecida Tradição do Jornalismo de Agências no Brasil. In: ANAIS DO 18º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2020, Online. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2020. Disponível em: <https://proceedings.science/sbpjor-2020/trabalhos/a-longa-e-esquecida-tradicao-do-jornalismo-de-agencias-no-brasil?lang=pt-br>. Acesso em: 20 set. 2023.

35 UNESCO. **News Agencies: Their Structure and Operation**. Paris, 1953. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000073446>. Acesso em: 20 set. 2023.

o fim do cartel, o governo francês passou a intervir diretamente na gestão da agência, subsidiando investimentos e cobrindo gastos para manter a continuidade operacional, que perseverou até a invasão da França pela Alemanha após 1939³⁶. A agência *United Press* foi fundada em 1907 na cidade de Nova York e expandiu-se para fora dos Estados Unidos rapidamente em 1914, dobrando sua clientela de jornais e agências assinantes. No estopim da Primeira Guerra Mundial, os periódicos da América do Sul recebiam suas notícias majoritariamente através da *Havas*, entretanto, como o governo francês tinha controle sobre os materiais transmitidos à agência, foi perdendo forças, e outras agências como a *United Press*, que se inseriu no mercado sul-americano como fornecedor de notícias em 1915, passaram a ter maior presença. A *United Press* criou uma forte ligação com o jornal *La Prensa*, de Buenos Aires, montando sua sede da América do Sul na capital argentina e distribuindo seus serviços para o interior sul-americano a partir de lá. Em 1929 a *United Press* já enviava notícias para 1.170 jornais em 45 países e territórios e em 1935 foi a agência pioneira na oferta de notícias para as estações de rádio³⁷.

Os comentários e o posicionamento do jornal perante a guerra

Antes de eclodir a guerra em 1932, o jornal apresentou ao seu público leitor diversas notícias relacionadas às relações exteriores entre os países envolvidos, tendo buscado sempre que possível exaltar a cordialidade entre as nações, apesar dos crescentes atritos entre Paraguai e Bolívia. Os acordos e tratados realizados entre o Brasil e ambos os beligerantes, assim como as atividades diplomáticas que o Estado brasileiro realizava, apareceram em alguns momentos ao longo da década de 1920 e do início de 1930. Em 5 de setembro de 1925, por exemplo, o jornal publicou um telegrama da *United Press* informando sobre alguns protocolos assinados em La Paz entre o Brasil e a Bolívia dizendo o seguinte:

Hontem ás 15 horas e 30 minutos, foram assignados entre o ministro das relações exteriores Sr. Diez de Medina e o embaixador extraordinário e

36 Em 1940 o governo da França comprou todo o aparato de informação para montar um escritório de propaganda, que foi tomado pelos alemães após a invasão. Após a guerra, vários serviços franceses independentes de informação que serviram à resistência se unificaram para formar a Agence France-Presse, com a maioria de seus empregados consistindo em ex-empregados da agência Havas.

37 UNESCO. **News Agencies: Their Structure and Operation**. Paris, 1953. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000073446>. Acesso em: 20 set. 2023.

plenipotenciário do Brasil Dr. Araujo Jorge dous protocolos um fixando as fronteiras entre o Brasil e a Bolívia a partir de Cuatro Herbanos seguindo uma linha recta até a foz do [ri]o Verde, fazendo uma inflexão afim de adjudicar ao Brasil as rondas de Ramada, Cacimba e Salinas, e outro estabelecendo a soberania das ilhas do rio Madeira ficando sob o domínio boliviano as de Sucre, Bolívia, Seis de Agosto, Ribeirão de Huigado e Colombo e sob a soberania do Brasil Annus, Marina, 15 de Novembro, Misericórdia, Sete de Setembro, Periquitos e Araras. Simultaneamente assinar-se-á no Rio de Janeiro entre os ministros das relações exteriores do Brasil e o ministro plenipotenciário da Bolívia junto o governo brasileiro outro protocolo em virtude do qual o Brasil compromete-se a empregar dous milhões de libras esterlinas na construção da estrada de ferro entre Puerto Suarez e Santa Cruz em comunicação com a via férrea que conduz a Santos. Outro Protocollo definirá os limites entre Rio Papirrau e Arroyo Bahia. Os quatros documentos resolvem todas as questões pendentes entre o Brasil e a Bolívia decorrentes da aplicação do tratado de Petropolis [...]”³⁸

O editorial do jornal sempre deixou clara sua postura pacifista e “pan-americanista”³⁹, de irmandade e cordialidade entre todas as nações do continente americano. A 17 de julho de 1930, o editorial do jornal publicou o artigo “política pan-americanista” em que dizia ser:

[...] assaz auspicioso o movimento de mais estreita confraternização, que entre [os países do Novo Mundo] se vem observando, desde o termino da questão de Tacna e Arica e da conciliação em torno do Chaco Boreal. A boa vontade manifestada pelos governos dos paizes que vinham mantendo querellas indefinidas e talvez estereis, por motivo da posse sobre aquellas regiões, não ficou, felizmente, nas soluções amigaveis que puzeram termo a taes conflitos. Com efeito, após o perfeito reatamento das relações de amizade entre o Chile e a Bolívia, observa-se uma acentuada tendencia com idênticos propositos. [...] A resolução recente do governo do Paraguay nomeando ministros residentes na Colombia no Mexico e em Cuba revela de modo alviçareiro, esses propositos de uma larga política de paz internacional. Quanto á Bolívia, sabe-se estar havendo, nos meios diplomati-

38 Por uma questão de fidelidade histórica, optamos pela manutenção da grafia original da época. *Jornal do Brasil*, ed. 213, p.9, 1925.

39. O pan-americanismo foi um movimento encabeçado pelos Estados Unidos ao final do século XIX com a finalidade de difundir discursos e ideais políticos baseados na noção e valores de democracia e liberalismo existentes nos EUA, onde esses são entendidos como um elemento comum dentro do continente americano, que supostamente é governado pelos seus povos. (Minella, Jorge Lucas Simões. O Conceito de Pan-Americanismo e a Velha República: considerações a partir de boletins mensais da União Pan-Americana. In: XXVII Simpósio Nacional de História, [s. n.]. 2013. Natal. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874920.1da000462172494735b703ff2f08bbf8.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024)

cos, um forte empenho no sentido de que corresponda aqueles nobres intuítos do Paraguai. [...] Oxalá, pois, essa era de concordia entre as nações americanas – do sul, do centro e do norte – marque um período de novas e crescentes prosperidades para o Novo Mundo.⁴⁰

Com a Guerra do Chaco tendo iniciado efetivamente em junho de 1932, a cobertura que o jornal fez da contenda foi praticamente diária até o armistício e a fórmula de paz em 1935, mesmo que em diversas edições se publicasse um pequeno informe em uma única página e esporadicamente houvesse uma edição sem atualizações do tema. Inicialmente acreditava-se que a Bolívia dominaria facilmente o Paraguai por ter forças militares maiores e melhor equipadas, e a própria Bolívia subestimava as forças paraguaias em seus planos de operações, alegando não ser necessários mais de cinco batalhões reforçados acompanhados de algumas baterias de artilharia de montanha⁴¹.

Essa perspectiva logo se esvaiu quando em setembro os paraguaios venceram a batalha decisiva de Boquerón, afastando ainda mais os bolivianos das margens do rio Paraguai e assegurando uma vantagem estratégica e psicológica para os paraguaios. Apesar do alto número de baixas do lado paraguaio, essa vitória quebrou por completo a ideia de superioridade militar boliviana que existia internacionalmente⁴². Com a deflagração dos combates em 1932 e a impossibilidade de se chegar a qualquer acordo que mantivesse a paz, não houve, contudo, uma declaração oficial de guerra de nenhuma das partes no primeiro ano de batalhas. Em setembro do mesmo ano também se inicia o confronto armado entre a Colômbia e o Peru pela região de Letícia, que dividiu espaço com as notícias da guerra do Chaco no jornal.

Como em 1932 o Brasil passava por uma crise interna com a guerra civil paulista, o Itamaraty se articulava com extrema cautela e evitou fazer qualquer movimento que criasse indisposição com os beligerantes e que pudesse ameaçar a unidade e segurança nacionais. Cabe lembrar que o governo brasileiro precisava manter boas relações com Argentina, Bolívia e Paraguai para evitar o contrabando de armas aos paulistas, preocupando-

40 *Jornal do Brasil*, ed. 170, p.5, 1930

41 Zook, David. **La Conducción de la Guerra del Chaco**. Assunção: Editorial El Lector, 1997, p. 126.

42 Carvalho, Gustavo Eberle de. **O Brasil e a geopolítica na Guerra do Chaco: Diplomacia e política na Conferência de Paz de Buenos Aires (1935-1939)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

-se principalmente em vigiar as fronteiras do Mato Grosso. Isso, porém, não impediu que o contrabando se concretizasse⁴³. De fato, o Brasil se absteve de quaisquer mediações do conflito ao lado dos outros vizinhos dos beligerantes até meados de 1933, quando Vargas e o Itamaraty passam a atuar mais assertivamente na retomada da paz no continente.

Durante toda a cobertura do conflito, a redação do Jornal do Brasil se manteve fiel aos seus discursos pacifistas e pan-americanos. Constantemente o jornal definiu a guerra entre Paraguai e Bolívia como inútil, uma sangria sem sentido, uma falta de racionalidade devido aos nacionalismos exaltados. Como foram concretizados acordos internacionais que inibiam o reconhecimento de qualquer anexação territorial por meios militares, o jornal compreendia que quaisquer que fossem os avanços e ocupação militares da região seriam completamente invalidados legalmente assim que terminassem as hostilidades e tornariam toda a questão ainda mais difícil de se solucionar. Todos os custos, tanto econômicos como em vidas humanas ceifadas pelos combates, seriam completamente em vão, visto que mesmo que um lado se sobrepujasse ao outro militarmente, em face do direito internacional qualquer ganho seria desconsiderado e a questão retornaria ao ponto de partida.

Até a assinatura do armistício em 1935, o jornal defendeu fervorosamente a cessação imediata das hostilidades e a entrega da questão à uma comissão arbitrária neutra e desinteressada caso não houvesse a possibilidade de um acordo direto entre as duas partes, que seria a melhor alternativa. Nenhum dos lados esteve disposto, entretanto, a aceitar o arbitramento incondicionalmente, mesmo que os resultados no campo de batalha só fizessem aumentar as baixas de ambos os lados. Em 1933 o jornal inclusive acusa Paraguai e Bolívia de insuflarem os ânimos de guerra na população como recurso político para forjar “Salvadores da Pátria” e obter maior apoio político e eleitoral.

Em outros momentos é possível observar que o jornal tinha ciência dos interesses dos trustes petrolíferos e da indústria armamentista no conflito. Em 1933 apresenta um comentário de um jornal europeu diminuindo a gravidade do conflito e responde afirmando que os europeus ignoram ou fingem ignorar a gravidade da guerra, que não beneficia ninguém além dos trustes petrolíferos com concessões na região, onde lê-se:

43 Carvalho, Gustavo Eberle de. **O Brasil e a geopolítica na Guerra do Chaco**: Diplomacia e política na Conferência de Paz de Buenos Aires (1935-1939). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2019

[...] a Europa continua a ignorar, ou fingir que ignora, a gravidade daquela tremenda guerra, em que duas nações, oriundas do mesmo tronco, se extingtem e exterminam, para a felicidade de ninguém. De alguém talvez: os concessionários de terrenos petrolíferos no Chaco [...]⁴⁴

Em 1934 comenta sobre o embargo de armamentos para os beligerantes, afirmando que tal ato deveria ter sido concretizado muito antes e que essa efetivação tardia mostrava como os fabricantes obtiveram os lucros desejados:

[...] Já no Chaco muito sangue correu, muitas vidas se perderam, muitos ódios se consolidaram. Parece, mesmo, que os fabricantes de armamento já fizeram o negócio que tinham que fazer; e só agora, acabadas as reservas de crédito, estão dispostos, como bons comerciantes, a encerrar a conta dos clientes... A menos que apareça quem queira financiar os teimosos compradores de máquinas de matar!⁴⁵

Em 1935 o jornal critica a mudança da postura dos Estados Unidos, que retomam os esforços para o término do conflito justamente no momento em que as regiões petrolíferas da Bolívia sob controle de empresas estadunidenses tornam-se ameaçadas pelo avanço das tropas paraguaias⁴⁶. Apesar de não aparecer constantemente pelas edições do jornal, é evidente que os redatores estavam atentos à questão do petróleo no Chaco e fizeram seus comentários de modo a elucidar aos leitores as implicações dessa situação para o conflito.

Além da questão petrolífera, o jornal também esteve atento à atuação do governo brasileiro perante a contenda. No ano de 1930, anterior à ascensão ao poder de Getúlio Vargas, o ministro Octavio Mangabeira foi extensivamente elogiado pela sua gestão da diplomacia brasileira. Entretanto, quando a guerra começa efetivamente, em 1932, o jornal aponta a falta de atuação brasileira na mediação. Afirma que a situação interna do país não é propícia para coordenar esforços pela pacificação, mesmo tendo o Brasil a tradição política de estar sempre à frente das negociações diplomáticas entre seus vizinhos.

Quando o governo brasileiro resolveu intervir decididamente na questão, após a Ata de Mendoza em 1933, o jornal voltou a elogiar os esforços pela paz e, a partir desse momento, enalteceu, continuamente, as medidas tomadas pelo Brasil na mediação do conflito. Valorizou, principalmente, a visita de Vargas à Argentina que resultou na assinatura do armistício e no eventual

⁴⁴ *Jornal do Brasil*, ed. 180, p.5, 1933

⁴⁵ *Jornal do Brasil*, ed. 121, p.5, 1934.

⁴⁶ Veja-se: *Jornal do Brasil*, ed. 89, p.5, 1935.

término da guerra. O fato de o jornal ter realizado críticas discretas à falta de atuação brasileira no início da guerra e exaltado a diplomacia presidencial de Vargas ao seu final indica a preocupação e cautela do editorial diante da censura e uma tentativa de manter sua relação estável com o governo. Essas ações de Vargas, de fato, tiveram grande importância para as negociações diplomáticas. Como dito anteriormente, o jornal passou a atuar bem timidamente em termos políticos após ter sido empastelado e ter retomado suas atividades em 1930, sofrendo grande censura das matérias antes de serem publicadas.

Além das matérias noticiosas e artigos da redação do jornal comentando os eventos, o periódico também publicou diversos artigos de especialistas e estudiosos tanto paraguaios quanto bolivianos sobre o Chaco, onde houve, por diversas vezes, contestações sobre os direitos e reivindicações de ambas as partes. Também buscou retratar os diversos aspectos e a complexidade que envolveram o conflito entre duas nações sul-americanas através dos diversos comentários de outros jornais, pedidos de publicação das legações dos dois países em guerra, recomendações de bibliografias e conferências que ocorreram no Rio de Janeiro, que receberam igualmente algum espaço nas páginas do jornal.

Em geral o editorial teve alguma preocupação em esclarecer os motivos por trás do litígio, explicando as nuances geográficas da região através de artigos e mapas, apontando os interesses das partes no petróleo do solo chaqueño, ressaltando as divergências e manipulação dos relatórios de progresso na frente de batalha, assim como todas as outras circunstâncias anteriormente citadas. Ao longo dos três anos de guerra deflagrada, o jornal contribuiu significativamente para manter seus leitores informados sobre os acontecimentos que envolviam os beligerantes e o conflito como um todo.

“¡VÁMONOS, COMPAÑERAS!”

A SEÇÃO ACTIVIDADES DE LA MUJER E A MILITÂNCIA FEMININA E COMUNISTA NAS PÁGINAS DO PERIÓDICO EL MACHETE

*Fábio da Silva Sousa
Cleverson Rodrigues da Silva*

A participação das mulheres no movimento comunista internacional ainda é uma lacuna a ser preenchida. Apesar do predomínio masculino na construção e na trajetória dos Comunismos, as mulheres exerceram atividades importantes nas constituições dos Partidos, nas estratégias de lutas e em diversas outras frentes. Em suma, não foram apenas os homens que lutaram pela Revolução Vermelha em nível global. Ao investigar a trajetória política de Laura Brandão, esposa de Octávio Brandão, um dos personagens peremptórios da História do Partido Comunista do Brasil (PCB), Maria Helena Bernardes concluiu que a participação feminina no movimento *vermelho* brasileiro esteve escondida em uma capa discursiva de “invisibilidade política”.¹

Essa concepção desenvolvida por Maria Helena Bernardes torna-se pertinente para indagarmos – não apenas no caso brasileiro como também de outras realidades sociais e temporais – os espaços que as mulheres ocuparam nas *práxis* revolucionárias dos movimentos sociais. No presente artigo, o destaque encontra-se no Movimento Comunista Mexicano.

Se no caso brasileiro, a partir de Bernardes, foi detectada uma “invisibilidade política”, em uma análise preliminar, o México Comunista apresentaria um cenário distinto. O Partido Comunista Mexicano (PCM) foi a

¹ Bernardes, Maria Elena. **Laura Brandão**: A invisibilidade feminina na política. Campinas (SP): CMU/UNICAMP, 2007.

segunda agremiação comunista criada na América Latina, cujo pioneirismo foi do seu congênere argentino. Desde sua fundação em 1919, o PCM contou com a atuação de diversos membros do *Comintern* soviético, como o estadunidense Linn A. E. Gale, o indiano Manabendra Nath Roy, o russo Mikhail Borodin, entre outros.²

Além dessa participação internacional, o PCM contou em suas fileiras com uma intensa articulação feminina na sua fundação. Cinco mulheres tiveram um papel importante na formação do PCM, a saber: Elena Torres, María del Refugio García Martínez (Cuca García), Estela Carrasco, Thorberg Brundin e Evelyn Trent. Dessas, Torres, García e Carrasco participaram da Revolução Mexicana de 1910, se relacionaram com o movimento magonista e tiveram uma formação ideológica anarco-sindicalista. Já Brundin e Trent, também eram anarquistas, com atuação no movimento ácrata estadunidense.³ Além dessas cinco, outras mulheres exerceram uma grande influência no PCM, como segue abaixo:

Graciela Amador de Siqueiros, “Gachita”, foi esposa do pintor muralista David Alfaro Siqueiros, do qual divorciou-se em 1929, participou da administração do *El Machete*, órgão central do PCM, que iremos analisar no presente artigo, foi delegada do PCM em 1924, e responsável por um departamento voltado para questões femininas.⁴

Magdalena Carmen Frieda Kahlo y Calderón, ou simplesmente Frida Kahlo – talvez a mais “famosa” de todas – nasceu em Coyoacán, México, no ano de 1907. Kahlo, a pintora mexicana mais conhecida mundialmente, enfrentou, desde a infância, diversos problemas de saúde e somente em sua juventude começou a dedicar-se à arte. Em 1928 conheceu Diego Rivera, filiou-se ao PCM e desvinculou-se do Partido quando da expulsão de Rivera no ano de 1929. Ao lado do muralista, convenceu o presidente Gal. Lázaro Cárdenas a conceder o exílio a León Trotski, no qual estabeleceu uma relação até meados de 1939. Assim como Rivera, Kahlo também pintou referências à ideologia comunista, como no quadro “El Marxismo dará salud a los enfer-

2 Sousa, Fábio da Silva. **Sonhos revolucionários e pesadelos ardentes: *El Machete*, A Classe Operária e a luta da imprensa comunista mexicana e brasileira (1920-1930)**. Jundiaí-SP: Paco editorial, 2020, p. 52.

3 Oikión Solano, Verónica. Las comunistas mexicanas, herederas de revoluciones. In: **Memoria: Revista de Crítica Militante**. Disponível em: <https://revistamemoria.mx/?p=2995>. Acesso em 24 ago. 2025.

4 Jeifets, Lazar; Jeifets, Víctor & Huber, Peter W. **La Internacional Comunista y América Latina, 1919-1943. Diccionario Biográfico**. Moscú/Ginebra: Instituto de Latinoamérica de la Academia de las Ciencias/Institut pour l’histoire du communisme, 2004, p. 36.

mos”, pintado em seu último ano de vida. Faleceu em julho de 1954, decorrente de uma forte pneumonia.⁵

Assunta Adelaide Luigia Modotti Mondini, ou Tina Modotti, nasceu em agosto de 1896, em Udine, Itália. Emigrou para os Estados Unidos em 1913, e foi para o México como assistente do fotógrafo Edward Weston, em 1922. Em terras mexicanas, filiou-se ao PCM em 1927. Escreveu e publicou fotos no periódico *El Machete*, e esteve envolvida em diversas atividades políticas organizadas pelos comunistas mexicanos, como exemplo, na manifestação em 1928 contra a execução dos anarquistas Nicola Sacco e Bartolomeu Vanzetti. Teve como companheiro o comunista cubano Julio Antonio Mella, que foi executado ao seu lado, na Cidade do México, em 1929. Foi expulsa do México um ano depois, em 1930, acusada de participar do atentado sofrido pelo presidente Pascual Ortiz Rubio.⁶ Participou de outras organizações internacionais de combate ao nazifascismo e atuou na Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Com a vitória de Francisco Franco na Espanha, Modotti regressou ao México em 1939 e morreu três anos depois, ao sofrer um misterioso “ataque cardíaco” quando viajava a bordo de um táxi, na cidade do México. A imprensa mexicana do período afirmou que a morte de Modotti, por envenenamento, teria sido uma queima de arquivo ordenada por Stalin, pois, ela “saberia demais”. Todavia, essas conjecturas nunca tiveram uma resposta satisfatória, o que aumentou as lendas em torno de sua vida.⁷

Por último, temos Benita Galeana Lacunza, escritora comunista, nasceu em Guerrero, no ano de 1907. Ingressou ao PCM na adolescência e foi noiva do militante M. Rodríguez. Quando Rodríguez foi expulso do PCM em 1933, acusado de trotskista, Galeana terminou o seu relacionamento e continuou no Partido. Envolveu-se com outro comunista, Mario Gill, e em 1940 publicou sua autobiografia, na qual criticou os expurgos patrocinados pelo PCM no final da década de 1930. Durante o desfile do 1º de maio de 1952, saltou no carro do então presidente Miguel Alemán, agarrou a sua gravata e exigiu a liberdade de diversos presos comunistas. Visitou a União Soviética no

5 Herrera, Hayden. **Frida: a biografia**. São Paulo: Globo, 2011.

6 Em fevereiro de 1930, Pascual Ortiz Rubio comemorava a sua vitória presidencial, quando sofreu um atentado à tiros que fraturou o seu maxilar direito e acertou, levemente, sua esposa e sobrinha que estavam ao seu lado neste momento. O autor dos disparos, Daniel Flores González, foi capturado e condenado a 19 anos de prisão. Em 23 de abril de 1932, seu corpo foi encontrado sem vida, com indícios de um “ataque cardíaco fulminante”.

7 Jeifets, Lazar; Jeifets, Víctor & Huber, Peter W. **La Internacional Comunista y América Latina, 1919-1943. Diccionario Biográfico**. Moscú/Ginebra: Instituto de Latinoamérica de la Academia de las Ciencias/Institut pour l’histoire du communisme, 2004, p. 220.

final de 1960 e faleceu na Cidade do México, em 17 de abril de 1995. Sua casa transformou-se na *Casa Museo Benita Galeana*, que abriga um vasto material sobre a História do Comunismo Mexicano.⁸

Por meio das breves trajetórias biográficas acima tem-se, novamente, a sensação de que a “invisibilidade política” feminina presente no movimento comunista brasileiro não ressoou entre os camaradas mexicanos. Contudo, seria correto sustentar essa afirmação? A partir dessa questão levantada, o presente texto analisará a seção *Actividades de la Mujer*, que foi publicada no periódico comunista mexicano *El Machete*, durante os anos de 1937 até 1938. Outra problemática que será analisada: em um período no qual a Revolução parecia ser um assunto apenas para homens – com destaque a sociedade mexicana, que reerguia-se depois do seu violento processo revolucionário (1910-1920) – seria possível afirmar que *Actividades de la Mujer* antecipou o debate sobre a emancipação feminina, a igualdade de gênero e o papel da mulher no movimento comunista do México? É o que veremos nas linhas abaixo.

***Actividades de la Mujer*: as mulheres na imprensa comunista mexicana**

Uma prática em comum dos Partidos comunistas foi a publicação de periódicos oficiais, que receberam a chancela de órgãos oficiais. No caso do PCM, o seu periódico oficial foi o *El Machete*, que teve uma intensa trajetória editorial, que pode ser dividida em cinco fases, a saber: 1ª fase, dos anos de 1924 a 1925, quando o *El Machete* foi publicado pelo Sindicato de Obreiros Técnicos, Pintores y Escultores de México (SOTPEM); 2ª fase, de 1925 a 1929, quando tornou-se o Órgão Oficial do PCM; 3ª fase; compreende o final do ano de 1929 até o início de 1935, quando foi publicado clandestinamente e ficou conhecido como *El Machete* ilegal; 4ª fase; de 1935 a 1936, o *El Machete* voltou à legalidade no governo do Gal. Lázaro Cárdenas (1934-1940) e, a quinta e última fase corresponde até 15 de setembro de 1938. Depois dessa data, o *El Machete* mudou de nome e tornou-se um jornal diário. No total, o *El Machete* teve 619 edições publicadas e tornou-se um periódico que destoa das demais folhas comunistas.⁹

8 Pablo Hammeken, Óscar de. La Rojería (Parte I). Diccionario biográfico de la izquierda socialista mexicana. In: *Memoria*. México/DF: CEMOS, mayo 2010, n° 242, p. 33.

9 Sousa, Fábio da Silva. *Sonhos revolucionários e pesadelos ardentes: El Machete, A Classe Operária e a luta*

A seção *Actividades de la Mujer* foi publicada de 1937 até 1938. A primeira seção foi publicada no nº 487, de 08 de agosto de 1937 até o nº 516, de 19 de março de 1938, e somou um total de 22 seções.

A abertura ficou a cargo de Dolores de la Torriente Urdinavia, ou apenas, Loló de la Torriente. Escritora, jornalista e poetisa cubana comunista, Torriente atuou com bastante afinco no país caribenho. Chegou ao México no ano de 1937 e rapidamente filiou-se às fileiras do PCM. O editorial de estreia da seção, “Del Momento ‘El Machete’ y la Mujer”, ficou em sua responsabilidade, cujo alguns trechos seguem abaixo:

El Machete comienza una nueva etapa de su vida al servicio de las masas trabajadoras mexicanas. Al aparecer en esta nueva forma, al vocearse por las calles de México, el periódico del Partido Comunista saluda al pueblo mexicano.

El cambio de EL MACHETE no es exclusivamente un cambio técnico; es, principalmente, una nueva modalidad y estructuración que encierra toda una nueva forma de vida. Buena prueba de ello es la presente página que el periódico, con fervoroso empeño, dedica a las actividades de la mujer. Semana a semana, la mujer mexicana tendrá en esta página un lugar donde buscar solución a sus asuntos, un recado desde el cual podrá analizar todos sus problemas y plantear las soluciones prácticas. Llenar este objetivo es la mayor aspiración de esta página femenina de EL MACHETE.¹⁰

Torriente iniciou sua escrita com uma saudação ao PCM e apresentou que o objetivo da seção era conceder um espaço às mulheres mexicanas, fossem elas camponesas, operárias, donas de lar, enfim, capturar tudo o mundo feminino do país asteca e colocá-lo nessa coluna. Logicamente, deve-se levar em conta o objetivo propagandístico de uma publicação comunista, ou seja, formular o argumento de que a libertação das mulheres mexicanas estava interligada com a ideologia soviética. O convite foi seguido de uma comparação exaltada com as republicanas espanholas, que no final da década de 1930, estavam em luta contra as forças falangistas da Guerra Civil Espanhola:

La mujer actual, en la España gigante que levantan los heroicos milicianos, ocupa los sitios que le corresponden, no en los lugares de menor peligro sino en aquellos, de la trinchera o de la retaguardia, la fábrica, el hospital, el laboratorio, la tribuna o la escuela – donde su labor resulta más eficiente y necesaria. Después que la mujer ha pasado por estas pruebas que los ciclos históricos le asignaron para vivir, y que plena de responsabilidad, ha sabido cumplirlos, es imposible no sólo negarle capacidad y condiciones, sino

da imprensa comunista mexicana e brasileira (1920-1930). Jundiaí-SP: Paco editorial, 2020, p. 24.

10 El Machete, “Del Momento ‘El Machete’ y la Mujer”, nº487. 08/08/1937, p.10.

que es imperioso contar con ella como factor determinante del designio de la humanidad.¹¹

Evidencia-se acima o esforço discursivo de Torriente em transformar o ímpeto das guerrilheiras republicanas espanholas em um exemplo a ser seguido pelas mulheres mexicanas. Ao lado do editorial, foi publicada uma pequena matéria, anônima e com fotos, sobre as aviadoras soviéticas. Com o título "Mujeres Aviatrixes de la Unión Soviética Establecen Nuevo Récord de Altura", a pequena coluna informou que Irene Vishnevskaya e Katya Mednikova, estabeleceram um novo recorde, ao alcançar, com um avião de 150 cavalos, a altura de 21.384 pés.¹² Por fim, têm-se os exemplos de dois modelos de conduta que as mulheres do México deveriam seguir: as soviéticas e as espanholas. Também foi solicitado por Torriente, que as leitoras do *El Machete* colaborassem com notas informativas, testemunhos, dados e outras informações importantes sobre temáticas que despertassem o interesse feminino. Chama a atenção a parte "Modas", na qual tem o desenho de uma mulher e a divulgação de uma roupa voltada para o público feminino.

A segunda seção de *Actividades de la Mujer* foi publicado na página 14 do número 488, de 15 de agosto de 1937. Nesta, as matérias se concentraram na questão infantil, com um texto elogioso ao governo do Gal. Lázaro Cárdenas, que havia implantado programas de educação e acolhimento para as crianças. A comparação com o país do socialismo continuou nesta seção, com a coluna *La Atención al Niño en la Unión Soviética*. Seguida de uma foto com crianças brincando, cuja legenda informava o seguinte para a/os leitora/es de *El Machete*:

La salud física aumenta la disposición y el ánimo hacia el trabajo activamente fecundo. La infancia atendida y desarrollada plenamente produce generaciones fuertes y robustas capaces de engrandecer y mejorar los pueblos. Aquí vemos niños soviéticos, entregados a las delicias del mar, en el campo de pioneros "Artek", de la Crimea, U.R.S.S.¹³

Anônima, a coluna exaltou o cuidado soviético com as crianças e a disposição das matérias, sugere que o Gal. Lázaro Cárdenas deveria seguir o exemplo de Moscou. As comparações que, discursivamente, colocavam a União Soviética como superior foram uma prática constante nas páginas de *El Machete*.

11 *El Machete*, "Del Momento 'El Machete' y la Mujer", nº487. 08/08/1937, p.10.

12 *El Machete*, "Mujeres Aviatrixes de la Unión Soviética Establecen Nuevo Récord de Altura", nº487. 08/08/1937, p.10.

13 *El Machete*, "La Atención al Niño en la Unión Soviética", nº488. 15/08/1937, p.14.

A propaganda política, segundo a qual a mulher soviética era mais bela e culta que a mexicana, em decorrência de sua vivência em uma sociedade comunista e igualitária, surtiu efeito. Como exemplo, destaca-se a carta de uma Professora de Veracruz, publicada na coluna “DE MUJER A MUJER”, de 04 de setembro de 1937:

UNA PROFESORA, Veracruz Ver. – Ciertamente, la constitución soviética en su artículo No. 122 declara: “La mujer goza en la U.R.S.S. de derechos iguales a los del hombre en todos los dominios de la vida económica pública, cultural, social y política. La posibilidad del ejercicio de estos derechos está asegurada por la concesión a la mujer de derechos iguales a los del hombre: el trabajo, la remuneración de éste, el descanso, los seguros sociales y la instrucción; por la protección por el Estado de los intereses de la madre y del niño, por permiso del caso de embarazo, por el mantenimiento de los salarios concedidos a la mujer y por una vasta red de casas de maternidad, pabellones y jardines de infancia.¹⁴

Salta aos olhos o excesso de elogios feitos pela Professora de Veracruz à condição da mulher na União Soviética, revelando, inclusive, seu conhecimento sobre a constituição daquele país. Pode-se inferir o esforço dos soviéticos moscovitas em propagandear as “benesses” da sua Revolução por todo o globo. Essa mesma edição publicou uma longa análise da atuação feminina no governo mexicano, com o título de “El Presidente Cárdenas y la Mujer Mexicana”. Sem assinatura, provavelmente esse artigo foi escrito por Loló de la Torre. Nele, defende-se que a incorporação das mulheres em espaços de trabalho e com salários compatíveis com os dos homens estava na agenda do governo mexicano e que tal inferioridade seria eliminada pelo Gal. Lázaro Cárdenas. Abaixo, segue outro trecho dessa matéria:

La igualdad de los sexos, en la vida civil y política, es una conquista de la cultura moderna. Después de la guerra imperialista de 1914, la mujer fue activamente incorporada a la producción. Las grandes fábricas, los centros comerciales, las cátedras, laboratorios, las tribunas políticas se nutrieron con la acción femenina. El capitalismo financiero ha utilizado la mano de obra femenina en gran escala, sin embargo, ha regateado su equiparación con el hombre en lo tocante a salarios, jornadas y disfrute de los derechos civiles y políticos. – México no quedó detrás en el movimiento mundial de incorporar a la mujer a la vida moderna y utilizar su fuerza de trabajo.¹⁵

No campo discursivo da propaganda política comunista, a igualdade

14 El Machete, “DE MUJER A MUJER”, nº491. 04/09/1937, p.04.

15 El Machete, “El Presidente Cárdenas y la Mujer Mexicana”, nº491. 04/09/1937, p.04.

dos sexos, a modernização do papel da mulher na sociedade mexicana seriam um caminho possível, caso o Gal. Lázaro Cárdenas seguisse o exemplo da União Soviética. Apesar de repetitivo, esse argumento esteve presente em diversas matérias do *El Machete*. Em várias edições, *Actividades de la Mujer*, publicou fotos de mulheres soviéticas sorrindo, trabalhando, apresentando a União Soviética como uma nação exemplar. Ao longo do ano de 1937, as matérias publicadas seguiram a mesma linha editorial.

Outro exemplo dessa propaganda soviética encontra-se em um pequeno artigo, seguido de uma foto, publicada no nº 506, de 08 de janeiro de 1938, sob o título: "La Mujer en la URSS":

El artículo 120 de la nueva Constitución de la URSS, dice: "Los ciudadanos de la URSS, tienen derecho al sostenimiento en la vejez". La fotografía que hoy publicamos nos demuestra cómo se lleva a cabo y cumple este artículo. Los ciudadanos que tienen con esta viejecita que vive en la casa hogar para ancianos Radischev en Moscú, se le dan a muchos otros ancianos en la misma institución, y esta labor se desarrolla en todo el país adonde se han establecido numerosas instituciones similares, tanto en las ciudades, como en el campo.¹⁶

Além da matéria, também foi publicada uma foto da idosa referenciada acima, ao receber os cuidados na "casa hogar para ancianos Radischev" em Moscou. Outras colunas defenderam o ingresso das mulheres como juízas, a organização política em sindicatos e outras representatividades. Também foi apresentada uma pequena biografia de Dolores Jimenez y Muro, que participou da Revolução de 1910. Tanto para a Professora veracruzana como para outras autoras, a União Soviética representava um verdadeiro paraíso socialista em meio ao inferno capitalista. Ao publicarem essas matérias, Torriente e outras responsáveis pela *Actividades de la Mujer* tinham como objetivo não apenas elogiar o país governado por Stalin, como também mostrar ao Gal. Cárdenas um exemplo de sociedade que deveria ser seguido. Em suma, o México deveria "imitar" os direitos igualitários propagandeados pelo país da Revolução Soviética de 1917.

A seção foi confeccionada com uma variedade de colunas. Além dos editoriais de Torriente que foram publicados em "Del momento...", das publicações de cartas, depoimentos, biografias, entre outros, encontra-se uma "Sección Bibliográfica". Essa coluna tinha como objetivo apresentar resenhas de livros e indicar leituras para as leitoras de *Actividades de la Mujer*. Logicamente não serão

16 *El Machete*, "La Mujer en la URSS", nº 506, 08/01/1938, p.08.

listados aqui todos os livros que foram resenhados. Todavia, um em especial merece destaque: “*A Tragédia Biológica da Mulher*”, de A.W. Nemilov.

Cientista e Professor do Instituto Científico de Leningrado, A.W. Nemilov defendeu, a partir de uma análise que vai ao encontro do Darwinismo Social, que, em uma sociedade capitalista, as mulheres não conseguiriam desenvolver-se biologicamente. Isso, segundo ele, e novamente deve-se considerar o universo da propaganda comunista soviética, não ocorreria no “País do Socialismo”:

Os princípios revolucionários tropeçam com o fato de que existe uma desigualdade na situação biológica. Quando na Rússia tínhamos que defender os direitos mais elementares da mulher, não podia falar-se de tal desigualdade, porque os obscurantistas, que queriam manter a mulher na eterna escravidão, tinham aproveitado essa afirmação; mas agora, que se conseguiu a igualdade social e jurídica dos sexos, já não é possível um retrocesso.¹⁷

Na resenha anônima foi afirmado que a leitura da “*Tragédia Biológica da Mulher*” seria útil tanto para a mulher quanto para o homem mexicano. No caso do segundo, foi assegurado que a compreensão desse livro abria a mente dele, que muitas vezes, e por ignorância, considerava a mulher como inferior.

Outro fato curioso antes de fechar essa questão. Segundo uma passagem da biografia de Lira Neto, Getúlio Vargas, nos primórdios do Estado Novo, em 1937, teria entrado no quarto da sua filha Alzira, e encontrado, numa pilha de livros, um exemplar da “*Tragédia Biológica da Mulher*”. O “pai dos pobres e mãe dos ricos” teria pegado o livro e lido a seguinte passagem: “Na Rússia Comunista, combatemos categoricamente a teoria da inferioridade da mulher”. Segundo o relato, Alzira havia entrado nesse momento, Vargas olhando em seus olhos, estupefato e ao mesmo tempo curioso, e teria lhe perguntado: “Você acha que anda lendo o que deve?”¹⁸ Independentemente da veracidade ou não dessa passagem, o essencial está no fato de que esse livro circulou no México, entre os círculos comunistas e no Brasil. Se a filha de Vargas leu o estudo propagandístico de Nemilov, poder-se-ia conjecturar a mesma circulação dessa obra entre os comunistas brasileiros? Pela falta de dados, fica apenas a indagação.

Um tema essencial e sagrado quando se tratasse do México no século XX,

17 Nemilow, A.W. *A Tragédia Biológica da Mulher*. Lisboa: Guimarães Editores, S.D, p.51.

18 Neto, Lira. *GETÚLIO. 1930-1945: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 155.

a Revolução de 1910, não esteve afora dessa seção. Dentre as matérias localizadas acerca da temática posta, destaca-se: “La Mujer y la Revolución Mexicana”, publicada no nº 499, de 20 de novembro de 1937, no 27º aniversário do processo revolucionário mexicano. Na verdade, essa matéria traz trechos de uma conferência proferida pela Dra. Mathilde Rodríguez Cabo, realizada em setembro de 1937, no “círculo de abogados socialistas”. Abaixo, seguem alguns trechos:

Algunos revolucionarios de los de 1910 al ser interrogados expresamente sobre la actuación de las mujeres en nuestro movimiento social han contestado: “Más valientes que nosotros, más decididas, más abnegadas, con un espíritu de sacrificio más amplio, las mujeres revolucionarias fueron siempre valiosísimas auxiliares nuestro”, dice el Dr. General Antonio Villareal, revolucionario de los de “entonces”, pero revolucionario sincero y honrado. Y se conmueve al recordar las épocas aciagas de la dictadura porfirista y saliendo de su habitual serenidad narra entusiasmados episodios, en los que, aunque parezca, paradoja, las mujeres dieron ejemplo de virilidad y arrojo a los hombres. Sufriendo las mismas persecuciones que ellos, en las cárceles, en el destierro, nunca desmayaron y hubo regiones de la República donde las verdaderas iniciadoras de la labor sediciosa que había de culminar en el derrocamiento del dictador, fueron las mujeres”.

[...]

“Por lo que toca a los derechos políticos, después de VEINTE AÑOS todavía no se han puesto de acuerdo los señores abogados sobre si procede o no la reforma de Nuestra Carta Magna para dar a la mujer la facultad de votar y ser votada”.¹⁹

A Dra. Rodríguez Cabo apresentou um quadro das *soldaderas*, as mulheres que acompanharam os homens no período armado da Revolução Mexicana, a partir do relato do Gal. Antonio Villareal. Salta aos olhos como que para o Gal., a virtude das *soldaderas* foi de terem exibido uma virilidade e uma violência revolucionária que deveriam servir de exemplo para os homens. Ou seja, o mérito delas foi de terem exercido performativamente uma masculinidade maior do que os próprios homens revolucionários.

Outra problemática apontada pela advogada foi a discussão de uma questão pendente, em 1937, na sociedade mexicana: o sufrágio feminino.

Impulsionadas pelas políticas progressistas do Gal. Cárdenas, que tornou o período do Maximato uma etapa da História Mexicana a ser esquecida, o movimento sufragista feminino ganhou forças nesse período (1934-1940) e fundou o grupo “sufragio efectivo y no reelección”.

19 El Machete, “LA MUJER Y LA REVOLUCIÓN MEXICANA”, nº499. 20/11/1937, p. 23.

Iniciou-se uma intensa campanha em *Actividades de la Mujer* com a publicação de diversas matérias sobre a defesa do voto igualitário. Intelectuais mulheres e homens também opinaram sobre essa temática e as leitoras, igualmente, apresentaram o seu parecer favorável para que a mulher mexicana tivesse a oportunidade de exercer a sua cidadania eleitoral. No nº 502, de 11 de dezembro de 1937, foi publicado integralmente um documento reivindicatório sobre a defesa do voto feminino que havia sido enviado para o poder executivo mexicano.

O referente documento, destinado ao Gal. Cárdenas defendeu a igualdade do homem e da mulher mexicana, cuja petição ia ao encontro das demandas do governo cardenista. Abaixo, segue um trecho interessante desse documento:

Que la nueva organización de la familia sobre bases de mayor igualdad y la tendencia a suprimir todo injusto privilegio, han proporcionado a la mujer mayores oportunidades de trabajo, de cultura y de responsabilidad doméstica y ciudadana:

Que reconocida por ello la plena capacidad civil, económica y educativa de la mujer, no se justifica el mantenimiento de su incapacidad política, ya que directa o indirectamente, en el hogar como colaboradora de su esposo o bien a través de sus compañeros de trabajo, contribuye a la formación de la opinión pública y es fuente de orientación de todo gobierno democrático y de cooperación en las relaciones de gobernados y gobernantes:

Que las conquistas sociales obtenidas en la ejecución del programa revolucionario han cercado intereses cuya legitimidad es indiscutible y formado arraigada opinión en la conciencia pública, particularmente en las masas trabajadoras, y que no existe, por tanto, el peligro de que la acción de la mujer campesina, obrera o empleada, se extravíe debido a la influencia de las ideas conservadores;²⁰

No excerto acima, encontra-se a quebra de um discurso de inferioridade e, em contraponto, a construção de um igualitário, que está além da temática de gênero. Nesse período, a matriz de discussão do Movimento Comunista, tanto nos países do *velho* quanto do *novo* mundo, foi a Ideologia Política de Moscou. Deve-se ter em mente que essa questão foi debatida na Conferência dos Partidos Comunistas latino-americanos realizada em 1929, na Cidade de Buenos Aires, Argentina, que no prisma do pensamento comunista soviético desse período, tanto as questões de gênero, de identidades, quanto as raciais foram postas de lado para dar espaço à luta de classes.

A questão social classista esteve acima das divisões apontadas no pa-

20 El Machete, "EL PRESIDENTE Y EL VOTO FEMENINO", nº502. 11/12/1937, p.07.

rógrafo acima, a tal ponto, que a defesa do voto feminino estava alicerçada no argumento de que a mulher mexicana camponesa, operária e empregada, assim como o homem, estaria blindada de serem infectada por “ideias conservadoras ou burguesas”, o que causou a expulsão de diversos comunistas no final da década de 1920.

Apesar da intensa campanha, dentro e fora das páginas do *El Machete* e da seção *Actividades de la Mujer*, somada às palavras de união e de apoio às mulheres que o Gal. Cárdenas continuamente publicou e recitou em seus manifestos, o sufrágio feminino só se tornou realidade no México no ano de 1953.²¹

A publicação de trajetórias de mulheres ímpares foi uma constante na seção. Além da apresentação das *soldaderas*, como já citado, também foram publicadas as biografias de Josefa Ortiz de Domínguez e Leona Vicario, mulheres que participaram das Guerras de Independência do México no Século XIX, na edição especial de nº 492, de 16 de setembro de 1937.²²

Todavia, essas trajetórias não ficaram centralizadas apenas nas mexicanas. Pode-se argumentar que *Actividades de la Mujer* criou um radar que objetivou localizar e divulgar a participação feminina em movimentos revolucionários de todas as partes do globo. Como exemplo, tem-se a mulher comunista chinesa, que foi apresentada para as leitoras do país asteca no nº 512, de 19 de fevereiro de 1938:

Nos últimos números que *Actividades de la Mujer* foi publicado nas páginas do *El Machete*, no ano de 1938, foi realizada uma campanha para o dia oito de março, com o objetivo de articular uma “comemoração” revolucionária para a referida data:

Las grandes realizaciones cuentan en el haber de la mujer mexicana este 8 de marzo: el derecho de voto y su incorporación en el nuevo Partido Popular en formación. Dos grandes realizaciones que deben llenarnos de esperanza y prender en nosotros un entusiasmo militante en nuestra marcha hacia el porvenir.

[...]

UNIDAD! Bajo este signo debemos celebrar el Día Internacional de la Mujer en México. Porque sólo la UNIDAD que es resultado de la conjunción de todos los anhelos en un ideal común, con desprecio de cualesquiera diferencias mezquinas no podrá darnos la fuerza primero, para hacer rea-

21 Lau Jaiven, Ana & Zúñiga Elizalde, María Mercedes (Coords). **El sufragio femenino en México. Voto en los estados (1917-1965)**. Hermosillo: El Colegio de Sonora, 2013.

22 *El Machete*, “LAS HEROINAS DE LA INDEPENDENCIA. Sublimos actos de Obnegación”, nº492. 16/09/1937, p. 08 e 20.

lidad todo lo ganado hasta ahora, y después, para luchar por tantas cosas a las que tenemos derecho todavía.

[...]

Hemos logrado algo, sí. La Revolución que nosotras hemos ayudado a salvar con nuestra sangre, comienza a pagar su deuda para con la mujer mexicana.

Para salvar totalmente esta Revolución, amenazada hoy por las fuerzas que nos han mantenido esclavos; para hacernos oír, para conquistar definitivamente todos nuestros derechos y ser libres y dueñas y señoras de nuestro porvenir.

¡UNAMONOS, mujeres de México! ¡Un solo bloque femenino unido a su vez a los otros sectores del pueblo de México dentro del nuevo Partido Popular!

¡Y unámonos también este Día Internacional de la Mujer con las otras mujeres del mundo que luchan y sufren y mueren, como en España y China; y a las mujeres liberadas de la Unión Soviética, por un mundo mejor!²³

Apesar de todas as chamadas e propaganda, tanto *Actividades de la Mujer* quanto o *El Machete*, não publicaram nenhuma matéria sobre o oito de março de 1938, no número posterior ao dia mencionado, edição nº 515, de 12 de março de 1938. A única referência localizada foi apenas uma página comemorativa, com a foto da intelectual marxista alemã Clara Zetkin, que ainda “concorreu” com o aniversário de morte de Karl Marx. Uma breve cobertura dessa data foi publicada no nº 516, de 19 de março de 1938, “8 de Marzo em la Capital” e “8 de Marzo en los Estados”. Essa foi a última publicação de *Actividades de la Mujer* nas páginas do *El Machete*.

Considerações parciais

O fim da seção *Actividades de la Mujer* configurou-se como um mistério editorial. Após a página publicada no nº 516, referenciado acima, a seção feminina simplesmente sumiu do órgão central do PCM e não foi exposta nenhuma explicação para o/a público leitor/a da sua descontinuidade. “Coincidentemente”, após o fim de *Actividades...*, uma nova seção foi inaugurada no *El Machete*: Página Campesina, voltada para os problemas agrários da sociedade mexicana cardenista.

Algumas questões que iniciaram o presente texto devem ser retomadas

23 *El Machete*, “8 de Marzo de 1938”, nº512. 26/02/1938, p.07.

para uma possível conclusão do conteúdo apresentado:

1-) As mulheres mexicanas tiveram uma atuação mais expressiva no movimento comunista do país asteca?

Pode-se esboçar uma resposta afirmativa, quando comparada com outras realidades, principalmente com o Brasil. Novamente, desde a sua fundação em 1919, o PCM contou com a participação de mulheres em suas fileiras, tanto mexicanas quanto estrangeiras. A publicação de uma seção destinada apenas para o público feminino comunista, em um período no qual a questão de gênero e o movimento feminista ainda possuíam a evidência dos dias atuais, configura-se como um dado que não deve ser menosprezado, contudo, muito menos supervalorizado. O alcance feminino na sociedade mexicana e no Movimento Comunista ficou centralizado mais no discurso do que na realidade. Nenhuma mulher chegou a exercer um cargo expressivo no PCM e demorou décadas para que as suas reivindicações fossem atendidas (*vide* o caso do sufrágio feminino). Pode-se perceber que o fim da seção *Actividades de la Mujer*, sem nenhuma explicação, é um dado comprovante de que, apesar da participação feminina no Movimento Comunista Mexicano, o mesmo, efetivamente, foi relativo a colocar em prática os desafios que foram apresentados em palavras.

2-) Será possível afirmar que *Actividades de la Mujer* antecipou o debate sobre a emancipação feminina, a igualdade de gênero e o papel da mulher no processo revolucionário comunista?

Essa questão apresenta um desafio interessante. Como já citado, a igualdade das mulheres propagandeada na seção feminina do *El Machete* foi construída a partir do conceito de que as mulheres do México deveriam exercer os mesmos direitos que os homens. Não foi localizada nenhuma referência densa sobre a questão de gênero, e a emancipação das mulheres ficou bastante centralizada na questão do sufrágio feminino. O papel das mulheres no processo revolucionário comunista foi conceituado a partir da problemática da luta de classes. Nas entrelinhas evidenciou-se que o homem estava em um degrau social superior e que elas deveriam escalar para chegarem à mesma altura. Ou seja, a emancipação da mulher era ser igual e ter os mesmos direitos que o homem. O discurso revolucionário e metódico comunista foi bastante forte em criar essa ideia de que não existia uma diferença de gênero nesses anos e que a única divisão que deveria ser combatida era a das classes. Os exemplos exaltados na referida seção seguem a mesma lógica. Tanto as mulheres espanholas, chinesas e soviéticas tornaram-se exemplos, pois eram revolucionárias. E para as edito-

ras de *Actividades de la Mujer*, a mulher mexicana também deveria tornar-se uma revolucionária. Não à toa, as *soldaderas* e as mulheres que lutaram nas Guerras de Independência também se tornaram exemplos, pois, novamente, eram mulheres que empunharam armas e lutaram lado a lado com os homens, com o objetivo de mudar o status quo social. No caso das *soldaderas*, algumas lutaram com mais ferocidade que alguns revolucionários.

Por fim, se as mulheres no Movimento Comunista Brasileiro, nas décadas de 1920 e 1930, estavam dentro de uma “invisibilidade política”, as mexicanas tiveram o seu papel dentro de uma “visibilidade opaca política”.

Em todo caso, *Actividade de la Mujer* apresentou diversas temáticas da relação das mulheres com a sociedade mexicana e com o Movimento Comunista. Algumas foram apresentadas no presente texto, e outras foram deixadas de lado. Todavia, deve-se levar em consideração que a participação das mulheres na construção do Comunismo Mexicano ainda é uma temática que apresenta lacunas a serem preenchidas, e que esse é um universo rico, que apresenta diversas questões e personagens que a História deve encontrar.

NACIONALIZAÇÕES, IMPERIALISMO E BONAPARTISMO NO MÉXICO

A ANÁLISE DE TROTSKY SOBRE O GOVERNO CÁRDENAS

*Carlos Prado
Cleverson Rodrigues da Silva*

Em agosto de 1936, o governo social-democrata da Noruega cedeu à pressão de Stalin e impôs a Trotsky um regime de prisão domiciliar. A medida foi resultado de uma clara chantagem diplomática: a União Soviética ameaçava romper relações comerciais com a Noruega caso suas exigências não fossem atendidas. Por conseguinte, o governo norueguês, sob considerável pressão econômica e política, optou por atender às demandas. Durante quatro meses, enquanto buscava uma nova oportunidade de exílio, Trotsky permaneceu confinado em sua residência, isolado do mundo exterior.¹ A mudança de cenário veio do outro lado do Atlântico, graças à intervenção do renomado muralista Diego Rivera, que intercedeu junto ao presidente Lázaro Cárdenas, solicitando que o México concedesse asilo político ao

¹ Trotsky foi expulso do Partido Comunista da União Soviética em dezembro de 1927. Em janeiro de 1928, foi forçado a deixar Moscou e enviado ao exílio interno na cidade de Alma-Ata, no Cazaquistão. No ano seguinte, em janeiro de 1929, foi oficialmente expulso da União Soviética. Conseguiu então asilo na Turquia, estabelecendo-se na ilha de Prinkipo, onde permaneceu até 1933. Contudo, devido às crescentes pressões diplomáticas do regime soviético, o governo turco passou a restringir sua permanência. Trotsky então obteve asilo na França, onde viveu entre 1933 e 1935. Mais uma vez, enfrentando pressões políticas e perseguições, foi obrigado a deixar o país e seguiu para a Noruega. Lá, enfrentou vigilância e censura por parte das autoridades norueguesas, especialmente após o início dos Processos de Moscou em 1936, julgamentos encenados por Stalin contra antigos líderes bolcheviques, incluindo muitos ligados à Oposição de Esquerda.

revolucionário russo. Cárdenas, conhecido por sua postura independente em relação às potências estrangeiras e por seu compromisso com causas progressistas, atendeu ao pedido.

Em 19 de dezembro, Trotsky deixou a Noruega acompanhado de sua esposa, Natalia Sedova, a bordo do cargueiro *Ruth*. A travessia durou 21 dias, e na manhã de 9 de janeiro de 1937, o casal desembarcou no porto de Tampico, no México. A recepção contou com autoridades locais, incluindo o general Francisco J. Múgica, então ministro das Comunicações e Obras Públicas, além de jornalistas mexicanos e estrangeiros. Segundo relato do próprio Trotsky, também estavam presentes “amigos dignos de confiança”, entre eles o jornalista marxista Max Shachtman, seu amigo próximo, e George Novack, secretário do Comitê Norte-Americano de Defesa de León Trotsky. Não podemos deixar de mencionar que Frida Kahlo também esteve presente na recepção. Diego Rivera, principal responsável por viabilizar a concessão do exílio, não pôde comparecer, pois enfrentava problemas de saúde.

Em suas primeiras declarações após chegar ao México, Trotsky destacou três pontos centrais que definiriam essa nova etapa de sua vida e seus planos imediatos. Em primeiro lugar, afirmou que sua principal tarefa seria organizar sua própria defesa frente às acusações levantadas contra ele durante os Processos de Moscou. Trotsky era acusado de envolvimento em atividades contrarrevolucionárias e terroristas, como sabotagens e assassinatos, além de colaboração com os regimes nazista e fascista, numa tentativa de desestabilizar a União Soviética. Trotsky anunciou que sua prioridade seria reunir documentação e evidências para desmascarar o caráter fraudulento dos processos. Paralelamente, dedicaria grande parte de seu tempo à conclusão de seu livro *Os Crimes de Stálin*, no qual analisava criticamente a manipulação política dos processos de Moscou.²

O segundo aspecto relevante destacado por Trotsky foi o seu compromisso de se manter afastado das questões políticas mexicanas. Ele afirmou que não interviria em qualquer polêmica relacionada aos assuntos internos do país ou ao governo Cárdenas. Nesse sentido, argumentou que sua presença no México teria como único propósito sua defesa pessoal e a luta contra o stalinismo, sem qualquer intenção de participar dos debates políticos nacionais ou se envolver em controvérsias internas. Nesse sentido, argumentou

2 Trotsky, *Declaraciones en Tampico*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 59-60.

que sua presença no México seria exclusivamente voltada a sua defesa pessoal e ao combate ao stalinismo, sem qualquer intenção de intervir nos debates políticos nacionais, sem qualquer intenção de entrar em polêmicas internas: “Estoy aquí como individuo privado. Lo que más deseamos mi esposa y yo es un poco de paz y tranquilidad”.³ Esse compromisso foi reafirmado por ele em vários momentos; em seu breve discurso inicial após o desembarque, as *Declaraciones de Tampico*: “Tenga el Gobierno mexicano la seguridad de que no violaré las condiciones con mis propios deseos: no intervenir en la política mexicana y total abstención de todo acto que pudiera perjudicar las relaciones entre México y otros países”.⁴ Esse compromisso foi reafirmado no documento, *A los representantes de la prensa mexicana* e, por fim, enfatizado novamente em *No participaré de la política mexicana*.

Por fim, o terceiro aspecto relevante destacado por Trotsky dizia respeito ao seu conhecimento limitado sobre o México e, de modo geral, sobre a América Latina. Embora o México tivesse se tornado seu novo lar, ainda era um país desconhecido para ele. Trotsky reconhecia abertamente sua falta de familiaridade com a realidade mexicana e com os contextos particulares do continente latino-americano. Logo após o seu desembarque ele afirmou o interesse em conhecer melhor sobre o país que o recebia: “Es poco lo que puedo decir sobre mis planes para el futuro. Quiero estudiar exhaustivamente la situación de México y de América Latina, ya que es muy poco lo que sé al respecto”.⁵ Em uma ocasião posterior, durante um encontro com a imprensa, mesmo reafirmando seu compromisso de não se envolver nos assuntos internos do México, foi questionado por jornalistas sobre sua opinião a respeito do movimento operário mexicano, bem como sobre outros temas da política nacional. Em sua resposta, ele argumentou:

Confieso con toda sinceridad que debo estudiar este movimiento; por el momento no me considero capacitado para dar una opinión. No basta leer una docena de libros para formarse una opinión concreta sobre un determinado país; es menester seguir la prensa diaria y observar la vida nacional con los propios ojos. Quizá, después de uno, dos o tres años, uno pueda

3 Trotsky. *A los representantes de la prensa mexicana*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 67.

4 Trotsky. *Declaraciones en Tampico*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 60.

5 Trotsky. *Declaraciones en Tampico*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 61.

hacer observaciones sobre la vida del país, sobre todo cuando se trata de un país como México, que enfrenta problemas tan complejos.⁶

Trotsky foi cauteloso ao reiterar seu respeito à soberania mexicana e reafirmar seu distanciamento das questões internas. No entanto, sinalizou que, à medida que conhecesse melhor o contexto local, poderia escrever sobre determinados temas, e assim o fez, posicionando-se sobre diversas questões políticas e econômicas. Durante sua estadia no México, chegou a editar a revista *Clave*, que publicava artigos com análises sobre uma ampla variedade de assuntos, incluindo o México e a América Latina. Embora percebesse que o revolucionário russo extrapolava os limites inicialmente acordados, o presidente Cárdenas jamais o censurou. Nesse contexto, o primeiro tema que levou Trotsky a se posicionar diretamente sobre uma questão envolvendo o México e seu governo foi a nacionalização das indústrias estrangeiras de petróleo, decretada em 18 de março de 1938. A respeito do assunto, ele publicou dois artigos importantes.

O primeiro, intitulado *Las expropiaciones mexicanas del petróleo*, foi redigido como uma carta, datada de 23 de abril, endereçada ao jornal Daily Herald, órgão oficial do Partido Trabalhista Britânico. Nele, Trotsky defende a legitimidade da expropriação e discorre sobre a necessidade do partido intervir junto à classe trabalhadora contra as manobras imperialistas do governo britânico. O segundo texto, *México y el imperialismo británico*, foi publicado em junho de 1938 na revista norte-americana *Socialist Appeal*. Nesse artigo, Trotsky analisa criticamente a reação do governo de Neville Chamberlain diante das expropriações e destaca a importância da medida como um ato de soberania frente às pressões do capital estrangeiro.

O objetivo do presente artigo é apresentar e analisar a posição de Trotsky diante do processo de nacionalização do petróleo no México, ocorrido em 1938, durante o governo de Lázaro Cárdenas. O artigo está estruturado em cinco partes: na primeira, oferece-se um breve panorama do governo Cárdenas e da política de nacionalizações; na segunda, analisam-se as críticas de Trotsky à reação política do governo britânico; na terceira, discute-se as características do imperialismo britânico no México; na quarta, examina-se o caráter das nacionalizações e seu impacto para a classe trabalhadora; por fim, na quinta parte, aborda-se o surgimento de regimes bonapartistas em estados periféricos, designados de bonapartismo *sui generis*.

6 Trotsky. *A los representantes de la prensa mexicana*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 68.

Cárdenas, a Revolução Mexicana e as Nacionalizações

Lázaro Cárdenas del Río nasceu em Jiquilpan, estado de Michoacán, no ano de 1895. Aos treze anos de idade ingressou em uma tipografia como auxiliar para ajudar no sustento da família. Tinha 15 anos quando eclodiu a Revolução Mexicana de 1910, chegando ao seu estado natal no ano seguinte. Cárdenas é, portanto, herdeiro direto da Revolução e esteve profundamente envolvido em seus acontecimentos. Nos anos que se seguiram a 1910, ingressou no Exército como soldado, ascendendo tempos depois ao posto de General.⁷ Este período foi marcado por dois eventos cruciais, o que se convencionou chamar de “etapa armada” da Revolução, guerra civil que levou à morte mais de 1 milhão de mexicanos e à promulgação da Constituição de 1917⁸.

Já os anos de 1920 corresponderam ao fim da etapa armada da revolução e a consolidação da aliança estabelecida para encerrar o conflito e liquidar definitivamente a herança do *porfiriato*.⁹ A década de 1920 foi, portanto, o momento que se consolidou a derrota militar do exército popular, estabelecendo a vitória da chamada “família revolucionária” ou “Grupo Sonora”¹⁰, a vertente burguesa da Revolução, substituindo, desse modo, o processo anterior das disputas, pela legislação social. A partir deste momento, houve a desmobilização dos movimentos populares, abrindo caminho para a incorporação e implementação das demandas sociais contidas na Carta Magna, a serem levadas adiante pelo Estado Nacional pós-revolucionário em construção.

A Revolução Mexicana de 1910 trouxe à tona temas como reforma agrária, sufrágio universal, não reeleição, soberania nacional, entre outros. Um acontecimento de tamanha magnitude justifica-se principalmente pela questão social e pela necessidade de uma transformação no campo, em um

7 Cárdenas iniciou sua trajetória militar durante a Revolução Mexicana, alistando-se ainda jovem nas fileiras revolucionárias. Sua ascensão rápida no Exército esteve ligada a sua proximidade com Plutarco Elías Calles. Cárdenas serviu sob o comando de Calles em várias campanhas militares e tornou-se um de seus colaboradores mais leais. Essa relação de confiança consolidou-se ao longo dos anos 1920, quando Calles, já figura central da política mexicana, apoiou o avanço de Cárdenas dentro das forças armadas e, posteriormente, na vida política.

8 A Constituição Mexicana de 1917 é um marco histórico e o primeiro documento do mundo a incorporar direitos sociais e de segunda geração na forma de direitos trabalhistas, educação pública, reforma agrária e proteção do trabalho, com base nas reivindicações da Revolução Mexicana.

9 Durante o *porfiriato* as riquezas do México haviam sido adquiridas por estrangeiros, assim, as terras e setores estratégicos estavam nas mãos do capital estrangeiro.

10 O “Grupo Sonora” correspondem aos generais e políticos de Sonora que ascenderam após a etapa armada da Revolução Mexicana, liderado por figuras como Álvaro Obregón e Plutarco Elías Calles.

período marcado pela concentração de terras em mãos de poucos proprietários, além da luta nacionalista¹¹ e anti-imperialista.¹² Neste sentido, a Revolução deveria ser, acima de tudo, uma revolução social, que devolvesse, de forma imediata, as terras aos verdadeiros donos, como desejava a vertente camponesa da Revolução, representada por atores políticos como Emiliano Zapata. Assim, para o México, aludindo ao sentido atribuído por Copérnico à astronomia, seria um retorno das terras aos seus antecessores, os indígenas, o povo mexicano.

As demandas colocadas pela Revolução e a lentidão em seu cumprimento, especialmente diante dos retrocessos verificados na década de 1920, criaram condições para que a ala mais à esquerda do Partido Revolucionário conseguisse indicar Lázaro Cárdenas como candidato às eleições de 1934. Com um projeto conhecido como *Plan Sexenal*, abriu-se caminho para a implementação de políticas reformistas, cujo ponto culminante seria a expropriação das empresas estrangeiras de petróleo.

A partir do *Plan Sexenal*, Cárdenas angariou de maneira efetiva o apoio popular, levando adiante a partilha de terras, um marco importante na construção desse novo Estado. Em relação aos operários, houve melhoria das condições de vida, com uma política efetiva de aumento salarial e uma legislação voltada para atender tanto os trabalhadores urbanos como os camponeses. Esse processo resultou na criação de duas centrais sindicais que seriam o sustentáculo do governo, a CTM (*Confederación de los Trabajadores Mexicanos*) e a CNC (*Confederación Nacional Campesina*).¹³

A política de unidade nacional tinha aí sua base de sustentação. O vértice era um estado com fisionomia popular. Com o tempo, no entanto, o ins-

11 Nacionalismo entendido aqui pela busca de arbitrar a relação entre o capital estrangeiro, a classe trabalhadora e um governo mais centralizado, que funciona como árbitro dos conflitos sociais e com uma verve popular. Este caráter nacionalista, tinha o sentido de defesa da soberania nacional, naquilo que Trotsky designou de *bonapartismo sui generis*, um projeto que fosse voltado para a nacionalização e regulação estatal.

12 O anti-imperialismo na América Latina constitui uma tradição política e intelectual de resistência à dominação econômica, política e cultural das potências estrangeiras, sobretudo dos Estados Unidos, sobre os países latino-americanos. Essa corrente de pensamento e ação emerge como resposta à exploração colonial e neocolonial, defendendo a soberania nacional e a autodeterminação dos povos. A tradição histórica de luta e resistência latino-americana remonta à José Martí, figura central das lutas de independência de Cuba; Emiliano Zapata e Farabundo Martí, que ligaram a luta agrária à emancipação social; Augusto César Sandino, símbolo da resistência armada contra a intervenção norte-americana; e Julio Antonio Mella, que articulou o anti-imperialismo à causa revolucionária.

13 Altmann, Werner. *Trotsky, Cárdenas e o nacionalismo mexicano*. In: Coggiola, Osvaldo (Org.). **Trotsky hoje**. São Paulo: Editora Ensaio. Cadernos ensaio, v. 6, 1994.

trumento por excelência de integração nacional e a correia de ligação entre o Estado e a sociedade passava a ser o partido político.¹⁴

Neste sentido, temos a base para que se assentasse a política nacionalista, que consistia em trazer para as mãos do Estado a regulação da vida laboral e da riqueza da nação. Podemos observar isto na reforma agrária, nacionalização do solo, das ferrovias e do petróleo.

No tocante à reforma agrária, durante seu *sexênio* presidencial foram distribuídos aos camponeses mais de 18 milhões de hectares, número muito superior aos cerca de 10 milhões entregues nas décadas de 1910 e 1920. Foram criados os *Ejididos*¹⁵ (individuais e coletivos), juntamente com a criação de um banco de fomento exclusivo para financiar os camponeses assentados: o *Banco Nacional de Crédito Ejidal* – *BNCE*, que desempenhava uma função econômica, mas sobretudo social. Soma-se a isto, a “nacionalização do solo”, que estabelecia que todas as riquezas do solo pertenciam a nação, como por exemplo, minérios e metais preciosos, cuja exploração deveria ser realizada pelo Estado ou por concessão deste.

Juntamente com a reforma agrária e a nacionalização do solo, ocorreu também a expropriação das ferrovias. Ainda que a partir da Revolução, o Estado mexicano detivesse 51% das ações das ferrovias, este vinha acumulando prejuízos e estava à mercê do capital estrangeiro. Desde a Revolução, as vias férreas encontravam-se em péssimo estado, e a solução seria a nacionalização, colocando nas mãos do Estado, não somente o controle, mas os recursos que poderiam levar a recuperação de um setor fundamental para o crescimento do país.

Desse modo, tomou-se a decisão de nacionalizar a empresa *Ferrocarriles Nacionales de México S.A.* O Decreto publicado em 24 de junho de 1937 é bem claro nos motivos da nacionalização. Por se tratar de uma questão de utilidade pública, considerando que as companhias, organizadas para o capitalismo, visavam somente o lucro, o que contrariava a política *cardenista* de uma empresa voltada para o serviço público, acima do lucro, capaz de proporcionar um serviço eficiente e ampliar o atendimento das vias férreas, algo que não foi alcançado nas décadas anteriores.¹⁶

14 Altmann, Werner. *Trotsky, Cárdenas e o nacionalismo mexicano*. In: Coggiola, Osvaldo (Org.). **Trotsky hoje**. São Paulo: Editora Ensaio. Cadernos ensaio, v. 6, 1994.

15 Os *ejidos* correspondem as terras distribuídas na durante a reforma agrária no período posterior a Revolução.

16 Laz, Begoña Hernández y. *La administración obrera del gremio ferrocarrilero*. In: **Lázaro Cárdenas:**

En sus apuntes, el presidente Lázaro Cárdenas explicó así su decisión: “Libres las líneas de intervención de intereses extranjeros, el Gobierno podrá mejorarlas ya administrándolas como empresa descentralizada, ya poniéndolas en manos de los trabajadores ferrocarrileros mediante la aceptación de condiciones que garanticen la eficiencia del servicio, el desarrollo de nuevas líneas y el pago de la deuda de los propios ferrocarriles”.¹⁷

Assim, no dia 1º de maio de 1938, o governo colocou a administração da rede ferroviária nacional nas mãos dos *ferrocarrileros*. No tocante à nacionalização do Petróleo, os historiadores consideram que este foi o ápice do Governo Cárdenas – não somente do ponto de vista do enfrentamento, mas também da capacidade do Estado de conduzi-lo –, uma vez que tratava-se de um setor estratégico para o enfrentamento do capital estrangeiro e para afirmação de uma política anti-imperialista.

Em 18 de março de 1938, o presidente Lázaro Cárdenas anunciou a nacionalização das companhias petrolíferas estrangeiras que operavam no México, uma decisão que transferiu para o Estado mexicano o controle da extração, refino e comercialização do petróleo. A medida foi motivada por longas disputas entre trabalhadores e empresas estrangeiras em torno de salários, condições de trabalho e o não cumprimento da legislação trabalhista por parte das companhias.

Assim como na nacionalização *ferrocarilera*, as razões se assentaram no princípio da utilidade pública. No caso do Petróleo, acrescenta-se o que Cárdenas chamou de “atitude rebelde” das empresas, que se negaram a cumprir a decisão da Suprema Corte sobre o conflito trabalhista, um processo levado à Corte pelas próprias petroleiras que discordavam das decisões dos Tribunais do Trabalho. Afirma Cárdenas que a “atitude assumida” pelas empresas, ao se negarem a pagar o montante determinado pela Justiça, obrigava o Estado a buscar na legislação um “remédio eficaz” que pudesse solucionar a questão e que evitasse que no futuro, qualquer empresa se negasse a cumprir uma decisão da Justiça, podendo abrir brechas que colocassem em xeque a soberania nacional.¹⁸

No Decreto de 18 de março temos em seu artigo primeiro,

Modelo y legado, tomo II, México, INEHRM, 2020, pp. 193-214.

17 Laz, Begoña Hernández y. *La administración obrera del gremio ferrocarrilero*. In: **Lázaro Cárdenas**: Modelo y legado, tomo II, México, INEHRM, 2020, pp. 193-214.

18 Discurso do Presidente Lázaro Cárdenas em razão da expropriação petroleira no Palácio Nacional em 18 de março de 1938.

Artículo 1º. Se declaran expropiados por causa de utilidad pública y a favor de la Nación, la maquinaria, instalaciones, edificios, oleoductos, refinerías, tanques de almacenamiento, vías de comunicación, carros tanque, estaciones de distribución, embarcaciones y todos los demás bienes muebles e inmuebles de propiedad de la Compañía Mexicana de Petróleo El Águila, S.A., Compañía Naviera de San Cristóbal, S.A., Compañía Naviera San Ricardo, S.A., Huasteca Petroleum Company, Sinclair Pierce Oil Company, Mexican Sinclair Petroleum Corporation, Stanford y Compañía, S. en C. Penn Mex Fuel Company, Richmond Petroleum Company de Mexico, California Standard Oil Company of Mexico, Compañía Petrolera el Agwi, S.A., Compañía de Gas y Combustible Imperio, Consolidated Oil Company of Mexico, Compañía Mexicana de Vapores San Antonio, S.A., Sabalo Transportation Company, Clarita, S.A. y Cacalilao, S.A., (...).¹⁹

A resposta das potências estrangeiras foi imediata. Os governos do Reino Unido, dos Estados Unidos e da França reagiram com duras sanções econômicas, impondo um boicote ao petróleo mexicano por meio de um embargo internacional. Além disso, desencadearam uma intensa campanha de propaganda internacional contra o governo Cárdenas, visando deslegitimar a expropriação e preparar o terreno político e diplomático para uma eventual intervenção no México. O governo britânico, sob a liderança de Chamberlain, foi bastante agressivo em sua reação. Lançou uma série de protestos diplomáticos, argumentando que a expropriação violava os direitos de propriedade das companhias britânicas. Além disso, classificou a expropriação como uma medida arbitrária e ilegal, alegando que o Estado mexicano havia confiscado ativos privados sem oferecer a devida compensação, contradizendo o direito internacional. Essa acusação, no entanto, era infundada, já que o próprio decreto de nacionalização, em seu artigo 3º, previa o pagamento de indenizações às empresas afetadas: “Art. 3º. La Secretaría de Hacienda pagará la indemnización correspondiente a las Compañías expropiadas, (...) con lo que disponen los artículos 27 de la Constitución y 10 y 20 de la Ley de Expropiación, en efectivo y en un plazo que no excederá de 10 años”²⁰

Do ponto de vista do governo mexicano, no entanto, a expropriação era plenamente justificada, tanto juridicamente quanto politicamente. Cárdenas defendia que o petróleo era um recurso natural estratégico, pertencente à nação, e que sua exploração por empresas estrangeiras, que operavam com práticas abusivas e descumpriam decisões judiciais e trabalhistas, era incom-

19 Decreto de Expropiación Petrolera, en 18 de marzo de 1938.

20 Decreto de Expropiación Petrolera, en 18 de marzo de 1938.

patível com os interesses do povo mexicano. A expropriação foi, assim, apresentada como um ato de afirmação da soberania e independência nacional.

Desse modo, a expropriação do petróleo pode ser considerada o ápice da política cardenista, uma trajetória que se inicia com a Revolução de 1910, passa pela Constituição de 1917 e culmina com a escolha da ala mais à esquerda do Partido Revolucionário, responsável pela indicação de Cárdenas às eleições. Esse ato de afirmação da soberania nacional significou a retirada da indústria petroleira das mãos das companhias estrangeiras e a criação da PEMEX (*Petróleos Mexicanos S.A.*).

Trotsky denuncia a política imperialista britânica

A carta que Trotsky encaminhou ao *Daily Herald*, jornal do Partido Trabalhista Britânico, foi sua primeira manifestação pública sobre as nacionalizações promovidas por Cárdenas. Trata-se de uma crítica direta às declarações de Chamberlain e de seu ministro das Relações Exteriores, Lord Halifax, que, diante da expropriação, iniciaram uma campanha diplomática questionando a legitimidade das expropriações. A carta expressa apoio inequívoco às medidas adotadas pelo governo mexicano, caracterizando-as como uma afirmação legítima da soberania nacional frente às empresas estrangeiras.

O objetivo central de Trotsky era pressionar o Partido Trabalhista, principal força de oposição no Parlamento britânico, a se posicionar contra a política imperialista do governo britânico. O revolucionário russo afirma na carta que Chamberlain agiu com cinismo ao defender os interesses de uma camarihla de exploradores capitalistas, referindo-se diretamente às grandes empresas estrangeiras “prejudicadas” pela expropriação. Ele acrescenta que a opinião pública internacional esperava ouvir o que o Partido Trabalhista tinha a dizer sobre essa questão, pois era necessário se manifestar diante do “escandaloso papel de la diplomacia inglesa sobre la cuestión de expropiación de la Eagle”.²¹

Segundo Trotsky, a questão era bastante clara: as empresas britânicas que optaram por investir e explorar petróleo no México o fizeram de forma voluntária, plenamente cientes das leis e da autoridade do Estado sob as quais estariam submetidas. Ele enfatiza que não houve qualquer tipo de coerção

21 Trotsky. *Las expropiaciones mexicanas del petróleo: un desafío al Partido Laborista Británico*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 87.

para que essas companhias operassem no país: “Nadie obligó a los señores capitalistas a hacer esto, ni por medio de la fuerza militar ni con notas diplomáticas”.²² Trotsky destaca que a decisão de atuar em território mexicano foi tomada com base nos próprios interesses dessas empresas, que, ao fazê-lo, aceitaram também as condições legais impostas pelo Estado mexicano.

Para Trotsky, a reação do imperialismo britânico diante das expropriações revela uma tentativa clara de subordinar a soberania do México aos interesses de capitais estrangeiros, negando ao país o direito fundamental de controlar seus próprios recursos naturais. Ele argumenta que “el Gobierno británico no puede negar que sólo el Gobierno mexicano y la Corte Suprema del país están capacitados para interpretar las leyes de México”.²³ Assim, sua intervenção não se limita a uma defesa pontual da medida tomada por Cárdenas, mas assume o caráter de uma crítica mais ampla à ingerência imperialista e à hipocrisia das potências coloniais, que exploram sistematicamente outras nações, mas se recusam a aceitar as implicações legais e políticas dessa exploração quando confrontadas:

¿Pero quién le dio al gobierno británico el derecho de controlar la política interna y los procedimientos legales de un Estado independiente? Esta pregunta contiene ya parte de la respuesta: el Gobierno británico acostumbrado a mandar a cientos de millones de esclavos y semiesclavos coloniales, está tratando de aplicar esos mismos métodos a México. Habiendo encontrado una resistencia valerosa, instruye a sus abogados para que rápidamente inventen argumentos en los cuales la lógica jurídica es reemplazada por el cinismo imperialista.²⁴

Essa passagem reforça a crítica de Trotsky ao imperialismo britânico, ao denunciar a arrogância inerente à mentalidade colonialista. Para ele, a pretensão de questionar e interferir na política interna de outro país é parte estrutural da lógica do colonizador. Trotsky acusa o governo britânico de tentar aplicar as mesmas práticas de ingerência e dominação sobre um Estado sobe-

22 Trotsky. *Las expropiaciones mexicanas del petróleo*: un desafío al Partido Laborista Británico. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 87.

23 Trotsky. *Las expropiaciones mexicanas del petróleo*: un desafío al Partido Laborista Británico. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 87.

24 Trotsky. *Las expropiaciones mexicanas del petróleo*: un desafío al Partido Laborista Británico. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 87-88.

rano como o México. Dessa forma, a tentativa de contestar os processos legais e políticos internos do Estado mexicano não decorria de qualquer compromisso com a legalidade internacional, mas sim de um cinismo imperialista que busca instrumentalizar o direito internacional com o objetivo de proteger interesses econômicos privados.

Ao mencionar que os advogados britânicos foram instruídos a “inventar argumentos”, Trotsky não está apenas ironizando, mas denunciando o uso da lei como uma ferramenta de poder. Nesse contexto, a lógica jurídica deixa de ser um mecanismo de justiça para se tornar um recurso cínico de defesa dos privilégios coloniais. Trata-se de uma crítica ao uso seletivo e manipulador da legalidade pelas potências imperialistas, que mobilizam o discurso jurídico exclusivamente em favor da proteção da propriedade privada, mesmo quando isso implica violar a soberania de outros países. Assim, para Trotsky, a luta do México contra a exploração promovida por empresas estrangeiras significava uma forma de resistência ao imperialismo. A nacionalização do petróleo, nesse sentido, assume um caráter de afirmação nacional contra a subordinação ao capital internacional.

Por conseguinte, de acordo com Trotsky, o Partido Trabalhista Britânico tinha a responsabilidade política e moral de se posicionar ativamente contra o imperialismo promovido pelo governo do Reino Unido. Em vez de manter uma postura passiva ou cúmplice diante da ofensiva britânica contra a expropriação do petróleo no México, o partido deveria assumir um papel de denúncia da exploração imperialista. Trotsky propõe, inclusive, que o Comitê Executivo do Partido Trabalhista instituísse uma Comissão Especial de Investigação, encarregada de examinar com rigor em que medida o capital britânico e, mais amplamente, o capital internacional, realmente contribuíram para o desenvolvimento do México e, por outro lado, quanto foi extraído em lucros e riquezas ao longo dos anos de exploração econômica.

Ele ainda acrescenta que essa comissão não precisaria de muito tempo para produzir um relatório, apresentando com dados concretos o balanço da atuação do capital estrangeiro no México. “¡Tal Comisión podría, en un corto período, presentarle al público británico el balance sorprendente de la explotación imperialista!”²⁵ Tal levantamento permitiria desmascarar a retórica das

25 Trotsky. *Las expropiaciones mexicanas del petróleo*: un desafío al Partido Laborista Británico. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 88.

potências imperialistas que, ao se apresentarem como portadoras do progresso e do investimento, ocultam os efeitos destrutivos e saqueadores de sua presença nos países periféricos. Dessa forma, o Partido Trabalhista não só reforçaria seu compromisso com os trabalhadores britânicos, mas também demonstraria solidariedade internacional com os povos oprimidos pela política imperialista.

No artigo México y el imperialismo británico, Trotsky segue analisando as reações do governo de Chamberlain contra o México. Logo no início, ele apresenta uma crítica incisiva à ofensiva propaganda ideológica do imperialismo e afirma que o governo britânico promovia, sem qualquer senso de verdade, “bacanales propagandísticas”, ou seja, uma campanha grotesca, difamatória e manipuladora contra o governo mexicano. Segundo Trotsky, essa propaganda se sustentava em quatro pilares: “la impudicia, el engaño, la especulación de la ignorancia con la certeza de su propia impunidad”.²⁶ Ao destacar esses elementos, ele revela outra faceta do imperialismo: sua capacidade de produzir e difundir discursos falsos destinados a legitimar o saque capitalista e a deslegitimar qualquer tentativa de autodeterminação dos povos.

Ao tratar da política de boicote ao petróleo mexicano, Trotsky destaca a profunda contradição envolvida nessa medida: “El gobierno británico inició esta campaña al declarar el boicot al petróleo mexicano. El boicot, como es sabido, siempre involucró al autoboicot y por lo tanto viene acompañado de grandes sacrificios por parte de quien lo hace”.²⁷ Ao interromper a importação do petróleo mexicano, do qual era o maior comprador, o governo de Chamberlain não apenas deixava de abastecer sua própria indústria, como também colocava em risco a capacidade de defesa nacional, já que o Estado britânico dependia desse combustível para manter sua marinha e sua força aérea. Essa contradição traz à luz o verdadeiro motivo do boicote. Ora, não se trata de defender o interesse dos cidadãos britânicos, mas a proteção dos lucros das grandes empresas petrolíferas, mesmo que isso resultasse em perdas e sacrifícios para o próprio país. Como afirma Trotsky: “El gobierno de Mr. Chamberlain ha mostrado con una franqueza inusual que los beneficios de los ladrones capitalistas británicos están por encima de los intereses del Estado”.²⁸

26 Trotsky. *México y el imperialismo británico*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 95.

27 Trotsky. *México y el imperialismo británico*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 95.

28 Trotsky. *México y el imperialismo británico*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México

Além disso, Trotsky também relaciona o levante do General Saturnino Cedillo, com os interesses do governo britânico: “Tanto cronológica como logicamente, la sublevación del general Cedillo fue el resultado de la política de Chamberlain”.²⁹ Segundo o revolucionário russo, a tentativa de golpe liderada por Cedillo não foi um evento isolado, mas sim uma consequência direta da pressão imperialista, particularmente da campanha de reação britânica à nacionalização das empresas petroleiras. Trotsky observa ainda que, por conta da Doutrina Monroe, a Grã-Bretanha estava impedida de intervir militarmente no continente americano. Diante disso, a estratégia imperialista adotada foi a desestabilização interna. Nesse cenário, Cedillo surgiu como aliado ideal: um general conservador, defensor dos interesses dos latifundiários prejudicados pelas reformas de Cárdenas, que se insurgiu em nome da “ordem”, mas que, na prática, atendia aos mesmos interesses do imperialismo britânico.

Trotsky acrescenta que, embora esses vínculos entre Cedillo e Chamberlain não estejam documentados oficialmente, como no “Livro Branco” publicado pela diplomacia britânica, eles são evidentes e revelam o modo de operação típico do imperialismo: “La diplomacia imperialista realiza sus principales negocios bajo el amparo del secreto”.³⁰ Assim, a tentativa de golpe liderada por Cedillo é, na interpretação de Trotsky, parte de um esforço coordenado do governo britânico para desestabilizar o governo de Cárdenas e proteger os interesses dos magnatas do petróleo.

As características do imperialismo britânico no México

Os escritos de Trotsky sobre a nacionalização das indústrias petroleiras no México não apenas defendem a medida tomada pelo governo de Cárdenas e denunciam as reações de Chamberlain, como também oferecem uma análise crítica das características fundamentais do imperialismo britânico. Em sua carta há uma passagem particularmente reveladora em que ele sintetiza os traços centrais desse imperialismo. Trotsky revela como o governo britânico operou não apenas pela força econômica, mas também por meio de uma série de outros artifícios e artimanhas que revelam o seu caráter predatório. A

(1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 95.

29 Trotsky. *México y el imperialismo británico*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 95.

30 Trotsky. **México y el imperialismo británico**. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 96.

citação a seguir exemplifica de forma contundente essas ideias:

Una pequeña camarilla de magnates extranjeros succiona, en todo el sentido de la palabra, la savia vital tanto de México como de otra serie de países atrasados o débiles. Los discursos solemnes acerca de la contribución del capital extranjero a la 'civilización', su ayuda al desarrollo de la economía nacional, y demás, son puro fariseísmo. La cuestión, en realidad, concierne al saqueo de la riqueza natural del país. La naturaleza requirió muchos millones de años para depositar en el subsuelo mexicano oro, plata y petróleo. Los imperialistas extranjeros desean saquear estas riquezas en el menor tiempo posible, haciendo uso de mano de obra barata y de la protección de su diplomacia y su flota³¹.

Em primeiro lugar, evidencia-se o caráter intrinsecamente exploratório do imperialismo. De acordo com Trotsky, trata-se da atuação de uma elite de magnatas do grande capital internacional que, movidos exclusivamente pelo lucro, expandem seus investimentos para países economicamente frágeis com o objetivo de extrair matérias-primas a baixo custo. O imperialismo não é uma forma de cooperação econômica entre diferentes países, mas sim, um sistema de saque institucionalizado, em que potências estrangeiras se apropriam das riquezas naturais dos países periféricos com o único objetivo de ampliar seus lucros. A pilhagem, enquanto extração imediata de riquezas, é a essência da política das grandes potências. Nesse sentido, o imperialismo é caracterizado como uma prática econômica essencialmente parasitária.

Outro aspecto central apontado por Trotsky é a estreita ligação entre o imperialismo e a exploração sistemática da classe trabalhadora nos países subordinados. Os lucros exorbitantes obtidos pelas empresas estrangeiras não se explicam apenas pelo controle sobre os recursos naturais, mas também pela superexploração da força de trabalho local. Nos países dominados, os trabalhadores são submetidos a condições extremamente precárias: jornadas exaustivas, baixos salários, não cumprimento das garantias legais, entre outras. Trotsky ressalta que a dominação capitalista-imperialista se sustenta, em última instância, sobre a exploração dos trabalhadores. Assim, a pilhagem econômica promovida pelo imperialismo não é apenas uma questão de espoliação de recursos, mas também de reprodução das desigualdades sociais por meio da opressão direta do proletariado.

31 Trotsky. *Las expropiaciones mexicanas del petróleo*: un desafío al Partido Laborista Británico. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 88.

Em terceiro lugar, Trotsky aponta o caráter predatório do imperialismo, revelando o abismo entre o tempo lento da natureza e a lógica acelerada e destrutiva do capital. Existe um contraste brutal entre o processo natural de formação dos recursos naturais e a velocidade com que o capital toma sob seu controle essas riquezas. Essa crítica ultrapassa a simples denúncia da exploração econômica e revela a degradação ambiental, expondo a lógica destrutiva que rege a exploração capitalista dos recursos naturais. Enquanto a formação de riquezas, como o ouro, a prata e o petróleo, levou milhões de anos, de acordo com os ritmos geológicos, os imperialistas buscam extraí-los no menor tempo possível, deixando apenas um rastro de devastação. O tempo acelerado e imediato do capital-imperialista resulta na exaustão dos recursos e na degradação do meio ambiente.

Um quarto aspecto evidenciado por Trotsky é que essa pilhagem dos recursos naturais ocorre sem qualquer compromisso com o desenvolvimento dos países periféricos. Essa exploração econômica não representa uma contribuição ao desenvolvimento dos países atrasados. Ele refuta o discurso civilizatório frequentemente utilizado para justificar e legitimar a presença do capital estrangeiro, classificando-a como pura hipocrisia. O capital imperialista não atua como parceiro do desenvolvimento, mas como instrumento de dominação econômica e de perpetuação da dependência. Trotsky, portanto, denuncia não apenas a espoliação material, mas também a ideologia que busca legitimar essa pilhagem em nome do progresso e da modernização.

Em outra passagem, Trotsky acrescenta:

Visiten cualquier centro de la industria minera: cientos de millones de dólares, extraídos por el capital extranjero de la tierra, no le han dado nada, nada en absoluto a la cultura del país; ni autopistas, ni edificios, ni un buen desarrollo de las ciudades. Aún las instalaciones de las mismas compañías a menudo parecen barracas. Ciertamente, ¿por qué hay que gastar el petróleo mexicano, el oro mexicano, la plata mexicana en las necesidades de un México lejano y extraño cuando, con los beneficios obtenidos, es posible construir palacios, museos, teatros en Londres o en Mónaco? Así son los civilizadores!³²

Essa passagem reforça a crítica de Trotsky à falsa promessa civilizatória do capital estrangeiro. A presença dessas empresas, longe de trazer desenvol-

32 Trotsky. *Las expropiaciones mexicanas del petróleo*: un desafío al Partido Laborista Británico. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 88.

vimento urbano-estrutural ou social, mantém os trabalhadores em péssimas condições de vida e de trabalho. Enquanto uma imensa riqueza é extraída do solo mexicano, as cidades continuam precárias e as condições de vida miseráveis. Para evidenciar o contraste, Trotsky afirma que os lucros são convertidos em palácios luxuosos construídos em cidades europeias, questionando o discurso ideológico imperialista de que o capital estrangeiro leva progresso aos povos atrasados. A infraestrutura é apenas aquela necessária para escoar as riquezas extraídas do solo, ou seja, estradas, ferrovias e portos, mas estes, por sua vez, também são construídos com suor e sangue dos trabalhadores subordinados às péssimas condições de trabalho.

Por fim, em quinto lugar, Trotsky destaca que o episódio da nacionalização das indústrias petrolíferas mexicanas revelou um aspecto fundamental do imperialismo: sua atuação não se dá de forma isolada, mas é sustentada por um sistema internacional de poder que garante a dominação econômica das potências capitalistas por meio de instrumentos políticos, diplomáticos e militares. A espoliação das riquezas naturais dos países periféricos não é fruto de ações pontuais ou desvios de conduta, mas sim parte de uma política sistemática, estruturada em escala global. As grandes potências, ao exercerem controle sobre organismos internacionais e ditarem as regras do comércio e da diplomacia mundial, impõem uma ordem internacional profundamente desigual, que legitima e perpetua a divisão internacional do trabalho em benefício dos centros capitalistas.

Trotsky argumenta que as notas oficiais do governo britânico tentam justificar suas ações com base no chamado Direito Internacional. No entanto, ele imediatamente questiona: que jurisdição é essa? E responde de forma irônica, que o governo de Chamberlain está se referindo a mesma lei que permaneceu inerte diante da invasão fascista de Mussolini na Etiópia em 1935. Ele acrescenta que, evidentemente, trata-se da mesma lei que nada fez diante do apoio militar fornecido por Hitler e Mussolini a Franco na Guerra Civil Espanhola. Ao destacar essas contradições, Trotsky expõe a seletividade e a hipocrisia de um sistema jurídico internacional moldado para servir aos interesses das potências imperialistas. Trata-se de uma lei internacional que nada fez diante dos projetos expansionistas do fascismo e do nazismo, mas que diz não tolerar as medidas de defesa nacional do governo mexicano.

Ao evidenciar esses episódios, Trotsky escancara a seletividade e parcialidade da chamada ordem jurídica internacional, que silenciou diante dos crimes cometidos pelos regimes fascistas europeus, mas que agora levanta

sua voz para condenar as medidas soberanas do México em defesa de seus próprios recursos naturais. O que Trotsky evidencia é que esta chamada Lei Internacional é moldada pelos interesses do capital internacional e, portanto, se cala diante das agressões imperialistas, mas reage prontamente quando um país oprimido tenta romper com sua condição de dependência. Em todos estes casos, argumenta Trotsky: “el problema consistía no en defender la “ley internacional” o la “democracia”, sino en salvaguardar los intereses de los capitalistas británicos”³³

Significado das nacionalizações e o papel da classe trabalhadora

Trotsky também abordou a problemática das expropriações, refletindo sobre o significado das nacionalizações das indústrias de petróleo e o posicionamento que a classe trabalhadora e suas organizações deveriam adotar diante desse contexto. Ele observa que parte da imprensa burguesa, apoiada pelos britânicos, passou a divulgar a ideia de que se tratava de uma medida de caráter comunista. Trotsky critica especialmente a imprensa francesa³⁴, que espalhou falsas alegações de que ele teve alguma influência sobre o processo de nacionalização do petróleo. Em resposta, afirma não ter tido qualquer participação nos acontecimentos e que soube das expropriações por meio dos jornais. No entanto, acrescenta que consideraria uma honra assumir a responsabilidade por essa medida de caráter progressista adotada pelo governo mexicano.³⁵

Ele critica a tentativa de rotular a expropriação como uma medida “bolchevique”. Segundo sua análise, essa afirmação não se sustenta do ponto

33 Trotsky. *Las expropiaciones mexicanas del petróleo: un desafío al Partido Laborista Británico*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 89.

34 “El semanario francés *Marianne*, un destacado órgano del Frente Popular francés, llegó a asegurar que en la cuestión del petróleo el gobierno del general Cárdenas actuó, no sólo con Trotsky, sino también... a favor de los intereses de Hitler”. Trotsky. *México y el imperialismo británico*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 97.

35 “Si ya he negado esta estupidez, no es porque le tema a la “responsabilidad”, como insinuó un locuaz agente de la GPU. Al contrario, consideraría un honor asumir, aunque fuera una parte, de la responsabilidad de esta medida valerosa y progresista del gobierno mejicano. Pero no tengo las menores bases para ello. Supe por primera vez del decreto de expropiación por los periódicos”. Trotsky. *México y el imperialismo británico*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 96-97.

de vista histórico ou político, pois se trata, na realidade, de uma ação voltada à afirmação da soberania nacional diante da dominação estrangeira: “La expropiación es el único medio efectivo para salvaguardar la independencia nacional y las condiciones elementales de democracia”.³⁶ Trata-se, portanto, de uma medida com um forte conteúdo anti-imperialista, mas não necessariamente anticapitalista. Ao assumir o controle sobre seus recursos naturais estratégicos, o Estado mexicano buscava criar as condições mínimas para um desenvolvimento econômico independente e para o fortalecimento de uma democracia interna ainda frágil.

Nessa perspectiva, o objetivo da política de Cárdenas não era propriamente revolucionário, mas romper com o imperialismo e conquistar a autonomia política e econômica do México: “La expropiación del petróleo no es ni socialista ni comunista. Es una medida de defensa nacional altamente progresista”.³⁷ A nacionalização do petróleo não significava uma ruptura com a estrutura capitalista, mas sim uma tentativa de reorganizá-la sob controle nacional, protegendo os interesses do Estado mexicano diante da exploração de empresas estrangeiras. Essa medida foi apresentada como legítima e necessária para a defesa da soberania do país. Por conseguinte, Trotsky não desvaloriza as lutas de libertação nacional. Ainda que não configurem uma ação diretamente “comunista”, ele as reconhece como parte de um processo de autodeterminação e de resistência ao imperialismo:

La revolución mexicana está ahora realizando el mismo trabajo que, por ejemplo, hicieron los Estados Unidos de Norteamérica en tres cuartos de siglo, empezando con la Guerra Revolucionaria de la Independencia y terminando con la Guerra Civil por la abolición de la esclavitud y la unidad nacional. El gobierno británico no sólo hizo todo lo posible a finales del siglo XVIII para retener a los Estados Unidos bajo la categoría de colonia.³⁸

Trotsky estabelece uma comparação entre o desenvolvimento mexicano durante a segunda metade da década de 1930 e o norte-americano pós-independência. Ele aponta que, em ambos os casos, as interferências

36 Trotsky. *México y el imperialismo británico*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 96.

37 Trotsky. *México y el imperialismo británico*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 98.

38 Trotsky. *México y el imperialismo británico*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 96.

externas, especialmente da Grã-Bretanha, impactaram negativamente o processo de desenvolvimento. Segundo sua análise, a potência imperialista procurou, nas duas situações, obstruir o avanço nacional e independente dos países, tentando preservar seus próprios interesses econômicos e políticos. Assim como os Estados Unidos no século anterior, o México lutava para se libertar da opressão imperialista, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento social e econômico. Nessa perspectiva, o processo de transformação vivido pelo país representava uma resposta ao atraso econômico historicamente imposto pelo domínio estrangeiro. Trotsky acrescenta:

También para los Chamberlains de ese tiempo, la expropiación de los esclavistas aparecía como una diabólica medida “bolchevique”. En realidad, la tarea histórica de los del norte consistía en limpiar el terreno para un desarrollo de la sociedad burguesa democrático e independiente. Precisamente esta tarea está siendo resuelta en esta etapa por el gobierno de México. El general Cárdenas es uno de esos hombres de estado, en su país, que han realizado tareas comparables a las de Washington, Jefferson, Abraham Lincoln y el general Gran (sic). Y, por supuesto, no es accidental que el gobierno británico, también en este caso, se encuentre a sí mismo al otro lado de la trinchera histórica.³⁹

Trotsky compara as expropriações promovidas por Cárdenas aos feitos de figuras históricas como Washington, Jefferson, Lincoln e Grant. Segundo ele, o México buscava concluir sua revolução de libertação nacional, realizando um processo essencial para a construção de uma sociedade burguesa, democrática e independente. Para ilustrar sua posição, Trotsky recorre à figura de Abraham Lincoln e sua luta contra a escravidão nos Estados Unidos, sugerindo que, assim como Marx apoiou Lincoln, os trabalhadores e progressistas de outros países também deveriam apoiar a luta do México por soberania e justiça social: “Por supuesto, Marx no consideró que Abraham Lincoln fuese un comunista; esto, sin embargo, no le impidió a Marx tener la más profunda simpatía por la lucha que Lincoln dirigió”.⁴⁰

Nesse íterim, Trotsky também faz referência a uma carta que Marx enviou para Lincoln, em 1864. Nessa correspondência, Marx fala em nome da

39 Trotsky. *México y el imperialismo británico*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 96.

40 Trotsky. *México y el imperialismo británico*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 98.

Associação Internacional dos Trabalhadores e elogia o líder norte-americano pela sua luta contra a escravidão. Ele vê a abolição da escravatura como uma ação progressista importante, essencial para a modernização da sociedade e a emancipação humana. Para Marx, a luta contra a escravidão era um passo crucial na luta internacional contra a opressão e a exploração. A carta também destaca a solidariedade dos trabalhadores britânicos com a causa da União. Por conseguinte, Marx reconhece que, mesmo Lincoln não sendo um socialista, sua liderança representava uma luta revolucionária, alinhando-se aos ideais de libertação da classe trabalhadora.⁴¹

E qual deveria ser o posicionamento das organizações da classe trabalhadora diante do governo Cárdenas e de seu conflito com o imperialismo? Sobre essa questão crucial, a fim de evitar confusões, Trotsky faz um importante esclarecimento:

El proletariado internacional no tiene ninguna razón para identificar su programa con el programa del gobierno mexicano. Los revolucionarios no tienen ninguna necesidad de cambiar de color y de rendir pleitesía a la manera de la escuela de cortesanos de la GPU, quienes, en un momento de peligro, venden y traicionan al más débil. Sin renunciar a su propia identidad, todas las organizaciones honestas de la clase obrera en el mundo entero, y principalmente en Gran Bretaña, tienen el deber de asumir una posición irreconciliable contra los ladrones imperialistas, su diplomacia, su prensa y sus aúlicos fascistas. La causa de México, como la causa de España, como la causa de China, es la causa de la clase obrera internacional. La lucha por el petróleo mejicano es sólo una de las escaramuzas de vanguardia de las futuras batallas entre los opresores y los oprimidos⁴².

Trotsky deixa claro que o proletariado internacional não deve confundir o seu programa com o do governo mexicano, ou seja, as medidas de nacionalização não são socialistas e o proletariado deve ter consciência disso e não deve cair na armadilha de idealizar um governo socialista confundindo-o com um governo de caráter nacionalista. Por conseguinte, ele critica o Partido Comunista Mexicano, que sob orientação de Stalin, para preservar interesses burocráticos ou geopolíticos, abandonou o programa operário-socialista em

41 Trotsky. *México y el imperialismo británico*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 98.

42 Trotsky. *México y el imperialismo británico*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 98.

favor de um programa nacionalista-democrático. Em sua perspectiva, o proletariado não deve abandonar seu programa, deve manter sua independência política e programática e, ao mesmo tempo, prestar solidariedade incondicional às nações que enfrentam e se levantam contra a dominação imperialista.

Em suma, apesar de não se tratar de medidas socialistas, isso não impede que o proletariado e suas organizações apoiem de forma ativa a luta do governo mexicano contra o imperialismo britânico.⁴³ Dessa forma, a luta do México, assim como a da Espanha, na guerra civil, ou da China, invadida pelo Japão, é, para Trotsky, parte da luta internacional contra o imperialismo. Portanto, ele convoca a classe trabalhadora mundial, especialmente a britânica, a se posicionar contra seus próprios governos imperialistas e a favor dos povos que lutam pela libertação nacional.

Cárdenas e o bonapartismo *sui generis*

Além de apontar que as medidas de nacionalização implementadas pelo governo Cárdenas não tinham caráter comunista, Trotsky também apresentou uma importante análise para a caracterização desses regimes nacionalistas que emergiram na América Latina durante a década de 1930. Segundo ele, governos como o de Cárdenas, ou o de Getúlio Vargas, no Brasil, apresentavam características novas, sem um precedente histórico similar. Por isso, para caracterizá-los, Trotsky recorreu ao conceito de Bonapartismo *sui generis*. Trata-se de uma forma particular de bonapartismo que se manifesta em países periféricos, marcados por um desenvolvimento econômico atrasado e, portanto, submetidos ao imperialismo. Nesses contextos, a luta de classes adquire características particulares, e o bonapartismo *sui generis* emerge da dinâmica contraditória entre o capital estrangeiro, a burguesia nacional e a classe operária.

De acordo com Trotsky, nos países periféricos o imperialismo ocupa um papel central. Por isso, a burguesia local tende a ser relativamente débil quando comparada ao proletariado nacional. O imperialismo proletariza amplas cama-

43 “Trotsky não tinha ilusões de que o México estivesse em véspera de transformações revolucionárias que pudessem fazer o país avançar em direção ao socialismo. (...) Em nenhum momento supôs uma dimensão superior à medida da nacionalização. Considerava que ela era resultado da pressão da classe operária em relação ao governo de Cárdenas, mas advertia quanto à impossibilidade deste Estado ampliar a expropriação e dar-lhe uma projeção diferente. O enfrentamento com as companhias imperialistas era, no entanto, um ato progressista ao qual chamou a apoiar”. Altmann, Werner. *Trotsky, Cárdenas e o nacionalismo mexicano*. In: Coggiola, Osvaldo (Org.). **Trotsky hoje**. São Paulo: Editora Ensaio. Cadernos Ensaio, v. 6, 1994, p. 246-247.

das da população local e estes compreendem rapidamente a necessidade da organização e da luta por salários, regulamentação da jornada e melhores condições de trabalho. Dessa forma, o proletariado se organiza e se fortalece enquanto que a burguesia nacional permanece subordinada ao capital estrangeiro.⁴⁴ Essa situação dá origem a formas específicas de organização do poder do Estado.

El gobierno oscila entre el capital extranjero y el nacional, entre la relativamente débil burguesía nacional y el relativamente poderoso proletariado. Esto le da al gobierno un carácter bonapartista *sui generis*, de índole particular. Se eleva, por así decirlo, por encima de las clases. En realidad, puede gobernar o bien convirtiéndose en instrumento del capital extranjero y sometiendo al proletariado con las cadenas de una dictadura policial, o maniobrando con el proletariado, llegando incluso a hacerle concesiones, ganando de este modo la posibilidad de disponer de cierta libertad en relación a los capitalistas extranjeros.⁴⁵

O bonapartismo, conforme apontado por Marx, caracteriza-se como um regime em que o poder do Estado parece situar-se acima das classes sociais, apresentando-se como uma força independente e autônoma. Ao analisar o Estado francês, após a queda da II República mediante o golpe de Louis Bonaparte, Marx apontou as características repressivas e autoritárias desse governo. No entanto, Trotsky esclarece que, no caso do Bonapartismo *sui generis*, há duas possibilidades: o governo pode atuar como aliado do capital estrangeiro, instaurando, consequentemente, uma ditadura repressiva; ou, ao contrário, pode buscar apoio junto à classe trabalhadora, fazendo algumas concessões, o que lhe permitiria conquistar certa margem de autonomia em relação aos interesses do capital internacional. Como argumenta Andrade:

As burguesias nacionais submetidas ao capital estrangeiro e frente ao movimento operário organizado e combativo podem oscilar politicamente sob a dupla pressão do imperialismo e do movimento operário. Podem atacar o proletariado para defender os capitalistas estrangeiros ou fazer concessões aos operários buscando uma base de apoio nas massas para uma

44 “La burguesía del país ocupa una posición social insignificante y en desproporción con el desarrollo de la industria. Teniendo en cuenta que el capital extranjero no importa obreros sino que proletariza a la población nativa, el proletariado del país comienza bien pronto a desempeñar el papel más importante en la vida del país”. Gall, Olivia. **Trotsky en México y la vida política en tiempos de Lázaro Cárdenas (1937-1940)**. 2ª Ed. México: UNAM; Editorial Itaca, 2012, p. 246.

45 Trotsky. *La industria nacionalizada y la administración obrera*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos: en México (1937-1940)**. Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 155.

política internacional independente. Nesse sentido, um governo com essas características busca colocar-se acima das classes e forças antagônicas criando um certo tipo de capitalismo de Estado através de nacionalizações de empresas, estatizações etc.⁴⁶

Portanto, o bonapartismo *sui generis* pode se manifestar sob duas formas distintas. A primeira corresponde a uma ditadura de caráter fascista, na qual o governo se alinha de maneira submissa ao imperialismo e mantém os trabalhadores submetidos a uma “ditadura policial”. O governo de Getúlio Vargas no Brasil e de Fulgêncio Batista em Cuba, são apresentados como exemplos desse modelo. A segunda forma corresponde a um governo “semibonapartista democrático”, ou como define Demier, uma espécie de “variante de ‘esquerda’”⁴⁷ do bonapartismo, uma forma anti-imperialista e nacionalista, na qual o Estado, para se sustentar necessita se apoiar na classe operária. De acordo com Trotsky, o governo de Cárdenas “se ubica en la segunda alternativa; sus mayores conquistas son la expropiación de los ferrocarriles y de las compañías petroleras”⁴⁸.

Nessa perspectiva, o governo mexicano, para se posicionar frente ao imperialismo, buscou apoio no proletariado e avançou num processo que buscava maior presença nos setores estratégicos da economia. “Sin embargo, en un país semicolonial, el capitalismo de estado se halla bajo la gran presión del capital privado extranjero y de sus gobiernos, y no puede mantenerse sin el apoyo activo de los trabajadores”⁴⁹. Todavia, Cárdenas não transferiu o controle do Petróleo mexicano para a burguesia nacional. As empresas petroleiras internacionais não foram expropriadas com o objetivo de serem posteriormente vendidas à burguesia nacional. Ao contrário, o governo mexicano manteve o controle direto sobre essas empresas criando a PEMEX. Por isso, de acordo com Trotsky: “Estas medidas se encuadran enteramente en los marcos del capitalismo de Estado”.⁵⁰

46 Andrade, Everaldo Oliveira. *Trotsky e o período tardio da revolução mexicana*. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 10, n. 114, nov. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11480>. Acesso em: 25 jun. 2024, p. 16-17.

47 Demier, Felipe. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)**: autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário. Tese (Doutorado História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 179.

48 Trotsky. *La industria nacionalizada y la administración obrera*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 155.

49 Trotsky. *La industria nacionalizada y la administración obrera*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 155.

50 Trotsky. *La industria nacionalizada y la administración obrera*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 154.

Qual deveria ser a política das organizações operárias diante desse cenário? Trotsky argumenta que “Sería un error desastroso, un completo engaño, afirmar que el camino al socialismo no pasa por la revolución proletaria, sino por la nacionalización que haga el estado burgués en algunas ramas de la industria y su transferencia a las organizaciones obreras”.⁵¹ Ele critica a pretensão reformista de que a nacionalização realizada por um Estado burguês possa, por si só, representar um caminho ao socialismo. Trotsky alerta contra a ideia equivocada de que a simples participação de organizações operárias na administração de empresas nacionalizadas substituiria a necessidade de uma revolução proletária. O revolucionário russo destaca que essa participação não se materializava em um controle operário efetivo, uma vez que essa participação se dava a partir das lideranças sindicais tuteladas e atreladas ao Estado.

La Administración de los Ferrocarriles, campos petrolíferos, etc., por medio de organizaciones obreras no tiene nada a ver con el control obrero de la industria porque, al final de cuentas, la Administración se hace por intermedio de la burocracia obrera, que es independiente de los obreros pero por el contrario, depende totalmente del Estado burgués.⁵²

Essa passagem faz uma crítica contundente à falsa aparência de controle operário em determinados setores estratégicos, como ferrovias e petróleo, durante experiências nacionalistas do México. A administração de setores estratégicos da economia por meio de organizações operárias não representava, de fato, o controle operário real, já que quem exercia a gestão era uma burocracia sindical, subordinada ao Estado, não os próprios trabalhadores. O verdadeiro controle operário exige a participação direta e democrática da classe trabalhadora na gestão da produção, e não pode ser confundido com o gerenciamento feito por camadas burocráticas.

Não obstante, Trotsky compreende que não basta simplesmente lançar críticas às nacionalizações e propor uma revolução imediata:

Por supuesto, se puede evadir la cuestión aduciendo que, a menos que el proletariado tome el poder, la participación de los sindicatos en el manejo de las empresas del capitalismo de Estado no puede dar resultados socialis-

51 Trotsky. *La industria nacionalizada y la administración obrera*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 154-155.

52 Trotsky. *Los sindicatos en la era de la decadencia imperialista*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 164.

tas. Sin embargo, una política tan negativa de parte del ala revolucionaria no sería comprendida por las masas y reforzaría las posiciones oportunistas. Para los marxistas no se trata de construir el socialismo con las manos de la burguesía, sino de utilizar las situaciones que se presentan dentro del capitalismo de Estado y hacer avanzar el movimiento revolucionario de los trabajadores.⁵³

Trotsky rejeita uma abordagem dogmática e defende a possibilidade de uma atuação estratégica por parte das organizações operárias. À classe trabalhadora caberia aproveitar as contradições geradas pelo capitalismo de Estado para fomentar a consciência de classe e fortalecer sua organização. Em vez de simplesmente denunciar ou recusar a participação dos sindicatos na gestão das empresas nacionalizadas, essas organizações deveriam se engajar nessas experiências, não por nutrirem ilusões quanto ao seu caráter socialista, mas como uma forma de avanço tático na luta de classes.

Em seus escritos sobre os sindicatos, Trotsky argumenta que era necessário aprofundar a luta pelo controle operário das indústrias nacionalizadas e, nesse processo, enfrentar e combater as burocracias sindicais atreladas ao Estado bonapartista: “En México, los sindicatos se han transformado por ley en instituciones semiestatales, y adquirieron, en consecuencia, un carácter semitotalitario”.⁵⁴ O Estado mexicano não era exceção à tendência geral dos Estados burgueses de controlar os sindicatos, transformando-os em apêndices da esfera estatal. Como afirma Andrade: “As características bonapartistas do cardenismo transparecem com maior nitidez em relação aos obstáculos que interpõem à ação política livre e independente dos trabalhadores”.⁵⁵ Influenciado por interesses corporativos, observa-se um fortalecimento progressivo do controle exercido pelo Estado sobre os sindicatos e demais organizações de trabalhadores. Esse processo se deu por meio da criação de diversas instituições voltadas a integrá-los e subordiná-los à estrutura estatal.

Por conseguinte, Trotsky defende que a principal tarefa das organiza-

53 Trotsky. *La industria nacionalizada y la administración obrera*. In: Trotsky, León. *Escritos latinoamericanos*: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 156.

54 Trotsky. *Los sindicatos en la era de la decadencia imperialista*. In: Trotsky, León. **Escritos latinoamericanos**: en México (1937-1940). Buenos Aires: Ediciones IPS; Instituto de Derecho de Asilo Museo Casa León Trotsky, 2013, p. 159.

55 Andrade, Everaldo Oliveira. *Trotsky e o período tardio da revolução mexicana*. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 10, n. 114, nov. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11480>. Acesso em: 25 jun. 2024, p. 14.

ções operárias era lutar pela autonomia dos sindicatos a partir de duas palavras de ordem: Independência completa e incondicional dos sindicatos e democracia sindical. O controle operário efetivo das empresas só poderia ser resultado de uma desburocratização dos sindicatos, a partir da retomada de um caminho baseada na democracia operária. Apesar de todas as restrições, Trotsky argumenta que o objetivo da luta revolucionária era transformar uma concessão defensiva feita pelo Estado burguês em um espaço de disputa política e fortalecimento da organização proletária independente. E era a partir dessa ação autônoma da classe operária que as medidas progressistas e nacionalistas poderiam ser convertidas em medidas propriamente socialistas. Revela-se então o caráter transitório apresentado por Trotsky, buscando articular as lutas imediatas às metas estratégicas da revolução socialista.

DA CONDENA AO APOIO

ARGENTINA, MÉXICO E AS RELAÇÕES COM A REPÚBLICA ESPANHOLA EM GUERRA (1936-1939)

Jorge Christian Fernández

Introdução

Este artigo tem por objetivo abordar alguns aspectos da delicada e complexa relação entre dois países da América Latina (Argentina e México) e a Segunda República Espanhola, especialmente durante o período da Guerra e Revolução Espanhola de 1936 a 1939¹. Dado o complexo e polarizado quadro político global do período entreguerras, o conflito armado desatado na Espanha, a partir do fracassado golpe militar de 18 de julho de 1936, evoluiu e cindiu a opinião pública mundial entre aqueles simpáticos a moderada república democrático-burguesa, surgida em 1931, e os outros, empenhados em apoiar os generais insurretos da extrema direita, ultracatólica e conservadora.

Assim, cada lado em conflito atraiu tanto adesistas apaixonados quanto inimigos extremos. Os militares insurretos foram diretamente auspiciados pela Itália fascista e pela Alemanha nazista, e indiretamente, pelo grande capital britânico e estadunidense. O governo legítimo, a República, recebeu um tênue e intermitente apoio da França. Posteriormente, devido ao “cordão de isolamento” (que somente afetou a República) imposto pela Sociedade das Nações (SdN), os republicanos estabeleceram relações diretas, porém controversas, com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) até então

¹ Esta é uma versão ampliada e revisada de um artigo publicado na revista *História Unisinos*, Nº 7, Vol. 7, janeiro/junho 2003, Dossiê História Regional-América Latina, do extinto Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

excluída do cenário internacional. Deste modo, como aponta Schwartz², a guerra espanhola, embora fosse um fenômeno nacional com causas históricas internas, extrapolava suas fronteiras nacionais, convertendo-se num incidente caracteristicamente europeu dos anos 1930, no quadro daquilo que autores como Hobsbawm³ e Traverso⁴ definiram como a “guerra civil europeia” ocorrida entre 1914 e 1945, um ciclo no qual o marco civilizatório iluminista e seu conjunto de valores humanistas universais, iniciado com a Revolução Francesa de 1789, entrou em espiral descendente. Ou seja, neste período em particular, a civilização europeia desnudou-se dos véus da cultura, das artes, das leis e da razão que pudicamente lhe cobriam os horrores da barbárie intrínseca. Pois, como bem lembraram Benjamin⁵ e Morin⁶, a barbárie sempre foi um elemento constitutivo e indissociável do próprio conceito de civilização, sobretudo quando esta é verticalmente imposta sobre outros povos e culturas.

Em pouco tempo, os ecos do conflito espanhol prontamente atravessaram continentes e oceanos. Na América Latina, marcada pelos laços coloniais com a Península Ibérica, a guerra espanhola teve um impacto singular e igualmente controverso, pois a clivagem ideológica que atingia a Espanha reproduziu-se em escala no continente ibero-americano, em diversos níveis, dentro de cada país, nas cidades, nas instituições públicas ou privadas e, sobretudo, no seio das comunidades de imigrantes espanhóis e seus descendentes.

Neste trabalho, optamos, com base em pesquisa bibliográfica, por analisar o posicionamento político, as repercussões e as práticas, públicas e privadas, de dois países muito distintos da América Latina, mas também muito marcados pela problemática herança colonial hispânica: México e Argentina. Ambos são casos emblemáticos, pelas posições assumidas, diametralmente opostas. O do México, por ser o único país a apoiar oficialmente e materialmente a República Espanhola. A postura assumida pelo México refletia um compromisso político direto do governo mexicano (com amplo apoio popular) com a causa antifascista, ao considerá-la parte da luta anti-imperialista, no bojo de um contexto interno pós-revolucionário. Já na Argentina a situação era mais intrincada: o país assumia diplomaticamente a neutralidade frente a guerra espanhola e postulava proteção aos refugiados de ambos lados.

2 Schwartz, Fernando. **La internacionalización de la Guerra Civil Española**. Madrid: Planeta, 1999, p. 29.

3 Hobsbawm, Eric J. **A era dos extremos. O breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

4 Traverso, Enzo. **A sangre y fuego. De la guerra civil europea, 1914-1945**. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

5 Benjamin, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

6 Morin, Edgar. **Cultura e barbárie europeias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

Entretanto, as simpatias de seu governo (conservador e militar, oriundo de um golpe em 1930) estavam com os militares rebeldes desde o início. Por outro lado, os setores populares, de modo geral, solidarizavam-se com o lado republicano, como veremos ao longo do texto.

Este artigo está organizado da seguinte forma: no primeiro item, “*A Espanha e a América Latina nos anos 1930: paralelos com ‘La Madre Pátria’*”, esboçaremos o contexto histórico espanhol, trazendo as origens do processo histórico que desembocou em uma das maiores tragédias do entreguerra europeu. Entretanto, este enfoque também será de índole comparativa entre a Espanha e a América Latina, onde procuraremos históricas semelhanças e diferenças, bem como continuidades e/ou rupturas a partir da perspectiva da herança colonial e seus impactos, tudo isso em meio a um contexto internacional perpassado por uma crise de grandes proporções. No segundo item, “*Guerra e revolução na Espanha*”, trataremos mais pontualmente sobre o conflito bélico, a partir do golpe da extrema-direita militar de 18 de julho de 1936, verdadeiro estopim da guerra, mas que, paradoxalmente, também desatou a mobilização popular que iniciou um autêntico processo revolucionário nas regiões da Catalunha e Aragão. Também apresentamos neste item um panorama da internacionalização da guerra e seus desfechos. No terceiro item, “*México: a defesa do ideal revolucionário no apoio à República*”, analisaremos a política oficial do governo de Lázaro Cárdenas, seu compromisso com os republicanos espanhóis e outras ações concretas de solidariedade efetuadas pelo povo mexicano em geral, além da esfera governamental. No quarto item, “*Argentina: entre o apoio popular e a condena oficial*”, trataremos a reticente e ambígua posição oficial do país platino em relação à República e, no espectro oposto, o amplo movimento de solidariedade horizontal impulsado pelas organizações sociais e de classe dos setores subalternos da sociedade argentina. Por fim, passamos as reflexões das considerações finais.

A Espanha e a América Latina nos anos 1930: paralelos com “La Madre Pátria”

De um modo geral, os anos 1930 marcaram um momento de crise no subcontinente latino-americano. O *Crack* de 1929 afetou profundamente as bases da economia exportadora da América Latina, baseada essencialmente em produtos do setor primário: a recessão do mercado consumidor dos países industrializados demonstrou que havia um esgotamento do modelo de

desenvolvimento econômico dependente do capitalismo levado a cabo pelos governos oligárquicos locais.⁷ Os efeitos internos não tardariam a chegar: greves, rebeliões e consequente repressão, na tentativa de controlar os movimentos sociais. Na Espanha, os efeitos da crise não seriam muito diferentes, como veremos mais adiante.

A conjuntura interna desde inícios do século XX, havia favorecido o surgimento de setores médios, fossem eles ligados ao aparelho estatal (burocracia) ou ao setor de serviços e comércio, principalmente nas regiões urbanas, em lenta, porém constante expansão. Estas camadas médias questionavam seriamente a vigência do modelo exportador, visto que este lhes tolhia qualquer projeto de desenvolvimento autônomo. A crise da década de 1930 sinalizava para eles que tanto o modelo político quanto o econômico estavam caducos e necessitavam de reformas que levassem a um reordenamento da sociedade.

Por outra parte, as camadas inferiores da população foram as mais afetadas pela crise, sendo atingidas diretamente pela onda de desemprego no campo, que levou ao inchaço dos recentes centros urbanos. As necessidades prementes dos camponeses e do nascente operariado industrial, há algum tempo já encontravam eco nas ideias renovadoras trazidas pelos trabalhadores imigrantes, especialmente espanhóis e italianos. Imbuídas de propostas libertárias como o Anarquismo e o Socialismo, as classes subalternas começaram a questionar a ordem oligárquica vigente e as tradicionais classes abastadas. A esta oposição somavam-se também os novos setores burgueses, ansiosos por ampliar espaços. Assim, a luta de classes na América Latina assumia uma posição diferente das economias centrais. Na Europa Ocidental (França, Inglaterra, Alemanha) e na América do Norte, a burguesia já havia assumido o controle do sistema político-econômico. Na América Latina, ainda subsistia o ranço aristocrático do tempo das colônias, aliado a uma economia que, embora inserida na dinâmica capitalista moderna, ainda mantinha fortes resquícios arcaicos. Ou, no dizer de Cueva, marcado por relações de trabalho que incorporavam elementos de semiescravidão ou semisservidão com a finalidade de auferir mais ganhos à oligarquia fundiária.⁸

No entanto, o estigma de ser uma região periférica, exportadora de produtos primários e dependente, não era exclusividade das colônias ou ex-

7 Cueva, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México DF: Siglo XXI, 1978.

8 Cueva, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México DF: Siglo XXI, 1978, p. 81-83.

-colônias do planeta. A Espanha, outrora poderosa nação colonial, também carregava o fardo da dependência econômica em relação aos países capitalistas de primeira magnitude e de uma formação econômico-social marcada pelo desenvolvimento desigual e combinado.⁹ Basta lembrarmos que o violento, mas lucrativo, processo de exploração colonial dos séculos XVI e XVII não foi empregado para gerar recursos econômicos produtivos, num sentido capitalista. Portanto, durante o século XIX, o grau de desenvolvimento econômico espanhol despencara violentamente, principalmente com a perda gradual das colônias americanas e os problemas internos, tais como a invasão napoleônica em 1808, as diversas guerras de sucessão monárquica e a breve e malfadada tentativa de instauração republicana na segunda metade do século XIX.¹⁰ Sem esquecermos as derrotas militares frente aos norte-americanos na disputa dos últimos redutos coloniais, Cuba, Porto Rico e as Filipinas, já no alvorecer do século XX.¹¹ Portanto, a economia espanhola nas primeiras décadas do século XX não se encontrava à par da dos vizinhos europeus ocidentais, ocupando uma frágil postura subalterna.

A disparidade regional entre os países da América Latina, que se dava num plano continental, também ocorria na Espanha, mas em escala reduzida: algumas regiões se encontravam em condições adequadas para empreender um processo de industrialização moderno, enquanto outras se mantiveram essencialmente agrárias e presas a formas arcaicas de produção, o que contribuiu para gerar níveis desiguais de concentração de renda e desenvolvimento. No caso espanhol, ainda existia o problema dos *autonomismos* nas regiões que apresentavam um desenvolvimento diferenciado, moderno, e não viam contempladas as suas reivindicações políticas. Este problema levou setores da burguesia a questionar a permanência de suas regiões como parte integrante

9 Novack, George. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. São Paulo: Rabisco, 1988.

10 As denominadas Guerras Carlistas são três conflitos internos ocorridos de forma intermitente entre 1833 e 1840, 1846 e 1849 e 1872 e 1876, e que marcaram profundamente a Espanha do século XIX. O confronto se originou por uma disputa interdinástica entre os partidários de Carlos María Isidro (os *carlistas*) e os de Isabel II (os *isabelinos*). Estas guerras também ocorreram no bojo da clivagem entre o absolutismo monárquico e o liberalismo, com os carlistas defendendo a tradição medieval e os foros, enquanto os liberais buscavam reformas políticas centralizadoras e modernizadoras. Em meio à última guerra carlista, surge a efêmera Primeira República Espanhola (1873-1876), logo sepultada pela restauração monárquica dos Bourbon.

11 Temime, Émile; Broder, Albert; Chastagnaret, Gerárd. **Historia de la España contemporánea. Desde 1808 hasta nuestros días**. Barcelona: Ariel, 1995.

do território espanhol, principalmente, no País Basco e na Catalunha.¹²

Se na América Latina as elites agrárias *criollas* dominavam o Estado como se fosse propriedade privada, na Espanha, a situação não diferia muito. Até 1931, a Espanha foi dominada por uma monarquia instável e arcaica, de caráter conservador e retrógrado, cercada por uma aristocracia latifundiária, aliada a alta burguesia industrial e financeira. Embora de origem plebeia, esta burguesia adotava externamente os valores aristocráticos senhoriais, o que promovia uma estranha amálgama entre ambas as classes. No entanto, existia uma média e pequena burguesia de origem urbana que se encontrava, também como na América Latina, à margem do processo político e econômico. Destes setores pequeno-burgueses vinha a oposição republicana responsável pela pressão que levou à queda do regime monárquico e a instalação de uma Segunda República.¹³

Se havia uma diferença essencial entre a América Latina (excluindo-se o México) e a Espanha, esta encontrava-se no movimento operário e camponês. Ao alvorecer do século XX, as classes subalternas espanholas já experimentavam um grau de organização e politização elevado, fruto do seu peculiar processo histórico, principalmente o chamado “comunismo libertário” ou anarquismo.¹⁴ Na América Latina, as nossas camadas inferiores da sociedade, procuravam ainda consolidar as ideias novas vindas de fora, com as tradicionais formas de resistência autóctone.

Havia ainda outro paralelo a ser traçado entre a Espanha e a América Latina: o predomínio da Igreja Católica. A instituição possuía uma forte influência nas estruturas políticas, econômicas e mentais de ambas as regiões. Além disso, atuava como um poderoso elemento de controle social, tentando mascarar ou justificar diferenças entre ricos e pobres. Uma estrutura social

12 O País Basco e a Catalunha representavam os polos de desenvolvimento da Espanha. Suas peculiares posições geográficas, às margens do Mar Cantábrico e do Mediterrâneo, respectivamente, facilitaram-lhes o comércio (tanto marítimo quanto terrestre) e o contato com o resto da Europa. A abundância de terras férteis cultiváveis ajudou a evitar o predomínio do latifúndio e permitiu o enriquecimento dos pequenos proprietários, possibilitando o surgimento de uma estrutura social moderna e favorecendo o desenvolvimento das forças produtivas. Para aprofundar esta questão, Thomas, Hugh. **La Guerra Civil Española**. 2 vol. Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1996, p.65 até 68 (sobre a Catalunha) e 109 a 113 (sobre o País Basco).

13 Sobre a complexa relação entre os setores da elite e o surgimento dos setores médios, consultar a obra de Temime, Émile; Broder, Albert; Chastagnaret, Gérard. **Historia de la España contemporánea. Desde 1808 hasta nuestros días**. Barcelona: Ariel, 1995, p. 190 a 193.

14 Sobre o anarquismo espanhol ver: Fernández, Jorge C. O longo verão da anarquia: anarquismo, revolução e guerra civil na Espanha. In: Blankl, Alexandre; Silva, Carla L.; Calil, Gilberto G. **Estado, poder e revoluções, reflexões de um mundo em crise**. Porto Alegre: FCM, 2019.

arcaica e vertical, um elevado nível de atraso da população (principalmente a rural, analfabeta em sua grande maioria) e condições paupérrimas de existência, criavam um terreno fértil para o crescimento do poder eclesiástico.

Logo, podemos verificar que apesar das diferenças específicas entre os diversos países da América Latina, bem como destes com a Espanha, continuavam existindo fortes pontos de contato, tanto no plano político quanto no econômico ou social. E não poderíamos esquecer que quase todos os países da América Latina ainda possuíam profundos laços culturais com a Espanha. Mesmo assumindo o caráter mestiço das nossas sociedades, fruto da justaposição de várias culturas, havia sempre o predomínio da cultura europeia-espanhola. Esta justaposição complexa e repleta de contradições, mas rica pela sua variedade, originou uma cultura e identidade próprias latino-americanas sem, no entanto, dissociar-se da raiz hispânica.

Portanto, na América Latina, acompanhava-se atentamente o desenrolar dos acontecimentos na Espanha. Em especial a partir de 1931, pois a queda da Monarquia e a subsequente proclamação da República não significaram apenas uma simples troca de poder político, mas um autêntico processo de transformação estrutural. Numa Europa onde o nazifascismo ocupava cada vez mais espaços, a Segunda República Espanhola, com seu discurso liberal-reformista, parecia um anacronismo. O novo governo introduziria algumas reformas sociais, a começar por uma profunda laicização do Estado. Entretanto, se as reformas republicanas se mostraram insuficientes para atender às demandas das classes populares, elas contribuíram também para provocar uma profunda irritação na elite espanhola.

Desta forma, abandonado pelas massas, que aprofundavam a radicalização política, engrossando fileiras do anarquismo ou do comunismo, o governo liberal e reformista perdeu as eleições para uma coalizão de direita em 1933. Esta coalizão de forças tradicionais procurou reverter as minguidas conquistas sociais postas em prática pelo governo anterior. Como efeito imediato, a violência política aumentou, culminando num levante armado popular na região mineradora das Astúrias em outubro de 1934.¹⁵ Esta tentativa

15 A proclamação da República não apaziguou os ânimos políticos e sociais. Em 1933, ainda em pleno governo reformista, estourou um pequeno e isolado levante anarquista em *Casas Viejas*, Cádiz. O brutal esmagamento da rebelião por parte das forças de segurança, queimando vivas quatorze pessoas, desgastou a imagem do governo reformista frente à opinião pública e às massas. Este episódio também foi amplamente explorado pela direita para difamar a República e os reformistas e assim, captar a simpatia dos eleitores insatisfeitos. No entanto, o posterior massacre dos rebelados nas Astúrias ofuscaria, pelas suas proporções,

revolucionária foi aniquilada pelo Exército, comandado pelo jovem general Francisco Franco. A rebelião asturiana teve um desfecho atroz: em torno de 2000 civis mortos, mais de 3000 feridos e alguns milhares de presos políticos.¹⁶ Estes dados repercutiram assustadoramente não somente na Espanha, mas no mundo todo.

Devido ao caos social instaurado no país, convocaram-se novas eleições: desta vez, uma frente ampla de esquerda sairia vitoriosa em fevereiro de 1936. Inconformados, os setores da direita passaram a conspirar, e o novo governo a aprofundar as reformas. O clima tornava-se cada vez mais instável e as discussões políticas terminavam em tiroteios, dando origem ao que se denominou de “gangsterismo político”. A polarização ideológica buscava os extremos: os partidos extremistas à direita e à esquerda cresciam, enquanto os de centro se esvaziavam, aumentando a tensão e a violência. A situação já indicava sinais de “maus tempos” que se avizinhavam. Quatro meses depois da eleição, em 18 de julho de 1936, ocorreu a tentativa de golpe, seu fracasso e, como resultado imediato, a eclosão da revolução popular seguida pela deflagração da guerra civil. Esta movimentação não passou despercebida no nosso continente, e a polarização entre as antinomias políticas também nos atingiu.

O problema espanhol refletia como um espelho as contradições americanas, e assim se revestiu de um caráter simbólico profundo, permitindo uma multiplicidade de análises e leituras, cujo espectro atingia desde as diversas correntes da esquerda até os vários setores da direita. Assim, os nascentes partidos comunistas latino-americanos denunciavam a ação dos “fascistas” na Espanha contra o Governo legalmente constituído, mas também o faziam contra as oligarquias locais, a quem também identificavam (e geralmente de forma inexata) com o “fascismo”.¹⁷ Os setores médios latino-americanos, que buscavam livrar-se do peso das elites, em geral mostravam-se simpáticos ao Governo republicano espanhol, mas temiam, como ele, a ascendência dos

o ocorrido em *Casas Viejas*.

¹⁶ Estes dados são aproximados. Thomas, Hugh. **La Guerra Civil Española**. 2 vol. Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1996, p.167.

¹⁷ Na Argentina, por exemplo, o governo militar havia proscrito o Partido Comunista em 1930, embora não o Socialista, em prol da manutenção de uma face pseudodemocrática. Apesar disso, as manifestações pró-Espanha republicana (onde os comunistas tinham participação) tendiam a ser censuradas, proibidas e reprimidas, em face do anticomunismo ferrenho dos militares argentinos. Já as manifestações a favor do bando rebelde de Franco costumavam ser chanceladas pelo governo, o que reforçava o paralelo com o fascismo feito pelas esquerdas e demais forças democráticas. Ver Goldar, Ernesto. **Los argentinos y la Guerra Civil Española**. Buenos Aires: Plus Ultra, 1996.

grupos radicais, como os anarquistas e comunistas. Por sua vez, as elites oligárquicas assistiam horrorizadas ao que elas consideravam a “destruição da civilização cristã e o avanço do comunismo ateu”, esperando que os militares insurretos restaurassem o *Ancien Régime*. Basta lembrar-nos que o medo de uma revolução popular povoava o imaginário das nossas elites desde as Guerras de Independência, sendo as saídas de cunho autoritário, um fato corrente no continente. O próprio falangismo (espécie de fascismo espanhol) encontrou êmulos e simpatizantes nas terras americanas: sinarquistas no México, integralistas no Brasil, “nacistas” no Chile.¹⁸

Obviamente, a América Latina não estava alheia às tendências políticas em voga na Europa, em especial na Espanha, pela proximidade cultural. Desta forma, desenhavam-se paralelos, teciam-se redes de afinidades concretas, encontravam-se identidades em comum, fossem elas de cunho ideológico ou de classe. Enfim, tomava-se partido por um ou outro lado, mas, a questão principal era que o que estava acontecendo na Espanha poderia, em breve, acontecer por aqui.

A guerra na Espanha

De 1936 a 1939, a Espanha encontrou-se submersa em um conflito fratricida de amplas proporções. Apesar de ser, principalmente, resultado do acúmulo de contradições internas decorrentes do próprio processo de formação histórico-social do país ibérico, o confronto espanhol logo ultrapassou suas fronteiras geográficas e chamou para si a atenção do mundo inteiro, dadas as peculiares características com as quais ele se revestiu. Desta forma, o conflito ibérico transformou-se em exemplo paradigmático do conturbado contexto mundial entre-guerras.

O conflito político-ideológico, devindo guerra civil na Espanha, colocou em relevo a falência do sistema político democrático-liberal e a sua incapacidade para encontrar saídas efetivas para o momento crítico no qual se en-

18 “Nacistas” era a alcunha dada aos membros do *Movimiento Revolucionario Nacional Socialista de Chile*, fundado por Gonzalo von Maraes, em 1933. Para termos uma ideia da inclinação política da elite chilena, podemos consultar as memórias do embaixador chileno na Espanha, Aurélio N. Morgado. Ele publicou suas memórias em 1941, onde teceu elogios à *Falange* pelo seu antimarxismo e se declarou admirador do seu fundador, José Antonio Primo de Rivera, fuzilado pelos republicanos. Durante a sua estada em Madrid, Morgado aparentemente fez tudo o possível para proteger *falangistas* e outras pessoas ligadas ao levante de 18 de julho, mesmo ultrapassando os limites do direito de asilo político. Morgado, Aurélio Núñez. *Los Sucesos de España Vistos por un Diplomático*. Buenos Aires: L. J. Rosso, 1941.

contrava o capitalismo mundial. Esta incapacidade estrutural manifestava-se tanto na tímida política de apaziguamento promovida pela Inglaterra e pela França frente à sanha nazifascista, quanto na vacilante postura do próprio Governo republicano espanhol em conter a escalada de violência política que serviu de estopim (e pretexto) para o levante militar em 18 de julho de 1936. O fracasso parcial do golpe, somado à férrea resistência da população, insurgida contra o levante militar da extrema direita, levou ao desencadeamento de uma cruenta guerra civil.

Mas foi, sem dúvida, a polarização político-ideológica o que marcou significativamente o conflito em questão. Num mundo que se encontrava cada vez mais inclinado para os seus extremos, o confronto hispânico inseriu-se plenamente na dicotomia vigente dos anos 1930: antifascismo ou anticomunismo. Nestes campos bem definidos, galvanizaram-se então, as diversas forças de direita e de esquerda da Espanha em defesa de seus próprios ideais e interesses de classe. Pelo campo da direita vislumbrava-se um *mélange* de forças reacionárias, conservadoras e retrógradas em relação a qualquer vislumbre de mudança social e econômica na Espanha. Nesta coalizão agrupavam-se oligarcas de mentalidade senhorial ao lado de modernos burgueses aliados ao capital monopolista internacional. Somavam-se a estes grupos setores ultraconservadores e tradicionalistas, como a Igreja Católica e os vetustos monarquistas de diversas tendências e linhagens dinásticas, como os Carlistas e os Alfonsinos. Por fim, como representante da nova *modernidade alternativa*¹⁹ e reacionária, a *Falange Española de las Juntas Ofensivas Nacional Sindicalistas* (FE de las JONS), um partido filofascista que crescia vertiginosamente antes do confronto. No entanto, o motor propulsor da reação golpista era o aparato militar personificado nas Forças Armadas, tradicionais defensoras das elites e seu *status quo*. Assim, mais da metade dos efetivos militares em serviço ativo apoiaram incondicionalmente a insurreição, especialmente o jovem oficialato.²⁰

Pelo campo antifascista mesclava-se um espectro, também extremamente variado, de matizes políticos agrupados na fórmula eleitoral de um

19 Paxton, Robert O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

20 De La Cierva, Ricardo. **Brigadas Internacionales 1936-1996**. Madrid: Fénix, 1997, p. 77-79. Ainda os acadêmicos discutem a respeito dos números reais da divisão das Forças Armadas, tentando esquivar-se dos dados produzidos pela propaganda de ambos os lados. No entanto, o lado rebelde parece haver contado desde o início, com a maior parte da oficialidade, e em especial os mais jovens. Isto teria ocorrido devido à simpatia destes oficiais jovens pela FE de las JONS, entendida por eles como um movimento essencialmente “jovem” e de caráter “renovador” da sociedade.

*Frente Popular*²¹, cujos componentes transitavam desde a timorata burguesia liberal e republicana ao centro (detentora do poder estatal legítimo), passando pelos partidos sociais-democratas, socialistas moderados ou radicais, comunistas ortodoxos (pró-Moscou) e comunistas heterodoxos, chegando até os anarquistas na extrema esquerda. Nesta multiplicidade de parâmetros ideológicos, numa clivagem entre o arcaico e o moderno, a civilização ilustrada e a barbárie irracional, a população espanhola foi tomando partido e assumindo uma postura política e ideológica em franca oposição ao “outro”. Não havia mais tempo de contemporizações dentro das visões maniqueístas expressadas por ambos os lados. Portanto, mesmo antes da eclosão do conflito armado, o país já se encontrava profundamente e irrevogavelmente dividido.

A insurreição militar de 18 de julho de 1936 não teve o sucesso esperado: os sublevados, comandados pelo general Francisco Bahamonde Franco, controlaram um terço do país, mas não a capital, Madri, e nem os principais centros urbanos e as áreas economicamente estratégicas do norte (País Basco) e nordeste (Catalunha). Paradoxalmente, o golpe provocou a reação popular que, frente a incapacidade do Governo republicano em esboçar uma reação efetiva, exigiu “armas para o povo”, para assim poder enfrentar a manobra golpista. Desta forma, as massas lideradas pelas suas organizações de base, sindicatos e partidos políticos, começaram um processo revolucionário, atropelando o pouco que restava da autoridade estatal sem, contudo, removê-la do poder. A burguesia continuava no poder, embora acuada pelo povo, no sentido de radicalizar as transformações sociais: reforma agrária, expropriações e coletivização dos meios de produção.²²

O país cindiu-se territorialmente em dois: uma Espanha “rebelde”, dominada pelos militares insurgentes, e uma Espanha “legalista”, governada pelos republicanos²³, mas confusa, perplexa, dividida e tão preocupada em esmagar

21 A tática das Frentes Populares antifascistas foi introduzida oficialmente pela III Internacional Comunista em 1934, no marco da derrota eleitoral das esquerdas alemãs (comunistas e socialdemocratas) frente ao nazismo. Utilizava como base a formação da Frente Única dos partidos operários para construir, depois, a aliança com os setores progressistas da burguesia. Dimitrov, Jorge. *El Frente Único, vigencia actual*. México: Cartago, 1983.

22 Sobre a breve experiência revolucionária dos libertários espanhóis: Fernández, Jorge C. O longo verão da anarquia: anarquismo, revolução e guerra civil na Espanha. In: Blankl, Alexandre; Silva, Carla L.; Calil, Gilberto G. *Estado, poder e revoluções, reflexões de um mundo em crise*. Porto Alegre: FCM, 2019.

23 Os militares rebeldes se autodenominavam “nacionalistas”. Seus inimigos, também os denominavam “sublevados”, “fascistas” ou “facciosos”. O termo “franquista” somente apareceria no final da guerra. Os partidários do governo legal se autodenominavam “republicanos” ou “legalistas”. Mas, os rebeldes os chamavam de “vermelhos” ou “comunistas”.

a rebelião militar quanto em conter os ímpetus revolucionários de *los de abajo*. Logo após as primeiras horas do golpe militar, o governo republicano solicitou ajuda militar aos vizinhos franceses, cujo governo socialista era, em tese, simpático aos republicanos espanhóis. Pelo outro lado, os rebeldes, impossibilitados de transportar as tropas coloniais africanas do Marrocos Espanhol para a península²⁴, pediram o essencial apoio aéreo a Hitler e Mussolini.

Porém, as ditas potências democráticas, França, Grã-Bretanha e os Estados Unidos, decidiram isolar o conflito espanhol, negando ao Governo republicano o apoio de que tanto necessitava. Inicialmente, a República francesa, que também possuía um governo de frente popular, enviou alguns armamentos. No entanto, as remessas cessaram em breve devido, em boa parte, às pressões da direita francesa que se recusava a apoiar um governo espanhol que se rotulava de “vermelho”, utilizando toda sua influência política e econômica no sentido de bloquear o apoio do governo francês que era, do ponto de vista do direito internacional, perfeitamente factível e legal.

O governo conservador da Grã-Bretanha pressionou também a França para cessar a ajuda aos republicanos. A posição britânica revestia-se de um manto de neutralidade diplomática, porém o que os ingleses temiam era que a República burguesa espanhola fosse atropelada pelo processo revolucionário iniciado pelas classes subalternas. Portanto, para evitar uma possível revolução social que ameaçasse a ordem estabelecida e os interesses do capital monopolista britânico na Península Ibérica, a Inglaterra sacrificaria a República espanhola perante a Alemanha nazista e a Itália fascista. Dias após, a França fez par com a Inglaterra na chamada Política da Não Intervenção. Esta manobra política, postulada pela Inglaterra na SdN, originou um tratado, o *Pacto de Não Intervenção*, o qual se revelava na prática como um cordão de isolamento para a República espanhola, porque em nada afetava a ajuda recebida pelos rebeldes, enviada pelas potências nazifascistas. Para o conservador *Foreign Office* britânico, o grande perigo era Stalin e o medo do comunismo em geral. Pensava-se que Hitler e Mussolini poderiam ser apaziguados mediante algumas concessões econômicas ou territoriais. Além disso, Schwartz

24 A chave para o sucesso do golpe estava no apoio das chamadas tropas coloniais. Em primeiro lugar, a Legião Estrangeira espanhola, formada de soldados profissionais, altamente motivados e disciplinados, seguindo a doutrina do seu fanático criador e mestre de Franco, o general Millán Astray. Por último, os chamados “regulares”, “nativos” ou “mouros”. Eram tropas recrutadas nas tribos do Marrocos, famosas por sua coragem, mas também por sua crueldade com o inimigo. É importante lembrar que a cúpula dos militares rebeldes era formada por antigos comandantes das tropas coloniais.

sugere que o racismo britânico pode ter influído nessa tese ao desconsiderar os perigos do nazifascismo, pois oriundo de países europeus “civilizados”. Os soviéticos, além da doutrina revolucionária, eram considerados “selvagens semi-asiáticos”.²⁵ Importante destacar que quase todos os países da América Latina aderiram à proposta do Pacto de Não Intervenção e, amparadas pelo protocolo do Pacto, as elites oligárquicas e seus agentes delineavam as suas simpatias em prol dos sublevados e contra a República.

Devemos ainda acrescentar a pseudoneutralidade estadunidense que bloqueou qualquer ajuda legal ao governo republicano, negando-se a lhe vender armas e levando os republicanos espanhóis a uma dependência quase exclusiva do material bélico da URSS. Enquanto que, ao mesmo tempo, brechas na legislação permitiram que os militares rebeldes se abastecessem de combustível e veículos, a crédito, por parte dos EUA.²⁶

Somente o México e a URSS manifestaram apoio à República, embora esta última o fizesse timidamente (de início), pois não pretendia assumir um apoio direto a fim de não provocar a Alemanha, ou causar pânico nos meios democráticos ocidentais, que poderiam ver neste apoio (e viam) uma política de “subversão moscovita”, tão em voga naqueles tempos. A URSS buscava, naquele momento, uma aliança com as democracias ocidentais frente ao perigo nazista. A posição mexicana condenou a intervenção nazifascista e prestou apoio irrestrito ao governo espanhol. O general revolucionário Lázaro Cárdenas, que se identificava profundamente com o governo republicano, assumiu que venderia armas à Espanha e condenou a hipocrisia do Pacto e a farsa da Política da Não Intervenção, retirando o México do comitê organizador.

Simultaneamente, cidadãos de vários países do mundo, agindo independentemente (ou a contragosto) de seus governos, sensibilizaram-se com a frágil situação da Espanha republicana e, identificados com seus ideais progressistas, sentiram-se compelidos a fazer algo para defender a democracia ameaçada. Formaram-se então os primeiros *Comitês de Ajuda à Espanha Republicana* que, inicialmente, procuravam arrecadar fundos, medicamentos e víveres para as vítimas do conflito. Na América Latina, surgiram vários destes comitês, muitas vezes trabalhando ilegalmente e sofrendo repressão das au-

25 Schwartz, Fernando. **La internacionalización de la Guerra Civil Española**. Madrid: Planeta, 1999, p. 112.

26 A Standart Oil, a Vacuum Oil Company e a Texas Oil Company foram os principais fornecedores dos rebeldes. Ver Matthews, Herbert. **Metade da Espanha morreu**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 185.

toridades. Como afirmou Gino Gerold Baumann: “[...] Hispanoamérica tenía un gran sentido de solidaridad con España. En los años treinta había una ola de hispanismo, sobre todo por parte de la derecha, pero ello se reflejó, igualmente, en la izquierda”.²⁷ E foi nesta conjuntura que surgiram os primeiros voluntários estrangeiros para lutar pela Espanha republicana.

Eram homens de várias nacionalidades que se uniram por um ideal superior às suas próprias diferenças ideológicas, religiosas ou até mesmo de classe social. Ao assumir a defesa da República Espanhola, acreditavam que estavam a defender toda a humanidade contra o obscurantismo e a barbárie que viam representada pelo fascismo. O antifascismo era o princípio básico que guiava os homens que formariam as futuras Brigadas Internacionais (BI). Compostas por voluntários de sessenta e cinco nações (incluindo colônias e territórios não soberanos)²⁸, com aproximadamente 32.500 combatentes estrangeiros ao todo e ao longo do conflito, calcula-se que nunca houve mais de 18.000 voluntários servindo ao mesmo tempo.²⁹ Os voluntários eram enviados geralmente de forma clandestina através dos comitês e dos Partidos Comunistas, que coordenavam a estruturação das BI. Apesar da clandestinidade, somada à distância e à dificuldade em chegar à Espanha pelo isolamento europeu, cerca de 2000 latino-americanos natos conseguiram chegar e combater pela causa republicana.³⁰ A estes, uniram-se também muitos espanhóis residentes na América.

Com a internacionalização da guerra espanhola iniciou-se um conturbado período histórico cujos efeitos trariam severas consequências, principalmente para a Europa, mas também para a América Latina. Apesar da

27 Baumann, Gino G. **Los voluntarios latinoamericanos en la guerra civil española**. San José, CR: Guayacán, 1997, p. 24.

28 Tremlett, Giles. **Las Brigadas Internacionales. Fascismo, libertad y la guerra civil española**. Barcelona: Debate, 2020, p. 22-23. Considerando-se a geografia política atual, teremos voluntários de mais de 80 países.

29 Estes números são controversos, e ainda hoje são motivo de debates acadêmicos. Tremlett, em estudo mais recente, aponta 32.500 voluntários estrangeiros. Outros estudos anteriores, que apontavam 35.000 ou mais, deveriam ser, segundo Tremlett, em função do recrutamento de espanhóis nativos para preencher as unidades desfalcadas pelos combates, mais pro fim da guerra. Veja-se Álvarez, Santiago. **Historia Política y Militar de las Brigadas Internacionales**. Madrid: Compañía Literaria, 1996; Bayac, Jacques D. **Les Brigades Internationales**. Paris: Fayard, 1968; Bradley, Kenneth. **The International Brigades in Spain 1936-1939**. London: Osprey Publishing, 1994.

30 O autor chegou a esta cifra aproximada com base em dados obtidos em Academia de Ciencias de la URSS. **La Solidaridad de los pueblos con la República Española 1936-1939**. Moscú: Progreso, 1974; Carvalho, Apolônio de. **Vale a pena sonhar**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, 2. ed. Schwarzstein, Dora. **Entre Franco y Perón**. Barcelona: Crítica, 2001.

ajuda militar soviética, a República não conseguiu equilibrar o balanço de forças, que pendia para o lado dos nacionalistas de Franco, pois a ajuda alemã e italiana era volumosa. Somava-se ainda a desorganização do improvisado Exército Popular Republicano, frente ao antigo Exército regular que ficara nas mãos dos rebeldes. Mas talvez a principal causa de derrota republicana tenha sido a divisão dentro da Frente Popular antifascista: divergências de projetos e diferenças de classe cobraram o seu preço. Em fevereiro de 1939, os exércitos nacionalistas arrasaram as forças republicanas forçando a retirada para a França que, a desgosto, teve de abrir a fronteira para mais de 500.000³¹ pessoas, entre militares e civis, grande parte das quais, se caíssem nas mãos de Franco, teriam morte certa. Terminava a guerra e começava o drama dos refugiados, daqueles tornados apátridas em virtude da sua opção política. Em 1936, o eco do tronar dos canhões havia atravessado o Atlântico, motivando simultaneamente consciências e corações latino-americanos: a favor de uns, ou, contra outros. Em 1939, seriam somente os gritos da dor e os lamentos das vítimas da Espanha dilacerada. Tanto em 1936 quanto em 1939, cada país latino-americano, em nível oficial ou na esfera privada, posicionou-se ou tratou o conjunto da problemática espanhola de modo particular e específico, fosse em manifestações concretas de apoio por parte das camadas populares, ou nas frias negativas e obstáculos governamentais. É o que veremos a seguir nos estudos de caso: México e Argentina.

México: a defesa do ideal revolucionário no apoio a República

Desde o início do conflito, o governo de Lázaro Cárdenas, general forjado no processo da Revolução Mexicana de 1910, foi o único governo da América Latina que manifestou total apoio à causa republicana. Identificava-se plenamente com o pensamento burguês progressista do presidente espanhol Manuel Azaña e dos republicanos em geral. Em discurso proferido em 19 de janeiro de 1937, Cárdenas reforçou sua posição inicial:

El gobierno de México continuará proporcionando armas y municiones de fabricación nacional. México no variará a la línea de conducta que adoptó desde que el gobierno presidido por don Manuel Azaña ha solicitado material de guerra para su defensa.³²

31 Schwarzstein, Dora. *Entre Franco y Perón*. Barcelona: Crítica, 2001, p. 5.

32 Benítez, Fernando. *Lázaro Cárdenas y la Revolución Mexicana*. III. *El Cardenismo*. México DF:

Sem limitar-se apenas ao discurso, Cárdenas fez o que lhe foi possível para enviar à República as armas de que tanto necessitava. Já em setembro de 1936, enquanto nos salões acarpetados da SdN ainda se debatiam vagas questões jurídicas sobre o que fazer com o caso espanhol, chegavam à Espanha o primeiro lote de 20.000 fuzis *Moisin Nagant* e dois milhões de cartuchos provenientes do arsenal mexicano.³³ Segundo Ibarruri, no México, a solidariedade com a Espanha republicana se tornou “política estatal”.³⁴

Para burlar o embargo de armas decretado pelo *Pacto de Não Intervenção*, o México acordou em servir como fachada legal para os representantes comerciais da República Espanhola no tocante a necessária compra de aviões nos EUA. A manobra parecia simples: empresas aéreas mexicanas ou mesmo indivíduos particulares compravam aviões civis (mas que pudessem ser adaptados ao uso militar) nos Estados Unidos e, posteriormente, estes aparelhos eram remetidos, via marítima, para a Espanha, onde eram transformados em improvisados aviões de combate e colocados rapidamente em serviço. No entanto, a operação toda era irregular, o que poderia acarretar complicações diplomáticas para o governo mexicano, principalmente com os EUA, com quem já apresentavam problemas devido ao processo de nacionalização do petróleo, empreendido pelo governo de Cárdenas e que feriu os interesses do imperialismo estadunidense. O México também mobilizou as classes trabalhadoras para que, por meio de coletas solidárias, ajudassem os irmãos espanhóis. Desse modo, foram enviadas toneladas de produtos essenciais: petróleo, açúcar e mantimentos diversos.³⁵

Todavia, a própria operação de transporte envolvia um alto risco, o qual o México assumiu, posto que muitas vezes, o frete foi realizado por navios de bandeira mexicana. As águas territoriais espanholas, do mar Cantábrico ao Mediterrâneo, não só passariam a ser patrulhadas pelos países do *Pacto de Não Intervenção*, como principalmente, estavam infestadas pela marinha rebelde. Para termos uma ideia, em janeiro de 1937, o navio republicano “*Mar Cantá-*

Fondo de Cultura Económica, 1995, p. 176.

33 Eram os fuzis “*Mexicanskis*”. Estas armas tinham uma história curiosa: eram de desenho russo, mas fabricadas nos EUA. Haviam sido vendidas ao Exército russo antes de 1914 e, após a Revolução Russa, vendidas pelos bolcheviques aos mexicanos. Thomas, Hugh. *La Guerra Civil Española. 2 vol.* Barcelona: Grijalbo Mondadori, 3 ed., p. 424 e Bradley, Kenneth. *The International Brigades in Spain 1936-1939*. London: Osprey Publishing, 1994, p. 17.

34 Ibarruri, Dolores. *Guerra y Revolución en España 1936-1939*. Moscú: Progreso, 1966.

35 Altmann, Werner. *México e Cuba: Revolução, Nacionalismo, Política Externa*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2001, p. 21-22.

brico” foi interceptado e capturado pelo cruzador rebelde “*Canárias*”, no golfo de Viscaya. O valioso botim de guerra incluía vários aviões novos (alguns *Vultee*; *Fairchild*; *Lockheed* e *Northrop*), motores de aviação e peças de artilharia, quase tudo de fabricação estadunidense, mas embarcados no porto mexicano de Veracruz.³⁶ A tripulação espanhola e mais quatro voluntários mexicanos foram “passados pelas armas” no jargão militar, ou seja, fuzilados na base naval rebelde de *El Ferrol*, na Galícia.³⁷ Com a intensificação do bloqueio nacionalista e a queda do País Basco, os navios que partiam de Veracruz deveriam rumar para a França e depender da boa vontade dos franceses para que a carga chegasse ao destino, o que poderia atrasar meses a chegada dos equipamentos, caso a fronteira franco-espanhola estivesse bloqueada por motivos políticos.

Além disso, existia ainda a possibilidade de sabotagem dos equipamentos em território francês por parte de elementos ligados aos rebeldes. Mesmo assim, o México continuou a comprar e enviar material para os republicanos até o fim do conflito. Pelo menos 45 aeroplanos dos mais variados modelos, foram enviados à República, de setembro de 1936 até fevereiro de 1939, embora nem todos chegassem ao destino final: 17 *Vultee V-1*, 12 *Lockheed Orion*, 6 *Northrop Delta*, 1 *Lockheed Sirius*, 1 *Lockheed Vega*, 1 *Northrop Gamma*, 1 *Lockheed Electra*, 1 *Fairchild 91*, 1 *Beechcraft Dallas* e 3 *Consolidated Fleetster*.³⁸ Em abril de 1939, ainda restava embarcar mais três *Boeing 247*, vinte e dois *Bellanca Flash* e seis *Curtiss Condor*, que não chegaram a sair do México, pois a guerra havia já terminado.³⁹ Alguns destes aparelhos foram vendidos ao Canadá ou aceitos como pagamento pelo México, com a finalidade de custear a viagem e a estadia de parte dos exilados republicanos que chegavam ao país.⁴⁰

36 Thomas, Hugh. **La Guerra Civil Española. 2 vol.** Barcelona: Grijalbo Mondadori, 3. ed., p.624-625; Talón, Vicente. **Un episodio de la guerra en el aire, España 1936-1937.** Madrid: Defensa 1997, p.43; García-Muñoz, Juan A. **Galería de aviones de la guerra civil española.** Madrid: Ministerio de Defensa, Instituto de Historia y Cultura Aeronáutica, 1996, p. 90, 100-101, 104.

37 Álvarez, Santiago. **Historia política y militar de las Brigadas Internacionales.** Madrid: Compañía Literaria, 1996, p.146.

38 O cálculo estimado do conjunto das remessas e dos tipos de aparelhos enviados, foi gerado com base em dados extraídos das seguintes fontes: Thompson, Jonathan. **Vultee aircraft: 1932-1947.** Santa Ana: Narkiewicz, 1992; Howson, Gerald. **Aircraft of the Spanish Civil War, 1936-1939.** London: Putnam, 1990; García-Muñoz, Juan A. **Galería de aviones de la guerra civil española.** Madrid: Ministerio de Defensa, Instituto de Historia y Cultura Aeronáutica, 1996.

39 Acree, Chuck. **Bellanca War Planes in Latin America** [online] <http://www.laahs.com/art03.htm>. Acessado em 27/08/2002. Valverde, M. R. **Aviones de la Guerra Civil Española – Índice de Aviones.** <http://usuarios.lycos.es/mrval/index.htm> Acessado em 27/08/2002.

40 Schwarzstein, Dora. **Entre Franco y Perón.** Barcelona: Crítica, 2001, p. 32.

Outro aporte dado pelo governo Cárdenas foi o incentivo ao alistamento de voluntários para lutar pela República Espanhola. Estima-se que em torno de 90 mexicanos, a maioria militares e de filiação comunista, tenham ingressado nas forças republicanas.⁴¹ Alguns deles, galgariam altos postos militares, como o artista David Alfaro Siqueiros, que se tornaria coronel do Exército republicano, ou o tenente Francisco Tarazona Torán, um dos ases da Aviação republicana. Posteriormente, Siqueiros seria preso por levar a cabo um atentado (falho) contra Trotski, exilado-hóspede de Cárdenas.⁴² Ou seja, a divisão das esquerdas ultrapassava as fronteiras da Europa e chegava ao continente americano.

Porém, talvez o aporte mais importante dado pelo México tenha sido o assentamento de mais de 20.000 refugiados em solo mexicano de 1939 à 1941.⁴³ O general Cárdenas organizou pessoalmente o apoio e a ajuda humanitária às vítimas da guerra civil. Conforme a historiadora argentina Dora Schwarzstein: “Cárdenas, con una pléyade de políticos e intelectuales mexicanos, inició uno de los esfuerzos nacionales de solidaridad internacional más ejemplares de este siglo”.⁴⁴ Além disso, incentivou a ida de grupos de intelectuais e cientistas para que se incorporassem a nascente Universidade Nacional, a UNAM, possibilitando um impulso nas áreas artísticas, científicas e tecnológicas. Apesar de existirem cotas para cada partido político do Frente Popular espanhol, o México não impôs qualquer tipo de restrição ideológica aos refugiados, diferentemente do que fizeram a URSS, a França e a Inglaterra, que selecionaram cuidadosamente os seus “hóspedes”.

Esta mobilização nacional, aliada aos incentivos do governo de Cárdenas em prol dos refugiados, acabou por concentrar no país um grande número de refugiados com nível educacional acima da média, em contraste com os refugiados que foram para outros países da América Latina ou os que ficaram na França. Cárdenas procurou minimizar a importância da recepção hostil dada aos exilados por parte da opinião pública conservadora e dos setores pro-franquistas mexicanos. Para Cárdenas, os republicanos representavam

41 Jackson, Gabriel. **Entre la Reforma y la Revolución 1931-1939**. Barcelona: Crítica, 1980, p.402.

42 Sobre o atentado a Trotsky, ver Benítez, Fernando. **Lázaro Cárdenas y la Revolución Mexicana. III. El Cardenismo**. Mexico DF: Fondo de Cultura Económica, 1995, p.188-189.

43 Benítez, Fernando. **Lázaro Cárdenas y la Revolución Mexicana. III. El Cardenismo**. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1995, p.183; Schwarzstein, Dora. **Entre Franco y Perón**. Barcelona: Crítica, 2001, p. 37.

44 Schwarzstein, Dora. **Entre Franco y Perón**. Barcelona: Crítica, 2001, p. 34.

um aporte valioso e estratégico para o desenvolvimento da nação mexicana:

[...] se trata de una aportación de fuerza humana y de raza afín a la nuestra en espíritu y sangre [...] damos la bienvenida a los refugiados españoles, porque la aportación de esas energías humanas viene a contribuir con su capacidad y esfuerzo al desarrollo y progreso de la nación.⁴⁵

Uma vez instalados no México, os exilados puderam contar com linhas de crédito, passando assim a fundar empresas, tais como indústrias, estaleiros, escritórios de negócios, bancos e editoras, além de institutos de ensino e pesquisa. Integrados à ordem nacional, os republicanos passaram a fazer parte indissolúvel da sociedade que os acolheu.

Argentina: entre o apoio popular e a condena oficial

A Argentina apresentava uma situação bem diversa do caso anterior. O governo militar do general Agustín P. Justo, e depois o governo civil de Roberto M. Ortiz, não somente negaram apoio a República Espanhola, como também procuraram dissuadir seus cidadãos de fazê-lo mediante o uso da repressão. Em julho de 1936, apoiando-se no direito legal de asilo diplomático, a embaixada argentina em Madrid (tal como outras embaixadas latino-americanas) amparou simpatizantes dos rebeldes nacionalistas debaixo de seu teto, o que lhe valeu a fama de filo-fascista nos meios republicanos espanhóis. Contudo, no intuito de mostrar coerência e isenção da sua política de asilo, a Argentina chegou a dar refúgio a alguns republicanos, quando da vitória franquista. No entanto, isto não significava simpatia ou identificação com a República, visto que boa parte dos republicanos que solicitaram este tipo de auxílio tiveram seus pedidos negados.

Com o fim da guerra, o Estado argentino se viu internamente e externamente pressionado a receber refugiados de guerra republicanos. Desta forma, cercou-se de todos os mecanismos de controle possíveis, no sentido de bloquear a chegada de elementos considerados “extremistas” ou “perigosos” à ordem social. Todos os entraves legais e burocráticos, possíveis e imaginados, foram condensados na legislação que permitia a imigração dos exilados. Com isso, descobria-se o posicionamento político, a origem social do exilado e a sua ocupação, logo, o governo podia literalmente selecionar quem seria

45 Benítez, Fernando. **Lázaro Cárdenas y la Revolución Mexicana. III. El Cardenismo.** México DF: Fondo de Cultura Económica, 1995, p.178.

recebido ou rejeitado, o que certamente excluía, de modo geral, exilados de filiação comunista ou anarquista.

A elite representada no governo dificultava o ingresso de pessoas com ideologias libertárias radicais, pois temia a “importação” do problema espanhol às terras argentinas. Não obstante, cerca de 2.500 pessoas com “bons antecedentes” conseguiram se instalar na Argentina⁴⁶, principalmente gente oriunda da classe média, pequenos proprietários, profissionais liberais ou funcionários do Governo deposto. Mas, à fria recepção do Governo, opunha-se uma calorosa acolhida popular. Desde 1936, a população argentina em geral e, principalmente as classes subalternas, ofereceram o seu apoio aos irmãos republicanos, nas mais diversas formas. A Argentina, atravessava um momento de expansão industrial, aumentando rapidamente a população das cidades, em particular Buenos Aires, em cuja periferia se concentravam a maior parte das novas indústrias. Uma boa parte deste operariado urbano era de imigração recente e, frequentemente, de origem espanhola.

Porém, a própria comunidade espanhola na Argentina, numerosa e com força política, encontrava-se dividida: alguns exerceram forte pressão a favor da causa republicana e outros, juntaram-se ao *lobby* pró-Franco. Além das afinidades nacionais ou de origem regional, somavam-se as identidades de classe e demais vínculos ideológicos, destacando-se a profunda politização dos setores populares argentinos, muito próximos, portanto, dos trabalhadores espanhóis. A pesquisa de Schwarzstein nos mostra a amplitude e a diversidade de matizes políticos, sociais e regionais que impulsionavam o movimento de solidariedade com a República espanhola.⁴⁷ Esse movimento foi irradiado a partir de várias organizações de imigrantes, sindicatos, partidos políticos locais, e merecem destaque as iniciativas do Partido Comunista argentino, mesmo desde a ilegalidade.⁴⁸ Os comunistas incentivaram a formação de mais de duzentos comitês de apoio fundados ao longo do país, e criaram um comitê central coordenador: a *Federación de Organismos de Ayuda a la República Española* (FOARE).

A FOARE promoveu grandes manifestações e campanhas para arrecadar essencialmente fundos, roupas e víveres. O volume de mercadorias arrecadadas entre os contribuintes atingiu, no ano de 1938, o valor de dois milhões e meio

46 Schwarzstein, Dora. **Entre Franco y Perón**. Barcelona: Crítica, 2001, p. 83.

47 Schwarzstein, Dora. **Entre Franco y Perón**. Barcelona: Crítica, 2001, p. 102-103.

48 Academia de Ciencias de la URSS. **La Solidaridad de los pueblos con la República Española 1936-1939**. Moscú: Progreso, 1974, p. 54.

de dólares.⁴⁹ A FOARE coordenava também a publicação de jornais, periódicos e livros, destinados a servir de contraponto aos grandes jornais argentinos, de ideologia conservadora e simpáticos aos nacionalistas espanhóis. Estas iniciativas foram proibidas, posteriormente, pelas autoridades. Contudo, a FOARE encontrou certa resistência por parte de outras organizações de cunho partidário, principalmente socialistas e anarquistas, que a acusavam de proselitismo político comunista e de ocupar todos os espaços.⁵⁰ Mais uma vez, a fragmentação política espanhola (e europeia) atingia as Américas. De qualquer modo, segundo Dorado:

El movimiento de solidaridad con la República española produjo un impacto inusitado en la población argentina. La convocatoria a movilizarse y realizar colectas para el pueblo español generó un éxito extraordinario. Así, se conformaron más de un millar de comités extendidos por toda la geografía nacional, tanto en áreas rurales como urbanas⁵¹.

Porém, o apoio a causa republicana não foi motivado exclusivamente por afinidades políticas ou étnico-culturais. Os sindicatos locais exortavam os trabalhadores a doarem roupas, alimentos, cigarros e até mesmo o equivalente a um dia de salário, que seria remetido aos trabalhadores espanhóis. Eventos teatrais, mostras fotográficas, e espetáculos musicais foram promovidos por artistas locais e artistas espanhóis, onde o valor da arrecadação era revertido, por exemplo, para a compra de ambulâncias. Mais de quarenta ambulâncias chegaram da Argentina à zona republicana e estima-se que o valor total da ajuda solidária do povo argentino com a República Espanhola atingiu, aproximadamente, a cifra de quatro milhões de dólares na época⁵², o que nos dá uma ideia do grau de comprometimento com a causa democrática e do enorme esforço realizado pela população de um modo geral, independente de filiação política.

A Argentina também contribuiu com material humano. Se calcula que em torno de 800 a 1000⁵³ pessoas deixaram o país para se alistar nas Briga-

49 Academia de Ciencias de la URSS. **La Solidariedad de los pueblos con la República Española 1936-1939**. Moscú: Progreso, 1974, p. 55.

50 Schwarzstein, Dora. **Entre Franco y Perón**. Barcelona: Crítica, 2001, p. 108.

51 Dorado, Gustavo; Gonzalez, Lucas; Boráquina, Guillermo; Sommaro, Ernesto. **Voluntarios de Argentina en la Guerra Civil Española**. Buenos Aires: Ediciones del CCC, 2008, p. 29.

52 Academia de Ciencias de la URSS. **La Solidariedad de los pueblos con la República Española 1936-1939**. Moscú: Progreso, 1974, p. 59-61.

53 Dorado, Gustavo; Gonzalez, Lucas; Boráquina, Guillermo; Sommaro, Ernesto. **Voluntarios de Argentina en la Guerra Civil Española**. Buenos Aires: Ediciones del CCC, 2008, p. 132.

das Internacionais, no Exército republicano ou no *Servicio de Sanidad*, as unidades médicas no *front*. Boa parte deles seriam de imigrantes de várias procedências nacionais, mas radicados na Argentina. O Governo considerava estes voluntários elementos perigosos e, após o fim da guerra, quando alguns sobreviventes solicitaram ajuda para o retorno, o embaixador na França negou-lhes a repatriação nestes termos: “[...]todos pertenecen a la Brigada Internacional, tienen malos antecedentes y ninguno desea regresar a España por temor a ser enjuiciados”.⁵⁴ Foram assim abandonados pelo seu país e considerados apátridas. Alguns ainda lutariam na Segunda Guerra Mundial, nas fileiras da Resistência francesa ou italiana, voltando à casa somente nos anos do pós-guerra mundial.⁵⁵

Considerações finais

A posição mexicana frente à República constituiu-se num caso isolado. Somente pode ser explicado se levarmos em conta o passado revolucionário do México e a excepcional estatura política e estratégica do general Cárdenas, que buscava incessantemente pontos de apoio externos para desenvolver sua política nacionalista e anti-imperialista. Neste sentido, identificou corretamente a ameaça à Espanha republicana como uma agressão imperialista, como já o havia feito em relação à Etiópia. E o seu ideal de projeto de governo mostrava diversas afinidades com aquele da Frente Popular espanhola.⁵⁶ No peculiar caso mexicano, povo e governo mostravam pontos de vista similares, coincidindo em manifestações concretas, um indicativo de que o Estado representava em grande parte os interesses da maioria da população, pois esta se identificava com as ações do “seu” governo.

Em outro extremo, a postura argentina frente à questão espanhola mostrou claramente um país dividido, onde as classes dominantes pairavam acima das questões sociais, dando pouca atenção às reivindicações populares, mas preocupando-se em manter uma fachada liberal para garantir respeitabilidade no exterior e esconder um regime internamente repressivo e impopular. No entanto, a população demonstrava uma elevada consciência política, expressada claramente no movimento de solidariedade com a República. O apoio dado à

54 Schwarzstein, Dora. **Entre Franco y Perón**. Barcelona: Crítica, 2001, p. 54.

55 Álvarez, Santiago. **Historia política y militar de las Brigadas Internacionales**. Madrid: Compañía Literaria, 1996, p.140-141

56 Para compreender melhor a política externa do governo Cárdenas, ver Altmann, Werner. **México e Cuba: revolução, nacionalismo, política externa**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2001, p. 20-26.

Espanha democrática também manifestava a vontade do povo argentino em ver os seus anseios correspondidos por um governo que representasse a maioria da população, e não somente uma minoria de privilegiados. Apesar das especificidades próprias, o caso argentino é paradigmático. A pretensa neutralidade inicial frente a República Espanhola e a simpatia pelos rebeldes, seguida pela atitude de condenar o governo republicano para, posteriormente, reconhecer os rebeldes como o “autêntico” governo espanhol, foi uma prática comum entre os diversos governos da América Latina, fossem eles democraticamente eleitos, como no Chile e Argentina, ou meras ditaduras, como no Brasil ou na Nicarágua. Foi também paradigmático, o contraste entre as posturas oficiais e a ação popular. Na maioria dos países latino-americanos, a maioria da população tendia a apoiar os republicanos espanhóis, velada ou abertamente, dependendo da situação e do contexto interno do país.

Para encerrar, cabe recordar o caso do Brasil do Estado Novo, onde era simplesmente muito arriscado assumir apoio à causa espanhola, pois os organismos de repressão, exerciam estrito controle sobre as atividades dos imigrantes, controlando até os seus centros e associações culturais. Além disso, qualquer atividade político-partidária legal estava extinta desde 1938, tendo os movimentos populares de esquerda sido banidos já em 1935. Mesmo assim, correndo sérios riscos de vida, um número aproximado de oitenta brasileiros conseguiu chegar à Espanha e combater pela República até seus estertores.⁵⁷ Um grupo relativamente pequeno, se comparado a outros grupos nacionais, um ato puramente simbólico, dirão alguns. Mas é exatamente para isso que servem os símbolos: para representar valores. No caso, a luta pelas conquistas civilizatórias advindas da Ilustração, o respeito e a defesa dos direitos universais básicos do ser humano contra a barbárie e a irracionalidade do fascismo.

57 Para a participação dos brasileiros na guerra espanhola, ver Fernández, Jorge C. “**Voluntários da Liberdade**”: Militares Brasileiros nas Forças Armadas Republicanas durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). São Leopoldo: PPG em História-Unisinos, 2003 (Dissertação de Mestrado).

A AMÉRICA LATINA E O BRASIL DIANTE DO IMPERIALISMO

A PERSPECTIVA DOS TROTSKISTAS (1946-1948)¹

Icaro Rossignoli

O jornal operário de tipo partidário como relevante fonte de investigação histórica

Quando lidamos com periódicos políticos como fonte histórica, é crucial compreender as relações materiais e concretas envolvidas na sua produção (tanto material quanto intelectual), sua circulação e, dentro do possível, o consumo e o impacto externo. Há sempre uma relação de negociação entre a imprensa e o seu público leitor, marcada por um fluxo contínuo de influências. Enquanto a imprensa procura afirmar um projeto político, é obrigada a considerar as demandas e expectativas de seus leitores, que, por sua vez, também exercem pressão sobre o conteúdo e a orientação do jornal. É dessa forma que, ao lidar com a palavra e a ideia escrita, podemos ainda assim sustentar a sua materialidade dialética.

As fontes históricas analisadas neste artigo são periódicos produzidos por um partido político da classe trabalhadora, que não era organizado institucionalmente e cuja participação eleitoral era limitada. O tema se relaciona com a história geral do movimento operário (que sempre foi composto por tendên-

¹ A maior parte deste material, em especial as últimas seções, foi baseada diretamente em trechos de minha dissertação de mestrado: Rossignoli, Ícaro. **Os trotskistas brasileiros diante do cataclismo mundial e da reconstrução pós-guerra**: O Partido Socialista Revolucionário, a questão soviética e o imperialismo (1939-1951). Dissertação de Mestrado (História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2024, 310p.

cias políticas). Por muitos anos os estudos acadêmicos sobre o movimento operário foram dominados por uma abordagem que privilegiou os modos de vida e a chamada “cultura subalterna”, secundarizando os estudos das organizações políticas.² A história das organizações foi apartada da “história do trabalho”, embora as duas sejam indissociáveis, já que são, muitas vezes, as organizações políticas que conferem dinamismo e vanguardismo ao movimento operário. Aqui não se busca “restaurar a honra” de personagens históricos marginalizados pela historiografia, mas de afirmar sua relevância no contexto em que atuaram e destacar a importância de tratá-los como parte inseparável da trajetória do movimento operário.

Compartilhamos da valorização feita por Georges Haupt da história do movimento operário voltada para as suas organizações políticas. Haupt realizou uma crítica a dois tipos de história. Por um lado, aquela feita tanto dentro quanto fora da academia, para perpetuar a visão de um grupo ou dirigente, apagando e recortando elementos para colocá-los sob uma luz favorável em comparação a seus adversários passados ou presentes. Por esse motivo, o estilo desses autores seria dominado pela polêmica, direcionando as fontes para validar, e não compreender/esclarecer. Tal tipo de obra é muito comum quando produzida pelas próprias organizações, voltadas à formação de sua militância, mas foi frequentemente produzida também em meios acadêmicos.³

O outro tipo de história seria aquela feita exclusivamente no meio acadêmico, “de cima”, sem paixão pelo objeto de estudo, e que seria marcada por possuir “pouca cor e vida” ou então condescendência com seus personagens. Haupt propõe então uma história que siga os padrões metodológicos acadêmicos, mas que seja feita por historiadores-militantes, longe de uma postura acrítica. Ao contrário, a visão crítica e o questionamento às fontes devem ser características constantes desses historiadores.

Sobre o tipo de fonte histórica investigada, conforme a tipologia proposta por Rosinaldo Antônio Miani, trata-se de uma “imprensa partidarista de resistência”.⁴ Os artigos e periódicos do partido político operário aqui analisado se enquadram na caracterização de um “esfacelamento da unidade do movimento

2 Monteiro, Marcio Lauria. *Partidos políticos enquanto objetos de estudo*: um balanço crítico de sua trajetória e das abordagens predominantes. In: **Marx e o Marxismo**, Niterói, v.4, n.7, jul./dez. 2016, p. 234-257.

3 Haupt, Georges. *Por que a história do movimento operário?* **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5 n. 10, março/agosto de 1985, pp. 208-231.

4 Miani, R. A. *Imprensa das classes subalternas*: atualização e atualidade de um conceito. **Em Questão**, v. 16, n. 1, p. 195-210, 2010. Disponível em: <http://www.brapci.infbr/v/a/8949>. Acesso em: 08 Ago. 2018.

proletário, favorecendo a ação repressiva contra o referido movimento”. Tal tipo de imprensa se caracteriza, fundamentalmente, por sua ligação orgânica com o partido político e pela disputa por hegemonia no movimento operário, em oposição a outras forças políticas.

Miani tinha em mente a disputa entre o Partido Comunista do Brasil (PCB) e o movimento anarquista brasileiro nos anos 1920, mas tais características aplicam-se igualmente à imprensa dos partidos trotskistas, originados de dissidências do PCB, e que também se desenvolve no período considerado predominante desse tipo de imprensa.⁵ Característica desse tipo de publicação, portanto, é a disputa política com outros setores do movimento operário. Na imprensa trotskista do período analisado, além da crítica à burguesia e seus partidos, destaca-se a disputa com o stalinismo do PCB, a tendência socialdemocrata do recém-criado Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o trabalhismo de Vargas, incorporado no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e no “sindicalismo oficial”.

Conforme escreveu Pedro Roberto Ferreira em sua obra sobre o jornal *Orientação Socialista*, tratou-se de “um jornal efêmero de um partido político revolucionário também efêmero”, e que significou um anseio pela emancipação política do proletariado brasileiro, apesar de os trotskistas não terem conseguido organizar um grande partido.⁶ Segundo o autor, tal efemeridade não deveria desestimular as investigações, dada a importante contribuição dos trotskistas a uma leitura perspicaz da realidade social brasileira, de um ponto de vista da classe trabalhadora. Aqui, pretendemos expandir o conhecimento de tal perspectiva, voltando-o para o tema do imperialismo e seu impacto na América Latina, sobre o qual acreditamos que os trotskistas brasileiros também ofereceram uma relevante contribuição.

5 A abordagem do autor pode ser criticada por dividir de forma cronológica os tipos de imprensa das classes subalternas. A cada período corresponderia um tipo de imprensa. Ainda que seja reconhecida a existência dos tipos em outros momentos além do que é destacado, o tipo de imprensa é tido como o predominante em determinado momento, afirmação da qual não estamos convencidos.

6 Ferreira, Pedro Roberto. **Imprensa Política e Ideologia** – *Orientação Socialista*. São Paulo: Editora Moraes, 1989, p.120-122.

O Partido Socialista Revolucionário, segunda fase do trotskismo brasileiro, e sua imprensa política

O Partido Socialista Revolucionário (PSR) foi fundado em 1939, em São Paulo, a partir da fusão do partido político trotskista que o precedeu e de uma cisão do PCB, tornando-se seção brasileira da Quarta Internacional. Já no seu primeiro ano de existência, sofreu uma onda de prisões do Estado Novo de Getúlio, prenúncio dos difíceis anos que passaria até o final da Segunda Guerra Mundial. O período do imediato pós-guerra foi o de maior desenvolvimento do PSR, como descreveram Dainis Karepovs e José Castilho Marques Neto⁷ e também de sua reorganização e reorientação política, que foram documentadas por Henrique de Bem Lignani.⁸ O partido é considerado a segunda fase ou geração do movimento trotskista brasileiro, correspondente ao período posterior à morte de Trotski e ao afastamento do núcleo de liderança da primeira geração, que se formou em torno do militante, jornalista e crítico de arte Mário Pedrosa, que rompeu com o trotskismo em 1940.

O período da história do partido entre 1945-48 é o mais rico em fontes históricas preservadas e foi também, como era de se esperar, o mais estudado até o momento. Karepovs e Marques Neto afirmam com razão que a segunda geração do trotskismo brasileiro manteve uma parcial continuidade com a primeira geração. Parte dos membros e líderes do PSR no pós-guerra tinham se aproximado do movimento trotskista ainda em fins da primeira geração, em torno de 1938-39, como foi o caso do próprio Hermínio Sacchetta, único dos membros do Comitê Central do partido em 1939 a permanecer como liderança no pós-guerra. Os autores afirmam também que o PSR foi marcado por um maior grau de dogmatismo, ao serem menos críticos que os grupos da primeira geração com relação às formulações do movimento trotskista internacional (a Quarta Internacional).

O PSR tinha como centro de atuação a cidade de São Paulo, onde chegou a dirigir o Sindicato dos Jornalistas, e onde também militavam Sacchetta e José Stacchini; e também teve influência no Sindicato dos Vidreiros, por meio de Domingos Taveira, que o presidiu. Teria também atuado no sindicato dos

⁷ Karepovs, Dainis e Marques Neto, José Castilho. *Os Trotskistas Brasileiros e suas Organizações Políticas (1930 – 1966)*. In: Reis Filho, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo. (Orgs.). **História do Marxismo no Brasil: Partido e organizações dos anos 20 aos 60**. v. 5. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, pp. 109 – 165.

⁸ Lignani, Henrique de Bem. **O trotskismo no Brasil e a crise de direção revolucionária: Construção do partido, programa político e movimento operário (1937-1948)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

funcionários públicos municipais de São Paulo e possuía militância no Rio de Janeiro e no Paraná.⁹ Permaneceu, mesmo nesses anos, um partido minoritário do campo das esquerdas, onde sobressaíam o PTB, de origem varguista e enraizado no sindicalismo oficial de Estado, e o PCB, que teve expressivo crescimento nesse período e também uma relação de apoio ao regime de Vargas. O partido trotskista buscava construir-se em meio à classe proletária, levantando sua bandeira e seus argumentos contra a classe dominante e os partidos que via como colaboradores desta. Karepovs e Marques Neto afirmam que os militantes do PSR, “não ultrapassavam, no auge, quatrocentos”.

No ano de 1945, o partido teve primeiro um periódico regular, intitulado *Luta Proletária*. Alguns de seus artigos também foram publicados na grande imprensa, dentre os quais um que explica a posição do partido na conjuntura brasileira e internacional, impresso no *Diário Carioca*¹⁰ e também na *Folha da Noite*, defendendo a *Assembleia Constituinte* como demanda para o fim do Estado Novo.¹¹

Luta Proletária era mimeografado, e parece ter sido publicado em 1945, mas depois foi substituído, a partir de outubro de 1946, pelo jornal *Orientação Socialista*, que era impresso e de melhor qualidade. De *Orientação Socialista* foram publicados 21 números ao todo, preservados no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). O jornal tinha como subtítulo *Órgão do Pensamento Marxista*. Prometia circulação nos dias 5 e 20 de cada mês, mas sua periodicidade acabou sendo menor que a prevista. Seu diretor era o jornalista e militante José Stacchini, e sua “redação provisória” ficava no bairro da República, em São Paulo. Posteriormente, foi passada para a Avenida São João, também na região central paulistana. Era cobrado o valor de 50 centavos de cruzeiro pela edição do jornal, ou um cruzeiro no caso de edição antiga, sendo oferecida também a assinatura anual por 30 cruzeiros. Não constavam dados sobre a tiragem.

O PSR também teve oportunidades de divulgar suas ideias na “Universidade Popular Presidente Roosevelt”, localizada na Rua do Gasômetro, onde

9 Coggiola, Osvaldo. *O trotskismo no Brasil*. In: Mazzeo, Antonio Carlos; Lagoa, Maria Izabel (Orgs.) **Corrações Vermelhas** (os comunistas brasileiros no século XX). São Paulo: Cortez, 2003, p. 239-269. Disponível em: <http://tinyurl.com/29je8sxz> Acesso em 18/8/2023. Conferir também Karepovs e Marques Neto, Op. Cit., p. 146-147.

10 COMITÊ Central do PSR. *O momento político e a posição do Partido Socialista Revolucionário*. **Diário Carioca**, nº 5263, 12/07/1945. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Hermínio Sacchetta.

11 COMITÊ Central do PSR. *Viva a Assembleia Nacional Constituinte!* **Folha da Noite**, 12/11/1945. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Hermínio Sacchetta.

eram oferecidos cursos sobre sindicalismo e de formação política de caráter mais geral. Na época, o PSR cooptou estudantes e futuros intelectuais, como Florestan Fernandes e Maurício Tragtenberg. Em 1946, Hermínio Sacchetta proferiu o curso intitulado “O Trotskismo”, parte do curso de “Doutrinas Políticas”.¹² Nele, esmiuçou a leitura trotskista da perspectiva revolucionária de Marx e Engels, passando pelas revoluções russas (com ênfase na Teoria da Revolução Permanente) e indo até a degeneração burocrática do Estado soviético.

Karepovs e Marques Neto afirmam que o PSR também exerceu alguma influência em uma editora paulista chamada *Flama*, por meio da qual publicaram traduções de Marx, Engels, Rosa Luxemburgo e Kautski. O PSR também publicou alguns boletins da Quarta Internacional, como foi o caso do manifesto da Conferência de 1946, publicado com uma introdução da seção brasileira. Um relatório policial, de 17 de setembro de 1946, lista 24 estudantes da Faculdade de Direito de Niterói pelo fato de que “receberam cada um deles um exemplar do folheto anexo”, que era o manifesto, um impresso de 40 páginas, com o carimbo da Divisão de Polícia Política e Social.¹³

Como bem destaca Henrique Lignani, isso mostra que mesmo nos últimos suspiros do Estado Novo, e inclusive após seu fim, os olhos das forças de repressão não saíram dos trotskistas, o que nos leva a relativizar parcialmente o título de “período democrático” geralmente conferido aos anos pós-Estado Novo. Membros mais destacados do partido, como Sacchetta e José Stacchini, apareceram em lista produzida pelo mesmo órgão, que era parte do Departamento Federal de Segurança Pública, intitulada “Relação dos Comunistas Militantes nas Diversas Camadas Sociais de São Paulo” (sem data)¹⁴ e também na “Relação de Dirigentes e Ex-dirigentes do Extinto PCB”,¹⁵ de abril de 1948, portanto já após a proscrição do PCB. Nesses dois documentos, os nomes dos trotskistas aparecem misturados aos dos pecebistas.

O período de maior atividade do PSR coincidiu com o do PCB e o início do governo do General Eurico Gaspar Dutra, havendo depois de 1948 uma redução das publicações e atividades do partido. Este publicou ainda

12 Sacchetta, Hermínio. *O Trotskismo*. In: **O Caldeirão das Bruxas e outros escritos políticos**. Editora Unicamp. Campinas: 1992, pp. 83-103. Disponível em: <https://tinyurl.com/2vfe8rj8>. Acesso em 28/08/2025.

13 Picorelli, José (Delegado de Segurança Política). **Dossiê IV Internacional**. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Setor Comunismo 17, 17 de setembro de 1946. Datilografado, 4 páginas.

14 Relação dos comunistas militantes nas diversas camadas sociais de São Paulo, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Setor Comunismo 17, sem data. Datilografado, 8 páginas.

15 Relação de Dirigentes e Ex-dirigentes do Extinto PCB, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Setor Comunismo 17, 27 de abril de 1948. Datilografado, 22 páginas.

alguns periódicos em 1950 e 1951, que voltaram a ser mimeografados. Mas evidencia-se uma redução da qualidade de tais publicações, bem como relatos de diminuição do número de membros. Nesse mesmo ano de 1951 ou no seguinte, os principais líderes do partido, Hermínio Sacchetta e José Stacchini, se afastaram e o partido praticamente deixou de existir. A terceira fase do trotskismo brasileiro praticamente não teve laços de continuidade com o PSR.

O imperialismo dos EUA e a conjuntura internacional no pós-Segunda Guerra Mundial

Em sua apreciação da reconfiguração do imperialismo no pós-guerra, os trotskistas brasileiros dedicaram bastante espaço em sua imprensa à reconstrução do capitalismo na Europa. Em sua análise sobre o Plano Marshall e seu impacto no continente, é possível perceber que os artigos do jornal sobre a questão eram também ferramentas importantes de extensão da crítica trotskista aos stalinistas do PCB, bem como à fundação de um partido de viés socialdemocrata, concretizada no Partido Socialista Brasileiro (PSB), fundado em 1947, embora sem o peso dos partidos europeus que este buscava emular.

Verifica-se nesses escritos que os países da Europa Ocidental eram considerados países imperialistas, embora fossem subordinados aos EUA. O Plano Marshall era apelidado pelos trotskistas brasileiros de “moderno Cavalo de Troia do imperialismo norte-americano”.¹⁶ Diziam que pretendia assegurar mercados para indústria dos EUA e isolar a União Soviética, marcando uma ofensiva diplomática aberta.

A intervenção econômico-diplomática dos EUA era considerada feita com urgência, e tendo como causa o ascenso da luta pelo poder do proletariado em toda a Europa. A dualidade de poderes existente na fase final da guerra, com os grupos de guerrilha antifascistas armados competindo pelo comando real dos territórios, ameaçava retornar, e “em escala infinitamente maior”.

Paralelo a esse cenário de conflito, penderia a ameaça de crise econômica, já que “o declínio no standard de vida e o empobrecimento da massa da população como um todo alcançam proporções sem precedentes”. Apesar das regulamentações e controles governamentais inéditos sobre a economia, a crise continuava a aumentar “numa espiral vertiginosa e, já sendo aguda na

¹⁶ Plano Marshall e poder proletário, *Orientação Socialista* n. 15, 20 de julho de 1947, p.4.

Europa e nas colônias, ameaça envolver a economia mais estável do mundo, a dos Estados Unidos”.¹⁷

Politicamente, haviam se estabelecido governos transitórios que eram chamados de governos de “Frente Popular”, com a presença de partidos operários, na França, na Bélgica e de forma mais estável na Grã-Bretanha (o Partido Trabalhista). Isso se dera, na análise dos trotskistas, por pressão da classe operária, e pelo mesmo motivo eram realizadas algumas reformas, como nacionalizações. A burguesia estaria esperando o momento certo para transitar para uma ditadura mais aberta. Os capitalistas ainda controlavam os aparelhos de Estado e poderiam estabelecer ditaduras bonapartistas, embora se afirmasse que essa perspectiva “avança e retrocede alternativamente” com o decorrer da luta de classes.

Na propaganda produzida pelo PSR, em *Orientação Socialista*, estava presente a profunda descrença e denúncia das instituições criadas pelos vencedores da Guerra, como a ONU e o Tribunal de Nuremberg. Este último foi criticado já no primeiro número do jornal, em 20 de outubro de 1946. De acordo com o artigo, o processo conduzido na cidade alemã a cargo do Tribunal Militar Internacional escondia a responsabilidade e a amplitude dos crimes dos nazistas. Estes teriam começado muito antes do início da guerra, “quando as classes trabalhadoras da Alemanha, seus partidos de classe, seus sindicatos, foram esmagados brutalmente pelo tacão da bota da mais feroz reação de direita que já surgiu na história do capitalismo”.¹⁸ Porém, a esse respeito, Hitler tinha contado com a anuência ou mesmo o apoio dos “imperialistas democráticos”, motivo pelo qual estes agora silenciavam sobre o período.

Os trotskistas comentavam certos apelos humanitários publicados na imprensa brasileira contra a execução dos réus. Contra tais apelos, o jornal do PSR defendia a aplicação da pena de morte ao que considerava que era apenas “uma dúzia dos bandidos do nazismo alemão”, contra as “vozes sentimentais” que haviam surgido no Brasil. O problema, segundo os trotskistas, era que os juízes buscavam se colocar como defensores de princípios antagônicos aos réus, “cujos corpos oscilaram na forca na madrugada de 13 de outubro”. Entretanto, naquele mesmo momento, vários povos sofriam na carne os rigores do “imperialismo anglo-norte-americano”, na Grécia, na Palestina, nas ilhas

17 Plano Marshall e poder proletário, *Orientação Socialista* n. 15, 20 de julho de 1947, p.4.

18 O processo de Nuremberg escondeu as verdadeiras origens da guerra, em *Orientação Socialista*, n. 1, 20 de outubro de 1946, p.1.

do Pacífico, na China. Por isso, o questionamento dos trotskistas era outro:

Lamentamos sim, não a sorte de Göring e seus sinistros comparsas, mas o fato de os juízes de Nuremberg serem representantes credenciados de um agrupamento imperialista vencedor, e não do proletariado europeu, inclusive o alemão, triunfante na sua marcha pela emancipação de classe e pela instituição dos Estados Socialistas do Velho Mundo.¹⁹

No pós-guerra, a posição do trotskismo brasileiro não se alterou em sua crítica à ideia de uma “era de paz e liberdade”, preconizada pelos imperialistas. Denunciavam a situação calamitosa do proletariado, especialmente nas colônias, e afirmavam categoricamente que “as guerras não cessarão enquanto existir o capitalismo”.²⁰ O cenário internacional era dominado completamente pela luta contra o sistema de propriedade coletivizada estabelecido na União Soviética. Uma breve trégua ocorreu durante a aliança da URSS com o “bloco democrático” durante a II Guerra. Resolvido o conflito inter-imperialista, a luta antissoviética retornaria seu curso, com a ameaça de desembocar numa III Guerra, para destruir o sistema superior de produção da URSS.

Isso se evidenciava pela continuidade do armamento, incluindo a bomba atômica, e também pela “limpeza da retaguarda”, com fins a impedir um proletariado mobilizado no interior dos países capitalistas. As potências imperialistas não poderiam de forma alguma se lançar numa nova guerra com um proletariado politicamente ativo em suas nações. Isso levaria a que antes consolidassem novos governos autoritários, inclusive podendo chegar a um “neofascismo” patrocinado pelos EUA.

Alguns fatos colhidos ao acaso revelam a existência desse neofascismo: a política de “restrição” às liberdades operárias preconizada pela Câmara de Representantes dos EEUU; a “necessidade de eliminar os focos comunistas da América do Sul” segundo o Departamento de Estado, política essa que visa suprimir as precárias liberdades democráticas de que goza o proletariado latino-americano e que teve como primeira consequência o fechamento do Partido Comunista do Paraguai.²¹

Os trotskistas acertavam aqui em alguns elementos de sua análise. Era verdadeira a colaboração com antigos elementos e regimes fascistas “repaginados”. No Brasil, o Partido de Representação Popular (PRP), de Plínio Sal-

19 O processo de Nuremberg escondeu as verdadeiras origens da guerra. **Orientação Socialista**, n. 1, 20 de outubro de 1946, p.1.

20 A bancarrota do “desenvolvimento pacífico”, **Orientação Socialista**, n. 6, 5 de fevereiro de 1947, p.4.

21 A bancarrota do “desenvolvimento pacífico”, **Orientação Socialista**, n. 6, 5 de fevereiro de 1947, p.4.

gado, foi parte aceita do cenário político e eleitoral, como os próprios trotskistas denunciaram.²² Isso certamente refletia as intenções dos imperialistas dos EUA no pós-guerra. Também não havia plena garantia das liberdades democráticas nos regimes democrático-burgueses, e a ameaça de regimes bonapartistas esteve presente, bastando ver o caso da Grécia. Porém, isso não significava que haveria uma caminhada geral para regimes neofascistas, pois a situação não se radicalizara de forma tão rápida ou intensa, contrariamente a alguns dos prognósticos trotskistas.

Exemplo disso era o tom catastrofista sobre uma crise iminente do capitalismo, motivo pelo qual uma III Guerra Mundial estava sendo ativamente preparada pelos magnatas estadunidenses, uma vez que era necessária para “salvar o capitalismo em decomposição”:

Pela voz de Truman, o imperialismo norte-americano faz valer seus direitos de maior potência do mundo e impõe normas a seus parceiros mais fracos, visando a preparação da terceira guerra mundial cujo objetivo será o esmagamento da União Soviética e seu sistema de economia coletivizada. Sob o tom arrogante dos dois últimos discursos do presidente norte-americano, mal se oculta o desespero dos senhores do dólar ante a crise do sistema capitalista em geral e do norte-americano em particular na iminência de um novo crack que superará de muito em suas consequências o de 1929. Reconquista dos mercados perdidos e obtenção de novos mercados para a gigantesca produção dos Estados Unidos – é a palavra de ordem de Wall Street. Todos os recursos serão utilizados, até a guerra.²³

A crítica à “doutrina Truman” apareceu no periódico do PSR quando este citou o discurso proferido pelo político estadunidense em tom beligerante no México, comentando ironicamente que, depois de uma ameaça, vinham as propostas de “amizade” e exigências de queda de barreiras alfandegárias feitas aos países do continente americano. Essa medida tinha a intenção de acelerar a nova partilha do mundo, na qual os estadunidenses teriam peso inédito. Era mencionado também o discurso do Presidente dos EUA no Senado daquele país, prometendo proteção à Grécia e à Turquia. Essa ação era uma possível ponte para o futuro eclodir da nova guerra:

Por que Grécia e Turquia? Porque esses países ficam no flanco da zona soviética e, uma vez ali instalado, o imperialismo americano terá constituído

22 A exemplo, citamos o artigo “Fora o neofascismo integralista”, em **Orientação Socialista** n.2, 5 de novembro de 1946, p.1.

23 A guerra pode e deve ser evitada, **Orientação Socialista** n.8, 20 de março de 1947, p.4.

a sua base para nova cruzada em busca de mercados. Serão os pontos de partida para os tanques, canhões e aviões destinados à reconquista de mercados no território russo, perdidos para o sistema capitalista com a revolução proletária de 1917. “As preocupações dos Estados Unidos vão muito além da Grécia e da Turquia – disse Truman – Estendem-se, na realidade, para o mundo inteiro”²⁴

Era ao proletariado internacional que se impunha o dever de evitar essa perspectiva de guerra, ou ela traria consigo um esmagamento nunca antes visto na história. Nas colônias, as lutas insurrecionais embrionárias eram impiedosamente esmagadas, enquanto a cruzada “anticomunista” era estendida por toda a parte num “trabalho de limpeza de retaguarda”.

Os países da América Latina e a influência imperialista no pós-guerra

A América Latina, região na qual se inclui o Brasil, e com o qual ele compartilha muitas características de sua formação social capitalista tardia e combinada a elementos do período colonial hispano-português, foi alvo de atenções das publicações do PSR no pós-Segunda Guerra. O subcontinente foi analisado à guisa da dominação imperialista dos EUA, e de ser uma reconhecida zona de influência dessa potência.

Tal como foi com a Europa, os países latino-americanos também apareciam em informes das lutas de classes, sendo a Bolívia o que mais recorrentemente apareceu nas páginas do jornal *Orientação Socialista*. A compreensão dos trotskistas do PSR, herdada de seus predecessores brasileiros e do movimento trotskista internacional como um todo era bastante clara quanto à impossibilidade de uma efetiva libertação contra o imperialismo enquanto o país seguisse sendo governado pela classe capitalista. Devido à sua natureza histórica e estrutural, essa classe era incapaz de um rompimento com as forças de dominação e pressão estrangeira. Este era um dos pressupostos essenciais da Teoria da Revolução Permanente. Na aula proferida por Hermínio Sacchetta na “Universidade Popular Presidente Roosevelt”, como parte do curso de “Doutrinas Políticas”, o dirigente do PSR disse que:

A história recente provou que a burguesia nacional e “progressista”, como está em moda dizer-se hoje, é incapaz de encabeçar toda a nação na luta

24 A guerra pode e deve ser evitada, *Orientação Socialista* n.8, 20 de março de 1947, p.4.

contra o domínio imperialista; de um lado porque a unidade orgânica da economia mundial faz dessa burguesia um parente pobre do capital financeiro e, de outro lado, porque muito mais que ao imperialismo a que em parte, está submetida, a burguesia teme seu próprio proletariado. No problema da terra igualmente não ousa tocar, porque não ignora que a violência ao sacrossanto direito de propriedade, se praticado por ela, poderia colaborar no desencadeamento da torrente proletária, que ela sabe como se inicia, mas nesse marco não se deteria.²⁵

Esse era um eixo fundamental da explicação dos trotskistas para o atraso da estrutura agrária, bem como do caráter parcial e limitado da industrialização brasileira e de todos os países subalternos, chamados também de atrasados. Chegando tarde na partilha do mercado mundial, a burguesia dos países periféricos, constituía-se como uma classe dependente, frágil, subordinada e profundamente temente do proletariado e outras classes oprimidas da nação, de forma que, mesmo quando seus interesses lucrativos colidiam com a dominação estrangeira, sua postura era muito comedida, receosa de que uma mobilização popular não se limitasse a essa pauta e avançasse para além de seus próprios objetivos.

A preocupação com o impacto da política dos Estados Unidos sobre a América Latina era recorrente. Nos informes específicos sobre países da região, publicados no jornal dos trotskistas brasileiros, era destacada a subordinação aos interesses imperialistas como causa das mazelas sociais, a dependência das burguesias nacionais e a tendência dos regimes ao autoritarismo. A explicação dessa tendência a regimes ditatoriais estaria em prevenir ao máximo a participação das massas proletárias na política, que mesmo quando acontecia, como no relato do caso da Argentina, era feito de forma extremamente tutelada e parcial. Era também frequentemente criticada a linha stalinista da “união nacional”, de colaboração com setores da classe dominante, que levaria ao despreparo do proletariado e dos camponeses diante de seus inimigos.

Os momentos em que tais informes apareciam no jornal *Orientação Socialista* foram os de ascenso da luta de classes pelos trabalhadores ou os avanços da reação antidemocrática e antioperária. No primeiro caso, por exemplo, se enquadravam os informes dados sobre o Peru e o Paraguai em março de 1947. No Peru, os trotskistas comentavam as notícias da grande im-

25 Sacchetta, Hermínio. *O Trotskismo*. In: *O Caldeirão das Bruxas e outros escritos políticos*. Editora Unicamp. Campinas: 1992, pp. 83-103. Disponível em: <https://tinyurl.com/2vfe8rj8>. Acesso em 28/08/2025.

prensa, sobre como a agitação operária atingira proporções extraordinárias em razão de um projeto de lei que buscava regulamentar greves. Os trabalhadores haviam se mobilizado numa campanha para barrar a sanção desse projeto.²⁶ Comunistas (stalinistas) e apristas²⁷ haviam se encontrado num ponto comum de ação política, opondo-se unanimemente. A formação da frente única de luta no país vizinho era elogiada.

Na mesma edição, foi publicado também um informe sobre a situação no Paraguai. Os trotskistas reclamavam que a falta de informações não permitia uma apreciação segura do que afirmavam se tratar de um movimento revolucionário (tratava-se da guerra civil iniciada em 1947). Não obstante, diziam, tudo indicava que estava perto do fim o poder do ditador Morínigo, “gerente dos interesses dos potentados nacionais e imperialistas que dominam a quase totalidade da economia do país”.²⁸ Apontavam, porém, que promessas de restauração da liberdade para todos os partidos e convocação de uma Assembleia Constituinte não haviam sido cumpridas.²⁹

Os trotskistas reconheciam a participação dos militares, que diziam haver dado vazão às reivindicações populares, mas alertavam sobre os chefes das Forças Armadas, alegando que alguns dos oposicionistas buscavam assumir o lugar do ditador sem uma alteração das condições sociais, especialmente a submissão ao imperialismo:

As massas oprimidas do Paraguai, que há vários anos vêm tentando se libertar da ditadura, encontraram na atual conjuntura seu intérprete na oficialidade jovem do exército. O curso futuro dos acontecimentos revelará,

26 O proletariado do Peru em luta, **Orientação Socialista** n.8, 20 de março de 1947, p.4.

27 Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), também denominada Partido Aprista Peruano, foi um movimento político latino-americano de esquerda fundado no exílio em maio de 1924 por Víctor Raul Haya de la Torre. Originalmente projetado para ser uma rede agregadora de movimentos sociais de esquerda anti-imperialistas dos países latino-americanos, foi posteriormente transformado em partido político no Peru na década de 1930. No período em questão, a APRA teve um candidato, José Luís Bustamante y Rivero, eleito presidente do Peru em 1945, como parte da Frente Democrática Nacional com outros partidos. Governou por três anos, entre julho de 1945 e outubro de 1948, quando foi derrubado por um golpe de estado encabeçado pelo Exército e exilado do país.

28 A revolução no Paraguai, **Orientação Socialista** n.8, 20 de março de 1947, p.4.

29 No dia 11 de janeiro de 1947, setores da ditadura de Morínigo, estabelecida em 1940, romperam com o ditador e imediatamente formaram uma coalizão com o Partido Liberal e com o Partido Comunista Paraguai contra o governo. Rafael Franco liderou uma rebelião que se converteu em guerra civil quando as Forças Armadas do Paraguai, que até então haviam se mantido fieis ao presidente, se dividiram, a Marinha e diversas seções de infantaria se uniram aos rebeldes e ajudaram a implementar um governo militar na cidade de Concepción. A rebelião levou à queda de Morínigo em junho de 1948, iniciando a hegemonia política do Partido Colorado no país.

porém, até que ponto estão as massas trabalhadoras do Paraguai preparadas para evitar que uma nova ditadura se instaure sobre os escombros do regime de Morinigo, ditadura que é sempre uma perspectiva imediata num país quase completamente subjugado pelo imperialismo. Unicamente a revolução agrária e de libertação nacional conduzida pela própria classe operária libertará o país vizinho.³⁰

O pequeno artigo no jornal do PSR não se arriscava a uma definição sobre o rumo dos eventos, mas dizia que a vanguarda dos trabalhadores paraguaios poderia chegar à vitória se soubesse “aprofundar o atual movimento pelos interesses de centenas de milhares de operários agrícolas” das fazendas de todo o país, os pobres, os trabalhadores e a pequena-burguesia das cidades, mobilizando-os em torno de claras palavras de ordem proletário-revolucionárias. O tema, porém, não voltou a aparecer no jornal.

O reverso desses informes eram aqueles noticiando as viradas reacionárias. Um deles, sobre o Chile, apareceu na edição de 25 de outubro de 1947 do jornal. Apontava que o governo Videla acabara de desencadear em todo o Chile uma onda de terror, obedecendo a seus “senhores de Nova York”. A nota no jornal dos trotskistas brasileiros lembrava que Videla fora eleito com votos dos “comunistas” do PC chileno.³¹ O pretexto da onda de repressão fora a greve dos mineiros, que eram considerados explorados duplamente pela burguesia de seu país e pelos imperialistas dos EUA, compradores do produto. Os mineiros haviam se lançado numa luta pela conquista de melhores condições, no que o governo Videla havia visto uma “conspiração” ou “golpe comunista”.

Como consequência, centenas de líderes operários haviam sido perseguidos, o órgão stalinista, *El Siglo*, fora fechado e seus redatores e tipógrafos, presos, bem como numerosos intelectuais de esquerda. O trabalho tinha sido interrompido em várias minas pelo governo para ser feita uma “limpeza”. O PSR levantava, portanto, uma dura crítica aos stalinistas nessa questão, buscando demonstrar aonde conduzia sua política de colaboração com setores da classe dominante:

Os “comunistas” colhem, assim, mais um fruto de sua política de “união nacional”. E arrastam com seus criminosos erros toda a massa trabalhadora para a derrota. O proletariado dos Andes, porém, saberá com certeza procurar uma via de luta, sem colaboração com a burguesia, que lhe traga a vitória.³²

30 A revolução no Paraguai, **Orientação Socialista** n.8, 20 de março de 1947, p.4.

31 Videla massacra os trabalhadores chilenos, **Orientação Socialista** n.18, 25 de outubro de 1947, p.4.

32 Videla massacra os trabalhadores chilenos, **Orientação Socialista** n.18, 25 de outubro de 1947, p.4.

Sobre a Argentina, *Orientação Socialista* dedicou dois textos, um em fins de 1946 e o outro em 1947. O primeiro texto era um brevíssimo comentário, intitulado simplesmente “Uma advertência”, e informava que o governo de Perón ameaçava de fechamento o Sindicato dos Frigoríficos. Esse sindicato fora o principal ponto de apoio do caudilho argentino para sua subida ao poder. Agora que os trabalhadores dos frigoríficos estavam em uma luta para melhoria dos salários, Perón estava mostrando sua face verdadeira diante das organizações operárias. A advertência fazia um paralelo direto com a situação brasileira: “Tomem nota desse fato os trabalhadores brasileiros iludidos com o ‘trabalhismo’ de Getúlio e cia.”³³

O segundo artigo sobre o país platino foi assinado por “Horácio”, que considerava adiantadíssima a organização sindical na República Argentina. Isso podia ser medido pelo fato de que “uma assembleia determinando a paralisação, no dia seguinte, de todas as fábricas de um setor, vê a palavra de ordem imediatamente obedecida.”³⁴ A vitória das reivindicações levantadas era geralmente obtida dentro de poucos dias de greve. Essa forte estrutura sindical não seria, portanto, destruída, apesar do que o periódico trotskista afirmava serem os esforços dos dirigentes peronistas.

Foram então citados alguns exemplos recentes. A greve dos operários do porto de Buenos Aires, no mês anterior (portanto, setembro de 1947) sofrera uma ofensiva dos “agentes de Perón”, que procuravam ganhar hegemonia do movimento. Esses “prepostos do capital” propunham, segundo o PSR, que a greve fosse apenas simbólica, pelo período de 24 horas, manobra que teria sido repudiada pelos trabalhadores em assembleia, que decidiu permanecer no movimento paredista até a obtenção das reivindicações. A greve teria sido bem-sucedida após alguns dias, apesar dos apelos pessoais do próprio Perón para que os portuários voltassem ao trabalho.

Outro exemplo era o dos trabalhadores têxteis, que haviam paralisado trezentas fábricas da capital, envolvendo um total de 150 mil operários, numa assembleia que decidiu a greve a partir do dia seguinte, havendo nova reunião no estádio Luna Park no primeiro dia de paralisação. “Verificaram os burgueses que a resistência organizada dos trabalhadores não poderia ser quebrada e no terceiro dia cederam às propostas dos operários.”³⁵ Tamanha

33 Uma advertência, *Orientação Socialista* n.3, 20 de novembro de 1946, p.3.

34 O poder dos sindicatos na Argentina, *Orientação Socialista*, n.18, 25 de outubro de 1947, p.2.

35 O poder dos sindicatos na Argentina, *Orientação Socialista*, n.18, 25 de outubro de 1947, p.2.

força era determinante para o próprio caráter do governo argentino, que não podia preceder de apoio do proletariado:

Com esses exemplos, verificamos o quanto é poderoso o movimento sindical na Argentina. Perón, por seu lado, procura se utilizar dessa força a fim de com ela apoiar o seu governo bonapartista. Isso inegavelmente é verdade que em parte o têm conseguido, mas também é verdade que dia após dia as massas estão mais descrentes de sua demagogia. Aos poucos, o proletariado percebe que interesses Perón realmente defende, isto é, os interesses dos patrões. A reação do governo contra o movimento operário é um fato de todo dia.³⁶

Para o articulista do PSR, isso devia constituir um exemplo para o Brasil: “Aqui, como lá, devemos nos organizar em nossos sindicatos, discutindo todos os problemas vitais de nossa classe”. Essa era vista como a forma de mostrar a força da classe trabalhadora contra seus exploradores.

O país latino-americano que recebeu maior destaque nesses informes internacionais foi, como mencionado, a Bolívia. Os relatos mostravam o grande fortalecimento do partido trotskista boliviano, o Partido Obrero Revolucionário (POR). A extinção do regime de Villarroel³⁷ em julho de 1946, trouxera uma profunda radicalização da luta das massas proletárias e camponesas desse país, que procuravam uma via socialista. O movimento trotskista, que se mantivera de pé durante todo o regime, ressurgira poderosamente nessa nova fase. Prova disso tinham sido as eleições realizadas recentemente, em que o POR, graças a seu amplo trabalho entre operários e camponeses, conseguiria eleger deputados e um senador.³⁸

O PSR afirmava que, no parlamento burguês, os seus camaradas bolivianos desempenhariam a tarefa que sua plataforma prometia: continuação da luta nas fábricas, nos campos, nos sindicatos, em toda parte, para a formação de uma vanguarda proletária revolucionária que conduzisse as massas trabalhadoras à emancipação. Pois para os trotskistas, “o parlamento é apenas

36 O poder dos sindicatos na Argentina, **Orientação Socialista**, n.18, 25 de outubro de 1947, p.2.

37 Major Gualberto Villarroel López. Assumiu o poder na Bolívia após um golpe, em 1943, governando ao lado do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Durante seu governo, implementou reformas sociais marcantes, como o voto feminino e o fim do trabalho não remunerado para comunidades indígenas. Apesar disso, seu governo se enfraqueceu após o assassinato de opositores políticos em 1944, levando-o a se tornar autoritário e impopular, renunciando em 21 de julho de 1946. Recusando escolta para um possível exílio, foi linchado e publicamente exposto por uma multidão de trabalhadores e camponeses que invadiu o “Palácio Queimado” nesse mesmo dia.

38 Dois deputados e um senador trotskistas na Bolívia, **Orientação Socialista** n. 6, 5 de fevereiro de 1947, p.1.

um meio acessório para se atingir a um fim” ao contrário dos parlamentares “reformistas, stalinistas e de toda espécie, traidores da classe em nome da qual se elegem”. Por isso, *Orientação Socialista* enviava uma saudação aos bravos trotskistas bolivianos.

O informe foi complementado, na edição seguinte, por uma tradução do jornal do POR boliviano. O texto traduzido explicava que as eleições burguesas jamais haviam sido expressão de livre vontade política das massas trabalhadoras, e a Bolívia não era exceção. Os pleitos decidiam, segundo o texto, qual facção da burguesia iria oprimir e enganar a classe operária, e os demais assalariados.³⁹ A debilidade da classe dominante tornava possível, em determinadas épocas de crise, a ascensão de algum partido proletário oportunista, ou “para utilizar a expressão de Engels, do partido proletário burguês”. Esse tinha sido o caso do Partido Socialdemocrata Alemão e do Partido Trabalhista Britânico. Em todos esses casos, era simplesmente a ascensão de um partido que se colocava a serviço da burguesia. “O proletariado como classe jamais se aproximou sequer do poder”.⁴⁰

Porém, isso não impedia que o partido marxista do proletariado pudesse intervir na luta parlamentar com fins de agitação e propaganda. O dever de deputados eleitos, nesse caso, era “pôr a nu o significado real da democracia burguesa e denunciar por meio de fatos concretos o blefe do parlamentarismo”. A participação nas eleições também permitia medir as mudanças que se operavam na sociedade. Era esse o caso recentemente na Bolívia:

O Partido Operário Revolucionário (seção boliviana da IV Internacional), antes da rebelião de julho [de 1946], não podia sequer sonhar em intervir no pleito eleitoral. Porém, o fluxo revolucionário se acentuou notavelmente depois da deposição de Villarroel, não só tirando de seu letargo vastas massas exploradas, como trazendo à luz a justiça e a atualidade da orientação dos trotskistas. Em poucos meses, o POR se converteu em um partido proletário de força política nacional. O número dos trotskistas cresceu em curto lapso, como não havia feito antes em muitos anos.⁴¹

Os capitalistas, porém, tinham conformado uma “frente única” com a

39 As últimas eleições na Bolívia – Deputados e senadores trotskistas, *Orientação Socialista*, n.7, 5 de março de 1947, p.4 e 3.

40 As últimas eleições na Bolívia – Deputados e senadores trotskistas, *Orientação Socialista*, n.7, 5 de março de 1947, p.4 e 3.

41 As últimas eleições na Bolívia – Deputados e senadores trotskistas, *Orientação Socialista*, n.7, 5 de março de 1947, p.4 e 3.

intenção de estabilizar o poder, expressando seus interesses nas duas principais candidaturas presidenciais. Estas eram defensoras da “burguesia nacional, sócia e agente do imperialismo”, que refletia em seu seio as contradições de diferentes setores do capital financeiro. Em reação às candidaturas presidenciais burguesas, se formara uma frente única proletária, da qual o POR havia sido o principal elemento. A frente eleitoral havia se absterido no pleito presidencial, mas interviria ativamente para as eleições legislativas nos grandes centros mineiros.

Entre o levante de 21 de julho de 1946 e a Revolução Nacional de 1952, houve um interlúdio reacionário. Em outubro de 1947, sete meses desde o artigo anterior sobre a Bolívia, *Orientação Socialista* noticiava que uma reação policial inédita na Bolívia desde a queda de Villarroel se desencadeara contra o POR. Os trotskistas haviam saído da ilegalidade diante da queda da ditadura anterior, havia pouco mais de um ano.⁴²

A reação contra o partido trotskista, pelo terror do governo Herzog, ocorria “sob influência do imperialismo norte-americano”. Teriam se verificado sucessivos massacres de trabalhadores mineiros, particularmente em Oruro e Potosí. *Lucha Obrera*, jornal do POR, tinha sido proibido de circular, com centenas de trabalhadores, muitos trotskistas, sendo encarcerados e outros obrigados a se refugiar em países vizinhos. Prosseguia, apesar de tudo isso, a luta dos trabalhadores, e afirmavam os trotskistas brasileiros que “o terror do governo Herzog, como foi o terror de Villarroel, será despedaçado pela massa em ação”.⁴³

O imperialismo e a posição internacional do Brasil em 1946-1947

Segundo o operário Antônio, de quem não pudemos descobrir mais detalhes, em artigo publicado em *Orientação Socialista*, em dezembro de 1946, na coluna *Tribuna Proletária Livre*, os partidos stalinistas de todos os países coloniais e semicoloniais falavam muito de revolução democrático-burguesa como um fim necessário e desejável ao proletariado. No entanto,

42 Terror governamental contra os trotskistas na Bolívia, *Orientação Socialista*, n.18, 25 de outubro de 1947, p.4.

43 Terror governamental contra os trotskistas na Bolívia, *Orientação Socialista*, n.18, 25 de outubro de 1947, p.4.

falavam dela apenas no sentido econômico, sonhando com as transformações que poderiam se engendrar no molde dos países capitalistas avançados. Esqueciam-se por completo, porém, do seu lado político, pois quando das revoluções burguesas nos países da Europa, a transformação não se dera meramente no terreno industrial, mas também no político, e foram as liberdades políticas daí originadas que haviam permitido a organização do proletariado criado pela industrialização. As lutas dos trabalhadores é que teriam conduzido a condições de vida mais ou menos dignas. O mero “progresso industrial” não revertia em benefício dos trabalhadores, mas apenas para “meia dúzia de burgueses possuidores dos meios de produção”.⁴⁴

Esse ponto de vista, que foi publicado sem nenhum comentário editorial, do qual podemos depreender acordo geral da parte do jornal, acendia luz sobre outro aspecto da questão, que era o fato de que a industrialização capitalista podia, sem o contrapeso da luta do proletariado, piorar as condições de vida dos trabalhadores. Prova disso teria sido o Estado Novo de Getúlio Vargas, que tentara criar uma indústria nacional e reduzira os trabalhadores a uma situação miserável, “para que pudessem ser criadas as migalhas de indústrias que aí estão”.⁴⁵ As massas brasileiras haviam sido submetidas a uma pesada exploração pela ditadura, que impedia sua organização como classe. Portanto, apesar do seu caráter modernizador:

A industrialização dos países coloniais acarretará inevitavelmente uma exploração ainda maior das massas trabalhadoras, agravada pelo fato de a burguesia não ser em parte alguma do mundo, hoje em dia, a favor das liberdades para o proletariado; pelo contrário, ela procura impedir a sua livre organização. (...) A burguesia brasileira não será capaz de levar a cabo a industrialização do Brasil. Ela não fará a industrialização porque não passa de simples agente da burguesia imperialista, a qual não tem interesse, com a nossa industrialização, de perder um último mercado para seus produtos.⁴⁶

Da forma como foi escrita, a conclusão é confusa, pois o artigo abordava de forma crítica a industrialização capitalista dos países subalternos, mostrando que não garantia avanço nas condições da classe trabalhadora. Ao fim, porém, concluía que não era possível de ocorrer, porque a burguesia era

44 Antônio. A industrialização dos países coloniais e semicoloniais (Tribuna Proletária Livre), **Orientação Socialista**, n. 4, 5 de dezembro de 1946, p. 2.

45 Antônio. A industrialização dos países coloniais e semicoloniais (Tribuna Proletária Livre), **Orientação Socialista**, n. 4, 5 de dezembro de 1946, p. 2.

46 Antônio. A industrialização dos países coloniais e semicoloniais (Tribuna Proletária Livre), **Orientação Socialista**, n. 4, 5 de dezembro de 1946, p. 2.

simples agente do imperialismo, e que este não tinha interesse na perda de mercados para seus produtos.

Tal conclusão era negada pela realidade não só posterior, como da própria época, visto que existia uma industrialização (dependente) do Brasil e de ao menos parte do mundo capitalista periférico. A conclusão faria mais sentido se dissesse respeito à impossibilidade de uma industrialização mais completa e autônoma, inclusive de tecnologia de ponta, que não fosse atrelada às imposições dos Estados imperialistas. Isso, de fato, exigiria das nações subalternas intervir contra os interesses imperialistas de propriedade, finanças e domínio tecnológico.

A perspectiva dos trotskistas aparecia de forma concreta ao comentar a dependência econômica com relação ao capital financeiro britânico (em decadência) e estadunidense (em ascensão) no Brasil. Um dos temas relacionados foi a rejeição da proposta de compra de certas empresas imperialistas no Brasil, em março de 1947. De acordo com o artigo de *Orientação Socialista*, a City de Londres acumulava uma dívida de 60 milhões de libras esterlinas com o Brasil desde a última guerra, e o governo Dutra apresentava resistência em exigir o pagamento de ao menos parte desse montante.⁴⁷

Segundo o jornal, o dinheiro correspondia a fornecimentos não pagos pela Inglaterra, em especial carne e outros artigos primários, “enquanto aqui o povo passava as maiores necessidades, gemendo nas filas, subalimentado, doente”. O absurdo da situação e a clareza da subordinação do país sul-americano ficaram expostos diante da divulgação dos fabulosos rendimentos de empresas britânicas no Brasil. Diante disso, estava sendo negociada a compra pelo governo brasileiro de empresas inglesas, como forma de compensação. Os trotskistas denunciavam então esse acordo como uma tramoia:

Esboça-se, no entanto, uma solução capitalista para o problema: a “encampação” (a peso de ouro, naturalmente) das empresas inglesas que funcionam no país. O imperialismo britânico, definitivamente relegado a segundo plano na cena econômica pelo rival norte-americano, com seu sistema financeiro em precária situação, com seu império cada vez mais periclitante, procura se desfazer de uma parte do acervo que tem em mãos para cobrir as brechas da economia interna. E é claro que procura fazer com as maiores vantagens possíveis, particularmente no que diz respeito a países semidependentes, como o Brasil.

A propalada compra das empresas britânicas no país deve ser energica-

⁴⁷ Expropriação e não compra das empresas imperialistas, *Orientação Socialista* n.8, 20 de março de 1947, p.3.

mente repelida pelo proletariado. Essas empresas já foram muitas vezes pagas com os rendimentos aqui obtidos pelos magnatas de Londres. Deve ser exigida a expropriação, sem indenização nem compra, dessas ferrovias e companhias de serviço público. E que se consiga impor ao capitalista “nacional” a participação operária no controle dessas empresas através dos sindicatos dos respectivos ramos, livres de qualquer influência governamental. Essa é, a nosso ver, a posição certa com relação às empresas imperialistas não só britânicas, como americanas, etc. Lutando pela expropriação e pelo controle de administração, o proletariado estará se preparando para a luta pelo socialismo.⁴⁸

Percebe-se que os trotskistas brasileiros viam um caráter progressivo na nacionalização das empresas imperialistas instaladas no Brasil, defendida em diferentes escritos. Porém, enfatizavam que para que assumisse um caráter consistente, deveriam ser realizadas sem a compra e sem indenização, que seria indevida visto os lucros extraídos do trabalho e dos recursos naturais do país. Propunham também o estabelecimento de controle operário nessas empresas, como preparação para o domínio da classe trabalhadora na sociedade como um todo.

Também mencionavam que as *commodities* que eram os principais produtos de exportação brasileiros seguiam sendo fornecidas aos países dominantes mesmo diante da escassez e penúria interna. Foi nesse sentido que um pequeno comentário impresso em *Orientação Socialista*, em novembro de 1946, buscava explicar a falta de carne nos mercados brasileiros e os seus altos preços. A questão do imperialismo influía nos mais diversos aspectos da situação das massas nos países subalternos:

O Brasil forneceu em setembro último 2 milhões e 200 mil quilos de carne à Inglaterra, no valor de trezentas mil libras esterlinas. Isso informaram os telegramas vindos de Londres no dia 21 de outubro último. Aí está a chave do segredo da “falta de carne”. Trezentas mil libras esterlinas que vêm para o bolso dos criadores “chorões”, dos frigoríficos controlados pelos capitais imperialistas e seus agentes nacionais. Trezentas mil libras que significam também o martírio das populações, nas filas e no “câmbio negro”.⁴⁹

A perspectiva de uma nova guerra trazia também consequências ao Brasil, e não era compartilhada apenas pelos trotskistas do Partido Socialista Revo-

48 Expropriação e não compra das empresas imperialistas, **Orientação Socialista** n.8, 20 de março de 1947, p. 3.

49 Porque “não temos” carne, **Orientação Socialista**, n. 2, 5 de novembro de 1946, p.4.

lucionário. Em outro artigo do seu jornal, os trotskistas citavam uma entrevista do ex-Ministro da Guerra, Góes Monteiro, na qual este dizia ser inevitável uma nova guerra entre “o Ocidente democrático e o Oriente despótico”. O Brasil deveria se alinhar ao lado dos países do ocidente democrático contra “o totalitarismo euroasiático”.⁵⁰

Afirmavam traduzir as palavras do general no seguinte sentido: que o Brasil devia estar preparado para agir como obediente apoiador do imperialismo estadunidense quando começasse sua arremetida antissoviética. Nesse contexto, denunciavam a subordinação do Brasil à Lei de Cooperação Militar Interamericana de Truman. A explicação do posicionamento estaria no fato de que a burguesia brasileira tinha arrancado imensos lucros durante a guerra e já estava a babar com a ideia de uma nova chacina, sonhando com fabulosos ganhos. Diziam que certos “burgueses progressistas” haviam conseguido lucros de até 3.000% sobre seu capital.

Nessa questão, os trotskistas estavam corretos em apontar a inexistência da propaganda ideia do “desenvolvimento pacífico” que havia sido divulgada por “Stálin, Prestes, Togliatti, Thorez e outros traidores da classe operária”, ideia que teria sido triturada pelos fatos. Caíam em certo fatalismo ao dizer “inevitável uma terceira guerra mundial se o proletariado não conseguir antecipar-se a ela instaurando o socialismo.” Se era verdade que não poderia haver paz duradoura no sistema capitalista, e a III Guerra Mundial era um risco presente, o uso do termo “inevitável” diminuía a concretude de sua análise. Estavam muito certos, entretanto, quanto à preparação do imperialismo para uma guerra desse tipo nas suas mais variadas frentes.⁵¹

Foi o caso quando da realização da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança, em agosto de 1947. Diziam os trotskistas que a conferência que reunia representantes dos governos capitalistas da América, em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, não podia ocultar seu verdadeiro objetivo: a “preparação ideológica e material do continente para a próxima chacina que se prepara em Nova York”.⁵²

Para os trotskistas brasileiros, o conteúdo dos debates envolvia quanto custariam aos EUA “a carne de canhão, as reservas minerais e de combustíveis,

50 Guerra não, mas socialismo, **Orientação Socialista**, n. 13, 20 de junho de 1947, p.2.

51 Guerra não, mas socialismo, **Orientação Socialista**, n. 13, 20 de junho de 1947, p.2.

52 Conferenciam em Quitandinha o leão e as ovelhas – O “acordo” em preparo Brasil-Estados Unidos, **Orientação Socialista**, n.16, 20 de agosto de 1947, p. 4-2.

os gêneros alimentícios de cada país da América” para essa guerra em perspectiva. Não era por acaso que a delegação estadunidense vinha chefiada por Marshall, o mesmo que “preparou e deu andamento ao famigerado plano para submissão completa da Europa aos planos imperialistas dos Estados Unidos”, com vistas a uma futura agressão contra a União Soviética.⁵³

Nesse contexto de preparação para um possível conflito, o Plano Marshall tinha um caráter de ação de avanço, e a Conferência da Quitandinha, de uma ação de retaguarda, para não ter preocupações com os “vizinhos de baixo”. Enquanto a delegação americana estava hospedada em um luxuoso cassino em Petrópolis, e trocava amabilidades em torno de fórmulas abstratas de “defesa mútua contra agressões”, nos bastidores estaria o assunto concreto que centralizava a atenção dos participantes, o “Acordo Brasil-Estados Unidos”, cujos termos vinham sendo aos poucos revelados. “Por esse tratado em fase final de elaboração, ficará definitivamente selada a inteira submissão política, econômica e cultural do Brasil ao imperialismo norte-americano”.⁵⁴

Segundo a análise dos trotskistas, uma fachada descaradamente policialesca encobria cada um dos itens do documento, significando que “a liberdade de manifestação, a liberdade de reunião, a liberdade de imprensa dos trabalhadores do Brasil, ficarão sob a fiscalização direta” dos agentes estadunidenses. No item 4 do acordo, por exemplo, estaria em xeque o controle das fontes de minérios, garantindo acesso igual às empresas de outros países aos recursos minerais brasileiros: “Wall Street, portanto, terá franqueado o acesso ao subsolo do Brasil”.⁵⁵ A seguir, o texto de *Orientação Socialista* questionava o tom de reciprocidade do documento, levantando a pergunta:

O acordo fala em reciprocidade, isto é, poderiam os brasileiros fazer o mesmo nos Estados Unidos. Mas com que roupa? Sabem muito bem os trabalhadores qual dos dois países contratantes possui reservas de ferro e petróleo, e também qual dos dois segura o cordão da bolsa que contém o dinheiro para explorar esses e outros depósitos naturais do subsolo brasileiro.⁵⁶

Os itens de 19 a 23 continham, de acordo com a análise, medidas “prote-

53 Conferenciam em Quitandinha o leão e as ovelhas – O “acordo” em preparo Brasil-Estados Unidos, *Orientação Socialista*, n.16, 20 de agosto de 1947, p. 4-2.

54 Conferenciam em Quitandinha o leão e as ovelhas – O “acordo” em preparo Brasil-Estados Unidos, *Orientação Socialista*, n.16, 20 de agosto de 1947, p. 4-2.

55 Conferenciam em Quitandinha o leão e as ovelhas – O “acordo” em preparo Brasil-Estados Unidos, *Orientação Socialista*, n.16, 20 de agosto de 1947, p. 4-2.

56 Conferenciam em Quitandinha o leão e as ovelhas – O “acordo” em preparo Brasil-Estados Unidos, *Orientação Socialista*, n.16, 20 de agosto de 1947, p. 4-2.

cionistas” de favorecimentos dos produtos “Made in USA” no Brasil. Em suma, o acordo significava garantir a espoliação do proletariado brasileiro e da nação. Qualquer resistência do Brasil teria sido superada pela notícia de que Truman viria assiná-lo pessoalmente. Era, portanto, uma nova fase da política de “boa vizinhança”, com verniz policialesco sem precedentes contra os trabalhadores do Brasil e de intimidação diante de uma previsível piora das condições de vida, para que o povo brasileiro marchasse “de cabeça baixa para a nova carnificina, como bois para o matadouro”.⁵⁷

Também se associava ao acordo o excesso de zelo com que o governo Dutra vinha conduzindo a “democracia” (entre aspas no texto), sendo esse um dos motivos do fechamento do PCB e da dissolução da CTB, bem como da Lei de Segurança em preparação. Os trotskistas viam também a repercussão desse acordo sobre outros países do continente sul-americano, fortalecendo sobre eles o poder de pressão dos EUA:

Assinado o acordo, por outro lado, estarão os Estados Unidos em poder dos meios necessários para intimidar a única ovelha negra do rebanho, que se chama Argentina. Rude golpe sofrerão as veleidades de independência de Perón, com a realização do tratado de “reciprocidade” entre Rio de Janeiro e Wall Street. O poder de sedução de Evita, mobilizado à última hora para salvar a situação de seu descamisado marido, não será, com certeza, capaz de afastar as nuvens negras que cobrem os horizontes do Prata.⁵⁸

Portanto, o Brasil estaria colaborando com a execução do plano estadunidense na América Latina. Ao fim do artigo, os trotskistas chamavam os trabalhadores e oprimidos a se engajarem na luta anti-imperialista “para impor a nacionalização, sem indenização nem compra, dos trustes e monopólios do capitalismo financeiro aqui instalado”. E para evitar, ao mesmo tempo, “que os magnatas de Wall Street obtenham de seus agentes nacionais as novas concessões que pretendem”.⁵⁹

57 Conferenciam em Quitandinha o leão e as ovelhas – O “acordo” em preparo Brasil-Estados Unidos, **Orientação Socialista**, n.16, 20 de agosto de 1947, p. 4-2.

58 Conferenciam em Quitandinha o leão e as ovelhas – O “acordo” em preparo Brasil-Estados Unidos, **Orientação Socialista**, n.16, 20 de agosto de 1947, p. 4-2.

59 Conferenciam em Quitandinha o leão e as ovelhas – O “acordo” em preparo Brasil-Estados Unidos, **Orientação Socialista**, n.16, 20 de agosto de 1947, p. 4-2.

Considerações Finais

O jornal *Orientação Socialista*, imprensa política dos trotskistas brasileiros nos anos de 1946 a 1948, incluiu muitos informes sobre a luta de classes nos países latino-americanos, comentando os avanços do movimento operário e também as derrotas reacionárias. Destacou o perigo de governos de exceção, devido ao frágil caráter das burguesias dessa região do globo, motivo pelo qual estas constantemente recorriam a atos repressivos.

A situação na América Latina recebeu destaque no periódico do PSR. O partido explicava o atraso industrial e o arcaísmo agrário da região com base na incapacidade da classe dominante capitalista de realizar uma efetiva revolução nacional-libertadora contra o imperialismo. Por esse motivo, rejeitava as ideias dos stalinistas sobre revoluções democrático-burguesas e também a noção de que havia setores “progressistas” da burguesia que deviam ser apoiados. Segundo os trotskistas, as chamadas burguesias nacionais eram demasiado atreladas ao capital financeiro externo, dele dependentes e, portanto, receosas de qualquer mobilização do proletariado e do povo contra tais interesses. A industrialização da periferia era vista como deficiente, se é que havia sido realizada.

O jornal dissecou os planos imperialistas de submeter os regimes latino-americanos e de arregimentar seus governos e economias para uma possível guerra contra o Estado soviético. Porém, o periódico via o reverso da medalha desses planos americanos. Simultaneamente às manobras imperialistas dos EUA, ocorria um forte momento de solidariedade internacional proletária, manifestada na luta dos trabalhadores em diferentes partes do mundo contra a perspectiva de uma nova guerra e de dominação estrangeira. Esse imenso potencial de luta do movimento operário envolvia milhões e seria a resposta necessária ao projeto do imperialismo estadunidense e de seus governos satélites nas Américas.

A “HISTÓRIA OFICIAL” DA REVOLUÇÃO CUBANA E O PAPEL SUPRÍMIDO DA CLAS- SE TRABALHADORA

Marcio Lauria Monteiro

A Revolução Cubana foi a primeira e única revolução de caráter socialista a triunfar no Ocidente. Seu simbolismo se tornou ainda maior pelo fato de Cuba ter se tornado uma semicolônia dos EUA desde sua independência da Espanha, em 1898, de forma que a revolução de 1959 representou também uma vitória contra o colosso imperialista. Como todo grande feito histórico, esse processo é envolto em mistificações que, por vezes, atrapalham uma compreensão mais apurada.

A “história oficial” promovida pelo próprio regime cubano acerca da revolução que lhe deu origem possui como elemento central a noção de que tal processo foi o ponto culminante de uma única e longa luta por independência nacional, iniciada em 1868. Outro elemento da narrativa oficial é a noção de que tal revolução teve como seu sujeito político central o Movimento 26 de Julho (M-26-7) e, acima de tudo e de todos, Fidel Castro, frequentemente apresentado como um líder quase infalível e imaculado, em um verdadeiro culto à personalidade. Como afirma um *slogan* muito utilizado, “De Martí a Fidel, uma só revolução”.

A narrativa oficial prossegue apresentando a dinâmica da revolução como tendo seu ponto de partida a ação de um grupo armado de cerca de oitenta opositores à ditadura de Fulgencio Batista, retornados do exílio no México a bordo do iate *Gramma*, em 1956, e que, mesmo reduzidos a doze sobreviventes, iniciaram uma guerrilha na Sierra Maestra. Os “barbudos” da Sierra teriam logrado construir um exército rebelde e derrotado as forças numericamente muito superiores da ditadura e seus aliados imperialistas graças à sua audácia e perspicácia e também ao forte apoio popular angariado, sobretudo entre os

camponeses pobres da ilha. Esses camponeses, por sua vez, são com frequência apresentados como sendo o principal sujeito social da revolução.

Ante essa mitologia oficial, duas grandes questões emergem. A primeira diz respeito ao descompasso entre o programa original do M-26-7 e o caráter posterior da revolução: como foi possível que um movimento que tinha um programa nacional-democrático, centrado na demanda de retorno à Constituição de 1940 e pela real soberania nacional frente aos EUA, operasse um brusco giro rumo a um programa socialista pouco após chegar ao poder, em 1961?¹

A segunda diz respeito aos sujeitos sociais da revolução: é possível uma revolução de caráter socialista na qual a classe trabalhadora não desempenhe um papel central? Assim, qual foi o papel desempenhado pelo proletariado urbano e rural ao longo do processo revolucionário e em que medida essa classe contribui para o referido giro socialista?

Essas questões não são respondidas pela “história oficial”, e há várias possíveis razões. Por exemplo, após o giro socialista de 1961, houve a adoção do marxismo como “linha oficial” do regime, ainda que na forma ossificada e dogmática do mal nomeado “marxismo-leninismo”, vindo dos manuais da União Soviética. Assim, seria um tanto quanto inconveniente reconhecer que o programa original do M-26-7 era “inferior” ao programa socialista, e seria ainda mais inconveniente reconhecer que a maior parte dos líderes do grupo originalmente não só não eram marxistas, como alguns eram anticomunistas.

Há que se considerar também que o giro socialista da revolução a partir de 1961 se deu no sentido de expropriação política e econômica da burguesia e de socialização dos meios de produção, porém não envolveu a criação de um regime político no qual o proletariado cubano tivesse o controle direto do poder, na forma do “Estado tipo Comuna de Paris” visado por Marx e Engels como a forma política do socialismo². Ao invés disso, sob a forma socializada

1 A principal plataforma política do M-26-7 é o panfleto de 1953, “A história me absolverá”, baseado na defesa de Fidel Castro no processo por sua participação no assalto ao Quartel Moncada. O manifesto delinea cinco “leis revolucionárias” a serem adotadas imediatamente após a tomada do poder: restabelecimento da constituição cubana de 1940; reforma dos direitos fundiários; participação de 30% dos trabalhadores industriais nos lucros das empresas; participação dos trabalhadores do açúcar de 55% dos lucros das empresas; e confisco dos bens dos agentes públicos corruptos. A essas, seguir-se-iam leis adicionais para a reforma agrária, a reforma integral do ensino, a nacionalização dos setores elétrico e telefônico, a restituição de parte dos valores pagos pela população a esses setores e a cobrança de impostos por eles sonegados. Castro, Fidel. **La Historia me absolverá** [1953]. Transcrição disponível em <https://web.archive.org/web/20080117160122/http://www.granma.cubaweb.cu/marti-moncada/jm01.html>. Acesso (via Wayback Machine) em 31 de jul. 2025.

2 Marx, Karl. *Mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores*. In: Marx, Karl.

da propriedade, se ergueu uma ditadura burocrática baseada no monopólio do poder político pela cúpula do Partido Comunista de Cuba (PCC, fundado em 1965 a partir da fusão de outras organizações com o M-26-7, sob hegemonia desse). É o tipo de regime que Leon Trotsky batizou de “stalinismo”, como sendo o equivalente ao bonapartismo capitalista em formações sociais de transição entre capitalismo e socialismo.³ Dessa forma, dar destaque ao importante papel cumprido pelo proletariado na radicalização de caráter socialista do processo revolucionário certamente não interessa àqueles que não desejam uma forma socializada de poder político, isto é, a autogestão proletária ou a “livre associação dos produtores”.

Por fim, após o triunfo da Revolução Cubana, não foram poucos os que buscaram nela uma alternativa à estratégia comunista da greve geral proletária insurrecional como forma de destruir o Estado burguês. Muitos viram ali um “atalho” ao socialismo para os países periféricos, de baixa industrialização e com grande parte da população vivendo no campo. Esse atalho seria o “foco guerrilheiro”, um pequeno grupo de guerrilha rural que despertaria as vastas massas de camponeses pobres através de sua ação audaciosa em prol de reforma agrária, democracia e soberania nacional e, baseado nesse sujeito social, cercaria as cidades e tomaria o poder. Contraditoriamente, esses mesmos elementos de “atraso” econômico também estavam presentes no Império Russo, onde triunfou a primeira revolução proletária da história, a Revolução Soviética de 1917, por meio da estratégia comunista “clássica”.

O foco guerrilheiro foi promovido por muitos grupos latino-americanos ao longo dos anos 1960-70 e foi abraçado com entusiasmo por intelectuais europeus da “geração de 68”, como Régis Debray, além de ter sido incorporado pelos adeptos do maoísmo. O próprio Ernesto Guevara, *El Che*, foi um grande promotor da estratégia “foquista”, tendo morrido tentando implementá-la na Bolívia, em 1967. Para os defensores dessa estratégia, a pequena guerrilha e os camponeses pobres teriam sido os protagonistas da Revolução Cubana.

Contudo, o proletariado cubano, tanto o urbano quanto o rural, sempre foi muito ativo, antes mesmo da revolução de 1959. Durante o processo

A Guerra civil na França. São Paulo: Boitempo, 2011. Também a sistematização sobre o tema feita em Lenin, Vladimir. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.

3 Trotsky, Leon. *A Revolução Traída*. O que é e para onde vai a URSS? Sundermann: 2009; Romão, Morgana Monteiro, Marcio Lauria. *O Stalinismo e a União Soviética segundo a interpretação de Leon Trotsky*. *Aurora* - revista de arte, mídia e política, São Paulo, v. 13, n. 38, 2020. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/48667>. Acesso em 31 de jul. 2025.

revolucionário, ele protagonizou diversas mobilizações contra a ditadura e por melhores condições de vida, incluindo aí três greves gerais entre julho de 1957 e janeiro de 1959. Também foi através de uma greve geral proletária que foi derrubada a ditadura de Gerardo Machado, em 1933, e conquistados diversos direitos, antes da ditadura de Batista.

Conforme buscaremos sustentar, a ação da classe trabalhadora talvez seja o fator determinante por detrás do giro socialista da Revolução Cubana e de setores do próprio M-26-7, ainda que não possa ser considerado o único. A seguir, vamos analisar em maiores detalhes a mitologia promovida pelo regime e a sua influência fora da ilha, para então adentrarmos nessa história suprimida da classe trabalhadora na Revolução Cubana e seus possíveis impactos nos rumos desse processo.

A “história oficial” em Guevara: a defesa do foco guerrilheiro de base camponesa

Das lideranças da Revolução Cubana, Guevara foi quem mais enfatizou a narrativa de um protagonismo quase que exclusivo do campesinato pobre nesse processo. Indo além, tornou-se defensor da estratégia do foco guerrilheiro de base camponesa como via mais adequada para uma revolução socialista na periferia capitalista.

Em um de seus muitos discursos feitos ainda nos primeiros momentos após a tomada do poder, em 8 de fevereiro de 1959, em El Pedrero (uma pequena vila no interior da província de Sancti Spíritus), ele não só afirmou sua identificação, enquanto guerrilheiro, com o modo de vida camponês (tema frequente em seus textos e discursos), como também defendeu que foi o campesinato o responsável pela revolução:

Mas já lhes digo que hoje volto a me sentir como entre vocês, entre os chapéus de *yarey* [tipo de palha]. Já sou bastante *guajiro* [camponês], vou lhes dizer: quando vou à cidade, realmente me sinto deslocado — o ar-condicionado não foi feito para mim — e sempre prefiro estar em contato direto com o povo. Mesmo quando se fala de algum de nós que dirigimos esta Revolução — fulano, sicrano — e se expressa uma série de elogios exagerados, eu sinceramente me ponho a pensar na massa de camponeses, que foram os que de fato fizeram a Revolução. Todos vocês, senhores, são os verdadeiros vencedores da Revolução. Foram vocês que deram o ombro, dia após dia, para fazer com que aquela minúscula guerrilha do Oriente saísse da Sierra Maestra, cruzasse até a Segunda Frente Oriental, chegasse depois aqui ao Escambray e se espalhasse por toda a ilha de Cuba.

O esforço e os méritos da vitória pertencem ao campesinato cubano, e hoje cabe a esse campesinato colher também os frutos da vitória – e esse fruto é a Reforma Agrária.⁴

Já ao longo de 1961, Guevara se dedicou a escrever balanços do processo revolucionário cubano visando extrair dele uma estratégia aplicável a outros países da periferia capitalista. Em um texto de abril de 1961, onde discute brevemente as “excepcionalidades” da Revolução Cubana e os elementos que outros países da periferia capitalista poderiam compartilhar com esse processo, ele sintetiza sua visão da estratégia básica da revolução da seguinte forma: “Nossa força armada, criada nos campos, conquistou as cidades a partir do exterior, uniu-se com a classe operária e desenvolveu seu senso político no contato com esta última”⁵ A partir dessa noção, defendeu uma estratégia que se pautasse pelos seguintes passos e que seria válida para toda a periferia capitalista:

[Um] movimento revolucionário que opera a partir dos campos atrai as massas camponesas e que passará da fraqueza à força, destruirá o exército em um combate frontal, apoderar-se-á das cidades e reforçará, por seu combate, as condições subjetivas necessárias para tomar conta do poder. [...]

A possibilidade do triunfo das massas populares na América Latina aparece claramente sob a forma de uma guerra de guerrilhas efetuada por um exército de camponeses, que destrói totalmente a estrutura do antigo mundo colonial.⁶

De forma semelhante, em “A Guerra de Guerrilhas” (1961) – um de seus principais escritos, um verdadeiro “manual” de guerrilha no qual sintetizou o que considerava as principais lições táticas e estratégicas da Revolução Cubana –, Guevara reafirmou tais ideias:

Consideramos que a Revolução Cubana contribuiu com três lições fundamentais para a conduta dos movimentos revolucionários na América. São elas: (1) As forças populares podem vencer uma guerra contra o exército. (2) Não é necessário esperar até que existam todas as condições para fazer a revolução; a insurreição pode criá-las. (3) Na América subdesenvolvida, o campo é a área básica para a luta armada.

[...]

Também já dissemos que, nas condições que prevalecem, pelo menos na

4 Guevara, Ernesto “Che”. *Discurso en ‘El Pedrero*. 8 fev. 1959. In: **Marxists Internet Archive**. Disponível em: [marxists.org/espanol/guevara/59 pedre.htm](http://marxists.org/espanol/guevara/59%20pedre.htm). Acesso em: 29 jul. 2025. Tradução própria.

5 Guevara, Ernesto “Che”. *Cuba: uma revolução excepcional ou vanguarda da luta anticolonialista* [abr. 1961]. In: Guevara, Ernesto “Che”. **Textos políticos e sociais**. São Paulo: Edições Populares, 1987.

6 Guevara, Ernesto “Che”. *Cuba: uma revolução excepcional ou vanguarda da luta anticolonialista* [abr. 1961]. In: Guevara, Ernesto “Che”. **Textos políticos e sociais**. São Paulo: Edições Populares, 1987, p. 123-124.

América e em quase todos os países com desenvolvimento econômico deficiente, é o campo que oferece as condições ideais para a luta. Portanto, a base da estrutura social que o guerrilheiro construirá começa com mudanças na forma da propriedade agrária.

A bandeira da luta durante todo esse período será a reforma agrária. A princípio, esse objetivo pode ou não estar completamente delineado em sua extensão e limites; pode simplesmente se referir à fome secular do camponês pela terra na qual trabalha ou deseja trabalhar.⁷

Assim, tanto no balanço da Revolução Cubana, quanto na estratégia do foco guerrilheiro, o proletariado aparece como mero coadjuvante e ponto de apoio frente à guerrilha de base camponesa. Não é intenção desse artigo entrar no debate acerca da estratégia “foquista”, mas cabe mencionar que diferentes autores apontaram a falha fundamental da generalização feita por Guevara e outros que a ela aderiram a partir da experiência cubana: não foi a guerrilha que introduziu o “despertar” revolucionário na sociedade cubana, ao contrário, foi a existência prévia de uma crise de hegemonia burguesa que permitiu à guerrilha rapidamente se tornar um exército insurgente de massas atrelado aos setores inferiores e médios do campesinato, o qual conquistou territórios graças à coordenação com ações desestabilizadoras promovidas pelo proletariado rural e urbano (em especial as greves).⁸ Tal falha, tragicamente, levou ao massacre de diversas experiências guerrilheiras nos anos 1960 e 1970, incluindo aquela coordenada pelo próprio Guevara na Bolívia.

A “história oficial” promovida pelo regime: o *Museo de la Revolución* e os livros didáticos de História

A narrativa do protagonismo camponês e guerrilheiro na Revolução Cubana e a supressão do papel central desempenhado pelo proletariado durante e depois da luta contra Batista não são exclusivas dos defensores da estratégia do foco guerrilheiro. O próprio regime cubano a reproduz desde seus primeiros

7 Guevara, Ernesto “Che”. **Guerrilla Warfare**. [S.l.: s.n.], 1961. Disponível em: <https://faculty.chass.ncsu.edu/slatta/hi216/documents/che.htm>. Acesso em: 29 jul. 2025. Tradução própria.

8 Defendem essa perspectiva, por exemplo, Vânia Bambirra e Florestan Fernandes, ainda que tecendo análises diferentes: a primeira mais alinhada com uma análise de classes e nos marcos da Teoria Marxista da Dependência, o segundo com forte influência estruturalista e partindo – ainda que não explicitamente – dos pressupostos da Teoria da Revolução Permanente trotskista. Bambirra, Vania. **La revolución cubana: una reinterpretación**. Ciudad de México: Nuestro Tiempo, 1975; Fernandes, Florestan. **Da Guerrilha ao Socialismo**. A Revolução Cubana. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

momentos. Tendo abandonado perspectivas de um internacionalismo revolucionário já no final dos anos 1960, essa reprodução, portanto, tem menos a ver com a defesa de uma estratégia revolucionária em particular e mais com a criação e reprodução de um mito legitimador desse regime e de seus dirigentes, em particular de Fidel Castro e do M-26-7.

Nesse sentido, podemos mencionar duas formas de reprodução desses mitos enquanto “história oficial”: o *Museo de la Revolución*, situado em La Habana, e os livros didáticos utilizados para o ensino de História em Cuba – ambas ferramentas de memória e historiografia com vinculação direta ao Estado.

O “*Museu da Revolução*” funciona no antigo Palácio Presidencial de Cuba e foi criado já em dezembro de 1959, por decreto do Ministério das Forças Armadas Revolucionárias, então sob gestão de Raúl Castro. Boa parte de seu acervo foi reunida pela dirigente do M-26-7, Celia Sánchez (considerada a primeira mulher a se juntar à guerrilha em Sierra Maestra).⁹

Sua Coleção Permanente é organizada segundo a narrativa de que a Revolução Cubana é parte integrante e ponto culminante de um longo processo de luta anti-imperialista e por justiça social, iniciado com a luta pela separação da Espanha, em 1868, durante o “Período Colonial”. Essa luta teria sido usurpada pela intervenção dos EUA, originando o período chamado de “República Neocolonial”, encerrado com o triunfo da revolução de 1959, referida como “Guerra de Libertação Nacional”. Essa periodização é a hegemônica na historiografia e na “história oficial” cubana. O foco do museu é justamente o período da revolução, apesar de também abarcar elementos que chegam até aos anos 1990 (período da “Revolução no Poder”).¹⁰

A narrativa apresentada pelo museu acerca da revolução foca no grupo de combatentes que chegaram à ilha através do iate *Gramna* (que está lá exposto) e em líderes da guerrilha da Sierra Maestra, como os irmãos Castro, Guevara, Sánchez, Camilo Cienfuegos e Haydée Santamaría. As peças expostas (itens pessoais, armas, equipamentos, uniformes, fotos, recortes de jornais etc.) reconstróem a linha do tempo da guerrilha rural / Exército Rebelde e promovem seus feitos. Quase nenhum espaço é dedicado à atuação urbana do próprio M-26-7 ou de outros grupos anti-Batista, como o Partido

9 Wikipedia. **Museo de la Revolución**. Disponível em: <https://es.wikipedia.org/wiki/Museo.de.la.Revolución>. Acesso em: 29 jul. 2025.

10 Wikipedia. Site do Museo de la Revolución (na data de 1º de janeiro de 2010, recuperado através da *WayBack Machine do Internet Archive*). Disponível em: <https://web.archive.org/web/20100101025733/http://www.cnpc.cult.cu/cnpc/museos/musRevol/pcpal.htm>. Acesso em: 29 jul. 2025.

Socialista Popular e o Diretório Revolucionário. Até mesmo Frank País tem reduzido espaço, apesar de ter sido a principal liderança do aparato urbano do M-26-7 e ser considerado um mártir da revolução. A classe trabalhadora mal aparece como participante da revolução, salvo por alguns itens (fotos, recortes de jornais) que fazem referência à greve geral fracassada de abril de 1958. Ademais, o conteúdo da revolução é apresentado como sendo essencialmente nacionalista e anti-imperialista, com reduzido espaço dado ao ideal socialista – como se vê pelo próprio nome dado ao processo, de “Guerra de Libertação Nacional”.¹¹

Considerando se tratar de uma instituição estatal e de grande relevância cultural para a difusão da memória da Revolução Cubana, tanto entre moradores da ilha quanto entre turistas, a “história oficial” apresentada pelo *Museo de la Revolución* constitui parte importante da narrativa de legitimação do regime instituído pela revolução e das mistificações que ela carrega.

Parte ainda mais importante dessa narrativa é o livro didático de História utilizado há muitos anos no sistema de ensino cubano. O sistema de ensino básico em Cuba é estatal e o livro didático utilizado é o mesmo em todas as escolas do país. Dessa forma, várias gerações têm aprendido sobre a Revolução Cubana a partir desse material, o que constitui uma poderosa ferramenta de difusão de memória histórica para o regime e de promoção de sua “história oficial”.

O período da Revolução Cubana é abordado no livro de História do 9º ano da educação secundária básica (correspondente ao nosso Ensino Fundamental), etapa obrigatória para as crianças e adolescentes. A versão atualmente em uso do livro foi publicada em 1991, durante o chamado “Período Especial”, em que Cuba lidava com o desafio de sobreviver sem o enorme auxílio material e político que recebia da União Soviética. Ele foi atualizado em 2000, tendo recebido algumas notas de rodapé pontuais, com mais informações ou correções. Suas autoras são Marta María Valdés López, Regla María Albelo Ginnart e Gisela Gallo González e, conforme informado no próprio livro, ele foi revisado pela “Comissão Nacional Permanente para a Revisão de Planos, Programas e Textos de Estudo” do “Instituto Central de Ciências Pedagógicas” do Ministério da Educação.¹²

11 Aqui nos baseamos em visita feita ao museu em 3 de maio de 2019.

12 López, M. M. V. et. al. **Historia de Cuba**. Noveno grado. 2a ed. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 2000. Agradeço imensamente a Frank García Hernandez por ter compartilhado esse material. Segundo

No livro, o processo revolucionário é abordado no Capítulo 8, “A luta contra a ditadura de Batista (1953-1959)”. Ele encerra a Parte III, “A República neocolonial em Cuba”, a qual se segue “IV - Cuba, República Socialista” – a periodização hegemônica anteriormente mencionada. Como de praxe na narrativa oficial, o livro trata a revolução como o ponto culminante da luta por independência iniciada em 1868. Como é dito ao fim do capítulo, “o triunfo da Revolução de 1º de janeiro foi resultado do longo processo de lutas que nosso povo iniciou em 1868”.¹³

Apesar de o capítulo se iniciar com a afirmação de que a ditadura de Batista foi contestada desde o início “pelo povo e suas organizações progressistas”¹⁴, ao longo de suas mais de 40 páginas a narrativa é muito focada na promoção do M-26-7 e, mais especificamente, de Fidel Castro, ainda que dê espaço razoável à apresentação de outros dirigentes do grupo e que mencione, pontualmente, outras organizações que também atuaram contra a ditadura. O centro da narrativa é a exposição cronológica do avanço territorial da guerrilha/Exército Rebelde, tratado como o grande protagonista da revolução. Apesar de muitos outros elementos serem apresentados ao longo do capítulo, nenhum deles tem o mesmo grau de destaque que esse.

Castro não só é apresentado como o fundador, dirigente e ideólogo do grupo desde sua origem e como o grande dirigente político da revolução, mas sua figura é promovida com tons verdadeiramente hagiográficos. Por exemplo, ao mencionar as qualidades de Cienfuegos e do conjunto do povo cubano, destaca-se, dentre outras, a lealdade a Castro: “Camilo foi um homem do povo, porque em sua personalidade se resumem qualidades do povo cubano: valentia, firmeza, intransigência revolucionária e lealdade a Fidel e à Revolução”.¹⁵

Em outro trecho, já na conclusão do capítulo, onde são elencados três fatores essenciais à vitória da revolução, o primeiro mencionado é “a acertada liderança de Fidel, que à frente da vanguarda revolucionária frustrou as manobras imperialistas” – sendo os outros dois fatores “o alto nível combativo do Exército Rebelde” e “a greve geral revolucionária, que evidenciou o apoio do

Hernandez, a principal diferença desse livro para o utilizado anteriormente é que muito do conteúdo pró-soviético foi removido. Em algum outro momento pretendemos fazer uma análise comparada de ambos.
13 López, M. M. V. et. al. **Historia de Cuba**. Noveno grado. 2a ed. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 2000, p. 306.

14 López, M. M. V. et. al. **Historia de Cuba**. Noveno grado. 2a ed. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 2000, p. 267.

15 López, M. M. V. et. al. **Historia de Cuba**. Noveno grado. 2a ed. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 2000, p. 301.

povo e sua unidade em torno do Exército Rebelde”.¹⁶ Assim, reproduz-se o mito do grande e praticamente infalível líder máximo da revolução, que bebe diretamente do culto à personalidade tão presente em outras experiências de transição ao socialismo sob moldes burocrático-ditatoriais.

Cabe notar que, ao ser abordado o pensamento político de Castro, ele é erroneamente apresentado como sendo um “marxista-leninista” desde os tempos de atuação no movimento estudantil universitário.¹⁷ Em sua própria autobiografia na forma de entrevista (2006), ele reconhece, ainda que de forma um pouco confusa, que não era um marxista antes de Moncada, ainda que tivesse tido contato com obras de Marx, Engels e Lenin em seu tempo de universidade e que tenha promovido e participado de círculos de estudos que incluíam obras desses autores.¹⁸ Não se trata de um erro casual, pois a narrativa de uma continuidade socialista e marxista serve ao propósito de apagar contradições do grupo dirigente da revolução e de seus líderes principais, que originalmente não almejavam uma revolução socialista.

Além dessa e de outras menções pontuais ao suposto caráter “marxista-leninista” de Castro desde a juventude, o livro reproduz um trecho do Informe do Comitê Central ao 1º Congresso do PCC (1965), de autoria de Castro, no qual força uma linha de continuidade socialista também para o M-26-7. Não é uma operação fácil, pois o manifesto político do movimento “A história me absolverá”, também da autoria de Castro, foi muito difundido durante o processo revolucionário e é parte importante da memória promovida pelo regime. Apesar de o manifesto não possuir nenhum traço de marxismo ou de programa socialista, o livro didático, citando o referido Informe do PCC, afirma que seu conteúdo se limitava a ser “democrático-popular e anti-imperialista” simplesmente porque “a proclamação do socialismo no período de luta insurrecional não teria sido compreendida pelo povo e o Imperialismo teria intervindo com suas forças militares em nossa pátria”.¹⁹

16 López, M. M. V. et. al. **Historia de Cuba**. Noveno grado. 2a ed. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 2000, p. 306.

17 López, M. M. V. et. al. **Historia de Cuba**. Noveno grado. 2a ed. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 2000, p. 270-271.

18 Castro, Fidel; Ramonet, Ignacio. **My Life: A Spoken Autobiography** [2006]. New York: Scribner, 2008, p. 92 e 99-100. Castro afirma em retrospecto que era um “comunista utópico” em seu tempo de ativismo universitário, pois era profundamente contrário à desigualdade social existente sob o capitalismo, mas sem uma leitura teórica e um programa político marxista capaz de apontar as raízes do problema e sua solução. Ao longo da obra, ele não deixa claro quando encara ter se tornado um marxista de fato.

19 *Apud* López, M. M. V. et. al. **Historia de Cuba**. Noveno grado. 2a ed. La Habana: Editorial Pueblo y

Dessa forma, o livro reproduz textualmente a “história oficial” do regime, apagando uma das principais contradições do processo revolucionário cubano e de seu sujeito político. Ao fazer isso, não gera necessidade de responder quais fatores levaram um grupo com programa nacional-democrático a operar um giro socialista após chegar ao poder e evita qualquer sinal de “fraqueza” ou “confusão” que possa abalar a imagem heroica e infalível promovida pelos dirigentes da revolução.

De forma semelhante, é apresentada uma linha de continuidade entre sua estratégia política desde o assalto ao Quartel Moncada (1953) e o processo revolucionário (1956-59), resumida na ideia de iniciar uma ação armada por meio de um pequeno grupo, a qual serviria como gatilho para uma grande mobilização das massas populares: “A ideia de que a ação militar deveria estar unida à mobilização das massas e à greve geral revolucionária no momento oportuno esteve sempre presente na concepção de luta traçada por Fidel desde o próprio assalto ao quartel Moncada.”²⁰

Isso não é inteiramente verdadeiro, uma vez que a ação de 1953 não envolvia ações de massas, limitando-se à ação armada de um pequeno grupo, que, se esperava, desencadearia o desmoronamento da ditadura. Já em relação ao processo de 1956-59, a greve geral foi pensada muito mais como uma forma de distrair as forças da ditadura para permitir o deslocamento do grupo armado, tanto no desembarque do Gramma (1956) quanto em abril de 1958. Portanto, a greve geral funcionava como ferramenta auxiliar da tomada do poder, e não como centro da estratégia e também base da organização do novo poder (proletário), como pressupõe o programa comunista. Como a própria obra afirma: “O Comando Geral da Sierra Maestra considerava que a greve geral deveria ser o elo final da luta armada, na qual o Exército Rebelde, mais fortalecido, desempenharia o papel fundamental, avançando em direção às cidades e neutralizando o aparato armado da tirania.”²¹

Dado o foco narrativo no M-26-7 e em seus líderes, as massas subalternas não figuram como protagonistas da revolução – nem mesmo os camponeses pobres. Com frequência, são mencionadas apenas para afirmar que deram “apoio” às ações do grupo. Dessa forma, são tratadas como entes passivos ou, na melhor

Educación, 2000, p. 279.

20 López, M. M. V. et. al. Historia de Cuba. Noveno grado. 2a ed. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 2000, p. 298.

21 López, M. M. V. et. al. Historia de Cuba. Noveno grado. 2a ed. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 2000, p. 297.

das hipóteses, coadjuvantes – sem os quais os supostos verdadeiros protagonistas não teriam tido sucesso, porém sem terem ocupado a linha de frente das ações. Assim, as menções às ações da classe trabalhadora ao longo do processo revolucionário são muito pontuais, salvo ao tratar do tema incontornável das greves gerais de abril de 1958 e de janeiro de 1959.

O trabalho do PSP no movimento operário, por exemplo, praticamente não é mencionado, ainda que este fosse a principal força de oposição às forças sindicais atreladas à ditadura (a tendência *mujalista* à frente da CTC). O próprio trabalho do M-26-7 no movimento sindical, por meio de sua *Sección Obrera*, é ignorado, apesar de haver uma seção inteira dedicada ao tema “Luta nas cidades” – a qual foca mais na guerrilha urbana do M-26-7 e do Diretório Revolucionário. Apenas é mencionado brevemente que o governo criado no território sob controle da 2ª Frente Oriental possuía um *Buró Obrero* “de grande importância [...] para atender aos sindicatos” e que o trabalho nas cidades atendia à lógica de construir uma “greve geral revolucionária” para auxiliar o avanço do Exército Rebelde.²²

Até mesmo a importante greve geral regional que eclodiu em julho de 1957, após o assassinato de Frank País, principal dirigente urbano do M-26-7, é mencionada apenas de passagem, apesar de ter sido a primeira grande demonstração de força do proletariado cubano contra a ditadura de Batista. A obra se limita a afirmar o seguinte sobre essa mobilização: “Passado o enterro [de País], Santiago se lançou à greve”.²³

A menção à greve de abril de 1958, apesar de não ser detalhada, é um dos raros momentos em que a obra deixa de lado o tom hagiográfico, ao reconhecer que se tratou de “um dos mais amargos e dolorosos reveses” do processo revolucionário, tendo levado à conclusão de que “era necessário fortalecer o trabalho com as massas trabalhadoras”.²⁴ Nesse sentido, é mencionada, também brevemente, a unificação de diferentes grupos de oposição na “Frente Operária Nacional Unida” (FONU), em outubro, para que a próxima greve geral fosse bem-sucedida.²⁵ Contudo, não é explicado que o fracasso da greve

22 López, M. M. V. et. al. Historia de Cuba. Noveno grado. 2a ed. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 2000, p. 297.

23 López, M. M. V. et. al. Historia de Cuba. Noveno grado. 2a ed. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 2000, p. 293.

24 López, M. M. V. et. al. Historia de Cuba. Noveno grado. 2a ed. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 2000, p. 299.

25 López, M. M. V. et. al. Historia de Cuba. Noveno grado. 2a ed. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 2000, p. 299.

de 1958 se deu, em grande parte, devido à exclusão do PSP na sua construção, dado o anticomunismo e a profunda desconfiança de muitos líderes do M-26-7 para com tal organização – fato certamente desconfortável para a “história oficial”, dada a posterior fusão entre os dois grupos para formar o PCC.

Ao fim do capítulo, é mencionado o “chamado de Fidel” (sempre ele o grande protagonista de todos os feitos centrais da revolução) à classe trabalhadora para a “greve geral revolucionária” do dia 2 de janeiro de 1959, que assegurou que as forças armadas não conseguissem impor um governo de continuidade após a fuga de Batista, no dia anterior. É reconhecido que tal greve “desempenhou um papel decisivo no triunfo da revolução, já que, ao respaldar com sua ação unânime o Exército Rebelde, desbaratou as manobras imperialistas”.²⁶ É aqui, ao fim do capítulo, que a greve é elencada como um dos três fatores fundamentais ao triunfo da revolução, juntamente à liderança de Castro e ao desempenho do Exército Rebelde, conforme trecho citado anteriormente.

Cabe destacar que, nessa breve referência à greve geral de 1959, é um dos raros momentos da obra em que as classes subalternas aparecem como protagonistas de alguma ação, e não meramente como “apoiadoras” de Castro e do M-26-7. Aqui afirma-se, na voz ativa, que, a partir da mobilização da FONU, “Os operários tomaram os locais de trabalho e expulsaram dos sindicatos os dirigentes *mujalistas*; criaram, além disso, milícias armadas que deveriam apoiar as forças rebeldes. Todo o país ficou paralisado.”²⁷

Assim, esse importante instrumento de introdução das novas gerações cubanas à história da revolução reforça os grandes mitos da “história oficial” promovida pelo regime. O M-26-7 e, em especial, Castro, são apresentados como os responsáveis quase que exclusivos pela revolução, com referências muito pontuais a outros grupos. De forma mais impactante, é reproduzido literalmente o discurso do PCC, que apaga o programa originalmente “nacional-democrático” desta organização e de seus líderes e que, portanto, não coloca em debate a questão tão importante de como foi possível o giro posterior à um programa socialista. O protagonismo da classe trabalhadora urbana e rural ao longo da revolução, fator que poderia auxiliar a compreender tal giro, é quase que inteiramente apagado em nome da narrativa centrada no

26 López, M. M. V. et. al. Historia de Cuba. Noveno grado. 2a ed. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 2000, p. 307.

27 López, M. M. V. et. al. Historia de Cuba. Noveno grado. 2a ed. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 2000, p. 307.

M-26-7 e suas lideranças e nos combates militares e avanços territoriais do Exército Rebelde. Está aí o tripé da “história oficial” da Revolução Cubana promovida pelo regime.

Por fim, cabe mencionar que as próprias referências elencadas para este capítulo também são bastante alinhadas a uma perspectiva de “história oficial”. Predominam discursos de Fidel e Raúl, memórias e artigos de outros líderes, como Guevara, Cienfuegos e Santamaría, o informe e o programa político do 1º Congresso do PCC, artigos do órgão oficial do regime (o jornal *Granma*) e algumas fontes primárias citadas diretamente. As poucas obras acadêmicas elencadas são todas de autores oficialistas, como Mario Medina, que trabalhou como historiador do regime na secretaria-geral do PCC, ou Faure Chomón, dirigente do Diretório Revolucionário à época da revolução e o único membro da organização a ocupar um cargo no novo governo. A exceção parcial é o historiador Julio Le Riverend, que desde muito antes da revolução se especializou na história de Cuba e é uma importante referência, em especial nos estudos econômicos sobre o país – mas que também ocupou diversos cargos no governo após a revolução, como vice-ministro da Educação, diretor do Arquivo Nacional e também da Biblioteca Nacional, dentre outros.

O poder dessa “história oficial” promovida pelo regime transcende Cuba. Por um lado, a historiografia especializada atual produzida fora da ilha, sintonizada com a História Social, tende a valorizar o papel da classe trabalhadora e de outras organizações políticas e lideranças no processo revolucionário.²⁸ Não obstante, mesmo na literatura especializada há alguns que suprimem o papel do proletariado na revolução – por exemplo, Garry Tennant, em seu estudo sobre o trotskismo em Cuba, onde afirma que o proletariado foi “passivo” nesse processo.²⁹ Porém, por outro lado, é fora da literatura especializada que ainda é muito difundida a visão de uma revolução iniciada por um pequeno grupo guerrilheiro liderado por Fidel Castro e que construiu um exército camponês e tomou as cidades, suprimindo-se o protagonismo proletário. É o caso, por exemplo, de muitos livros didáticos de História usados hoje no Brasil.

28 Por exemplo, o manual de Richard Gott (Gott, Richard. *Cuba - Uma Nova História* [2004]. Rio de Janeiro: Zahar, 2006) ou o texto da Coleção Revoluções do Século 20 da Editora Unesp dedicado ao caso cubano (Ayerbe, Luis F. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004).

29 Tennant, Gary A. *Dissident Cuban Communism: The Case of Trotskyism, 1932-1965*. Ph.D. Thesis. University of Bradford, 1999, p. 86.

A “história oficial” fora de Cuba: alguns livros didáticos brasileiros

Um exemplo importante dessa difusão são os livros didáticos de História utilizados no Brasil ao longo dos últimos anos, como parte do Programa Nacional do Livro Didático.³⁰ Vejamos como isso se manifesta em algumas das coleções que costumam ser mais valorizadas no chão da escola pelas equipes de História – todas a partir de edições recentes de livros de 9º ano do Ensino Fundamental.

A coleção “Vontade de Saber”, escrita por Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini, em sua versão de 2020, dedica pouquíssimo espaço para o tema da Revolução Cubana (uma página), o que torna inviável uma abordagem aprofundada. Não obstante, sua narrativa sobre o tema foca nos líderes, no protagonismo da guerrilha e dos camponeses recrutados para dela participarem. A tomada do poder é descrita como executada por tais líderes guerrilheiros com o “apoio da população”, que figura passiva nesse processo – tal qual no livro cubano – sem fazer referência à classe trabalhadora. Tampouco é mencionado que a revolução não teve caráter socialista desde a origem.³¹

Por sua vez, a coleção “História: Sociedade & Cidadania” (atual coleção História 360), escrita por Alfredo Boulos Júnior, em sua versão de 2022, dedica quase tão pouco espaço ao tema quanto a anterior (duas páginas) e a narrativa é bem parecida. Enfatiza o tamanho diminuto da guerrilha após o desembarque do *Gramma*, a liderança de Fidel e Guevara e o “apoio popular” que lhes permitiu tomar o poder. Novamente, não há menção à classe trabalhadora e os setores subalternos em geral figuram de forma passiva. Ao menos é mencionado que o processo assumiu caráter socialista apenas a partir de 1961, porém sem considerações a respeito do tema.³²

Por fim, a coleção “História.DOC”, escrita por Ronaldo Vainfas, Jorge Luiz Ferreira, Sheila Siqueira de Castro Faria e Daniela Buono Calainho, em sua versão de 2024, dedica mais espaço ao tema (seis páginas), cobrindo

30 PNLD – através do qual o governo federal compra e distribui livros para as escolas municipais e estaduais de todo o país, a partir da escolha de coleções feita pelas equipes pedagógicas e de docentes de cada estabelecimento.

31 Dias, A. M. *et. al.* **Vontade de saber: História. 9º ano do ensino fundamental.** 1. ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018, p. 169.

32 Boulos Júnior, A. **História - sociedade & cidadania. 9º ano do ensino fundamental.** 1. ed. São Paulo: FTD, 2022, p. 186-187.

não só a revolução, como também eventos marcantes posteriores, tais como a crise dos mísseis (1962) e a aproximação com a URSS (apresentada como uma “nova dependência”). Apesar do espaço ampliado proporcionar um nível maior de aprofundamento, a obra também tem um foco na guerrilha e seus líderes. Ainda assim, menciona que estes tinham o “apoio” de outros grupos e inclui sindicatos entre eles.³³

Não obstante essa menção e também a greve geral fracassada de 1958 ser apresentada (um tanto quanto equivocadamente) como o início da tomada do poder, não são tecidas considerações sobre a participação da classe trabalhadora na revolução. Mais uma vez, está presente a noção reducionista de que “a população apoiou o movimento contra a ditadura”, ainda que isso soe menos passivo do que nos demais materiais por serem mencionadas, no mesmo parágrafo, a referida greve e também a atuação de outras organizações. Ademais, a obra destaca que o caráter original da revolução era nacionalista e democrático, mas não explica os porquês do giro socialista de 1961.³⁴

A partir desses exemplos, ainda que se trate de uma base amostral pequena, é possível vislumbrar o peso que tem até hoje a “história oficial” do regime cubano acerca da revolução. Certamente, há elementos que contribuem para isso, como o predomínio de uma História tradicional em muitos materiais didáticos, que privilegia narrativas “desde cima”, focadas nas grandes lideranças políticas e militares e seus feitos, o que converge com alguns dos mitos propagados pelo regime cubano. Não obstante, nos parece que, em grande parte, há também reprodução direta dessa “história oficial”.

O importante papel do proletariado na Revolução Cubana³⁵

Vejam os agora o quão importante foi a participação da classe trabalhadora urbana e rural na Revolução Cubana e seu possível papel no giro socialista desse processo.³⁶ Conforme propõe Marcos Winocur, à altura da

33 Vainfas, R. *et al.* **História.DOC**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2022, p. 186-192.

34 Vainfas, R. *et al.* **História.DOC**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2022, p. 186-192.

35 Essa seção é uma versão reduzida de uma das seções de Monteiro, Marcio Lauria. **As revoluções sociais do pós-guerra**: algumas reflexões sobre suas dinâmicas, sujeitos políticos e sociais. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História das Revoluções e Movimentos Sociais). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, 2017. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/321315649.As.revolucoes.sociais.do.pos-guerra.algumas.reflexoes.sobre.suas.dinamicas.sujeitos.politicos.e.sociais>. Acesso em 31 jul. 2025.

36 Sobre esse tema, indicamos também a leitura do artigo de divulgação Romão, Morgana Moura e

revolução, o proletariado cubano se dividia em quatro setores principais: grande indústria, subdividida em propriedade nativa e propriedade imperialista (essa principalmente nos setores de serviços públicos e infraestrutura); comércio e administração pública; pequena manufatura; e setor açucareiro. Esse último envolvia, além de um proletariado rural fabril, também os coletores sazonais (*macheteros*), que eram ou trabalhadores agrícolas temporários, ou pequenos camponeses. Entre as safras da cana se dava o “tempo morto”, quando os *macheteros* se tornavam uma massa de desempregados e tentavam a sorte cultivando nas terras pouco férteis das serras ou indo às cidades em busca de emprego, de forma que as fronteiras entre o pequeno produtor rural e o assalariado eram turvas.³⁷

Cabe destacar que Cuba possuía uma das agriculturas mais mecanizadas da América Latina e, em grande parte, sob controle imperialista. As *centrales* açucareiras (os engenhos) combinavam plantação de cana e processamento de açúcar, e nelas existia um numeroso proletariado rural, na forma de trabalhadores assalariados. À altura dos anos 1950, esse proletariado possuía um razoável grau de organização e experiência política, expresso na existência de sindicatos próprios e na realização de greves tanto econômicas, quanto políticas.³⁸ Por conta da centralidade do açúcar para a economia cubana, a atuação dessa força de trabalho rural teve grande peso ao longo do processo revolucionário: em fins dos anos 1940, o setor açucareiro constituía cerca de 86% das exportações cubanas, empregava cerca de um quarto da força de trabalho do país e ocupava cerca de 75% das terras cultiváveis.³⁹

O proletariado cubano foi bastante ativo e combativo ao longo dos anos 1930, protagonizando a derrubada da ditadura de Gerardo Machado por meio de uma greve geral, em 1933. Todavia, diante do golpe de Batista (1952), a central sindical cubana (“Central dos Trabalhadores de Cuba”,

Monteiro, Marcio Lauria. *O papel da classe trabalhadora na Revolução Cubana. A Terra é Redonda*, 08/02/2021. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/o-papel-da-classe-trabalhadora-na-revolucao-cubana/>. Acesso em 04 ago. 2025.

37 Winocur, Marcos. *Historia social de la Revolución Cubana (1952-1959)*. Las clases olvidadas en el análisis histórico. Ciudad de Mexico: UNAM, 1989, p. 73-76. Para uma análise aprofundada da composição da força de trabalho rural cubana, muito mais complexa do que o campesinato pobre no qual a “história oficial” foca, ver as seções pertinentes em Monteiro, Marcio Lauria. *As revoluções sociais do pós-guerra*, *op. cit.*

38 Wolf, Eric R. *Peasant Wars of the Twentieth Century*. New York, Evanston, London: Harper & Row Publishers, 1969, p. 207.

39 Yaffe, Helen. *We Are Cuba!* New Haven: Yale University Press, 2020, p. 17.

CTC) demorou para se reunir e acabou chamando por uma greve geral que ficou a cargo das federações para ser levada adiante, resultando em poucas e dispersas paralisações, rapidamente reprimidas pelo exército.

No mesmo dia dessa convocação, o ministro do trabalho de Batista conseguiu um acordo com a direção da CTC para cancelar a greve, em troca da manutenção dos postos das lideranças sindicais e de acordos econômicos previamente firmados. Todas as frações representadas na direção apoiaram o acordo, mas aquela em particular liderada por Eusebio Mujal, Secretário-geral da CTC, acabou alinhando-se firmemente com o regime, em troca da manutenção do posto daquele e de subsídios financeiros. Assim surgiu uma burocracia sindical poderosa, o *mujalismo*, que atuou como correia de transmissão dos interesses de Batista ao longo dos anos seguintes e que tinha sob sua órbita de atuação mais de metade dos assalariados do país.⁴⁰

A principal oposição ao *mujalismo* vinha do PSP. Contudo, frente à dificuldade de competir com essa burocracia, inclusive por conta da repressão do regime, o PSP organizou os “Comitês de Defesa das Demandas dos Trabalhadores”, organizações sindicais paralelas à CTC e clandestinas. Em 1956, os comitês foram unificados nacionalmente, por meio de um congresso com 180 delegados, dando origem ao “Comitê Nacional de Defesa das Demandas dos Trabalhadores e pela Democratização da CTC”. A atuação dessa organização, todavia, se restringiu a disputas econômicas quase até o último momento do processo revolucionário, quando, em outubro de 1958, participou da formação da “Frente Nacional Unificada dos Trabalhadores” (FONU), junto ao M-26-7 e outros grupos contrários a Batista e também iniciou ações armadas, na forma do “sindicalismo beligerante”. O propósito central da FONU era planejar a derrubada da ditadura por meio de uma “greve geral revolucionária”.⁴¹

Já no que tange ao M-26-7, desde o exílio no México, seus fundadores já tinham a intenção de criar um braço no movimento sindical. A concretização do plano ficou a cargo de Frank País, professor em Santiago, antigo líder universitário e dirigente da *Acción Nacional Revolucionaria*, posteriormente fundida com o M-26-7, após dar fundamental apoio logístico aos doze da Sierra Maestra e formar a espinha dorsal da atuação urbana do gru-

40 Alexander, Robert J. **A History of Organized Labor in Cuba**. Westport: Praeger, 2002, p.133-140 e 147.

41 Alexander, Robert J. **A History of Organized Labor in Cuba**. Westport: Praeger, 2002, p. 148-151; Gott, Richar. *Op. cit.*, p. 183-184; Cushion, Steve. **Organized Labour and the Cuban Revolution - 1952-1959**. Ph.D. Thesis. Institute for the Study of the Americas, University of London, 2012, p. 215-216.

po. Também de Antonio (Ñico) Torres, líder ferroviário em Guantánamo e posteriormente o principal dirigente operário do M-26-7, tendo assumido a *Coordinación Nacional Obrera* do grupo e a presidência da FONU. Juntos, eles formaram a “Seção de Trabalhadores” do grupo (*Sección Obrera*), por meio da qual o M-26-7 buscou organizar o proletariado cubano.

Segundo Robert Alexander, entre 1956 e 1958, o grupo teria obtido presença (clandestina) em praticamente todos os sindicatos do país e organizado cerca de 15 mil trabalhadores.⁴² Conforme sintetiza Steve Cushion, autor de uma das poucas pesquisas detalhadas sobre a atuação do proletariado no período imediatamente anterior e imediatamente posterior à tomada do poder pelo M-26-7:

Essa organização, que foi iniciada por militantes revolucionários de Guantánamo, se baseou em relações não oficiais pré-existentes no movimento operário, e se espalhou em direção ao oeste, cobrindo boa parte da ilha. Além de organizar greves e manifestações, esses ativistas se engajaram em sabotagem e providenciaram suporte logístico para a guerrilha. Em algumas áreas, essa rede foi organizada na base de uma estrutura formal de células, e em outras de maneira menos formal. Esses militantes às vezes colaboraram com membros e apoiadores do partido comunista [PSP], variando conforme circunstâncias locais, tradições e relações pessoais. [...] Independente da forma que essa rede assumiu nas diferentes localidades, ela se mostrou bastante efetiva em organizar o apoio político e material para os rebeldes nas montanhas, bem como ações pontuais na indústria. A conquista mais significativa, todavia, foi que estes militantes forneceram as bases para Fidel Castro convocar a mais completa greve geral na história cubana, em janeiro de 1959.⁴³

O terreno era fértil para uma oposição combativa no movimento sindical cubano. A partir de 1955, Batista deu início a uma ofensiva produtivista para elevar as taxas de lucro da burguesia. Isso envolveu um ataque coordenado às condições salariais e de emprego em vários setores da economia, o que abalou bastante o *mujalismo* na CTC, pois ele se beneficiava de uma política de concessões aos trabalhadores até então promovida pelo regime. A partir de então, o *mujalismo* se viu cada vez mais dependente do auxílio estatal para se manter à frente do movimento sindical cubano. Ele também cindiu em um setor minoritário, que se aproximou do M-26-7, buscando manter um sindicalismo de resultados, e um majoritário, que passou a se envolver em disputas fratricidas pela divisão dos re-

42 Alexander, Robert J. *A History of Organized Labor in Cuba*. Westport: Praeger, 2002, p. 158-160.

43 Cushion, Steve. *Organized Labour and the Cuban Revolution - 1952-1959*. Ph.D. Thesis. Institute for the Study of the Americas, University of London, 2012, p. 254.

cursos estatais postos à sua disposição.⁴⁴

Nesse contexto, não obstante a barreira representada pelo decadente *mujalismo*, a partir de 1955, greves voltaram a ocorrer com frequência e força crescentes. Alexander destaca que é difícil distinguir as greves econômicas daquelas políticas, uma vez que a repressão ou a intransigência patronal e do regime frequentemente levavam greves iniciadas por questões estritamente econômicas a assumirem demandas políticas durante sua duração. Foi o caso das significativas greves dos canavieiros de 1955 e dos bancários de 1956, as mais importantes antes das greves gerais dos anos seguintes.⁴⁵

Em meados de 1955, começaram mobilizações entre os trabalhadores das *centrales* açucareiras em prol de melhor pagamento, dado o baixo desempenho da safra anterior e a perspectiva de repetição desse cenário. Duramente reprimidas, tais mobilizações escalaram em resposta.

A greve açucareira foi lançada em dezembro, com forte participação do PSP em sua organização. Diante da repressão, ela rapidamente assumiu feições insurrecionais, com bloqueios de ruas, ocupações de prefeituras e enfrentamentos com o exército. Ela também evoluiu para um conteúdo político, através da demanda de “abaixo ao regime criminal”, ainda que tenha se encerrado com o atendimento da pauta econômica. Ademais, essa greve recebeu a solidariedade ativa dos setores médios. Os pequenos comerciantes das zonas açucareiras fecharam seus estabelecimentos em solidariedade e as igrejas católicas abrigaram os trabalhadores da repressão. Nas cidades, a “Federação dos Estudantes Universitários” (FEU), dirigida pelo Diretório Revolucionário, convocou um paro geral nas universidades, de relativo sucesso.

No ano seguinte, ocorreu uma greve de bancários, em setembro, cuja combatividade atropelou a direção *mujalista* da CTC e denunciou sua colaboração com o regime. A essa altura, a tensão no interior do *mujalismo* era tanta, que gerou denúncias de colaboracionismo e traição vinda até de setores dessa burocracia: as direções das federações de telefônicos e dos trabalhadores em eletricidade. Tal qual a greve do setor açucareiro, essa também se alimentou da constante agitação estudantil, que se desenvolvia em paralelo e em solidariedade a tais lutas proletárias.⁴⁶

44 Cushion, Steve. **Organized Labour and the Cuban Revolution - 1952-1959**. Ph.D. Thesis. Institute for the Study of the Americas, University of London, 2012, p. 253.

45 Alexander, Robert J. **A History of Organized Labor in Cuba**. Westport: Praeger, 2002, p. 155.

46 Este e o parágrafo anterior, Winocur, Marcos. **Historia social de la Revolución Cubana (1952-1959)**. Las clases olvidadas en el análisis histórico. Ciudad de Mexico: UNAM, 1989, p. 77-82.

Além das duas greves mencionadas, das lutas estudantis e do assalto ao quartel Moncada (julho de 1953), o período 1953-1955 também foi marcado, na região da Sierra Maestra, por enfrentamentos de pequenos produtores rurais precarizados (sem títulos de posse ou propriedade, na fronteira entre o camponês e o proletário) contra o uso de tropas do exército para expulsá-los em benefício de latifundiários. Portanto, não foi casual a adesão desse setor à guerrilha que se desenvolveu nessa região, abastecida desde Santiago de Cuba, a “capital da rebeldia”, onde protestos de oposição e dura repressão se retroalimentavam.⁴⁷

Outra mobilização significativa do proletariado contra Batista teve lugar em reação ao assassinato de Frank País, em 30 de julho de 1957. Além de uma procissão massiva que tomou as ruas de Santiago no dia de seu sepultamento, em 1º de agosto, irrompeu uma greve geral regional que durou cinco dias. A greve adquiriu força nas províncias de Oriente, Camaguey e Las Villas, suspendendo as atividades de fábricas e do comércio.

Houve certo planejamento por parte da *Sección Obrera* do M-26-7, em aliança com o PSP e outras forças, mas o processo teve caráter semi-espontâneo, o que indicava o amadurecimento subjetivo das massas em prol da derrubada do regime. A mobilização também foi indicativa da disposição à luta oposicionista por parte da pequena burguesia e de setores da burguesia não açucareira que se solidarizam com o paro em um contexto em que a repressão tinha se tornado generalizada, a ponto de vitimar pessoas de forma aleatória. Durante a greve, o filho de um industrial chegou a ser sequestrado pelo exército para forçar o pai a retomar o funcionamento da fábrica, tamanho o nível das tensões decorrentes das mobilizações patronais.

Nesse contexto, de crescente agitação proletária e crise de hegemonia, acompanhada pelo fortalecimento do Exército Rebelde, se tentou uma “greve geral revolucionária”, com o intuito de abrir caminho para a derrubada militar de Batista. Convocada pelo M-26-7 em 9 de abril de 1958, sem uma construção prévia nas bases, ela fracassou em nível nacional, apesar da força que obteve em locais como a província de Oriente. Além da falta de preparo, as desconfianças do M-26-7 para com o PSP, acabaram por excluir tal partido do planejamento no último momento, apesar de sua grande importância sindical, o que também ajuda a entender seu fracasso.⁴⁸

47 Winocur, Marcos. **Historia social de la Revolución Cubana (1952-1959)**. Las clases olvidadas en el análisis histórico. Ciudad de México: UNAM, 1989, p. 85-87.

48 Winocur, Marcos. **Historia social de la Revolución Cubana (1952-1959)**. Las clases olvidadas en el

Para a realização dessa greve, a *Sección Obrera* do M-26-7 impulsionou a formação da “Frente Nacional de Trabajadores” (FON), que aglutinou vários setores oposicionistas, tais como a oposição católica e alas dos Partidos Autêntico e Ortodoxo. Frente ao fracasso do movimento, o PSP e sua frente sindical clandestina, além de estudantes do Diretório Revolucionário, também foram incluídos na frente, formando-se a mencionada FONU.⁴⁹

O fracasso dessa greve geral levou à organização de congressos sindicais nas áreas sob controle do Exército Rebelde, como forma de organizar os trabalhadores e camponeses desde a base e preparar o terreno para uma nova ofensiva grevista contra o regime. Destaca-se a “Primeira Conferência Nacional dos Trabajadores do Açúcar em Territorio Libertado”, realizada pela FONU em 8-9 de dezembro, na província de Villa Clara, com cerca de 700 delegados presentes, predominantemente do PSP, e que realizou uma manifestação de 3 mil pessoas em seu encerramento. Também o “Congresso dos Trabajadores em Armas”, organizado pelo *Buró Obrero* da Segunda Frente Oriental, em 20-21 de dezembro, com 110 delegados presentes de doze categorias diferentes, predominantemente do M-26-7. Desses encontros saíram diretrizes para derrubar as lideranças sindicais locais associadas ao *mujalismo* e para lutar por melhores condições econômicas, além de preparar uma greve dos coletores (*macheteros*) contra Batista, ameaçando a safra daquele ano.⁵⁰

Foi nesse contexto de organização e agitação proletária que as colunas do Exército Rebelde saíram da Sierra Maestra para tomar a capital e outras cidades, forçando Batista a fugir, em 31 de dezembro. Em 1º de janeiro, Fidel Castro vocalizou a convocação de uma “greve geral revolucionária” para impedir que o exército impusesse um governo de continuidade. Organizada pela FONU, essa greve se alastrou pelo país sob o *slogan* “Todo poder ao ejército rebelde” e, em alguns setores, chegou a durar uma semana.⁵¹

Tendo cumprido papel fundamental na queda de Batista e em impedir um governo militar de continuidade, o proletariado cubano também levantou demandas próprias contra seus patrões. As primeiras, ainda durante a greve geral, envolviam a reincorporação dos demitidos por razões políticas durante os anos anteriores e os demitidos durante a ofensiva produtivista. Depois de encerrada a

análisis histórico. Ciudad de Mexico: UNAM, 1989, p. 87-91.

49 Alexander, Robert J. *A History of Organized Labor in Cuba*. Westport: Praeger, 2002, p. 158-160.

50 Alexander, Robert J. *A History of Organized Labor in Cuba*. Westport: Praeger, 2002, p. 160-161.

51 Winocur, Marcos. *Historia social de la Revolución Cubana (1952-1959)*. Las clases olvidadas en el análisis histórico. Ciudad de Mexico: UNAM, 1989, p. 94-96.

greve, seguiram-se demandas por aumentos salariais (em torno de 10-20%) e por melhores condições de trabalho – a maioria conquistada apenas pela ameaça de greve, ou por greves curtas. A federação açucareira, inclusive, demandou redução da jornada de trabalho como forma de mitigar o desemprego.

Parte da resposta patronal às greves e mobilizações da classe trabalhadora foi dura, com os proprietários se negando a aceitar as demandas e reprimindo os trabalhadores com demissões, contestando a legalidade dos sindicatos, realizando locautes, entre outras medidas. Por parte do governo, apesar de declarar “anti-patriótico” qualquer distúrbio na economia e de veicular, nas publicações oficiais, um discurso contrário às greves, ele atuou como mediador nos conflitos, através do Ministério do Trabalho, favorecendo os trabalhadores na maioria dos casos. Estes conquistaram uma média de mais de 14% de aumento salarial em 1959 (contra uma média de 4,2% de aumento entre 1956 e 1958), a reincorporação de demitidos políticos dos anos 1950 e pagamentos retroativos no setor açucareiro. Ademais, o Ministério do Trabalho realizou mais de 200 “intervenções” em empresas em 18 meses, enquanto, entre 1934 e 1952, foram realizadas 101. De forma semelhante, no campo, o Exército Rebelde com frequência interviu a favor dos trabalhadores rurais em contendas envolvendo os fazendeiros, de forma que, junto ao “Instituto Nacional da Reforma Agrária” (INRA) e à “Federação Nacional dos Trabalhadores do Açúcar” (FNTA) surgiu uma poderosa força pró-trabalhadores rurais.⁵²

Após a queda de Batista, a FONU (em particular, a *Sección Obrera* do M-26-7) iniciou um movimento de ocupação das sedes de sindicatos por todo o país, apontando novas lideranças (fosse por imposição, fosse através de legitimação posterior via assembleia) e organizando comitês de quatro militantes por local de trabalho, para agitar a convocação da greve geral e impedir, assim, que assumisse um regime continuísta. Em cerca de 15 dias, o M-26-7 estava em controle da esmagadora maioria dos sindicatos do país, e também da direção da CTC, a qual foi composta por seis membros da organização. Uma vez estabelecido o Governo Provisório, um decreto presidencial legitimou essas novas lideranças até que se convocassem eleições a nível nacional.⁵³ Porém, o M-26-7 declarou unilateralmente a FONU dissolvida, por já ter cumprido seu papel, e novamente se distanciou do PSP.

52 Pérez-Stable, Marifeli. **The Cuban Revolution**. Origins, Course, and Legacy. New York, Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 67-69.

53 Alexander, Robert J. **A History of Organized Labor in Cuba**. Westport: Praeger, 2002, p. 179-182.

Nesse primeiro momento, a nova direção da CTC, tomada pela Sección Obrera do M-26-7, se alinhouna à combatividade das bases. Ao mesmo tempo, a CTC convocou os trabalhadores a entrarem em cena tomando as ruas em diferentes ocasiões, para fortalecer o regime e suas decisões. Ao longo de 1959, isso envolveu mobilizações em defesa da reforma agrária, em maio (com 1 milhão nas ruas de La Habana); apoio à demissão de Manuel Urrutia e à posse de Fidel Castro como presidente, em julho, após a crise em torno da reforma agrária; greves e manifestações com centenas de milhares em protesto contra os ataques aéreos realizados por exilados que haviam fugido para Miami, em outubro.⁵⁴ Em junho de 1960, em apoio às expropriações das petrolíferas estadunidenses, mais uma vez o proletariado entrou em cena ao lado do regime, dentre outros momentos menos marcantes.

As eleições sindicais ocorreram entre abril e maio de 1959. Após se consolidar nas bases da estrutura sindical do país e na liderança da CTC, o M-26-7 alterou seu comportamento entre o proletariado e se comprometeu com um período de seis meses sem greves em prol da “estabilidade” do regime e da “reconstrução” do país. Assim, reagiu denunciando duramente os sindicatos de base que se opuseram a essa promessa. Em setembro, Fidel Castro declarou “ilegítimas” as demandas salariais dos trabalhadores que continuavam a se mobilizar, utilizando-se de um discurso demagógico, sobre “cuidar prioritariamente dos mais pobres”. Mais adiante no mesmo ano, o discurso contra as greves assumiu a forma de “defesa da revolução contra a contrarrevolução”, em nome da estabilidade.

Essa postura do regime aprofundou as divisões no interior da Sección Obrera do M-26-7, que se expressaram de forma mais aguda no 10º Congresso da CTC, realizado em novembro de 1959. Apesar de possuir 90% dos delegados, o grupo estava há algum tempo cindido entre um setor mais moderado e anticomunista (“humanistas”) e um mais radical e mais disposto à colaboração com o PSP (“unitários”). A ala “unitária” acabou sobressaindo, inclusive por intervenção de Fidel e expurgos contra os anticomunistas, como forma de garantir uma nova aliança com o PSP.⁵⁵

Apesar de Cushion argumentar que a reaproximação com o PSP teria

54 Cushion, Steve. **Organized Labour and the Cuban Revolution - 1952-1959**. Ph.D. Thesis. Institute for the Study of the Americas, University of London, 2012, p. 245; Pérez-Stable, Marifeli. **The Cuban Revolution. Origins, Course, and Legacy**. New York, Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 67-69.

55 Cushion, Steve. **A Hidden History of the Cuban Revolution**. How the Working Class Shaped the Guerrilla's Victory. New York: Monthly Review, 2016, p. 204-206 e 210.

ocorrido para favorecer uma linha radical vinda das bases, John Lister nos parece mais coerente ao argumentar que se tratava, essencialmente, da necessidade do M-26-7 de controlar o arredio proletariado urbano, que continuava a se mobilizar de forma combativa, e entre o qual o partido era uma força potente e com quadros experientes. Afinal, o regime vinha buscando frear as mobilizações proletárias e o PSP, por sua vez, seguindo o cânone etapista do stalinismo, não via a revolução como socialista, mas como “nacional, emancipadora, agrária, patriótica e democrática”.⁵⁶ Cabe ressaltar, ademais, que a aproximação com o PSP também era de grande conveniência no plano diplomático, pois facilitava estabelecer relações econômicas vantajosas com a URSS.

Além do comparecimento às mencionadas mobilizações tuteladas convocadas pelo regime, o proletariado cubano seguiu fortemente mobilizado em prol de demandas por melhores condições de trabalho, de forma que sua atuação nos parece de grande importância também para viabilizar o giro socialista de 1961. Conforme aponta Cushion, por vezes essas lutas econômicas se desdobravam em exigências pela estatização das empresas, em resposta à intransigência patronal, e essas mobilizações pró-expropriação recebiam apoio de trabalhadores de outras empresas, que acabavam levantando tal demanda também.⁵⁷ Tratava-se, assim, de uma espiral de radicalização, retroalimentada pelas mobilizações da contrarrevolução e a necessidade do regime em apelar às massas para se proteger.

Foi o caso, por exemplo, da *central* Cavogonda, na província de Cienfuegos, ocupada por trabalhadores em julho de 1959. Eles se declararam em “assembleia permanente” até ser conquistada a estatização da empresa, após o patrão ter se recusado a pagar um adicional de produção típico da época das colheitas (*superproducción*). Essa mobilização se espalhou rapidamente para outras *centrales* nos arredores e recebeu apoio ainda dos ferroviários, efetivamente conquistando a estatização da empresa em questão. Outro exemplo foi a estatização do jornal reacionário *Diario de la Marina*, ocorrida em junho de 1960, cujos trabalhadores demandaram a substituição do editor e, ante a negativa dos donos, ocuparam a empresa e publicaram um número avisando que seria o último do jornal. A ação gerou uma massiva manifestação de rua

56 Lister, John. Cuba. **Radical Face of Stalinism**. London: Left View Books, 1985, p. 17.

57 Cushion, Steve. **A Hidden History of the Cuban Revolution**. How the Working Class Shaped the Guerrilla's Victory. New York: Monthly Review, 2016, p. 207.

em solidariedade aos trabalhadores da empresa, que mobilizou cerca de 15 mil pessoas, na forma de um funeral simbólico do jornal.⁵⁸

Cushion destaca que, nesses casos, o governo não só atendeu às demandas dos trabalhadores, como havia militância de base do PSP e do M-26-7 envolvida na construção dessas mobilizações, conforme atestam materiais publicados nos jornais das duas organizações. Ele aponta também que, após as expropriações das empresas, muitas vezes os trabalhadores tinham que assumir a gestão, pois os patrões fugiam e levavam consigo os gestores. Ademais, ressalta que parte das expropriações realizadas tiveram a ver com uma batalha em prol da produção, contra atos de desestabilização por parte dos proprietários – o que unia o governo, os sindicatos e a militância do M-26-7 e do PSP num só esforço.

Conclusão

Pode-se concluir que, apesar de suprimida da “história oficial” da Revolução Cubana, a ação proletária foi muito significativa e fundamental para a derrota da ditadura, por meio de várias mobilizações desestabilizadoras ao longo de 1955-58 e também da greve geral de janeiro de 1959, que enterrou qualquer possibilidade de um regime de continuidade após a fuga de Batista. Ela foi, ainda, um elemento central na radicalização dos rumos da revolução após a queda da ditadura, ao dar base para a expropriação dos capitais imperialistas e também ao levar a uma crescente ruptura com a burguesia nativa, incluindo aí setores que fizeram parte da aliança policlassista contra Batista.

Certamente há outros fatores para entendermos o giro socialista de 1961. Também precisa ser levada em conta a própria sobrevivência do regime contra as ações contrarrevolucionárias e a presença de ideias socialistas entre dirigentes e quadros do M-26-7, além da base de massas do PSP, influenciada por ideais socialistas a despeito da linha “etapista” (portanto, nacional-democrática) de sua direção. Há que se considerar, ainda, que mesmo o programa nacional-democrático original do M-26-7 não poderia ser efetivado sem um confronto com os capitais imperialistas e a burguesia nativa a eles associada – algo que a Teoria da Revolução Permanente, de Leon Trotsky, ajuda a esclari-

58 Cushion, Steve. **A Hidden History of the Cuban Revolution**. How the Working Class Shaped the Guerrilla's Victory. New York: Monthly Review, 2016, p. 207.

recer.⁵⁹ Contudo, se esses fatores costumam ser mais abordados na literatura especializada e na “história oficial”, o protagonismo proletário é frequentemente suprimido, daí a importância de resgatá-lo para uma compreensão mais apurada desse processo. Em especial porque muitos outros processos revolucionários do século XX compartilharam os fatores anteriormente mencionados, sem terem se tornado revoluções socialistas vitoriosas, o que lança maior importância ao fator das ações proletárias.

Hoje Cuba passa por um momento muito delicado, no qual os operadores do monopólio do poder político da burocracia estatal-partidária vociferam contra o “igualitarismo” e realizam uma série de (contra)reformas visando expandir sobremaneira as relações capitalistas no país, às custas da geração de grande desigualdade social. Já vimos, com a contrarrevolução burguesa na União Soviética e no Bloco Soviético do Leste Europeu, em 1989-91, o perigo de essas aberturas levarem à transformação de setores da burocracia em uma nova burguesia. Fator esse que, combinado à insatisfação da população com a piora das condições de vida e falta de liberdades políticas, levou à restauração de um Estado burguês e à completa eliminação das conquistas sociais da revolução, através de uma contrarrevolução disfarçada de movimento democrático capitaneado pela nova burguesia advinda da burocracia.

Portanto, resgatar o protagonismo proletário na Revolução Cubana é também importante para o resgate de uma perspectiva realmente comunista. Perspectiva segundo a qual é essa classe que deve governar a propriedade socializada, através de conselhos democráticos que garantam, com a autogestão proletária e o internacionalismo revolucionário (única forma de romper o cruel bloqueio imperialista), a real consolidação da transição ao socialismo e a derrota de qualquer perspectiva contrarrevolucionária – seja ela externa ou interna, seja ela vinda dos gusanos ou dos burocratas. Se a “história oficial” brada “pátria ou morte”, o grito de guerra do proletariado cubano é “socialismo ou morte”. Venceremos!

59 A obra de Florestan Fernandes anteriormente mencionada explora esse aspecto, ainda que sem explicitar. Para mais detalhes sobre tal teoria, ver Trotsky, Leon. “A revolução permanente”. In: Trotsky, Leon. **A teoria da revolução permanente** [compilação]. São Paulo: Sundermann, 2011, p. 131-318.

ROJO AMANECER

DISPUTA PELO PODER E MEMÓRIA DO MASSACRE DE TLATELOLCO

Priscila Roberta Alves Lemos

Introdução: cinema e Estudos Culturais

A imagem não é mais uma mera ilustração ou obra de arte, é um artefato cultural, com significações além das cinematográficas, e a comunicação não é necessariamente direta. No caso das produções filmicas, mesmo na ficção, a imagem cria uma “realidade” de si, na qual a fidelidade das falas e caracterizações é menos importante. Entender o porquê das adaptações, omissões e tudo que representam é mais importante, como já apontou Marcos Napolitano.¹

Por esse pressuposto, o presente artigo pretende abrir uma investigação da obra cinematográfica mexicana *Rojo Amanecer* (1990), com foco na análise de sua linguagem material e das relações com a memória e resistência. *Rojo Amanecer* se passa durante o evento do massacre da *Plaza de las Tres Culturas de Tlatelolco*, na Cidade do México, no dia 02 de outubro de 1968, cuja narrativa é centrada na rotina de uma família dentro do seu apartamento, localizado na frente da praça, e que presencia esse acontecimento traumático. O filme tem duração de 99 minutos, direção de Jorge Fons, roteiro de Xavier Robles e Guadalupe Ortega e produção de Héctor Bonilla e Valentín Trujillo.

Com um olhar voltado para a América Latina, Aguinaldo Rodrigues Gomes e Miguel Rodrigues de Sousa Neto² debateram as problemáticas do continente no interior dos processos da globalização, ao mesmo tempo em

1 Napolitano, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 235-290.

2 Gomes, Aguinaldo Rodrigues; Neto, Miguel Rodrigues de Souza. Emergência dos estudos culturais e seus contornos na América Latina. In: Sousa, F.S; Hecko, L. Junqueira, N.M. (org.). **História em combate: ciência e ensino, ética e engajamento**. 1. ed. São João de Meriti, RJ: Desalinho, 2022.

que surgem questionamentos ao pensamento eurocêntrico. A opressão imperialista e das ditaduras militares se choca com processos de resistência e transformações sociais, nos quais o continente latino-americano desenvolve uma crítica política e cultural voltada à sua identidade e aos seus contextos históricos. Dessa forma, Sullivan Charles Barros³ discorreu que as manifestações artísticas e culturais da América Latina estão relacionadas às suas identidades (como já apresentado) e a seus problemas em comum como as desigualdades sociais, dominação estrangeira, subdesenvolvimento e as colonialidades, o que torna o cinema latino-americano uma expressão de compreensão da fabricação, reforços, rupturas, criação e recriação dessas realidades.

A América Latina vai além do discurso dicotômico de colonizador *versus* subalterno e de suas culturas analisadas separadamente. Homi K. Bhabha⁴ defendeu a necessidade de compreender profundamente como as identidades culturais são constituídas e como elas produzem significações fora de um conceito de cultura fixa, no qual a cultura tem de ser conceitualizada a partir dos processos nas fronteiras das diferenças culturais, dos entrelugares e de suas dinâmicas. Néstor García Canclini⁵ debateu a ideia de cultura híbrida, na qual é possível analisar miscigenações de culturas diferentes, que apresentam novas estruturas que refletem no desenvolvimento de uma nova sociedade que estão inseridas. Essa quebra de barreiras culturais não ocorreu uma única vez, está em constante mudança, principalmente no mundo globalizado e tecnológico contemporâneo. A interdisciplinaridade, que dialoga com várias áreas do conhecimento, somada à diversidade de olhares, possibilita a investigação de diversas linguagens, como as audiovisuais, músicas, jornais, revistas e as novas tecnologias em geral, como os *games*, por exemplo, para refletir e debater sobre nossas estruturas sociais.

Já Douglas Kellner⁶ analisou a cultura da mídia, organizada com base no modelo de produção de massa, que se estrutura nas representações de identidade, dominação e resistência, e enfatizou que é uma manifestação política e ideológica que devemos aprender a ler. Desse modo, os produtos cul-

3 Barros, Sullivan Charles. A América latina no Cinema: identidades em movimento. In: **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. v.03, ed. especial, artigo nº 474, dez, 2017. Disponível em <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/474/284>. Acesso em 27 mai. 2025.

4 Bhabha, Homi. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

5 Canclini, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1998.

6 Kellner, Douglas. **A Cultura da mídia. Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: Edusc, 2001.

turais não são “inocentes”, pois estão em um campo de batalha de discursos, mesmo colocados como lazer e diversão, devem ser analisados com criticidade para não perpetuar linguagens de opressão, derivadas de um processo de industrialização, pois são transformados em mercadorias produzidas pelo sistema voltado para as massas (indústria cultural). Kellner defendeu uma pedagogia cultural para ensinar como se comportar diante dessas produções de entretenimento, colocando em debate o que devemos pensar e sentir, acreditar e temer, o que desejar e o que não desejar. Afinal, a cultura de mídia e a cultura de consumo andam de mãos dadas: “O entretenimento oferecido é agradável com instrumentos visuais e auditivos, que seduzem o público e o levam a identificar com opiniões, atitudes, sentimentos e disposições”⁷.

Kellner defendeu que a chave dos Estudos Culturais é a crítica contra a dominação e a subordinação, contra as estruturas de desigualdade e opressão, partindo de um contexto socio-histórico. No que pese a complexidade e a variedade das mídias, para Kellner é possível criar resistências diante das linguagens de dominação ideológica desses artefatos culturais:

Portanto, ler politicamente a cultura da mídia significa situá-la em sua conjuntura histórica e analisar o modo como seus códigos genéricos, a posição dos observadores, suas imagens dominantes, seus discursos e seus elementos estético-formais incorporam certas posições políticas e ideológicas e produzem efeitos políticos.⁸

Jesús Martín-Barbero⁹ elencou a mediação como um processo que permeia as relações sociais ligadas à comunicação e à cultura, também com um olhar latino-americano no qual a Cultura, com “c” maiúscula, é densa, plural e dinâmica. O cinema aqui não é apenas um produto artístico industrial, ele se torna uma expressão cultural de reconhecimento, de representação de seus costumes e cotidiano, sem deixar de lado as suas identidades de resistências.

Observando esses autores, podemos relacionar essa “ponte” entre mídia e receptor/consumidor, que não possui um olhar único, e sim, muitas interpretações, significações e ressignificações. Essa “ponte” é de mão dupla, pois esse receptor/consumidor não é passivo e sim participante, são sujeitos que expressam a ação impactada pela mídia. Em diálogo com a discussão

7 Kellner, Douglas. **A Cultura da mídia. Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: Edusc, 2001, p. 11.

8 Kellner, Douglas. **A Cultura da mídia. Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: Edusc, 2001, p. 76.

9 Martín-Barbero, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

apresentada linhas acima, entre estruturas e relações, arte e resistências são linguagens predominantes em obras latino-americanas.

Outrossim, serão analisadas a linguagem e as relações de memória, trauma e resistência do massacre de *Tlatelolco*, em 02 de outubro de 1968, na Cidade do México. Iremos dialogar com a cultura de mídia, de Douglas Kellner, mediações culturais, de Jesús Martín-Barbero, e linguagens, em sua pluralidade audiovisual, de Marcos Napolitano. O texto está dividido em três partes: na primeira, será apresentado o contexto do México de 1968; na segunda, apresentaremos e debateremos o filme *Rojo Amanecer*, com fatos dos bastidores e o contexto do México no final da década de 1980; na terceira, discorreremos sobre as políticas de memória de *Tlatelolco* e a repercussão de *Rojo Amanecer*.

O pesadelo mexicano de 1968

A década de 1960 no México foi iniciada com o fim do período conhecido como “milagre mexicano”, que teve o seu *boom* a partir de 1940, impulsionado pelos ideais da Revolução Mexicana de 1910. De acordo com Hector Aguilar Camín e Lorenzo Meyer, o decênio de 1940 representou o fim de uma força “real” da Revolução, que manteve um prestígio histórico e tornou-se um legado ideológico, a partir do momento em que o Estado mexicano assumiu uma posição de herdeiro e guardião da memória revolucionária de 1910.¹⁰

Outro acontecimento relevante para este cenário foi a criação do “partido do governo”, o Partido Nacional Revolucionário (PNR), em 1929. Após a Revolução, uma pluralidade de partidos foram criados, o que representou uma articulação para que as demandas sociais girassem em torno de suas personalidades revolucionárias e dos seus interesses privados. O PNR, que em 1938 mudou de nome para Partido da Revolução Mexicana (PRM) e, depois, em 1946 para Partido Revolucionário Institucional (PRI), iniciou com um discurso de encerrar com esse poder personalista e iniciou uma era das instituições. O PRI tornou-se o grande partido oficial e uniu todos os grupos numa espécie de “família revolucionária”. Apesar desse discurso de criação, o PRI manteve o poder centralizado em poucos e monopolizou-se no poder desde 1930 por 71 anos consecutivos.¹¹

10 Camín, Héctor Aguilar.; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

11 Camín, Héctor Aguilar.; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana: história mexicana*

O México do final da década de 1960 foi marcado por um governo autoritário, que impulsionou uma política de opressão a seus opositores, totalmente afastada dos princípios da Revolução Mexicana de 1910. Dependente de capital externo, o país mexicano estava voltado para a construção de uma imagem internacional, de uma nação em desenvolvimento, e utilizou como uma das estratégias midiáticas os grandes eventos esportivos, como a primeira edição dos Jogos Olímpicos na América Latina (1968) e a Copa do Mundo (1970).

O crescimento econômico, somado a uma precária distribuição de renda, ocasionou uma grande desigualdade social e aumentou a dívida externa, o que fez com que diversos setores protestassem por melhores condições de trabalho e salários desde a década de 1950. A mobilização mais emblemática desse período foi protagonizada pelos trabalhadores ferroviários em 1958 e terminou com uma violenta repressão do governo. Os estudantes, a partir deste período, apoiaram algumas manifestações de diversos setores, como as dos médicos em 1965, e suas próprias demandas, como a greve nacional em apoio aos discentes da Escola Superior de Agricultura, localizada na cidade de Juarez. Essa manifestação foi impulsionada contra os abusos nas cobranças e os mesmos solicitaram a federalização da instituição. A voz de setenta mil estudantes conseguiu uma nova escola de agricultura, o que incentivou o movimento estudantil.¹²

Assim sendo, a organização estudantil de 1968 surgiu para expor e colocar em xeque a política autoritária do governo mexicano. O primeiro conflito ocorreu devido a um incidente de rua com estudantes secundaristas em julho, no qual foi fortemente reprimido pelos *granadeiros* (grupo da polícia da capital reconhecida por ações de repressão). De acordo com Larissa Jacheta Riberti,¹³ o movimento estudantil tornou-se uma ameaça ao *status quo* do governo mexicano e intensificaram-se as manifestações de protesto contra a violência policial e as intervenções nas instituições de ensino. De acordo com Héctor Aguilar Camín e Lorenzo Meyer:

Os contestadores não provinham desta vez dos alicerces do sistema, os setores operário e camponês, e sim das camadas médias urbanas e seus estratos

contemporânea, 1910-1989. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

12 Miskulin, Sílvia Cesar. As repercussões do movimento estudantil de 1968 no México. In: **Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC** - Vitória, 2008.

13 Riberti, Larissa Jacheta. **Justiça de transição no México: as investigações jurídicas e o Informe Histórico da Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado (2001-2006)**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

mais ilustres e menos controláveis, os estudantes e os professores universitários. O cenário não foi um Estado, como no caso de San Luis Potosí, nem as malhas de um sindicato, como no caso ferroviário, e sim as ruas e praças do centro nevrálgico do poder: a Cidade do México.¹⁴

O reitor da *Universidad Autónoma de México* (UNAM), Javier Barros Sierra, convocou uma grande manifestação para 1º de agosto e ganhou apoio popular. Vários institutos, universidades e escolas, não só da capital, aderiam de acordo com o aumento e a visibilidade do movimento estudantil. As principais instituições desse movimento foram a UNAM e o *Instituto Politécnico Nacional* (IPN). As discussões das demandas do movimento foram elaborado um documento chamado *pliego petitorio* com reivindicações ao Governo, contendo seis pontos: liberdade aos presos políticos; extinção do corpo de *granaderos* e da polícia metropolitana; destituição dos chefes de polícia e militares responsáveis pelas repressões às manifestações; indenização às vítimas das repressões (mortos ou feridos); investigação e responsabilização por prisões e mortes; revogação de dois artigos do Código Penal (145 e 145 *bis*) que se referia ao delito de “dissolução social”.¹⁵ O *Consejo Nacional de Huelga* (CNH) surgiu nesse contexto legitimando o movimento e realizando assembleias para debater suas demandas.

É válido ressaltar que o Código Penal mexicano foi publicado em 1931, no qual o artigo 145 cobre os delitos e suas respectivas punições realizados por servidores públicos, entre eles, é citado o terrorismo. Em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, houve uma incorporação neste artigo sobre “dissolução social”. Inicialmente, com a intenção de evitar espionagem e a circulação de ideologias totalitárias que pudessem desestabilizar a ordem social e uma possível invasão no território nacional mexicano. Esse artigo possibilitou um aval jurídico para as ações de violência por parte do Estado diante dessas manifestações.¹⁶

Com todas essas tensões, o então presidente Gustavo Díaz Bolaños (1964-1970) fechou as portas para o diálogo. Ao discursar em 1º de setembro de 1968, Ordaz Bolaños defendeu a necessidade de ordem nas ruas

14 Camín, Héctor Aguilar; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 249.

15 Riberti, Larissa Jacheta. *Justiça de transição no México: as investigações jurídicas e o Informe Histórico da Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado (2001-2006)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

16 Riberti, Larissa Jacheta. *Justiça de transição no México: as investigações jurídicas e o Informe Histórico da Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado (2001-2006)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

a qualquer custo, chamou de ilegítimas as ações do movimento estudantil, relacionou a interesses externos, citou como fator o perigo do Comunismo, e o objetivo do México era a realização dos Jogos Olímpicos. Essas olimpíadas foram a primeira da América Latina, e o México se apresentava como um país em desenvolvimento, defendeu que essas festividades esportivas eram organizadas pelo povo, saindo do eixo Europa-Estados Unidos e dos contextos geopolíticos do período.¹⁷ Vale ressaltar que o discurso defendido pelo Estado sob a “ameaça comunista” estava de acordo com o contexto da Guerra Fria, no qual aparatos repressivos foram utilizados contra movimentos sociais, legitimando a violência e a perseguição aos “inimigos internos”.¹⁸

As manifestações foram realizadas de forma pacífica pelos estudantes. Na Manifestação Silenciosa, de 13 de setembro de 1968, compareceram às ruas uma média de 300 a 400 mil pessoas. A manifestação foi performatizada com a população marchando, de bocas fechadas com fitas e cartazes. No dia 18 de setembro, a UNAM foi invadida por 10 mil soldados do exército, o que violou a autonomia universitária. Foram presos estudantes, seus pais, professores e funcionários. Cerca de 700 pessoas foram presas e a UNAM ficou fechada até 30 de setembro. No dia 1º de outubro, os protestos continuaram, com o apoio da *Unión Nacional de Mujeres* além de outras organizações feministas na frente da Câmara dos Deputados.¹⁹

Em 02 de outubro de 1968, ocorreu uma grande reunião de pessoas em *Tlatelolco*, na *Plaza de las Tres Culturas*. De acordo com Elena Poniatowska,²⁰ uma média de 10 mil pessoas compareceram a essa reunião. Conforme Riberti²¹ a manifestação seguiria rumo à região de Casco de Santo Tomás, porém foi cancelada devido à presença do exército. Na praça, além dos manifestantes, havia pessoas curiosas, trabalhadores que simplesmente atravessavam a praça, moradores da região e a imprensa internacional que iria cobrir as Olimpíadas.

17 Magalhães, Livia Gonçalves. México 68: memórias olímpicas. *Revista Eco Pós UFRJ - Dossiê 50 anos de 1968*. Rio de Janeiro, v.21, n.1, 2018. <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco.pos/article/view/18482/10994>. Acesso em 27 mai. 2025.

18 Riberti, Larissa Jacheta. **Justiça de transição no México: as investigações jurídicas e o Informe Histórico da Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado (2001-2006)**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

19 Troncoso, Alberto del Castillo. *Ensayo sobre el movimiento estudiantil de 1968: la fotografía y la construcción de un imaginario*. México: Instituto Mora, 2012.

20 Poniatowska, Elena. *La noche de Tlatelolco: testimonios de historia oral*. México: Ed. Era, 1971.

21 Riberti, Larissa Jacheta. **Justiça de transição no México: as investigações jurídicas e o Informe Histórico da Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado (2001-2006)**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Quando as pessoas começaram a se dispersar, helicópteros lançaram sinalizadores e indicaram ao exército, junto ao Batalhão Olímpia, grupo paramilitar que atuava sob ordem presidencial, para fechar a praça. Os militares e snipers atiraram em direção aos manifestantes. Esse evento ficou conhecido como o Massacre da Praça de Três Culturas de Tlatelolco:

Varios cadáveres en la Plaza de las Tres Culturas. Decenas de heridos. Mujeres históricas con sus niños en los brazos. Vidrio roto. Departamentos quemados. Las puertas de los edificios destruidas. Las cañerías de algunos, rotas. De varios edificios salía agua. Y las ráfagas aún continuaban.²²

Apesar das tensões que se seguiram até então, a violência da repressão de 02 de outubro foi imprevista. Na manhã deste fatídico dia, ocorreu uma reunião da CNH com representantes do governo na casa do reitor Sierra, o que foi interpretado como uma pausa, com a aproximação dos Jogos Olímpicos e a abertura de uma negociação com o governo mexicano.²³

Os testemunhos analisados por Elena Poniatowska²⁴ coincidem sobre o momento do início dos disparos, de terem sido logo em seguida ao lançamento dos sinalizadores. Os sobreviventes relataram que não tinham como saber de onde vinham, pois eram de todos os lugares e direções. Alguns relataram que presenciaram disparos de metralhadoras dos helicópteros que se aproximavam do solo, outros de soldados que atiravam em círculos. Algumas narrativas também afirmaram terem visto pessoas de luvas brancas em uma das mãos, somente depois reconheceriam que eram integrantes do Batalhão Olímpia, que já estavam dispersos pela praça e pelos edifícios. A luva era um sinal para se identificarem entre si.

Todos os representantes do movimento, que discursaram no terceiro andar do Edifício *Chihuahua*, foram presos. Isso possibilitou posteriormente os relatos e a denúncia dos mesmos sobre o ocorrido em 02 de outubro. Também houve relatos de que a praça ficou tomada de sapatos e bolsas espalhados, de corpos que foram recolhidos e empilhados em caminhões. Todavia, até hoje muitos continuam desaparecidos. Os agentes de repressão passaram a madrugada vasculhando os apartamentos do Edifício *Chihuahua*, um residencial com aproximadamente 80 mil pessoas, atrás dos estudantes, que ba-

22 Poniatowska, Elena. **La noche de Tlatelolco: testimonios de historia oral**. México: Ed. Era, 1971, p. 186.

23 Troncoso, Alberto del Castillo. **Ensayo sobre el movimiento estudiantil de 1968: la fotografía y la construcción de un imaginario**. México: Instituto Mora, 2012.

24 Poniatowska, Elena. **La noche de Tlatelolco: testimonios de historia oral**. México: Ed. Era, 1971, p. 186.

teram em muitas portas pedindo ajuda e que muitos não abriram por medo.

Aos que sempre se manifestaram pacificamente, diante do terror, tentaram de qualquer forma parar o massacre, pois o tiroteio inicial durou 40 minutos seguidos e volta e meia retornava. Gás lacrimogêneo foi lançado em esquinas próximas à praça, balas atingiram os apartamentos e ocorreu incêndio na parte superior de um dos edifícios. O cenário foi devastador.²⁵

Atualmente, por meio de pesquisas de documentos oficiais e, principalmente, pela criação da *Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado* (Femospp) em 2001, com objetivo de investigar violações de direitos humanos por agentes do Estados entre as décadas de 1960 e 1980, sabe-se que foi formada uma operação nomeada *Galeana* no qual foram posicionados franco atiradores do *Estado Mayor Presidencial* no topo dos edifícios, o Batalhão Olímpia ficou nos andares dos edifícios para prender os líderes do movimento e o exército cercou a praça: “Dessa forma, presidência, secretaria de governo, grupos especiais e o exército fizeram o cerco que resultou em dezenas de mortos e feridos”.²⁶ O quantitativo de mortos, entre homens, mulheres e crianças, ainda segue sem esclarecimentos. Os diversos relatos e a historiografia variam de 250 a 350 mortos. O governo da época, de Gustavo Díaz Ordaz Bolaños, declarou que o número de mortos não passou de 40, o que demonstra a indiferença para vidas perdidas.

Nos dias posteriores, o Estado e a imprensa, controlada pelo governo, minimizaram o massacre e se referiram aos estudantes como terroristas, os culparam pela eclosão do conflito e todos os presos daquela noite foram acusados de homicídio. Alberto del Castillo Troncoso estudou um breve perfil de alguns periódicos mexicanos e de como foi a cobertura do movimento estudantil de 1968. Alguns periódicos estavam alinhados com o discurso do governo, seja por estarem diretamente ligados ao partido priista ou por estarem submetidos ao controle governamental. Outros, mesmo com uma linha editorial divergente e crítica ao governo, empáticos ao movimento estudantil, minimizaram os discursos de oposição.²⁷

25 Miskulin, Silvia Cesar. As repercussões do movimento estudantil de 1968 no México. In: **Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC** - Vitória, 2008.

26 Riberti, Larissa Jacheta. **Justiça de transição no México: as investigações jurídicas e o Informe Histórico da Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado (2001-2006)**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 65.

27 Troncoso, Alberto del Castillo. **Ensayo sobre el movimiento estudiantil de 1968: la fotografía y la construcción de un imaginario**. México: Instituto Mora, 2012.

As imagens publicadas nesses periódicos, destacaram os feridos e presos, mas não destacaram a intencionalidade governamental no Massacre. Entretanto, as imagens captadas publicadas e, principalmente, as que ficaram de fora dos periódicos nos permitem analisar e discutir esses materiais. Muitas imagens se perderam ou foram confiscadas, porém, ao longo dos anos, foi possível recuperar parte desses arquivos, como acervos pessoais de fotógrafos, documentos dos jornais e até mesmo registros da inteligência do governo mexicano. Troncoso relatou que somente 40 anos depois do massacre, conseguiu registrar entrevistas com alguns destes fotógrafos que indicaram que muitas imagens não foram usadas por determinação da edição do jornal. Muitos foram agredidos e tiveram seus equipamentos danificados durante o 02 de outubro.

Apesar do controle do governo mexicano sobre a imprensa local, a mídia internacional teve um papel independente e relatou a violência de 02 de outubro. Todavia, diversos jornalistas relataram que ficaram temporariamente encarcerados e que seus equipamentos de trabalho foram destruídos. Como exemplo, a jornalista italiana Oriana Fallaci relatou que ficou ferida por um disparo das forças repressoras, ao cobrir a reunião dos estudantes nesta data fatídica.²⁸ O parlamento italiano solicitou explicações ao governo mexicano que, apesar do discurso protocolar em defesa da liberdade da imprensa, enfatizou a responsabilidade da própria jornalista, Fallaci, de estar presente em Tlatelolco. Neste argumento, a jornalista foi irresponsável ao se colocar em perigo, visto que havia sido convidada para cobrir apenas os Jogos Olímpicos. Mesmo com a instabilidade social e um certo receio quanto à segurança, os Jogos Olímpicos do México mantiveram a sua programação, o que foi beneficiado pelo silêncio dos comitês olímpicos mexicanos e internacionais.

Rojos Amanecer: arte, memória e resistências

Vinte anos depois, no final da década de 1980, o México enfrentou uma grande crise econômica, impulsionada pelo alto preço do petróleo, uma grande dívida externa, a desvalorização da moeda nacional, diminuição da renda, aumento do desemprego e inflação, o que se convencionou a chamar

28 Musotti, Sara; Rodriguez, Sergio Epifanio Braz. **México 68: las olimpiadas de la protesta y la violencia**. Cuadernos de Aletheia (3), 61-72. En Memoria Académica. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.9692/pr.9692.pdf Acesso em 27 mai. 2025.

esse período de “década perdida”.²⁹ Em 1988, Carlos Salinas de Gortari foi anunciado como vitorioso pelo PRI, que manteve sua hegemonia no poder, que já durava quase 60 anos. Foi uma eleição conturbada na qual o sistema de contagem de votos caiu e depois voltou com a vitória de Salinas de Gortari. O primeiro desafio do então presidente era reorganizar a economia do país, mas, o governo mexicano intensificou sua política neoliberal, reduziu o papel do Estado e o país colapsou.

Sobre a produção cultural mexicana, todos os governos pós-revolução possuíram ações de desenvolvimento artístico, porém, de acordo com as necessidades dos grupos que estavam no poder e do momento político e social que o país mexicano enfrentou (Mendoza, 2007). Um momento importante para essas ações foi a criação do *Consejo Nacional para la Cultura y las Artes* (CONACULTA) e do *Fondo Nacional para las Culturas y las Artes* (FONCA).

Foi nesse cenário do final da década de 1980 que surgiu *Rojo Amanecer*, com duração de 99 minutos, roteiro de Xavier Robles e Guadalupe Ortega, direção de Jorge Fons, produção de Héctor Bonilha e Valentín Trujillo. O enredo se inicia na manhã de 02 de outubro de 1968, com a rotina de uma família ao acordar em seu apartamento no edifício *Chihuahua*, que se localiza em frente à *Plaza de las Tres Culturas*. Cada rotina das personagens segue normalmente e quem fica no apartamento é a mãe (Alicia) e o filho menor (Carlitos). O ambiente é restrito e o que ocorre do lado de fora do apartamento é percebido pelos sons externos, pelos relatos das personagens que saíram às ruas e retornaram e pelas expressões dos mesmos que acompanhavam os acontecimentos pela janela do local.

A ambientação restrita de *Rojo Amanecer* foi proposital, pois o tema *Tlatelolco*, mesmo após 20 anos, ainda era proibido, como relatou Xavier Robles (Tv Azteca, 6 min. e 42 seg.). O roteiro foi premiado no festival de roteiristas, mas os responsáveis do filme foram orientados a boicotarem cerimônias organizadas pelos órgãos representantes cinematográficos regulamentados pelo governo, como era praxe. O receio era que o roteiro fosse confiscado pelo governo mexicano.

As filmagens foram iniciadas em maio de 1989 e duraram 3 semanas, com início às 7h da manhã e término por volta da meia-noite. Tudo foi filmado às pressas, devido ao medo de serem descobertos, presos e que todo

29 Camín, Héctor Aguilar.; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

o material fosse destruído. Mesmo com a obra pronta, o filme teve que ser submetido à aprovação do governo.

Além de “correr” contra o tempo, a falta de recursos sempre esteve presente nas fases de pré-produção, gravação e pós-produção. Foi realizada uma espécie de “vaquinha” com recursos próprios ou de amigos próximos. Assim, os integrantes do filme eram pessoas muito próximas, que se conheciam de trabalhos anteriores, familiares ou pessoas que trabalhavam por trás das câmeras, como os irmãos Bichir (Demian e Bruno), em que os pais também eram atores. Além de Paloma Robles, filha dos roteiristas, e Leonor Bonilla, filha do ator Héctor Bonilla.³⁰

O roteiro se baseou nos relatos dos sobreviventes e na literatura da época, como a obra clássica de Elena Poniatowska.³¹ É fundamental relatar que integrantes dessa produção (roteiristas, atores e equipe técnica) estavam envolvidos e participaram do movimento de 1968. Alguns, por acaso, não estavam presentes em *Tlatelolco* no dia 02 de outubro, como relatado por Bruno Bichir (La Hora Elástica, 28 min. e 9 seg.). De acordo com Bichir, a família morava em *Tlatelolco*, os pais os levavam às manifestações, mas, neste dia de 02 de outubro, a família estava no ensaio geral de uma peça ou com o diretor de fotografia José Alonso, que também estava na preparação da parte cultural dos Jogos Olímpicos. Alguns sobreviventes foram María Rojo e Roberto Sosa (Tv Azteca, 18 min. e 22 seg.) e, o roteirista Xavier Robles, participante de diversas manifestações sociais no país, ficou preso por cinco dias em Puebla (El Universal, 1 min. e 5 seg.). Dessa forma, podemos compreender o envolvimento da maior parte do elenco, visto que, como citado anteriormente, muitos eram integrantes do movimento estudantil de 1968.

Após um ano do fim das filmagens e da pós-produção, diante da pressão de intelectuais e da imprensa, o presidente Carlos Salinas de Gortari autorizou a exibição do filme, porém com a exclusão de algumas cenas, como da neta falando da senhora de 60 anos atingida pelas costas e outra, entre o neto e seu avô, no qual a criança pergunta por que os soldados mataram pessoas indefesas. Como resposta, o avô disse que eles apenas cumpriram ordens (Rojo Amanecer, 1h. 06min. e 56 seg.). Ao todo foram 6 cenas cortadas que faziam alguma referência ao exército mexicano ou à brutalidade dos assassi-

30 Canal 22. Entrevista con Jorge Fons sobre su película “Rojo Amanecer”. parte 1 e 2. abr 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=or1eSyPkyAQ>. Último acesso em: 15 nov 2022.

31 Poniatowska, Elena. *La noche de Tlatelolco: testimonios de historia oral*. México: Ed. Era, 1971.

natos. Ao realizar os cortes solicitados, o filme deveria ser entregue ao governo com os cortes junto com o negativo original. Mas com receio de uma nova proibição e possível destruição da obra, a produção mandou duas cópias para o exterior, em Havana, Cuba, e Los Angeles, Estados Unidos, como garantia. Adicionadas a esse cenário, ocorreram constantes ameaças de morte durante todo o processo de desenvolvimento da obra, muitas delas direcionadas em especial a Héctor Bonilla (Tv Azteca, 31 min. e 30 seg.). Em 18 de outubro de 1990, *Rojo Amanecer* estreou em quatro salas da *Cineteca* na Cidade do México que exibiu a versão censurada, mas na semana seguinte já havia cópias piratas da versão original por toda a capital (Tv Azteca, 31 min. e 10 seg.).

Podemos observar a necessidade de contar sobre algo que marcou uma geração e que naquele tempo pouco tinha sido exposto no audiovisual. Também podemos perceber a preocupação e o medo com a repressão, ao não apresentar o roteiro aos devidos órgãos como de costume, ao sigilo e à rapidez nas gravações, que acabaram se comprovando pertinentes diante das ameaças e, posteriormente, da censura de determinadas cenas.

Além de expor o cenário político nacional e internacional do México no período de realização da obra, das reportagens e artigos sobre o México de 1968 e especialmente do dia 02 de outubro, uma contribuição muito relevante foram os vídeos observados de entrevistas, tanto do elenco quanto da produção, com relatos deste período. Tais vídeos são de entrevistas diversas nas quais os próprios envolvidos relatam detalhes de suas experiências.

Sobre uma análise fílmica propriamente dita, Marcos Napolitano acrescentou as especificidades de técnica de linguagem, os suportes tecnológicos e os gêneros narrativos. Assim, deve-se questionar e articular os mecanismos utilizados pela linguagem cinematográfica, as personagens e os processos históricos representados. Além da identificação dos elementos narrativos ou alegóricos como ângulo da câmera, trilha sonora, efeitos de montagem, figurinos e outros apresentados nos planos e sequências: “Assim, as fontes audiovisuais e musicais são, como qualquer outro tipo de documento histórico, portadoras de uma tensão entre evidência e representação”.³² Diante do exposto, podemos analisar algumas cenas de *Rojo Amanecer*.

A primeira cena conta com toda a família reunida no café da manhã e já mostra que os dois filhos mais velhos (Jorge e Sergio) estão participando das

32 Napolitano, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 239.

manifestações na “luta por nossas demandas” (Rojo Amanecer, 10 min. e 15 seg.). Há uma desaprovação tanto do avô (Don Roque) quanto do pai (Humberto). O avô, que lutou na Revolução Mexicana, fala em vários momentos no início do filme que “antes a juventude era diferente” (Rojo Amanecer, 3 min. e 19 seg.), vê seus netos como jovens inúteis que são malagradecidos pela comida e pelos estudos que o pai proporciona, trabalhando em um órgão do governo. O patriarca, também contrariado com a ação dos filhos, diz que eles não entendem nada de política, que tudo faz parte do movimento comunista internacional contra a realização dos Jogos Olímpicos e que há certos murmúrios no escritório completando, “com o Governo não se brinca” (Rojo Amanecer, 8 min. e 54 seg.).

Nessa cena também podemos observar questões de gênero. Primeiro relacionado ao que deveria ser o comportamento masculino, iniciado quando a filha (Graciela) liga o rádio e está tocando uma música dos *Beatles* (Rojo Amanecer, 7 min. e 37 seg.).

Nas cenas finais (Rojo Amanecer, 98 min.), jovens entram no apartamento e são perseguidos pelas forças repressoras do governo mexicano que executam todas as personagens do apartamento. A imagem mostra uma cama coberta de um ângulo baixo e se escuta o som de um tiro longe. Em seguida, saindo de debaixo da cama, aparece a cabeça de Carlitos que observa em silêncio. Enquanto está saindo por completo debaixo da cama, se escuta mais um tiro longe e outra vez silêncio. Ao fundo, somente se escuta o tic-tac do relógio e se vê um brinquedo no chão. Ele sai do quarto para o corredor e se depara com a cena dos corpos pelo corredor. Desvia do primeiro jovem para sair do quarto e já percebe o sangue. Se desvia de mais dois e olha para um canto da parede reconhecendo a mãe, morta. Antes, sua fisionomia estava neutra, talvez por não compreender ou ainda estar assimilando o ocorrido. Mas ao ver a mãe, ele se apoia na parede do lado oposto e desaba, fechando os olhos, pronuncia “mamita!”. Olhando para o corpo da mãe, ele vai ao chão e toca seu pé.

Sai engatinhando e logo depois vê o pai e toca seu queixo. Desde a saída do quarto até este momento, quebrando o silêncio, somente as expressões e o choro de Carlitos. Em seguida, reconhece o avô. Ao fundo, começa uma música, baixinha que vai aumentando o som. O menino pega na mão do avô, deita em suas pernas e chora. Depois, se levanta e passa pelos corpos de mais dois jovens para sair do apartamento. Nesse momento, a música se intensifica e toma conta da cena. Carlitos está atônito, vestindo uma blusa de manga comprida azul, short branco, descalço, e inicia a descida pelas esca-

das. Encosta na parede e dá uma última olhada para a porta do apartamento e continua a descer. No segundo lance de escadas encontra sua irmã Graciela morta no chão cheio de sangue, passa por ela, se vira para olhá-la e toca sua mão. O sangue continua pelas escadas por mais andares até encontrar morto seu irmão Sergio. Ele passa bem pelo canto da parede para não pisar no irmão. A cena do corpo de Sergio na escada corta para a visão do lado de fora do edifício, em que aparece um homem varrendo o térreo do prédio, o chão molhado, cheio de papéis e sapatos. Ao fundo aparece Carlitos e em primeiro plano um soldado armado passa pela calçada. O menino chega à calçada e atrás dele passa outro soldado armado, enquanto Carlitos segue andando sem rumo. Assim, termina a cena.

Toda essa cena de 4 minutos é tomada mais pela percepção visual dos elementos apresentados, quando mostra detalhes do sangue, identifica as pessoas e a expressão do menino. A percepção auditiva sobre a parte de dentro do apartamento é superficial ou silenciosa, somente tem presença forte e marcante na parte externa durante a saída do personagem sobrevivente. A parte interna do apartamento é o momento do impacto da cena dos corpos no chão. O massacre da família é a representação em pequena escala do massacre de *Tlatelolco*. Dessa forma, na parte interna o massacre mostra as diferentes pessoas vitimadas (idosos, jovens, homens, mulheres). A cena do térreo, compõe, discretamente essa representação com os sapatos, como relatado que a praça havia ficado tomada de bolsas e calçados. Da mesma forma que a cena anterior descrita, essa nos apresenta as emoções de perplexidade, medo, dúvida, tristeza, terror. Uma mescla de sensações assim como a trilha que apresenta uma mistura de marcha fúnebre com marcha de protesto, contendo elementos de uma batida como se fosse sino de igreja e tambores comandados por uma guitarra elétrica.

Vale ressaltar que a cena final de Carlitos saindo do edifício e chegando à calçada foi uma das censuradas, por mostrar soldados armados na praça de *Tlatelolco*. Lembrando também que o exército e seus tanques permaneceram vários dias neste local depois do massacre de 02 de outubro de 1968. Dessa forma, a obra mostrou em raros momentos, a presença e a permanência do exército. Apesar de crianças estarem entre as vítimas de *Tlatelolco*, na película os autores quiseram transmitir, na personificação da criança sobrevivente, a inocência perdida e a esperança de seguir em frente.

Podemos ver a riqueza de detalhes que uma cena apresenta para que o espectador possa, além de compreender a narrativa da história que se conta, ter

a experiência sensorial da cena (do que ela pretende) com diversos estímulos de percepção. Esses também foram construídos progressivamente pelo diretor do filme ao optar pela realização da gravação das cenas de forma cronológica, que além de ajudar na continuidade e acelerar o processo que tinha urgência de ser rápido, auxiliou o elenco na construção de suas expressões para a narrativa. A sensibilização da obra carrega um significado, tanto dos discursos das testemunhas e da historiografia em geral quanto dos processos experienciados por todos os envolvidos nessa obra. É a experiência dos processos da produção em si e o testemunho de quem viveu o ano de 1968, que compartilha com os jovens atores para a compreensão da importância desse passado para a construção de seus personagens e como cidadãos.

Obras literárias, jornalísticas e documentários sobre o massacre já eram produzidos e publicados desde 1970, mas *Rojo Amanecer* é o primeiro filme de ficção sobre o tema e sua repercussão o torna ainda hoje, depois de mais de 20 anos de sua criação e de 50 anos do massacre, um marco e referência anualmente exposta e comentada no México como um elemento permanente na memória de *Tlatelolco*.

***Tlatelolco* ontem e hoje: a luta pela memória**

Para Eugenia Allier Montaño,³³ as políticas de memória sobre *Tlatelolco* são identificadas por cinco momentos: primeiro, de tímida denúncia com publicações de obras e conteúdo dos periódicos (1968-1977), segundo, de motores da memória (1978-1985) que seriam o momento em que atores diretamente ligados aos eventos de 1968 mudaram a perspectiva de denúncia do evento como um crime; terceiro, como luta pela democracia (1986-1992) uma construção da memória de elogio à luta de 1968; quarto, de justiça e castigo (1993-1999) no qual todos devem saber a verdade do passado e a busca pela responsabilização dos culpados do massacre e, por fim, o quinto com a oficialização das memórias públicas sobre 1968 (2000-2006), com a criação da FEMOSPP como mecanismo investigativo e jurídico sobre as repressões nas décadas anteriores pelo governo e reparação às vítimas.

33 Montaño, Eugenia Allier. Presentes-pasados del 68 mexicano. Una historización de las memorias públicas del movimiento estudiantil, 1968-2007. In. **Revista Mexicana de Sociología**. 71, núm. 2 (abril-junio, 2009): 287-317. Disponível em <https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci--arttext&pid=S0188-25032009000200003> Acesso em 27 mai. 2023.

Sobre as investigações de Tlatelolco, o único acusado foi, em 2006, o ex-presidente Luis Echeverría Álvarez, que na época do massacre era ministro do interior e esteve envolvido diretamente nas decisões. Porém, foi absolvido no mesmo ano sob a alegação de que seu crime já havia prescrito.³⁴

Dentre tais políticas de memória é relevante citar a criação do *Comité 68 Pro Libertades Democráticas*, dez anos após o massacre por ex-membros da CNH, na busca de responsabilizar os agentes do Estado por violação dos direitos humanos e ativo em várias atividades ao longo das décadas.³⁵ Entre elas, a *Estela de Tlatelolco*, um dos diversos monumentos e exposições ao longo dos anos, inaugurada em 1993, um monolito em frente à igreja de Santiago de Tlatelolco na *Plaza de las Tres Culturas*, que inicia com as palavras: *1968-1993... Adelante!! A los compañeros caídos el 2 de octubre de 1968 en esta plaza*.

Em 2007 foi inaugurado no Centro Cultural Universitário de Tlatelolco (CCUT) na UNAM o Memorial de 68, uma instalação que dispõe de materiais de cinema, áudio, fotografias, objetos expostos e acervo disponível para o acesso a documentos. O *Monumento a la ausencia* foi inaugurado em 2018 no CCUT, obra da exposição permanente composta de uma placa de cimento ao solo com a impressão de 400 pegadas de sobreviventes. No mesmo evento foi lançada a plataforma *M68 Ciudadanías en Movimiento*, onde estão disponíveis documentos digitais sobre os movimentos sociais mexicanos, além do movimento estudantil de 1968, como feministas, trabalhadores, indígenas, entre outros.

Em 2018, durante os eventos de memória dos 50 anos do 02 de outubro de 1968, uma das ações do governo foi a retirada das placas comemorativas da inauguração do sistema de metrô da Cidade do México que tinham o nome de Gustavo Díaz Ordaz Bolaños. No lugar, a proposta era colocar somente informações relacionadas ao sistema de transporte. Diversas intervenções culturais e artísticas acontecem na *Plaza* durante os eventos de recordação, além de palestras e debates por toda a cidade.

Os presos de Tlatelolco ganharam anistia em 1971, mesmo ano da publicação da obra de Elena Poniatowska, *La noche de Tlatelolco: testimonios de historia oral*, considerada a primeira grande obra sobre o massacre que juntou ao longo de três anos, além de poemas e notas dos periódicos, entrevistas

34 Miskulin, Silvia Cesar. As repercussões do movimento estudantil de 1968 no México. In: **Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC** - Vitória, 2008.

35 Riberti, Larissa Jacheta. **Justiça de transição no México: as investigações jurídicas e o Informe Histórico da Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado (2001-2006)**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

tas de familiares (sobreviventes, mortos e desaparecidos) e de sobreviventes tanto encarcerados quanto os livres, inclusive que solicitaram a ocultação dos verdadeiros nomes para evitar a repressão do governo.

Outras produções seguiram em diversas linguagens, iniciando assim a construção de um movimento de memória mexicano sobre o 02 de outubro, em busca de esclarecimentos e justiça. Na literatura podemos citar o diplomata e poeta mexicano Octavio Paz, que publicou diversos livros, poemas e ensaios, como *Posdata*,³⁶ no qual se refere aos eventos de 1968 na capital de seu país com críticas ao governo. Inclusive Octavio Paz era embaixador do México na Índia naquele período e, assim que soube sobre Tlatelolco, entregou o cargo por não compactuar com as ações do governo e recebeu apoio de diversos outros intelectuais mexicanos. Entretanto, o governo publicou um comunicado desmentindo Paz, ao afirmar que ele havia sido demitido. Diversas pesquisas se desenvolvem a partir das obras de Paz. Ival de Assis Crippa³⁷ por exemplo, refletiu sobre temas como violência e autoritarismo em *Posdata*. Também temos obra do escritor chileno Roberto Bolaños, *Amuleto*, na qual sua personagem expõe suas memórias (passadas e futuras) enquanto se esconde no banheiro durante a invasão do exército na UNAM, dialogando também ao momento da ditadura chilena que iniciou na década de 1970. Assim, como as obras de Octavio Paz, *Amuleto* é um exemplo da literatura no qual surgem diversas pesquisas como as memórias da violência³⁸ e violência e colonialidade na América Latina.³⁹

A respeito do audiovisual, *Rojo Amanecer* (1990) foi um marco sobre o tema, mas podemos citar outras obras relevantes e também obras mais recentes. Começamos com o documentário *El Grito* (1968) é um filme documentário mexicano de 1969, de 111 minutos, uma obra coletiva produzida pelos alunos do Centro Universitário de Estudos Cinematográficos (CUEC) da UNAM, com direção de Leobardo López Arretche, textos de depoimento da jornalista italiana Oriana Fallaci e das exigências do CNH, nas vozes de Magda Vizcaíno

36 Paz, Octavio. **Posdata**. México: Siglo XXI editores S.A., 1970.

37 Cripa, Ival de Assis. O massacre dos estudantes na cidade do México em 1968: o poeta Octavio Paz e a história política. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n.11, p. 40-58, jul./dez, 2011. Disponível em <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/1280/1147>. Acesso em 27 mai. 2025.

38 Menezes, Norma Sueli de Araujo; Costa, Julia Morena da. Memórias da violência em “Amuleto” de Roberto Bolaño. **PragMATIZES - Revista latino Americana de Estudos em Cultura**, Niterói/RJ, Ano 10, n. 18, p. 278-295, out. 2019 a março 2020.

39 Sousa, Fábio da Silva. Colonialidade e violência na América Latina: uma leitura do romance Amuleto, de Roberto Bolaño. **Cadernos de estudos culturais**, Campo Grande, MS, v. 2, p. 63-76, jul./dez 2020. Disponível em <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/11947>. Acesso em 27 mai. 2025.

e Rolando de Castro, no qual relata o movimento estudantil mexicano de 1968. Está dividido em quatro partes, referentes aos meses do movimento, apresentado de forma cronológica iniciando o relato em julho e terminando em outubro. É possível visualizar imagens reais dos locais e das pessoas, inclusive o discurso de Díaz Ordaz realizado em 01 de setembro. Depois de quatro anos de trabalho, em 2018, durante os eventos dos 50 anos do movimento estudantil de 68 e do massacre de *Tlatelolco*, é apresentada a obra restaurada (imagem e som) e disponibilizada na página do *Youtube* da Filmoteca da UNAM a partir de março de 2020, mantendo viva para as novas gerações o relato da experiência dos jovens de 1968. María del Carmen de Lara Rangel, diretora do CUEC em 2018, relatou que quando a universidade foi invadida pelo exército, vários professores guardaram os negativos do material até então produzido em suas casas. Os alunos também tiveram que esconder dentro de automóveis seus equipamentos quando ocorreu a invasão na universidade (TV UNAM, 2017), assim como realizaram filmagens em algumas situações em que aparecem dezenas de militares e tanques com os equipamentos também ocultados nos automóveis e de outras formas, além da retirada do que podiam dos materiais em carros para fora de *Tlatelolco* no dia do massacre.

Tlatelolco, verano de 68 (2013) de Carlos Bolado, obra mexicana/argentina, apresenta o romance de dois jovens de classes sociais diferentes durante os protestos estudantis e a repressão do governo, culminando a história com o dia 02 de outubro. *Los Parecidos* (2015), filme de ficção científica/suspense, escrito e dirigido por Issac Ezban, conta a história de um grupo de pessoas presas em uma central de ônibus, que por diversos motivos estão a caminho da Cidade do México na madrugada de 02 de outubro de 1968, onde situações estranhas acontecem.

Un extraño enemigo (2018), uma das intensas produções para a memória dos 50 anos do massacre, série mexicana com 8 episódios em sua primeira temporada, com direção de Gabriel Ripstein, produção de Televisa e distribuição da Amazon Video Prime, acompanha o personagem Fernando Barrientos, da Diretoria da Segurança Nacional, em suas estratégias para alcançar o posto mais alto em seu país, durante as manifestações do movimento estudantil culminado com o 02 de outubro. A história mostra os bastidores políticos para a sucessão presidencial em meio aos conflitos do governo com o movimento estudantil e equilibrando com a imagem vendida ao estrangeiro como sede das primeiras Olimpíadas da América Latina. É nesse cenário que o personagem principal aparece com as articulações tanto para alcançar um

nível mais alto de poder quanto para as repressões, torturas e assassinatos de opositores do governo. Apesar da temática sobre o massacre de Tlatelolco hoje já ser mais mostrada e discutida, a perspectiva do opressor em primeiro plano é o diferencial dessa obra.

Estes são alguns exemplos, mas observamos que a produção audiovisual tem aumentado, apresentando a mesma história em diversas perspectivas e formatos.

A própria obra de *Rajo Amanecer* foi inspiração para outras linguagens. Grupos de teatro como o Umbrales do Centro Cultural José R. Mijares (Editorial Milenio, 2017) e o grupo estudantil Teatro Escena XXI (Teatro Escena XXI, 2020), ambos na cidade do México, recriaram respectivamente em 2017 e 2018 o ambiente do apartamento de *Rajo* e de seus personagens. Na dança, a companhia de dança contemporânea Lagú Danza, da coreógrafa Érika Méndez, criou e apresentou uma obra para os eventos dos 50 anos de Tlatelolco chamada de *Bengalas en el cielo*, retomando o nome original do roteiro de Xavier Robles e Guadalupe Ortega, que autorizaram a coreógrafa, em homenagem aos roteiristas, a todos os envolvidos na obra cinematográfica e ao movimento estudantil de 68. No palco, além dos bailarinos da companhia, estão presentes os atores da obra original, Paloma Robles (Graciela), Ademar Arau (Carlitos) e Símon Guevara (Jaime).

A repercussão de *Rajo* (1990) nos dias atuais pode ser percebida por meio dos comentários publicados em uma das páginas do site Youtube (@porsinolosabias) no qual é possível assistir ao filme.

La estoy viendo en. Compañía de mis hijos y les platico de la primera vez que la ví y el impacto que me causo, era una niña (novembro/2023)
Soy profesor de secundaria y como trabajo final dejo ver esta película a los adolescentes para que conozcan un poco de la cruda historia de México y que hagan un análisis personal del filme (novembro/2023)
Tengo la desfortuna de decir que mis padres vivían en el edificio frente a la plaza de las 3 culturas...yo aún no nacía, pero me contaron historias de terror ese día. Mi padre vio como a sangre fría les disparaban por la espalda. Se metían a los departamentos como animales agresivos. Al día siguiente era un río de sangre en todos lados. El 2 de octubre no se olvida (julho/2023).

De acordo com Martín-Barbero e sua teoria das mediações culturais, essa ligação entre emissor e receptor não é dicotômica, ou seja, em que o primeiro transmite uma mensagem e o segundo somente recebe, pois ela envolve muitos processos complexos. Dessa forma, o processo de dominante e dominado não é fixo, ele muda constantemente, e o receptor se torna produtor de novos signi-

ficados. A mensagem é vista como representativa e assim é necessário analisar o contexto social para ser possível interpretá-la.⁴⁰

No primeiro comentário temos uma mãe que vê o filme com seus filhos e diz que lembra quando viu o mesmo filme quando criança e o quanto ficou impactada. Não é revelada a idade dos filhos e não há mais informações, porém é interessante verificar que mesmo impactada quando criança, a mãe assiste junto deles. O segundo comentário é de um professor que diz passar o filme como trabalho para seus alunos conhecerem a dura história do México e depois realizarem uma análise pessoal. O filme é usado para relatar uma parte da história local para esses jovens conhecerem e poderem expressar suas impressões. O terceiro relato é de um filho que conheceu a história do massacre por meio dos pais que viviam na época em frente à praça e presenciaram o terror daquela noite.

Essa é uma pequena amostra dos comentários que demonstram alguns elementos em comum. Muitos relatam que conhecem a história do massacre por meio de pais ou tios que viveram o 02 de outubro de 68, que moram no local ou perto, ou ainda que são sobreviventes. Há relatos tanto de professores do fundamental ou universitário que apresentam o filme como de alunos que falam que o primeiro contato com o filme foi na escola, até mesmo do relato de professores que são sobreviventes. A idade é variada, porém mostra muitos jovens comentando sobre suas impressões por ver o filme pela primeira vez ou ao rever o filme, relembra a primeira vez. Esses comentários relatam perplexidade, horror, pesar, alguns com revolta. Comum a todos os comentários é o impacto do filme nos espectadores, independentemente da idade ou das vezes que assistiram à obra. Isso é uma pequena amostra da força do filme até os dias de hoje.

Podemos verificar que por meio das diversas manifestações de memória ao longo dos anos, o evento em 02 de outubro de 1968 se mantém vivo e que a obra cinematográfica *Rojo Amanecer* tem um grande significado dentro dessas manifestações. Durante ou não das manifestações anuais de memória do massacre, a obra é citada, mostrada, comentada, além de entrevistas com produção e elenco, incentivando novas produções, debates e resistência às ações atuais de repressão e cerceamento de direitos.

40 Martín-Barbero, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997.

IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

UM PANORAMA DA EXPERIENCIA CHILENA E BOLIVIANA

*Kauê Silva de Araújo
Carlos Prado*

Nas últimas décadas do século XX, a América Latina passou por profundas transformações econômicas, sociais e políticas, marcadas pela adoção de políticas neoliberais em diversos países da região. Em meio a crises econômicas internas e à pressão de organismos financeiros internacionais, governos latino-americanos implementaram reformas que alteraram drasticamente o papel do Estado na economia. Este processo não se deu de forma homogênea, mas seguiu uma lógica comum de redução da intervenção estatal, liberalização dos mercados e privatizações, cujos efeitos têm moldado significativamente o desenvolvimento regional. Para compreender esse fenômeno, é fundamental analisar o processo histórico de implementação das políticas neoliberais nos países latino-americanos.

Segundo Perry Anderson, o neoliberalismo surgiu no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial, trazendo ideias fortemente contrárias ao intervencionismo estatal e ao Estado de bem-estar social. Uma de suas obras fundadoras é *O caminho da servidão*, escrita pelo economista austríaco Friedrich Hayek. De acordo com o historiador inglês, naquele momento, o principal alvo de Hayek era o Partido Trabalhista Britânico, que se preparava para as eleições de 1945 na Inglaterra, pleito que, de fato, acabou vencendo. Apesar da derrota, os ideários do neoliberalismo se organizaram em torno da chamada Sociedade de *Mont Pèlerin*, uma instituição com vínculos internacionais dedicada e

organizada ao combate do keynesianismo. O grupo se reunia periodicamente preparando os pressupostos teóricos e políticos para difundir suas propostas voltadas para reorganização do capitalismo a partir de uma descentralização do papel do Estado na economia.¹

Não obstante, durante as décadas de 1950 e 1960, diante da “Era de Ouro” do capital, como afirma Hobsbawm², o neoliberalismo não encontrou espaço propício para implementar suas ideias de desregulamentação e liberalização econômica. Foi apenas na década de 1970, especialmente após a crise do petróleo de 1973, que o neoliberalismo ganhou terreno nos debates teóricos e na esfera política. Diante da recessão que se impôs aos países do mundo capitalista avançado, com altas taxas de inflação e baixas taxas de crescimento, as ideias neoliberais conseguiram se expandir, aparecendo como o “remédio” para a crise. O objetivo central do neoliberalismo era a retomada do crescimento econômico, mediante estabilidade monetária, o que implicava numa necessária disciplina orçamentária, alcançada a partir da responsabilidade fiscal, ou seja, por meio da contenção de gastos com o bem-estar social.

Nesse contexto, as reformas fiscais, com desregulamentação econômica, se tornaram um mantra para incentivar e garantir os lucros da burguesia. Nessa perspectiva, de acordo com James Petras, a estratégia neoliberal favoreceu a concentração de riqueza no setor privado e nas mãos de capitais estrangeiros e monopólios, em detrimento do investimento produtivo e da geração de empregos. Em essência, o neoliberalismo consolidou um modelo excludente, que limitou o crescimento econômico inclusivo e sustentável.³

O Chile foi o primeiro país a implementar, de forma concreta, as políticas neoliberais, tornando-se um laboratório desse modelo econômico. Esse processo teve início durante a ditadura militar de Augusto Pinochet (1973–1990), instaurada após o golpe de Estado que derrubou o governo democraticamente eleito de Salvador Allende. A partir de então, foi adotado um programa econômico radical, inspirado e orientado pela Escola de Chicago⁴, mas

1 Anderson, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: Sader, Emir; Gentili, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 9-10.

2 Hobsbawm, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

3 Petras, James F. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. Blumenau: FURB, 1999, p. 107-109.

4 A Escola de Chicago, associada a economistas como Milton Friedman e George Stigler, ganhou destaque ao sustentar a primazia do livre mercado, embora admitissem um papel moderado do Estado, especialmente no controle da oferta monetária, como mecanismo de combater a inflação. A Escola adotava uma abordagem empírica e quantitativa, com forte uso de modelos matemáticos e estatísticos e foram os responsáveis por con-

também com certa influência da Escola Austríaca.⁵ Esse programa promoveu uma profunda reestruturação da economia chilena. A imposição das reformas econômicas só foi possível mediante violenta repressão aos sindicatos, perseguição sistemática de opositores políticos e eliminação de qualquer espaço para a dissidência. Nesse contexto de coerção estatal, a ditadura promoveu a desregulamentação dos mercados, a privatização de empresas estatais, o corte de gastos públicos, a flexibilização das leis trabalhistas e a abertura comercial, medidas que, sem o aparato repressivo, dificilmente teriam sido aceitas pela sociedade. As reformas neoliberais beneficiaram amplamente a burguesia e os grandes grupos empresariais, ao mesmo tempo em que precarizaram as condições de vida da classe trabalhadora.

A Argentina também viveu uma experiência similar. Durante a ditadura militar iniciada em 1976, o ministro da Economia, José Alfredo Martínez de Hoz, implementou um conjunto de reformas neoliberais que remodelaram a estrutura econômica e social do país. Seu programa visava romper com o modelo de industrialização por substituição de importações e integrar a Argentina ao mercado financeiro internacional, sob os princípios do livre mercado, da desregulamentação e da redução do papel do Estado na economia. As principais medidas incluíram a abertura comercial, a eliminação de barreiras alfandegárias e o incentivo à entrada de capital estrangeiro. A reforma financeira de 1977 desregulou o sistema bancário, favorecendo a especulação e a fuga de capitais. Internamente, como no caso chileno, a ditadura utilizou a repressão política para conter a resistência dos trabalhadores, congelando salários, enfraquecendo os sindicatos e garantindo a implementação das medidas econômicas neoliberais.⁶

Na década de 1980, a experiência neoliberal na Bolívia apresentou uma característica distinta em relação aos casos anteriores da América Latina: seu desenvolvimento ocorreu em um contexto democrático, e não sob uma dita-

solidar o monetarismo como alternativa ao keynesianismo, influenciando diretamente projetos neoliberais implementados na América Latina, por meio dos chamados *Chicago Boys*.

5 A Escola Austríaca teve origem com autores como Carl Menger, Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, e fundamenta-se em uma visão fortemente individualista e subjetiva da economia. Para essa corrente, os mercados devem operar sem interferência do Estado, pois consideram que as decisões econômicas são guiadas pela subjetividade dos indivíduos. Além disso, a escola adota uma postura ideologicamente combativa em relação ao keynesianismo e à planificação econômica de inspiração socialista, defendendo o livre mercado como única via legítima para a economia.

6 Romero, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**: 1916-2010. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2012, p. 301-307.

dura militar. As reformas neoliberais tiveram início em 1985, durante o governo de Víctor Paz Estenssoro, em resposta a uma das piores crises econômicas da história do país, marcada pela hiperinflação. Diante desse colapso, foi implementada a chamada Nova Política Econômica (NPE), um ambicioso pacote de reformas estruturais de orientação neoliberal, inspirado nas recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e no receituário que mais tarde seria conhecido como Consenso de Washington. Já nos primeiros meses de governo, foram adotadas medidas como a abertura ao capital estrangeiro, a desregulamentação dos mercados, a redução drástica do papel do Estado na economia, a flexibilização das relações de trabalho e privatizações em setores estratégicos. O custo social destas medidas foi elevado, resultando no aumento do desemprego, na queda do poder aquisitivo e no aprofundamento da pobreza e da desigualdade.

A consolidação do neoliberalismo na América Latina ganhou impulso decisivo com o Consenso de Washington, em 1989, articulado por instituições financeiras internacionais e representantes do governo dos Estados Unidos, com o objetivo de estabelecer diretrizes econômicas liberais uniformes para os países da América Latina. Realizado na capital norte-americana, o encontro reuniu autoridades do governo dos EUA, representantes de organismos como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de economistas latino-americanos. O encontro reforçou a suposta superioridade das reformas econômicas neoliberais, legitimando a agenda que o governo norte-americano vinha promovendo insistentemente como condição para a concessão de assistência financeira externa.⁷ Assim, os países que se comprometessem com as diretrizes neoliberais passavam a ter acesso ao apoio de organismos internacionais, evidenciando o caráter prescritivo e condicionado dessas políticas. Essa dinâmica foi fundamental para consolidar o neoliberalismo como o paradigma dominante nas políticas econômicas da região.

Posteriormente, na virada da década de 1990, uma série de países passa-

7 De acordo com Batista, as principais diretrizes aprovadas pelo Consenso de Washington abrangeram as seguintes áreas: 1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; e 10. propriedade intelectual. Todas essas medidas apontavam para a redução do tamanho do Estado, sendo essa capaz até de colocar em risco a função de garantir a ordem pública e a segurança. Batista, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington**. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: PEDEX, 1994, p. 26.

ram a adotar reformas econômicas alinhadas aos princípios do livre mercado e à redução do papel do Estado. A inflexão neoliberal tornou-se especialmente evidente com a ascensão de Carlos Salinas de Gortari, no México (1988), que promoveu ampla privatização e abertura ao capital estrangeiro; Carlos Menem, na Argentina (1989), que recuperou a política de Hoz e converteu, novamente, a economia ao receituário neoliberal; Carlos Andrés Pérez, em sua segunda presidência na Venezuela (1989), que abandonou o discurso nacionalista e implementou duras reformas de ajuste estrutural; e Alberto Fujimori, no Peru (1990) que adotou medidas como a dolarização parcial da economia e a supressão de direitos sociais. Logo em seguida, foi a vez do Brasil ingressar oficialmente nesse novo ciclo com a eleição de Fernando Collor de Mello, também em 1990. Seu governo marcou a introdução das primeiras políticas neoliberais no país, destacando-se pela abertura comercial unilateral, corte dos gastos públicos, privatização de estatais e um discurso focado na modernização via mercado.

O objetivo do presente artigo é apresentar e analisar criticamente o processo de implementação do neoliberalismo no Chile e na Bolívia, destacando os diferentes contextos históricos, políticos e institucionais que marcaram esses processos. No caso chileno, as reformas neoliberais foram introduzidas sob uma ditadura militar profundamente repressiva. Já na Bolívia, esse mesmo projeto foi adotado em um contexto democrático. Em ambos os casos, as reformas visaram reestruturar a economia, reduzir o papel do Estado, liberalizar os mercados e promover a estabilidade macroeconômica. Contudo, apesar das promessas de modernização e crescimento, os resultados foram marcados pelo aprofundamento das desigualdades sociais e pela precarização das condições de vida da população. Ainda assim, mesmo diante de seus efeitos adversos, o modelo neoliberal não apenas persistiu, como se expandiu para outros países da América Latina, consolidando-se como paradigma dominante e hegemônico das reformas econômicas no continente durante as últimas décadas.

Chile: abolição da democracia e liberdade para o capital

A ditadura militar chilena teve início em setembro de 1973, com o golpe de Estado que culminou na morte do então presidente Salvador Allende. O novo governo, liderado pelo General Augusto Pinochet, assumiu o poder em um cenário de profunda crise econômica e instabilidade política. Para melhor compreender como Pinochet chegou ao comando do país, é necessário anali-

sar o contexto do governo anterior, liderado por Allende, que presidiu o Chile de novembro de 1970 até setembro de 1973.

Eleito com 36,6% dos votos, Allende propunha a construção de uma via chilena ao socialismo, com amplas reformas sociais e econômicas. No entanto, sua eleição gerou forte oposição de setores conservadores, empresariais e midiáticos, além de segmentos do sistema político. De acordo com Guazzelli, ainda antes de sua posse, já se manifestavam resistências significativas e parte da elite chilena passou a articular alternativas para impedir o avanço do seu projeto. Apesar dessas pressões, desde a década de 1930 as Forças Armadas chilenas mantinham uma tradição de institucionalidade e não interferência na política.⁸

Entre as primeiras medidas adotadas por Allende, destaca-se a nacionalização dos recursos minerais, com ênfase especial no cobre, principal produto de exportação do país na época. No setor agrário, a intervenção também foi significativa: em poucos meses, a quantidade de terras desapropriadas superou em dez vezes o volume alcançado durante todo o governo de Eduardo Frei (1964-1970). Além disso, o governo promoveu a estatização de determinados bancos e segmentos da indústria, ampliando o controle estatal sobre setores estratégicos da economia nacional.⁹

Como mencionado anteriormente, mesmo antes do início do governo Allende, já havia grupos à direita que defendiam o impedimento de sua posse, oposição que persistiu ao longo de seu mandato. Os esforços do governo para implementar uma transição ao socialismo geraram reações imediatas dos setores conservadores, que responderam com estratégias de desestabilização, como o desabastecimento de produtos essenciais. Essa tática fomentou o surgimento de um mercado paralelo e impulsionou a inflação. Ainda em 1971, o governo passou a enfrentar obstáculos significativos no Congresso e no Judiciário, instituições que adotaram posições cada vez mais desfavoráveis ao Executivo.

A oposição a Allende tentou pôr fim ao seu mandato por meio das eleições legislativas de 1973. Setores conservadores ainda apostavam em uma saída institucional, esperando conquistar dois terços do Congresso para des-

8 Guazzelli, C. A. B. *Chile, 1970-1973: do Socialismo ao Terror de Estado*. In: Fernández, Jorge Christian; Mussi, Vanderléia Paes Leite; Queiróz, Vivina Dias Sol. (Orgs.). **1964, cinquenta anos: descomemorando a(s) ditadura(s) de segurança nacional sob a mira crítica da História e da Educação**. Campo Grande: Editora UFMS, 2014, p. 60.

9 Guazzelli, C. A. B. *Chile, 1970-1973: do Socialismo ao Terror de Estado*. In: Fernández, Jorge Christian; Mussi, Vanderléia Paes Leite; Queiróz, Vivina Dias Sol. (Orgs.). **1964, cinquenta anos: descomemorando a(s) ditadura(s) de segurança nacional sob a mira crítica da História e da Educação**. Campo Grande: Editora UFMS, 2014, p. 61.

tituir o presidente legalmente, sem recorrer à força. As Forças Armadas, por sua vez, sob a liderança de militares ainda comprometidos com a legalidade constitucional, mantinham-se em posição de aparente neutralidade. No entanto, essa frágil estabilidade institucional não resistiu por muito tempo após nova vitória da Unidade Popular, que, ao obter 44% dos votos, acabou, paradoxalmente, desencadeando o processo de sua própria derrocada.

A radicalização do cenário político tornou-se inegável no período pós-eleitoral. Como observa Guazzelli, os setores dominantes da sociedade chilena, incluindo partidos conservadores e representantes do grande capital, abandonaram qualquer pretensão de reconquistar o poder por vias legais. A percepção de que o projeto político popular seguia avançando, mesmo diante de sucessivos boicotes e dificuldades, levou a direita a intensificar sua ofensiva contra Allende. Paralelamente, esses grupos passaram a se organizar em torno de uma alternativa autoritária, preparando o terreno para uma ruptura institucional.¹⁰

Em setembro de 1973, consumou-se o golpe militar que resultou na queda do governo e na morte do presidente Salvador Allende, ocorrida no interior do Palácio de *La Moneda*, sede do Poder Executivo chileno. Após o golpe, instaurou-se no Chile uma ditadura sob controle das Forças Armadas, liderada pelo comandante do Exército, Augusto Pinochet. Inicialmente, a ditadura priorizou o fortalecimento da ordem autoritária, recorrendo à repressão sistemática de opositores e à centralização do poder. Entre setembro de 1973 e abril de 1975, o Chile viveu um dos períodos mais sombrios de sua história recente, marcado pelo Terrorismo de Estado. A ditadura perseguiu opositores, promoveu prisões arbitrárias, praticou torturas, cometeu assassinatos e provocou desaparecimentos. Milhares de pessoas foram encarceradas em centros clandestinos de detenção, sendo o Estádio Nacional de Santiago um dos mais emblemáticos, transformado, logo após o golpe, em um verdadeiro campo de concentração urbano.¹¹

De acordo com Anderson, o neoliberalismo chileno, foi implantado mediante a abolição da democracia, por meio de uma das mais cruéis ditadu-

10 Guazzelli, C. A. B. *Chile, 1970-1973: do Socialismo ao Terror de Estado*. In: Fernández, Jorge Christian; Mussi, Vanderléia Paes Leite; Queiróz, Vivina Dias Sol. (Orgs.). **1964, cinquenta anos: descomemorando a(s) ditadura(s) de segurança nacional sob a mira crítica da História e da Educação**. Campo Grande: Editora UFMS, 2014, p. 62-63.

11 A repressão não se limitou ao Chile, estendendo-se por meio da Operação Condor, uma aliança entre ditaduras sul-americanas que visava eliminar dissidentes em nível internacional. O período consolidou um dos regimes mais autoritários e violentos da América Latina no século XX.

ras do pós-guerra, o que não se apresentava como uma contradição para os teóricos do neoliberalismo:

Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. Nesse sentido, Friedman e Hayek podiam olhar com admiração a experiência chilena, sem nenhuma inconsistência intelectual ou compromisso de seus princípios.¹²

No campo econômico, a ditadura chilena promoveu uma série de reformas que incluíram a retomada de políticas de liberalização, como o fim do congelamento de preços. O objetivo inicial dessas medidas era restaurar a estabilidade socioeconômica do país. Superada essa fase, segundo Ditticio, Pinochet passou a adotar um modelo de desenvolvimento baseado em diretrizes neoliberais, priorizando a abertura ao mercado internacional, a disciplina orçamentária e a desregulamentação da economia. As medidas visavam, sobretudo, conter a inflação e reduzir o *déficit* fiscal, consolidando um novo paradigma econômico centrado na estabilidade monetária e na confiança dos mercados.

A reconfiguração da economia chilena foi fortemente influenciada pela Escola de Chicago, de Milton Friedman. Essas orientações chegaram ao Chile por meio dos chamados *Chicago Boys*, economistas chilenos formados na Universidade de Chicago e adeptos das ideias de Friedman, que não apenas manifestaram apoio à ditadura de Pinochet, como também atuaram como conselheiros do general.¹³ A estreita relação entre a ditadura chilena e os prin-

12 Anderson, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: Sader, Emir; Gentili, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 19-20.

13 Em 1975, Milton Friedman realizou uma visita oficial ao Chile, com o objetivo de avaliar a situação econômica do país e oferecer sugestões. Durante sua estadia, proferiu palestras e participou de reuniões com autoridades, incluindo um encontro com Pinochet. Nessa ocasião, Friedman recomendou medidas de controle da inflação baseadas na redução drástica dos gastos públicos e na limitação da emissão monetária. Posteriormente, reiterou suas sugestões por meio de uma carta enviada ao governo. A visita gerou polêmica, uma vez que foi interpretada por muitos como uma forma de legitimação das ações de um regime autoritário, responsável por graves violações de direitos humanos. Friedman defendeu-se afirmando que seu papel era estritamente técnico e que a promoção da liberdade econômica poderia, eventualmente, levar à liberdade política. Também é importante apontar que Friedrich Hayek, uma das principais lideranças da Escola Austríaca, também visitou o Chile, em 1977, ocasião em que recebeu um título honorário da Universidade de Valparaíso e também se encontrou pessoalmente com Pinochet. Hayek expressou apoio ao regime, chegando a afirmar que “a liberdade pessoal era muito maior sob Pinochet do que sob Allende”. Além disso, defendeu publicamente a ideia de que uma “ditadura liberal” poderia ser preferível a uma de-

cipais teóricos do neoliberalismo foi decisiva para a implementação das reformas econômicas estruturais no país.

Friedman defendia que a única forma eficaz de restaurar a estabilidade econômica seria por meio da adoção de políticas liberais, centradas na redução da intervenção estatal na economia, na privatização de empresas públicas e na abertura ao mercado internacional. No contexto chileno, essas ideias foram sistematizadas no documento intitulado *El Ladrillo*, elaborado pelos *Chicago Boys*. Esse texto funcionou como um verdadeiro guia para as reformas econômicas implementadas pela ditadura militar, reunindo os princípios que se tornariam característicos do neoliberalismo: a drástica diminuição do papel do Estado por meio de privatizações, o fortalecimento da segurança jurídica, o estabelecimento de regras claras e previsíveis para os investidores e a ampla liberalização do comércio exterior.¹⁴

As medidas do receituário neoliberal incluíram uma ampla reforma do sistema financeiro, iniciada em 1975. De acordo com Ditticio, esse processo começou com a reprivatização dos bancos, a liberalização das taxas de juros e a desregulamentação do crédito, incluindo a flexibilização dos prazos de empréstimos e financiamentos. O autor acrescenta que, posteriormente, foi autorizada a criação de novas instituições financeiras, submetidas a menos restrições operacionais, flexibilizações que se intensificaram entre 1978 e 1980. O economista conclui que essas transformações ampliaram o acesso das empresas ao crédito externo por meio dos bancos, o que resultou em um aumento significativo do endividamento do setor privado.¹⁵

Como é característico do receituário neoliberal, as privatizações desempenharam um papel central nas reformas econômicas implementadas no Chile. Segundo Bandeira, o país iniciou seu primeiro ciclo de privatizações na década de 1970, consolidando-se como um pioneiro nesse processo. A autora informa que, entre 1974 e 1978, 114 empresas estatais foram transferidas para a iniciativa privada, enquanto 259 companhias expropriadas durante o governo de Allende foram devolvidas aos antigos proprietários. Posteriormente, entre 1982 e 1984, após o Estado assumir

mocracia sem liberalismo, argumentando que tal configuração autoritária poderia representar uma etapa transitória necessária para o estabelecimento de uma ordem econômica de mercado.

14 Ditticio, Claudio. **Experiências neoliberais**: Brasil, Argentina, Chile e México. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 139.

15 Ditticio, Claudio. **Experiências neoliberais**: Brasil, Argentina, Chile e México. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 141.

o controle de mais de 50 bancos e empresas, o governo chileno promoveu uma nova fase de privatizações, repassando cerca de 80 empresas ao setor privado até 1991.¹⁶

No âmbito das reformas comerciais, o Chile destacou-se como um dos primeiros países da América Latina ao adotar medidas amplas de liberalização econômica. Bandeira argumenta que a abertura comercial teve início na segunda metade da década de 1970, integrando a primeira fase das transformações econômicas promovidas pela ditadura militar. Entre as principais medidas adotadas nesse período, destacam-se a redução significativa das tarifas de importação, a diminuição da dispersão tarifária (uniformização das alíquotas) e a eliminação de barreiras tarifárias, como as cotas de importação. Essas ações visavam integrar a economia chilena ao mercado global, aumentando sua competitividade e atraindo investimentos externos.¹⁷

Além disso, foram promovidas reformas no campo tributário e previdenciário. A reforma tributária de 1975, teve caráter regressivo e foi acompanhada por medidas de simplificação fiscal e combate à evasão. Já na área previdenciária, a reforma de 1981 rompeu com o modelo de repartição simples e instituiu o sistema de capitalização individual, no qual cada trabalhador passou a contribuir para uma conta própria, gerida por entidades privadas chamadas *Administradoras de Fondos de Pensiones*.¹⁸

A experiência neoliberal chilena promoveu uma profunda reconfiguração do papel do Estado na economia, transferindo suas funções estratégicas para o setor privado. Nesse modelo, o papel do Estado se limitava à criação de um ambiente favorável para o setor privado, por meio de políticas de desregulamentação e privatização. O aparelho estatal, assim, deixava de ser um ator central na promoção de investimentos e no processo de industrialização, adotando uma postura subsidiária e restrita, enquanto a livre iniciativa se tornava o principal agente econômico. A lógica de mercado passou a prevalecer em setores antes considerados estratégicos, como a educação, a saúde, a previdência e a infraestrutura. Essa reorientação revelou não apenas uma drástica redução do tamanho, do alcance e das funções do Estado, mas tam-

16 Bandeira, Andrea Camara. **Reformas econômicas, mudanças institucionais e crescimento na América Latina**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002, p. 34.

17 Bandeira, Andrea Camara. **Reformas econômicas, mudanças institucionais e crescimento na América Latina**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002, p. 26.

18 Bandeira, Andrea Camara. **Reformas econômicas, mudanças institucionais e crescimento na América Latina**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002, p. 36.

bém o enfraquecimento das garantias sociais, dos direitos dos cidadãos e da provisão de serviços públicos essenciais.

As reformas econômicas implementadas no Chile, durante a ditadura de Pinochet, deixaram um legado de elevados custos sociais, como o aumento da desigualdade social e a redução significativa de direitos básicos, ampliando a exclusão social. A redução do papel do Estado na provisão de serviços públicos, somada ao enfraquecimento das políticas públicas e da rede de proteção social, contribuiu para a precarização das condições de vida de amplos setores da sociedade, especialmente, de trabalhadores informais, desempregados e aposentados com baixa renda. Além disso, a privatização de áreas estratégicas, como a seguridade social, transformou direitos sociais em mercadorias acessíveis apenas a quem pudesse pagar.

Embora o modelo chileno tenha servido de referência para diversas experiências na América Latina nas décadas seguintes, seus resultados revelaram limites importantes. O Chile não conseguiu consolidar um crescimento duradouro, equilibrado e socialmente inclusivo. Segundo Ditticio, a política adotada resultou na especialização da economia chilena na exportação de commodities, ao mesmo tempo em que diversos setores industriais voltados ao mercado interno, como os têxteis, eletrodomésticos e autopeças, enfrentaram retração ou chegaram à falência. Além disso, as profundas desigualdades sociais, a fragilidade das redes de proteção social e a exclusão de grandes parcelas da população dos benefícios do crescimento evidenciam os elevados custos sociais do modelo. Esses fatores demonstram os limites estruturais do neoliberalismo chileno e seu fracasso em promover um desenvolvimento amplo e inclusivo.¹⁹

Bolívia: neoliberalismo pela via democrática

A Bolívia viveu um prolongado período de ditadura militar entre 1964 e 1982. Esse ciclo teve início com o golpe liderado por René Barrientos, que depôs o governo democraticamente eleito de Víctor Paz Estenssoro. Ao longo das duas décadas seguintes, o país foi marcado por um regime autoritário que silenciou a oposição, reprimiu dissidentes e restringiu as liberdades civis. O auge da repressão ocorreu durante o governo de Hugo Banzer Suárez (1971-1978). No final da década de 1970, a ditadura começava a se desgastar, enfren-

19 Ditticio, Claudio. **Experiências neoliberais:** Brasil, Argentina, Chile e México. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 151-152.

tando crescente insatisfação popular e uma grave crise econômica. Em 1980, eleições foram realizadas, mas os militares impediram a posse do vencedor, Hernán Siles Zuazo. Apenas em 1982, após dois anos de impasse e deterioração econômica, as Forças Armadas transferiram o poder, permitindo que Hernán Siles assumisse a presidência e restabelecesse a ordem democrática. Seu governo, contudo, foi marcado pela continuidade da crise econômica e perda de apoio político.

Em 1985, Víctor Paz Estenssoro foi novamente eleito presidente da Bolívia, desta vez no contexto da redemocratização, e deu início a um ambicioso programa de reformas neoliberais com o objetivo de estabilizar a economia. O país adotou essas políticas em um contexto de transição do regime militar para a democracia e diante de uma das mais graves crises econômicas de sua história, marcada pela hiperinflação. Foi nesse cenário de urgência econômica que se iniciou a implementação de um conjunto de reformas inspiradas nos princípios do neoliberalismo, os quais seriam posteriormente sistematizados no chamado Consenso de Washington.

Logo no início de seu mandato, Estenssoro lançou a Nova Política Econômica, um rigoroso pacote de ajuste estrutural voltado à estabilização macroeconômica e à reorganização do papel do Estado na economia. As medidas adotadas incluíram a abertura ao capital estrangeiro, a liberalização dos mercados e a contenção de gastos públicos. Segundo Brandão, as reformas possuíam um viés neoliberal bastante evidente, representando uma ruptura abrupta com o modelo nacional-desenvolvimentista vigente na Bolívia desde a Revolução de 1952. Mais do que um programa técnico de estabilização e reforma, a Nova Política Econômica deve ser compreendida como um verdadeiro projeto político, voltado à reestruturação das relações entre Estado, mercado e sociedade.²⁰

É perceptível que, ao contrário do Chile, a Bolívia não implementou seu programa neoliberal por meio de uma ditadura repressiva. Enquanto no Chile as reformas foram conduzidas sob um regime autoritário, na Bolívia o neoliberalismo foi introduzido dentro de um contexto democrático, ainda que sob forte instabilidade econômica e social. Segundo Anderson:

Na Bolívia, no fundo da experiência não havia necessidade de quebrar o movimento operário poderoso, como no Chile, mas parar a hiperinflação.

20 Brandão, Rafael Vaz da Motta. *Reformas Neoliberais na América Latina: um balanço geral*. *Revista Aedos*. Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2017, p. 37.

E o regime que adotou o plano de [Jeffrey] Sachs não era nenhuma ditadura, mas o herdeiro do partido populista que havia feito a revolução social de 1952. Em outras palavras, a América Latina também iniciou a variante neoliberal “progressista”, mais tarde difundida no sul da Europa, nos anos de euro-socialismo.²¹

Fica evidente que o neoliberalismo não exige, necessariamente, um regime autoritário para ser implementado. Diferentemente do caso chileno, em que as reformas neoliberais foram introduzidas sob uma ditadura militar que suprimiu violentamente o movimento operário e os setores populares, na Bolívia o impulso para a adoção desse modelo partiu da urgência em conter a hiperinflação e estabilizar a economia. A legitimidade para promover profundas reformas estruturais, mesmo em um contexto democrático, foi construída a partir da narrativa de enfrentamento da crise, que apresentava o neoliberalismo como um caminho técnico, inevitável e modernizador. Nesse cenário, o discurso reformista se impôs com forte apelo à racionalidade econômica, sustentado por promessas de estabilidade, eficiência e crescimento. O caso boliviano evidencia, portanto, a capacidade do projeto neoliberal de se adaptar a diferentes arranjos políticos e de se revestir de uma linguagem tecnocrática para operar em momentos de emergência econômica.

Quanto às particularidades da Nova Política Econômica lançada por Estenssoro, Alvarez destaca que o plano de estabilização se baseou em três pilares centrais: a adoção de um choque anti-inflacionário, a liberalização dos mercados e a reestruturação do setor público, com forte redução de sua atuação na economia, o que pavimentou o caminho para os processos de privatização. Segundo o autor, tais medidas não se restringiam ao controle da inflação, mas tinham como objetivo mais amplo a consolidação de uma economia de mercado dinâmica e integrada ao sistema global. Nesse sentido, foram implementadas profundas reformas estruturais voltadas à desregulamentação econômica, com ênfase na flexibilização das relações de trabalho, na abertura dos mercados de bens e fatores produtivos e na liberalização do sistema financeiro.²²

Em relação aos pilares mencionados por Alvarez sobre a reestruturação do setor público, é importante destacar o peso significativo que esse setor exercia na economia boliviana à época: “En la década 70, las empresas

21 Anderson, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: Sader, Emir; Gentili, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 20.

22 Alvarez, Gonzalo Chávez. *Macroeconomía de la Privatización en Bolivia*. Instituto de Investigaciones Socio-Económicas (IISEC), Universidad Católica Boliviana, La Paz, 1991, p. 12.

públicas eran responsables por un 13% del crecimiento del PIB (GDP) y 3% del total del empleo; además concentraban el 40% de la deuda externa pública y proporcionaban el 37% de los ingresos del gobierno central”²³ Como se observa, as estatais ocupavam uma posição estratégica na economia nacional, respondendo por uma parcela expressiva do PIB, da arrecadação do governo central e da dívida externa pública. Sobre as medidas do modelo e a parte que se refere a estabilização fiscal, Alvarez descreve algumas situações como contraditórias:

(...) el propio modelo presenta algunas situaciones incongruentes: el equilibrio fiscal - pilar de la estabilización - está sustentado en la tributación excesiva a la empresa pública, Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). En efecto, el 56% de los ingresos del Tesoro General de la Nación (TGN) proviene de YPFB por conceptos de impuestos internos y de exportación.²⁴

Evidencia-se uma contradição central no modelo neoliberal adotado na Bolívia: embora a estabilização fiscal fosse apresentada como um dos principais objetivos da reforma econômica, ela se sustentava, paradoxalmente, em uma estrutura fortemente dependente da arrecadação proveniente de uma empresa estatal, a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB). Esse dado revela que, apesar do discurso de retração do Estado e promoção da iniciativa privada, o equilíbrio das contas públicas continuava ancorado em mecanismos estatais. Tal incongruência ilustra os limites práticos do projeto neoliberal boliviano, que, mesmo orientado por princípios de desestatização e liberalização, manteve sua base fiscal apoiada em ativos públicos estratégicos.

Embora algumas estatais tenham mantido relevância na estrutura econômica boliviana, isso não significa que o processo de privatizações tenha sido secundário. Conforme analisa Rocha, a Nova Política Econômica avançou significativamente nesse campo, destacando-se a privatização da Comibol, até então uma das mais poderosas estatais do setor minerador. Antes de ser transferida à iniciativa privada, a empresa passou por um profundo processo de reestruturação, que incluiu a demissão de 21 mil de seus 27 mil trabalhadores. Essa medida teve efeitos profundos sobre o sindicalismo mineiro, historicamente combativo e protagonista na política boliviana desde

23 Alvarez, Gonzalo Chávez. **Macroeconomía de la Privatización en Bolivia**. Instituto de Investigaciones Socio-Económicas (IISEC), Universidad Católica Boliviana, La Paz, 1991, p. 5.

24 Alvarez, Gonzalo Chávez. **Macroeconomía de la Privatización en Bolivia**. Instituto de Investigaciones Socio-Económicas (IISEC), Universidad Católica Boliviana, La Paz, 1991, p. 8.

a Revolução Nacional de 1952, que, após esse processo de desmonte, jamais conseguiu recuperar plenamente sua força organizativa e influência política.²⁵

No processo de consolidação do modelo neoliberal na Bolívia, Brandão destaca que o êxito inicial no controle da hiperinflação conferiu ao governo de Estenssoro a legitimidade e as condições políticas necessárias para aprofundar as reformas econômicas iniciadas em 1985. Com o fim de seu mandato, em 1989, o poder foi transferido a Jaime Paz Zamora (1989–1993), político com trajetória na esquerda. Contudo, apesar de sua origem ideológica, Zamora não apenas manteve os fundamentos da Nova Política Econômica, como também os aprofundou, redirecionando o foco das reformas: intensificou o processo de privatizações e ampliou a abertura da economia ao capital estrangeiro, reafirmando o alinhamento do Estado à lógica de mercado.²⁶

Esse cenário evidencia que o projeto neoliberal havia adquirido tamanho enraizamento e legitimidade institucional que passou a se reproduzir independentemente da orientação ideológica dos governantes. Tal fenômeno é enfatizado por Anderson e Petras, ambos destacam a vitória político-ideológica do neoliberalismo, cuja hegemonia se expressou na incorporação de suas premissas fundamentais até mesmo por partidos historicamente vinculados à social-democracia. A adesão de diferentes espectros políticos ao receituário neoliberal não se deu apenas por convencimento teórico, mas também pela força de uma narrativa dominante, centrada na ideia de que “não há alternativa”, slogan consagrado por Margaret Thatcher.²⁷

Gonzalo Sánchez de Lozada (1993–1997) que sucedeu Zamora na presidência da Bolívia, deu continuidade e aprofundou o projeto neoliberal. Empresário do setor minerador e economista formado nos Estados Unidos, ele foi fortemente influenciado pelas ideias liberais norte-americanas. Conhecido pelo espanhol carregado de sotaque inglês, Sánchez de Lozada teve papel central na formulação da Nova Política Econômica durante o governo de Víctor Paz Estenssoro (1985–1989), quando atuou como ministro do Planejamento.

25 Rocha, Maurício Santoro. *A outra volta no bumerangue*: Estado, movimentos sociais e recursos naturais na Bolívia (1952 - 2006). In: Rocha, Maurício Santoro; Câmara, Marcelo Argenta; Segabinazzi, Alessandro (Orgs.). **Bolívia**: de 1952 ao Século XXI. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 29.

26 Brandão, Rafael Vaz da Motta. *Reformas Neoliberais na América Latina*: um balanço geral. **Revista Aedos**. Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2017, p. 37-38.

27 Anderson, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: Sader, Emir; Gentili, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 23; Petras, James F. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: FURB, 1999, p. 93.

Durante seu mandato, implementou a chamada “capitalização”, um modelo alternativo de privatização que consistia em transferir parte do controle das empresas estatais para investidores estrangeiros, mantendo o Estado como sócio minoritário. Os lucros dessas operações deveriam, em tese, ser destinados à constituição de fundos de pensão. Essa estratégia marcou uma nova fase do neoliberalismo boliviano, reforçando a penetração do capital externo nos setores estratégicos da economia.

Não tardou para que o processo de privatizações na Bolívia fosse ampliado para além do setor minerador. Conforme destaca Rocha, a partir de 1996, os hidrocarbonetos tornaram-se o novo foco das reformas. A YPFB teve seus ativos desmembrados e os campos de petróleo, gás natural e refinarias foram transferidos à administração de empresas estrangeiras por meio de contratos de risco, envolvendo grandes corporações, como Petrobras, Repsol-YPF e BP. Embora a estatal tenha sido mantida formalmente, ela foi esvaziada de suas funções estratégicas, deixando de atuar diretamente na exploração e produção de hidrocarbonetos. Assim, a YPFB perdeu seu protagonismo no setor energético, marcando uma profunda transformação na estrutura econômica boliviana.²⁸

Esse cenário criou condições favoráveis para que uma empresa brasileira se consolidasse como uma das principais investidoras no setor energético boliviano. Segundo Rocha:

Foi neste contexto que a Petrobras se tornou a maior investidora externa na Bolívia, com ativos totalizando 18% do PIB do país. [...] Na década de 1990, a Petrobras descobriu que as reservas gasíferas bolivianas eram, na realidade, dez vezes maiores do que se imaginava, tornando viável a construção de um gasoduto que abastecesse as indústrias do sudeste brasileiro. O gasoduto foi inaugurado em 1996 e atendia ao interesse brasileiro de aumentar a participação do gás natural na matriz energética nacional, substituindo o petróleo por uma fonte de energia mais eficiente, barata e limpa. Também se esperava que ele diminuísse a pressão sob o sistema hidrelétrico, já em meio às dificuldades que culminaram na crise de abastecimento.²⁹

Quanto aos objetivos do governo boliviano com o amplo processo de

28 Rocha, Maurício Santoro. *A outra volta no bumerangue*: Estado, movimentos sociais e recursos naturais na Bolívia (1952 - 2006). In: ROCHA, Maurício Santoro; CÂMARA, Marcelo Argenta; SEGABINAZZI, Alessandro (Orgs.). **Bolívia**: de 1952 ao Século XXI. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 30.

29 Rocha, Maurício Santoro. *A outra volta no bumerangue*: Estado, movimentos sociais e recursos naturais na Bolívia (1952 - 2006). In: ROCHA, Maurício Santoro; CÂMARA, Marcelo Argenta; SEGABINAZZI, Alessandro (Orgs.). **Bolívia**: de 1952 ao Século XXI. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 28.

privatizações, Alvarez destaca que essa estratégia visava promover mudanças estruturais profundas na economia do país. Conforme indicado tanto no discurso oficial quanto em relatórios de consultorias e organismos internacionais, os principais propósitos da privatização incluíam estimular o crescimento econômico e a geração de empregos sem comprometer a estabilidade macroeconômica; aumentar a eficiência e a competitividade do setor produtivo; desenvolver o mercado de capitais e democratizar a propriedade do capital; além de reduzir o *déficit* do setor público.³⁰

Vale destacar, ainda, que o autor enfatiza a dificuldade de alcançar quaisquer um desses objetivos. Alvarez ressalta que:

De los tres objetivos mencionados, no parecen de fácil realización. Recuperar el crecimiento significa aumentar la tasa de inversión global y la privatización no necesariamente conlleva esta situación. Las ganancias de eficiencia y competitividad para la economía, al parecer, no serán alcanzadas solamente con el cambio de propiedad de algunas empresas estatales, así lo confirma la experiencia internacional. El tercer objetivo también merece una serie de comentarios. La atrofia del mercado de capitales tiene antecedentes estructurales, de difícil reversión, que se originan en rigideces económicas e institucionales. La privatización puede llegar a constituirse en un mecanismo para salvar estos cuellos de botella, pero deberá ser acompañada por reformas radicales en el sistema financiero nacional. La democratización del capital a través de la transferencia de propiedad parece un objetivo poco realista, dada la concentración del ingreso en el país y la elevada aversión al riesgo de los inversionistas nacionales y extranjeros.³¹

A análise de Alvarez evidencia as complexidades do processo de privatização na Bolívia, indicando que a simples transferência da propriedade estatal para o setor privado não garante, por si só, a retomada do crescimento econômico, nem o aumento da eficiência e competitividade. Além disso, o texto problematiza um dos discursos recorrentes das políticas neoliberais: a ideia de “democratização do capital”, muitas vezes usada para justificar as privatizações. O autor aponta que essa meta é pouco realista em países com alta concentração de renda e com um mercado de capitais pouco desenvolvido, marcado pela aversão ao risco. Nesse contexto, a transferência de ativos públicos tende a beneficiar um grupo restrito de investidores, sem promover,

30 Alvarez, Gonzalo Chávez. **Macroeconomía de la Privatización en Bolivia**. Instituto de Investigaciones Socio-Económicas (IISEC), Universidad Católica Boliviana, La Paz, 1991, p. 12.

31 Alvarez, Gonzalo Chávez. **Macroeconomía de la Privatización en Bolivia**. Instituto de Investigaciones Socio-Económicas (IISEC), Universidad Católica Boliviana, La Paz, 1991, p. 12

de fato, uma ampliação do acesso à propriedade ou uma distribuição mais equitativa da riqueza.

No que diz respeito aos impactos das reformas neoliberais sobre a estrutura produtiva boliviana, Brandão observa que a liberalização dos mercados e a abertura comercial impuseram severas dificuldades ao já limitado setor produtivo do país. Com o desmonte das políticas protecionistas, o setor industrial não conseguiu competir com os produtos importados, levando empresários a adotar estratégias de contenção de custos, sobretudo por meio da flexibilização das relações trabalhistas, o que resultou em maior precarização e elevação das taxas de desemprego. A economia camponesa também foi profundamente afetada pela abertura econômica, resultando na falência de diversos setores produtivos rurais e no aumento generalizado dos preços, o que aprofundou as fragilidades socioeconômicas existentes.³²

Para além do discurso de modernização econômica, as reformas neoliberais na Bolívia geraram impactos sociais profundos e duradouros. Brandão chama atenção para os efeitos adversos desse processo, como o aumento do desemprego, a precarização das condições de trabalho e o enfraquecimento da economia camponesa. Segundo o autor, a eliminação da estabilidade no emprego e as privatizações resultaram em demissões em massa no setor público, desencadeando uma onda de desemprego sem precedentes no país. No meio rural, os impactos também foram significativos: a estrutura social e produtiva camponesa, fortemente ligada às tradições indígenas, foi desarticulada, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais em um dos países mais pobres da América Latina.³³

Considerações finais

Desde a experiência chilena e boliviana, as políticas neoliberais expandiram-se de forma significativa, alcançando novos países e regiões, consolidando-se como o paradigma dominante das reformas econômicas na América Latina. No entanto, os resultados econômicos das políticas neoliberais ficaram aquém das promessas iniciais. De acordo com Anderson, as reformas

32 Brandão, Rafael Vaz da Motta. *Reformas Neoliberais na América Latina: um balanço geral*. Revista Aedos. Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2017, p. 38.

33 Brandão, Rafael Vaz da Motta. *Reformas Neoliberais na América Latina: um balanço geral*. Revista Aedos. Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2017, p. 38.

não alcançaram o seu “fim histórico” de reanimar o capitalismo, “restaurando taxas altas de crescimento estáveis”.³⁴ Além de não impulsionarem o desenvolvimento econômico, as medidas adotadas contribuíram para o aumento da desigualdade, a erosão de direitos e garantias sociais e o aprofundamento da exclusão social. A desestatização e liberalização dos mercados priorizaram os interesses das elites financeiras e corporativas, consolidando um cenário de concentração de riqueza e poder, que deixou a maior parte da população em condições de vulnerabilidade.

Diante desse cenário, Petras argumenta que há um paradoxo recorrente para os analistas: como explicar que, mesmo após sucessivos fracassos, projetos neoliberais continuem sendo eleitos ou, quando não eleitos, implementados por seus próprios críticos e opositores? Observa-se um padrão de reprodução de governos que, apesar dos impactos negativos das reformas, aprofundam ainda mais as medidas neoliberais. O fato é que as crises enfrentadas por esses governos não levaram a uma reavaliação crítica das políticas adotadas. Pelo contrário, houve um reforço da agenda neoliberal, frequentemente respaldada por instituições como o FMI e o Banco Mundial, que alegam que os insucessos decorrem da aplicação incompleta ou insuficiente das reformas.³⁵

Sobre a capacidade de reprodução do neoliberalismo, Anderson destaca que essa doutrina alcançou uma hegemonia político-ideológica sem precedentes, consolidando-se como pensamento predominante mesmo diante de seus sucessivos fracassos:

Politicamente e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes.³⁶

Anderson evidencia a dimensão ideológica do neoliberalismo ao destacar que seu maior triunfo ocorreu no plano político, ao conseguir naturalizar

34 Anderson, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: Sader, Emir; Gentili, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 15.

35 Petras, James F. **Neoliberalismo**: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau: FURB, 1999, p. 95.

36 Anderson, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: Sader, Emir; Gentili, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 23.

seus princípios como se fossem inevitáveis. Mesmo diante de críticas recorrentes e sucessivas crises, o modelo neoliberal continua a se reproduzir, impondo seus parâmetros em qualquer cenário. Sua força reside, justamente, na capacidade de se apresentar como a única alternativa possível, fazendo com que até seus opositores operem, muitas vezes, dentro dos limites que ele impõe. Trata-se de uma hegemonia que estreita o campo das possibilidades políticas e limita as alternativas de organização social.

Sobre essa incrível capacidade de reprodução e consolidação hegemônica do neoliberalismo, Petras identifica três fatores fundamentais que ajudam a explicar a continuidade das políticas neoliberais nas últimas décadas. Em primeiro lugar, ele argumenta que “os neoliberais não fazem campanha em favor de seu programa”, ou seja, durante os pleitos eleitorais, raramente os candidatos defendem abertamente medidas impopulares, como demissões em massa, cortes salariais ou a eliminação de serviços públicos. Portanto, as políticas neoliberais são frequentemente disfarçadas e depois impostas ao eleitorado. Em segundo lugar, Petras destaca “o poder político de grupos econômicos organizados”, ressaltando que qualquer tentativa de questionar os mandamentos do neoliberalismo tende, imediatamente, a sofrer represálias do “mercado”, mediante evasão de capitais, queda dos investimentos e redução dos fluxos financeiros internacionais. Por fim, em terceiro lugar, Petras aponta o “comportamento acomodatório dos políticos de centro-esquerda”, que, mesmo após eleitos com um discurso crítico ao neoliberalismo, acaba por se adaptar à lógica dominante, preservando, na prática, as bases estruturais do modelo que criticavam.³⁷

Desde o início do século XXI, diversos países da América Latina passaram por experiências com governos de centro-esquerda que se apresentaram como oposição ao modelo neoliberal e buscaram, em maior ou menor grau, romper com a lógica das reformas implementadas nas décadas anteriores. Embora tenham promovido avanços pontuais, sobretudo em termos de inclusão social e expansão de políticas públicas, os resultados foram, em geral, limitados e efêmeros. Na maior parte do continente, o neoliberalismo permanece como a doutrina dominante, muitas vezes ressignificado em versões ainda mais agressivas, como exemplificam os governos de Jair Bolsonaro, no Brasil, e Javier Milei, na Argentina. Apesar desse cenário adverso, a superação do neoliberalismo não deve ser abandonada como horizonte estratégico.

37 Petras, James F. **Neoliberalismo**: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau: FURB, 1999, p. 101-104.

Nesse sentido, Petras oferece uma reflexão fundamental ao afirmar que “o rompimento com o neoliberalismo tem mais probabilidade de ocorrer na arena extraparlamentar, por obra das forças que ultrapassam o pragmatismo da centro-esquerda”.³⁸ A verdadeira ruptura com o modelo neoliberal dificilmente virá das instituições parlamentares ou dos governos moderados, sendo mais provável que se origine das lutas sociais, especialmente da ação coletiva da classe trabalhadora organizada. Por fim, é necessário reconhecer que a superação do neoliberalismo implica, de forma mais ampla, uma crítica estrutural ao próprio sistema capitalista, apontando para a necessidade da construção de um novo projeto político e econômico, orientado por princípios que apresentem um projeto de desenvolvimento alternativo, genuinamente antissistêmico, socialmente igualitário e democrático.

38 Petras, James F. **Neoliberalismo**: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau: FURB, 1999, p. 113.

SOBRE OS AUTORES

Carlos Prado

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Professor e pesquisador do curso de História da Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Líder do “Grupo de Pesquisa em História Econômica Soviética” (GPHEs), membro do “Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas” (LEPHA) e do “Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trotsky / Trotskismo” (GEPTh). E-mail: batista.prado@ufms.br.

Cleverson Rodrigues da Silva

Doutor em História (UNISINOS). Professor e pesquisador nos cursos de História Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil. Membro do “Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas” (LEPHA). E-mail: cleveson.silva@ufms.br.

Fábio da Silva Sousa

Doutor em História pela UNESP/Assis. Professor do curso de História da UFMS/CPNA e do mestrado em Estudos Culturais da UFMS/PPGCult/CPAq. Coordena o grupo de pesquisa do CNPQ “Laboratório Interdisciplinar em Estudos Culturais (LINDECult)”, membro dos grupos de pesquisa “Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas” (LEPHA) e “Núcleo de Estudos de História da América Latina”. E-mail: fabiosilvasousa@hotmail.com.

Giovanni Leite Verardi

Graduado em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Membro do “Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas” (LEPHA). E-mail: glv2k16@gmail.com.

Jorge Christian Fernández

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPG-Hist-IFCH-UFRGS). Professor e pesquisador do curso de História na Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil. Membro do “Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas” (LEPHA). E-mail: jorge.fernandez@ufms.br.

Kauê Silva de Araújo

Graduado em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Membro do “Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas” (LEPHA). Atualmente é professor de história na rede privada de ensino. E-mail: kauearaujosilva12345@gmail.com.

Icaro Rossignoli

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) e professor de História da rede pública de ensino da cidade de Maricá-RJ. E-mail: icarorossignoli@gmail.com.

Marcio Lauria Monteiro

Professor de História Contemporânea e pesquisador no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense de Campos dos Goytacazes. Líder do “Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trotsky / Trotskismo” (GEP-TH) e membro do “Grupo de Pesquisa em História Econômica Soviética” (GPHEs). E-mail: marciolauria@id.uff.br.

Priscila Roberta Alves Lemos

Graduada em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestra em Estudos Culturais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e membro do “Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas” (LEPHA).
E-mail: prirobertalemos@hotmail.com



Carlos Prado

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Professor e pesquisador do curso de História da Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Líder do “Grupo de Pesquisa em História Econômica Soviética” (GPHEs), membro do “Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas” (LEPHA) e do “Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trotsky / Trotskismo” (GEPTH). E-mail: batista.prado@ufms.br.



Jorge Christian Fernández

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPG-Hist-IFCH-UFRGS). Professor e pesquisador do curso de História na Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil. Membro do “Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas” (LEPHA). E-mail: jorge.fernandez@ufms.br.

Cabe a nós, intelectuais da História, destruir mitos, delírios e fantasias narrativas. O compromisso do historiador é estar do lado da *verdade*, do fato empírico, da evidência comprovável. Pois, mesmo que, no campo da História, a *verdade* possa ter seu sentido colocado em disputa em função de visões divergentes ou relativizações (tão comuns na pós-modernidade) “existe um terreno em que o verdadeiro simplesmente opõe-se ao falso, independentemente de qualquer interpretação”, como já disse o historiador Pierre Vidal-Naquet. E o lado da *verdade*, frequentemente, é o lado dos esquecidos, dos ninguéns, dos despossuídos. Daqueles que, historicamente, não tiveram nem têm assegurados seus *direitos*, sua *liberdade* ou sua *justiça*. Segundo o escritor Edward Said, estes três são os *princípios universais* que devem estruturar o devir do intelectual. Como tal, o historiador consciente de sua função deve assumir essa tarefa da busca da verdade obliterada e, ao fazê-lo, inevitavelmente há de confrontar os poderes, ortodoxias, dogmas e violações aos direitos mais elementares da humanidade.



+55 (44) 3045 9898
Rodovia BR 376, Km 102, nº 1.000
CEP 87720-140 - Paranavaí-PR
<https://editora-edufatecie.unifatecie.edu.br/>
edufatecie@fatecie.edu.br

